

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

JOSÉ KÉSSIO FLORO LEMOS

A Política Energética da Rússia e sua Estratégia de Projeção Internacional no Espaço Pós-soviético (2000-2020)

São Paulo – SP

2023

JOSÉ KÉSSIO FLORO LEMOS

A Política Energética da Rússia e sua Estratégia de Projeção Internacional no Espaço Pós-soviético (2000-2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Pensamento Estratégico, Defesa e Política Externa”.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille

São Paulo – SP

2023

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Lemos, José Késsio Floro.

L557 A política energética da Rússia e sua estratégia de projeção internacional no espaço pós-soviético (2000-2020) / José Késsio Floro Lemos. – São Paulo, 2023.

198 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2023.

1. Política energética – Rússia (Federação) – Séc. XXI. 2.
Recursos energéticos – Rússia (Federação) – Séc. XXI. 3. Rússia
(Federação) – Relações exteriores – Séc. XXI I. Título.

CDD 333.790947

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Este estudo revela o papel crucial da política energética russa na geopolítica do espaço pós-soviético, destacando como Moscou utiliza energia como arma política, influenciando alianças e a segurança regional. Avalia-se a interação energética da Rússia com Ucrânia, Geórgia e Belarus (2000-2020), contribuindo para a compreensão das dinâmicas de poder e influência no cenário global.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This study reveals the crucial role of Russian energy policy in the geopolitics of the post-Soviet space, highlighting how Moscow uses energy as a political weapon, influencing alliances and regional security. It assesses Russia's energy interactions with Ukraine, Georgia, and Belarus (2000-2020), contributing to an understanding of the dynamics of power and influence on the global stage.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Este estudio revela el papel crucial de la política energética rusa en la geopolítica del espacio postsoviético, destacando cómo Moscú utiliza la energía como un arma política, influyendo en las alianzas y la seguridad regional. Se evalúa la interacción energética de Rusia con Ucrania, Georgia y Bielorrusia (2000-2020), contribuyendo a la comprensión de las dinámicas de poder e influencia en el escenario global.

JOSÉ KÉSSIO FLORO LEMOS

A Política Energética da Rússia e sua Estratégia de Projeção Internacional no Espaço Pós-soviético (2000-2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Pensamento Estratégico, Defesa e Política Externa”.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Sebastião Velasco e Cruz (Universidade Estadual de Campinas)

Prof^a. Dr^a. Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

Prof^a. Dr^a Daniela Vieira Secches (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite (Universidade Estadual da Paraíba)

São Paulo, 26 de setembro de 2023

À memória de meu pai, Celso Lemos, cuja sabedoria, amor e inspiração permanecem vivos em meu ser.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPESP pelo fundamental apoio financeiro concedido ao processo nº 2019/02536-1, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Elevo meu pensamento e minha gratidão a Deus, cuja graça e providência têm sido a sustentação invisível de minha jornada acadêmica e existencial. É sob Sua égide que este trabalho foi concebido e realizado.

Em memória de meu pai, Celso Lemos, cujo legado de integridade e perseverança continua a ser uma fonte inesgotável de inspiração. Embora ausente no plano físico, sua presença é uma constante emocional e moral em minha vida. À minha mãe, Maria de Fátima Lemos, expresso minha eterna gratidão por seu amor incondicional e por ser o alicerce espiritual sobre o qual pude construir minha trajetória acadêmica. Às minhas irmãs, Karol e Ana Kelly Lemos, agradeço pelo fraterno apoio, companhia e pela alegria que vocês infundem em minha vida.

Um especial agradecimento ao Dr. Alexandre Fuccille, meu orientador, cuja erudição e meticulosidade foram fundamentais nessa trajetória. Sua orientação foi mais do que acadêmica; foi um exercício de formação intelectual e ética. Ao Dr. Tom Casier, que durante meu estágio na Universidade de Kent, agiu como um ilustre mentor, ampliando meus horizontes acadêmicos e enriquecendo minha compreensão do campo das Relações Internacionais.

Aos meus preciosos amigos, tanto aqueles que compartilham comigo os corredores acadêmicos quanto aqueles que enriquecem minha vida fora deles, minha sincera gratidão. Vocês são o tecido social que dá cor e substância à minha existência.

Também estendo meus agradecimentos ao corpo docente e administrativo do Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). A excelência e o comprometimento de cada um de vocês elevam não apenas este programa, mas também o campo acadêmico como um todo.

Este trabalho, embora assinado por mim, é fruto de uma rede complexa de relações, apoios e inspirações. A todos vocês, minha gratidão é tão profunda quanto o conhecimento que busquei, tão ampla quanto o campo de estudo que explorei e tão elevada quanto as aspirações que vocês me ajudaram a alcançar.

“Não posso prever para vocês as ações da Rússia. É uma charada embrulhada num mistério dentro de um enigma; mas talvez haja uma chave. Essa chave é o interesse nacional russo”.

Wilson Churchill

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é avaliar os impactos que a política energética russa tem produzido na configuração geopolítica do espaço pós-soviético. Ou seja, identificar se a possível utilização da energia como arma de política externa tem atraído ou afastado os países da referida região à esfera de influência do Estado russo. Partimos da premissa de que Moscou tem procurado utilizar a política energética e sua privilegiada posição monopolista de exportador de hidrocarbonetos para coagir as ex-repúblicas soviéticas a se alinharem politicamente com o Kremlin. Afinal, após a desintegração da URSS a percepção é de que as condições de segurança do país começaram a se deteriorar. Instituições historicamente hostis à Rússia, como a OTAN e a União Europeia, estão se expandido e carregando o interesse geopolítico do Ocidente para bem perto de suas fronteiras, fazendo com que muitos países da região se aproximassem politicamente das potências ocidentais. Para alcançar os objetivos pretendidos, utilizaremos a técnica de estudo de caso combinado com *energy weapon model*, que se propõe a explicar todas as etapas do uso da energia como arma política, desde a conversão de capacidades até o resultado da coerção. Serão analisadas as políticas energéticas da Rússia para a Ucrânia, Geórgia e Belarus entre os anos de 2000 e 2020, e as repercussões destas para a conjuntura geopolítica regional.

Palavras-chave: Rússia; energia; geopolítica; arma energética; Ucrânia; Geórgia; Belarus.

ABSTRACT

The primary objective of this research is to assess the impacts that Russian energy policy has had on the geopolitical configuration of the post-Soviet space. That is, to identify whether the potential use of energy as a tool of foreign policy has drawn countries from the said region closer to or further from the sphere of influence of the Russian state. We operate under the premise that Moscow has sought to use its energy policy and its privileged monopolistic position as an exporter of hydrocarbons to coerce former Soviet republics into aligning politically with the Kremlin. After all, following the disintegration of the USSR, the perception is that the country's security conditions began to deteriorate. Institutions historically hostile to Russia, such as NATO and the European Union, have been expanding and bringing Western geopolitical interests closer to their borders, causing many countries in the region to politically approach Western powers. To achieve the intended objectives, we will use a case study technique combined with the energy weapon model, which aims to explain all stages of using energy as a political weapon, from the conversion of capabilities to the outcome of coercion. We will analyze Russia's energy policies towards Ukraine, Georgia, and Belarus between the years 2000 and 2020, and the repercussions of these for the regional geopolitical context.

Keywords: Russia; energy; geopolitics; energy weapon; Ukraine; Georgia; Belarus.

RESUMEN

El objetivo principal de esta investigación es evaluar los impactos que la política energética rusa ha producido en la configuración geopolítica del espacio post-soviético. Es decir, identificar si la posible utilización de la energía como arma de política exterior ha atraído o alejado a los países de dicha región de la esfera de influencia del Estado ruso. Partimos de la premisa de que Moscú ha buscado utilizar la política energética y su privilegiada posición monopolista como exportador de hidrocarburos para coaccionar a las ex repúblicas soviéticas a alinearse políticamente con el Kremlin. Después de todo, tras la desintegración de la URSS, la percepción es que las condiciones de seguridad del país comenzaron a deteriorarse. Instituciones históricamente hostiles a Rusia, como la OTAN y la Unión Europea, están expandiéndose y llevando el interés geopolítico de Occidente muy cerca de sus fronteras, haciendo que muchos países de la región se acerquen políticamente a las potencias occidentales. Para alcanzar los objetivos propuestos, utilizaremos la técnica de estudio de caso combinada con el modelo de arma energética, que se propone explicar todas las etapas del uso de la energía como arma política, desde la conversión de capacidades hasta el resultado de la coerción. Se analizarán las políticas energéticas de Rusia para Ucrania, Georgia y Bielorrusia entre los años 2000 y 2020, y las repercusiones de estas para el contexto geopolítico regional.

Palabras clave: Rusia; energía; geopolítica; arma de energía; Ucrania; Georgia; Bielorrusia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Matriz Energética Global (1971-2019)	23
Figura 2 - Níveis de Poder Estatal	27
Figura 3 - Política Externa com base na Teoria do Realismo Neoclássico	29
Figura 4 - Estreito De Ormuz	36
Figura 5 - Rotas dos Gasodutos Nord Stream 1 e 2.....	41
Figura 6 - Países Membros da OTSC (2023)	51
Figura 7 - Esferas de Influência Almejadas pela Rússia	53
Figura 8 - População que se identifica como Etnia Russa (%).....	54
Figura 9 - Revoluções Coloridas	63
Figura 10 - Núcleo Territorial da Rússia	66
Figura 11 - Doutrinas russas relacionadas à energia (1993 e 2019).....	67
Figura 12 - Gastos Militares da Rússia entre 1993 e 2022.....	70
Figura 13 - Produção de Petróleo e PIB da Rússia entre 2000-2018	70
Gráfico 1- Exportadores de Petróleo Cru e Condensado da Rússia por Destino (2021)	74
Figura 14 - Exportações de Gás Russo por Destino em Trilhões de Pés cúbicos (2021).....	75
Figura 15 - O que torna a Rússia importante em termos energéticos.....	76
Figura 16 - Receitas de Gás e Petróleo no Orçamento Federal da Rússia (2000-2017).....	77
Figura 17 - Exportações Russas Totais de Energia, 1991-2030 (mtoe)	77
Figura 18 – Preços do Petróleo em Rublos.....	78
Figura 19 - Dados sobre produção e exportação de energia da Rússia entre 1985-2012.....	82
Gráfico 2 - Controle sobre o Setor Petrolífero Russo (%)	88
Figura 20 - Produção de Petróleo da Rússia em MTM (2000-2022)	89
Gráfico 3 - Os 10 Principais países com as maiores reservas de gás natural (2020)	91
Figura 21 - Aumento da capitalização de mercado da Gazprom em bilhões de dólares americanos (2010-2022).....	94
Figura 22 – Gasodutos Russos (existentes e propostos).....	97
Gráfico 4 - Dívida do Governo russo em relação ao PIB (%)	99
Gráfico 5 - Dívida Externa da Rússia em relação ao PIB (%)	99
Gráfico 6 - Evolução do Fundo Nacional de Bem-estar da Rússia (2008-2019)	100
Figura 24 - Mapa da Geórgia.....	104
Figura 25 - Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC)	105
Gráfico 7 - Preço do Gás Natural Importado pela Geórgia vindo da Rússia (2005-2008)	107

Gráfico 8 - Comércio de mercadorias entre Geórgia e UE-28 (2005–2015)	111
Gráfico 9 - De Onde Vem o Gás Natural da Geórgia (2000-2020)	113
Gráfico 10 - Vendas de Gás da Gazprom para a Geórgia (Bmc)	113
Figura 26 - Mapa da Ucrânia.....	116
Figura 27 - Rede de Gasodutos que passam pela Ucrânia.....	121
Figura 28 - Principais Redes de Gasodutos que ligam Rússia à Europa	122
Gráfico 11 - Evolução dos preços de gás e das taxas de trânsito na esteira da crise de 2005-2006 (\$/mmc)	126
Gráfico 12 - Parcela do fornecimento de gás interrompida em decorrência da crise do gás de 2009 (% por país)	129
Figura 29 - Projeto Nord Stream	132
Figura 30 - Consumo de Gás Natural da Ucrânia por Setor (2000-2020)	134
Figura 31 - Consumo e Importação de Gás Natural da Ucrânia (1991-2017).....	134
Gráfico 13 - Vendas de Gás da Gazprom para Ucrânia (BMC)	135
Figura 32 - Importações de gás da Ucrânia da UE e da Rússia (2008-2021) (Bmc).....	136
Figura 33 - Mapa de Belarus	141
Gráfico 14 - Passivos de investimentos diretos estrangeiros em Belarus (2018)	145
Figura 34 - Margens de lucro estimadas para operações de refinação e exportação de petróleo na Bielorrússia (2005–2010)	146
Gráfico 15 - Importação de Gás (bmc) e Petróleo (millions of tons) de Belarus vindas da Rússia	147
Figura 35 - Gasoduto Yamal-Europa.....	148
Gráfico 16 - Subsídios de energia russos para a Belarus (% do PIB da Belarus por ano)	149
Figura 36 - Preços comparativos do gás da Gazprom para Belarus, Ucrânia e Moldávia (2000–2020) US\$ por mil metros cúbicos.	150
Figura 36 - União Econômica Eurasiática	156
Figura 38 – De onde Belarus importa petróleo bruto e refinado? (2001-2020)	158
Figura 39 – De onde Belarus importa gás natural liquefeito e gasoso? (2001-2020)	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações Metodológicas	18
Tabela 2 - Análise dos Casos.....	19
Tabela 3 - Aspectos e Condições da Arma Energética.....	33
Tabela 5 - Empresas Detentoras dos Maiores Dutos do Mundo (Petróleo e Gás)	95
Tabela 6 – Participação da Gazprom em empresas nacionais do FSU.....	96
Tabela 7 - Linha do Tempo (Geórgia).....	114
Tabela 8 - Linha do Tempo (Ucrânia).....	139
Tabela 9 - Linha do Tempo (Belarus)	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCM	Bilhões de Metros Cúbicos
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
ER	Energias Renováveis
FSU	Former Soviet Union
MTM	Milhões de Toneladas Métricas
NS	Nord Stream
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
PIB	Produto Interno Bruto
TPES	Total Primary Energy Supply
UE	União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.2	Problemas e objetivos	16
1.3	Importância e justificativa	17
1.4	Aspectos Metodológicos	18
1.5	Estrutura da tese	20
2	A POLÍTICA MUNDIAL PELAS LENTES DA ENERGIA	21
2.1	Energia: fonte de conflito ou cooperação?	22
2.2	Realismo neoclássico e a conversão de capacidades	25
2.3	Energia e Grande Estratégia	30
2.4	Arma Política	33
2.4.1	Manipulação dos fluxos	34
2.4.2	Manipulação dos preços	38
2.4.3	Manipulação da infraestrutura	40
2.4.4	Interdependência assimétrica: uma fonte de poder?	42
2.6	Estratégias de segurança energética	43
3	A RÚSSIA NA ORDEM INTERNACIONAL PÓS-SOVIÉTICA	46
3.1	O entorno estratégico da Rússia (Near Abroad)	47
3.1.1	Comunidade dos Estados Independentes (CEI)	49
3.1.2	Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC)	50
3.2	Limites e alcance da influência da Rússia no seu Near Abroad.....	52
3.2.1	A visão dos líderes russos sobre a ordem internacional	58
3.2.2	Do otimismo ao medo	58
3.2.3	As revoluções coloridas	62
3.3	A Grande Estratégia da Rússia	65
3.3.1	O papel da energia da Grande Estratégia da Rússia	67
3.3.1.1	Estratégia Energética da Rússia para o período até 2035	72
4	RÚSSIA: UMA SUPERPOTÊNCIA ENERGÉTICA?	73
4.1	Posicionamento da Rússia nos mercados globais de energia	73
4.2	A Tese de Putin	79
4.3	O expurgo dos oligarcas	82
4.4	Convertendo recursos em poder estatal	84

4.4.1	Controlando o petróleo	85
4.4.2	Controlando o gás	91
4.5	Putin ou o Petróleo?	98
5	ARMA ENERGÉTICA EM AÇÃO	102
5.1	Geórgia	103
5.1.1	Revolução Rosa	106
5.1.2	Resposta georgiana	109
5.1.3	Diversificando as fontes energéticas	112
5.1.4	Conclusões (Geórgia)	114
5.2	Ucrânia	116
5.2.1	Interesses russos na Ucrânia	117
5.2.2	Relações energéticas	118
5.2.3	Ponte entre Rússia e Europa	120
5.2.4	Revolução Laranja	123
5.2.5	Implementando a Arma Energética (2006-2013)	124
5.2.5.1	Crise do Gás (2009)	127
5.2.5.2	Crise do Gás (2013)	130
5.2.6	Nord Stream: o início do fim	131
5.2.7	Reação e contramedidas de Kiev	133
5.2.8	Conclusões (Ucrânia)	137
5.3	Belarus	141
5.3.1	Alavancagem e Dependência	142
5.3.2	Rússia utiliza sua arma energética	150
5.3.2.1	Beltransgaz ou subsídio (2004)	151
5.3.2.2	Moscou insiste na Beltransgaz (2006-07)	151
5.3.2.3	Cortejando o Ocidente (2010)	153
5.3.2.4	Retornando à esfera russa (2011-2012)	154
5.3.3	Conclusões (Belarus)	160
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
	REFERÊNCIAS.....	171
	ANEXOS.....	192

1 INTRODUÇÃO

O advento do século XXI marcou um ponto de inflexão na reemergência da Rússia como um ator geopolítico proeminente. O país emergiu de um período de declínio econômico e desintegração institucional, caracterizado pela ascensão de oligarcas que constantemente negligenciavam os interesses estratégicos dos governantes russos (Goldman, 2008; Tsygankov, 2001; Perovic 2009). Embora detentora de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e do maior arsenal nuclear do mundo, a Rússia começou a enfrentar com crescente inquietação, uma erosão de sua esfera de influência regional, exacerbada pela expansão da OTAN e da União Europeia em regiões consideradas vitais para seus interesses (Mearsheimer, 2014).

Paralelamente, o cenário energético global estava permeado de incertezas. A suposta iminência do "*Peak Oil*"¹ e a escalada militar no Oriente Médio, após os ataques de 11 de setembro de 2001, convergiram para elevar os preços dos hidrocarbonetos a patamares históricos. Este contexto propiciou uma rara oportunidade para a Rússia capitalizar suas vastas reservas de energia e transformá-los em poder estatal (Hogselius, 2019; Hill, 2004).

A eleição de Vladimir Putin em 2000 representou um claro divisor de águas no comportamento estratégico do país. Com um mandato lastreado em um robusto apoio popular, Putin empreendeu uma série de reformas destinadas a reverter o declínio do poder estatal e a maximizar os rendimentos provenientes do setor energético em favor do Estado e do seu regime político. Sua administração efetuou uma reestruturação abrangente, que incluiu a obtenção de controle majoritário sobre indústrias estratégicas e a marginalização dos oligarcas do período Yeltsin (Hill & Gaddy, 2013).

No que tange às ex-repúblicas soviéticas, o Kremlin enfrentava o importante desafio de contrabalançar a crescente influência dos Estados Unidos e da OTAN na região (Freite & Kanet, 2012). A expansão da OTAN, em duas ondas sucessivas, incorporou várias nações da Europa Oriental e os países Bálticos, exacerbando a percepção russa de um cerco geopolítico orquestrado pelos Estados Unidos e por seus aliados europeus (Pecequilo, 2012). Por essa razão, os países da região passaram a ser alvos de diversas investidas do Kremlin (Mackinno, 2008). Neste contexto de aparente vulnerabilidade relativa, a Rússia buscou estratégias para reafirmar sua influência na esfera pós-soviética, especialmente através de sua política energética

¹ Peak Oil refere-se à teoria de que, em determinado momento, a produção mundial de petróleo atingirá seu ponto máximo e, posteriormente, entrará em um declínio irreversível. A preocupação central é que, à medida que o petróleo se torna mais escasso e mais difícil de extrair, os custos de produção aumentariam significativamente, impactando a economia global e potencialmente levando a conflitos por recursos.

(Balmaceda, 2015; Česnakas, 2016). Com o objetivo de reafirmar seu protagonismo geopolítico, Moscou instrumentalizou sua política energética como um mecanismo de atração e/ou coerção política (Newnham, 2011). Valendo-se de sua posição monopolista como exportadora de hidrocarbonetos para vários países do seu entorno estratégico, Moscou estabeleceu um relacionamento baseado em “sticks” e “carrots”. Isto é, Estados que se alinharam ao Kremlin foram beneficiados com subsídios energéticos e outros privilégios, enquanto aqueles que se opuseram, tiveram que lidar com elevação de preços e/ou interrupções no fornecimento de gás e petróleo. Esse uso estratégico de recursos energéticos reflete uma política de coerção e atração, empregada para moldar o alinhamento político e econômico dos atores envolvidos. A análise desta dinâmica sugere que a Rússia, valendo-se de sua posição dominante como exportadora de hidrocarbonetos, procurou criar um ambiente geopolítico favorável em sua esfera de influência.

1.2 Problema e Objetivos

Esta pesquisa parte da premissa de que a política externa russa é fortemente influenciada por percepções de ameaça e vulnerabilidade, abrangendo preocupações persistentes tanto sobre ameaças externas como internas, possivelmente apoiadas por inimigos externos. Deste modo, nos concentramos precisamente em explorar como a Rússia utiliza seus recursos energéticos como instrumentos de poder geopolítico para salvaguardar seus interesses estratégicos no espaço pós-soviético. Nesses termos, a pergunta que propomos a responder é a seguinte: **Quais os impactos da política energética russa na configuração geopolítica do espaço pós-soviético?**

Mais especificamente, questiona-se aqui se a potencial instrumentalização da energia como ferramenta política por parte da Rússia tem aproximado ou repellido os países da referida região da órbita de influência de Moscou. Portanto, “configuração geopolítica” refere-se ao grau de alinhamento ou divergência entre a Rússia e as ex-repúblicas soviéticas, localizadas em uma área tida como de importância estratégica para a segurança e projeção global da Rússia. Nesses termos, os objetivos da presente pesquisa se concentram nos seguintes aspectos:

- Investigar o conceito de “*energy weapon*” e o papel da energia nas relações internacionais;
- Descrever a visão e o posicionamento da Rússia na ordem internacional pós-soviética;
- Avaliar o processo de “conversão de capacidades” implementado por Vladimir Putin;

- Analisar as relações, em matéria de energia e política externa, da Rússia com os Estados da Geórgia, Ucrânia e Belarus;
- Investigar os resultados políticos resultantes da utilização da arma energética russa em relação aos Estados selecionados.

1.3 Importância e justificativa

Nos dias atuais, a política energética da Rússia no cenário pós-soviético, especialmente à luz do conflito ucraniano e das mudanças emergentes na dinâmica energética global, destaca-se como um tópico de relevante interesse acadêmico. A ruptura entre a Rússia, o principal exportador de gás natural, e a União Europeia, sua maior consumidora, em 2022, provocou alterações significativas nos padrões energéticos mundiais. O conceito de "arma energética" ganhou notoriedade, sendo frequentemente mencionado em reportagens e declarações oficiais. A hipótese de que a Rússia poderia empregar seus recursos energéticos como uma ferramenta de coação, influenciando a postura dos países europeus face à sua intervenção na Ucrânia, catapultou o assunto para o epicentro da discussão geopolítica internacional.

Por outro lado, a agressividade estratégica de Moscou em relação ao seu país vizinho tem demandado a necessidade de compreensão sobre as motivações e os objetivos geopolíticos do Kremlin em relação ao seu entorno estratégico. Estaria a Rússia tomando a iniciativa ou meramente respondendo a estímulos externos? Qual o real valor estratégico da Ucrânia para a Rússia? Como se consolidou a posição de Belarus como um aliado regional tão relevante para Moscou? Qual o papel da energia na estratégia internacional do Kremlin?

Neste contexto, o trabalho em tela pode oferecer contribuições na construção de respostas para os questionamentos acima colocados. Além disso, ele visa preencher uma lacuna na literatura nacional existente que frequentemente se concentra nas relações energéticas entre a Rússia e a União Europeia, negligenciando as interações com os chamados Estados-trânsito. Estes Estados, embora financeiramente menos significativos, possuem importância estratégica e securitária, servindo como corredores para o trânsito de hidrocarbonetos entre a Rússia e as potências europeias. Essa posição de destaque torna estes Estados alvos de diversas estratégias do Kremlin, incluindo a arma energética.

A necessidade de uma análise rigorosa das relações da Rússia com o seu entorno estratégico é amplificada pela complexidade do cenário pós-soviético, que é permeado por questões ainda não resolvidas acerca dos objetivos, da trajetória e do posicionamento da Rússia no sistema internacional. Compreender essas dinâmicas é essencial não apenas para decifrar a

política externa russa em sua esfera de influência, mas também para entender seu papel e suas ambições em escala global.

Adicionalmente, esta tese pode potencialmente contribuir para avaliar o impacto da atual ordem energética global sobre a capacidade dos Estados produtores de hidrocarbonetos de exercer coerção política, à semelhança do ocorrido durante as crises petrolíferas da década de 1970. A escassez de pesquisas que abordem essa dimensão, tanto no Brasil quanto no exterior, reforça a originalidade e singularidade deste trabalho.

1.4 Aspectos Metodológicos

Metodologicamente, esta pesquisa adota como variável independente (X) a política energética internacional da Rússia e como variável dependente (Y) a configuração geopolítica do espaço pós-soviético. As unidades de análise são as relações energéticas e externas da Rússia com os seguintes Estados selecionados: Geórgia, Ucrânia e Belarus. O período de análise abrangerá eventos ocorridos entre os anos 2000 e 2020 - uma janela que não apenas evidencia a ascensão de Vladimir Putin ao mais alto cargo da Rússia, mas também a crescente presença ocidental no ambiente pós-soviético, a elevação dos valores do petróleo e a revigorada assertividade da Rússia no palco internacional.

Tabela 1 - Informações Metodológicas

Variáveis e Casos	
Tipo	Países
Variável Independente	Política Energética Russa
Variável Dependente	Configuração Geopolítica do Espaço pós-soviético
Unidade	Política energética/Política externa
Casos	Rússia, Ucrânia, Geórgia, Belarus (2000-2020)
Coleta e Análise de Dados	
Técnica de Coleta	Bibliográfica e documental
Técnica de Análise	Estudo de caso/Energy Weapon Model

Fonte: Elaborada pelo autor.

No que concerne aos dados mobilizados, empregaram-se fontes mistas, abarcando tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos. Dentre as fontes consultadas, destacam-se documentos oficiais como "*Energy Strategy of Russia for The Period Up To 2030*" e "*Energy*

Strategy of the Russian Federation until 2035”, “*The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation*”. Ademais, foram incorporados discursos de agentes políticos, relatórios elaborados por *think tanks*, matérias veiculadas em imprensa especializada, bancos de dados provenientes de organizações internacionais e entidades governamentais, bem como publicações acadêmicas de elevado fator de impacto.

Para avaliar a eficácia da política energética como instrumento de poder político, esta obra empregou o modelo conceitual desenvolvido por Stegen (2011), combinada com a técnica de estudo de caso. O modelo é estruturado em quatro etapas, que segundo a autora, são fundamentais para a conversão de recursos energéticos em capital político. 1) Primeiramente, o Estado deve exercer controle substancial sobre seus próprios recursos energéticos. 2) Em segundo lugar, deve controlar as rotas de trânsito que conectam esses recursos aos mercados consumidores. 3) Terceiro, o Estado deve empregar esses recursos energéticos para avançar seus objetivos políticos, seja por meio de ameaças, punições ou recompensas direcionadas a um Estado cliente específico. Adicionalmente, o modelo sugere uma quarta etapa: 4) a análise da resposta do Estado cliente às táticas coercitivas, sejam elas aumentos de preços ou interrupções no fornecimento. Este estudo propõe ainda uma quinta etapa, que 5) examinará se o Estado cliente diversificou suas fontes de fornecimento energético em resposta a tentativas iniciais de coerção, mitigando assim a eficácia futura da "arma energética" por parte do Estado exportador.

Ao término da análise de cada caso, uma tabela sintetizará os resultados, delineando se o Estado importador cedeu às coerções ou, alternativamente, buscou fontes de energia diversificadas para eludir as pressões políticas do Kremlin. Esta abordagem permitirá uma avaliação coerente das tendências de aproximação ou afastamento dos Estados importadores em relação ao Estado exportador.

Tabela 2 - Análise dos Casos

Condições	Resultados
Rússia controla as fontes de recursos energéticos	?
Rússia controla as rotas de exportação	?
Rússia realiza aumentos de preços e / ou interrupções no fornecimento	?
Estado importador aceita / concede às demandas da Rússia	?
Estado importador diversifica fontes de fornecimento de energia após tentativas iniciais de coerção	?

Fonte: Elaborado pelo autor

1.5 Estrutura da Tese

No que concerne à organização desta tese, após a Introdução (1), sua estrutura se articula da seguinte forma: no capítulo (2), denominado "A Política Mundial pelas Lentes da Energia", busca-se estabelecer uma base conceitual sólida e robusta que norteará as análises subsequentes. Este segmento não se limita a ser meramente expositivo, mas representa um esforço de síntese e posicionamento crítico de conceitos e teorias essenciais para a elucidação do nosso problema de pesquisa. Este capítulo serve como um alicerce teórico, abordando temas como Geopolítica Energética, Realismo Neoclássico, Conversão de Capacidades, Grande Estratégia e Arma Energética.

O Capítulo (3), "A Rússia na Ordem Internacional Pós-soviética", mergulha nas consequências geopolíticas do desmantelamento da União Soviética em 1991. Este segmento não apenas mapeia a evolução da Rússia no palco internacional, mas também examina a assertividade e complexidade de sua política externa, cujas motivações são profundamente enraizadas em percepções de cerco, ameaça, insegurança e vulnerabilidade.

O Capítulo (4), "Rússia: Uma Superpotência Energética?", constitui uma avaliação aprofundada da posição da Rússia no espectro das potências energéticas globais. Este capítulo dissecará as reformas estratégicas implementadas no setor energético sob a administração de Vladimir Putin e avaliará o impacto dessas reformas na configuração geopolítica global, solidificando a posição da Rússia como uma potência influente.

O Capítulo (5), "A Arma Energética em Ação", é dedicada a uma análise empírica e multidimensional dos desdobramentos políticos e geopolíticos resultantes da mobilização da arma energética russa. Utilizando estudos de caso de países como Geórgia, Ucrânia e Belarus, este capítulo desvendará as complexidades e as consequências da estratégia russa na dinâmica geopolítica do espaço pós-soviético.

Por fim, as Considerações Finais (6) servem como um epílogo analítico, sintetizando as descobertas centrais e as contribuições acadêmicas deste trabalho. Este segmento também busca instigar reflexões futuras sobre os temas e conceitos abordados nos capítulos anteriores. Adicionalmente, a pesquisa é complementada por anexos que fornecem documentos e dados adicionais para a análise do tema central desta pesquisa.

2 A POLÍTICA MUNDIAL PELAS LENTES DA ENERGIA

Os recursos energéticos são fundamentais para quase todas as atividades da humanidade. Talvez não haja outro recurso que afete tanto a segurança, o bem-estar social, econômico e ambiental quanto a energia. Ela move computadores, meios de transportes, instrumentos de comunicação, equipamentos médicos e forças militares. É um recurso de vital importância para a humanidade, especialmente em tempos modernos. Assim, a disponibilidade, a acessibilidade e a confiabilidade destes recursos são condições necessárias para a segurança, a economia e para o desenvolvimento humano. Consequentemente, essa realidade influencia diretamente a trajetória de desenvolvimento dos Estados, tornando a energia não só um importante objetivo, mas também um meio da estratégia e da política nacional (Goldthau, 2013). Simultaneamente, a energia emerge como um vetor significativo que molda o comportamento internacional dos Estados, atuando como um instrumento potencial na condução de suas políticas externas. Para os Estados importadores, a garantia da segurança na oferta energética constitui uma componente essencial de sua agenda de segurança nacional. Em contrapartida, para os Estados exportadores, a estabilização e a expansão de mercados para seus recursos energéticos são imperativos que figuram proeminentemente em suas agendas políticas. (Shaffer, 2009).

Poucos percebem, de forma clara, como as relações internacionais são moldadas pela forma como os Estados produzem, comercializam e consomem energia. As estratégias nacionais frequentemente posicionam a energia no epicentro de suas agendas, dada a sua capacidade de engendrar interdependências complexas decorrentes das necessidades de oferta e demanda. Essa complexidade é exacerbada pela distribuição desigual de recursos energéticos a nível global, uma disparidade que inevitavelmente cria uma hierarquia de Estados com maior ou menor acesso a tais recursos. O resultado dessa realidade é que as questões relacionadas à energia se tornam profundamente geopolíticas, o que gera consequências distributivas importantes, uma vez que produz um cenário de vencedores e perdedores (Yergin, 2014).

Visto por este aspecto, a energia passou a simbolizar uma das mais importantes variáveis da nova geopolítica do século XXI, conforme apontado por Yergin (2014). De certa forma, sua proeminência sinaliza uma mudança profunda em relação à confiança tradicional no poder político e militar. Ao mesmo tempo, a energia não é menos um vetor de competição geopolítica do que o foram as armas nucleares ou as forças armadas massivas durante o período da Guerra Fria. Embora os mecanismos de influência internacional tenham evoluído para formas mais diversificadas e sofisticadas, os objetivos subjacentes mantêm-se em grande

medida inalterados, abrangendo a segurança nacional, a projeção de poder, o controle territorial e a busca por superioridade ou paridade estratégica (Högselius, 2019). Neste contexto, a ausência de acesso a recursos energéticos confiáveis emerge como um ponto de vulnerabilidade geoestratégica, catalisando preocupações em torno do conceito de "segurança energética". Este termo pode ser concisamente definido como o imperativo de assegurar fluxos de energia que sejam simultaneamente disponíveis, acessíveis e confiáveis (Pascual & Elkind, 2010).

Assim sendo, o controle sobre os recursos energéticos é um fator determinante de poder, riqueza e de conflito. Focar nesses aspectos intransigentes do comércio internacional de energia corresponde à narrativa dominante da política energética global, ou seja, da geopolítica, que é semelhante à escola realista de pensamento das Relações Internacionais. Nesse contexto, a energia é vista como uma moeda de poder, uma ferramenta estratégica de política externa e uma fonte-chave de conflitos (Klare, 2004).

Para a Rússia atual, a posse de extensos recursos de petróleo e gás natural constitui um elemento central de poder, análogo, embora em um contexto diferente, à importância estratégica das armas nucleares durante a era soviética. Enquanto as armas nucleares representavam um poder de dissuasão baseado na capacidade de destruição, os recursos energéticos oferecem à Rússia uma forma de influência mais sutil e pragmática. Ou seja, são ferramentas de poder flexíveis e adaptáveis, adequadas para uma variedade de aplicações geopolíticas, sem as severas implicações associadas ao uso de armamento nuclear. Enquanto o mundo já temia um possível confronto nuclear, agora muitos países, grandes e pequenos, temem e precisam da energia russa. Quando os comunicadores do Kremlin falaram da Rússia como uma “superpotência energética”, a mensagem que pretendiam transmitir é que a Rússia está de volta como uma superpotência global, multidimensional e, acima de tudo, moderna. Afinal, a energia não é apenas um instrumento de influência em si mesma, mas tem poder de impactar outras dimensões do poder - como o militar, político, econômico, tecnológico e cultural/normativo (Fernandes & Rodrigues, 2017). A energia é um recurso estratégico, portanto, uma importante variável na dinâmica de poder global.

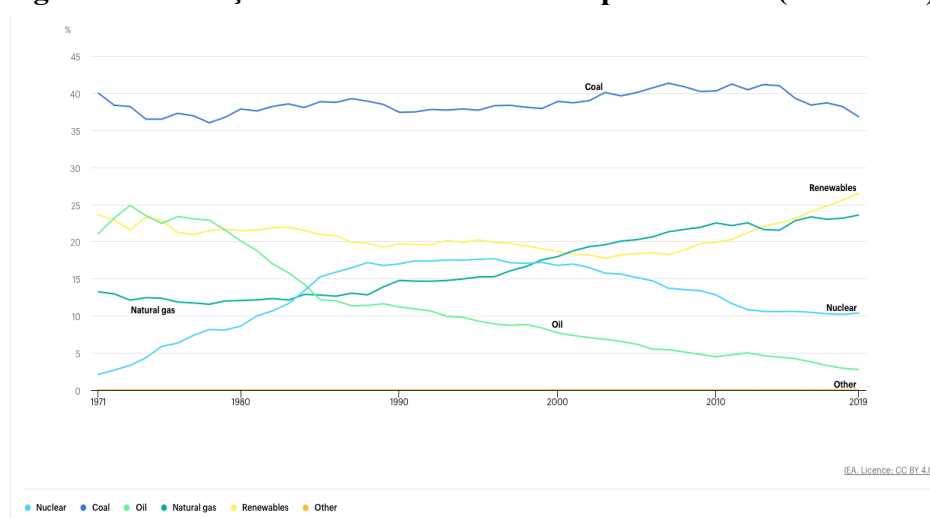
2.1 Energia: fonte de conflito ou cooperação?

A literatura contemporânea em Relações Internacionais (RI) encontra-se polarizada entre duas teorias antagônicas que debatem se a interdependência energética atua como um catalisador de conflito ou de cooperação entre Estados. A primeira, frequentemente denominada como *abordagem geopolítica*, posiciona a energia como um elemento intrínseco de conflito

interestatal. Esta perspectiva, fundamentada no realismo estrutural da teoria de RI, prevalece tanto em discursos acadêmicos quanto em debates públicos sobre a política energética. Neste arcabouço literário a questão da energia é frequentemente associada as abordagens geopolíticas tradicionais que estão ancoradas nos preceitos centrais do realismo político: dominação, rivalidade e conflito. Dannreuther (2013) define essa perspectiva realista simplesmente como a "geopolítica energética clássica", enquanto Kaplan (2018), destaca a existência da geopolítica energética - que figura com as tradicionais geopolíticas militar, diplomática e econômica. Kaplan argumenta que os recursos naturais e as rotas de comércio - por onde esses recursos fluem até os consumidores finais - são elementos centrais para o estudo da geografia, e consequentemente, para a dinâmica geopolítica global (Kaplan, 2018).

A predominância da abordagem realista nos estudos de política energética em Relações Internacionais pode ser atribuída, em grande medida, à contínua dependência global de fontes de energia não renováveis. Segundo dados de 2019, o petróleo representava aproximadamente 31% do consumo energético global, enquanto o gás natural e o carvão contribuíram com cerca de 23% e 27%, respectivamente (International Energy Agency, 2020). Tal cenário implica que Estados ou regiões detentores de abundantes recursos energéticos não renováveis detêm uma vantagem estratégica significativa na arena internacional. Além disso, os atores que controlam a extração e o transporte desses recursos para mercados externos exercem uma influência considerável sobre o equilíbrio político - tanto em escala regional quanto global. Nesse contexto, a energia pode ser analisada eficazmente através de uma lente geográfica e está intrinsecamente entrelaçada com a dinâmica do poder político, conforme articulado por Kaplan (2018).

Figura 1– Produção Global de Eletricidade por Recurso (1971-2019)



A tendência de ver a geografia como um instrumento de política de poder é algo natural nas teorias geopolíticas tradicionais. Ao reduzir a geografia em um objeto que pode ser conquistado ou distribuído para o acúmulo de poder, a geopolítica tradicional torna-se bastante alinhada à teoria realista das RI (Sloan & Gray, 1999). Durante muito tempo esse modo de explicação foi utilizado para simplificar o mapa-múndi para os formuladores de políticas, colocando uma forte ênfase no tamanho, distância e outros atributos físicos dos territórios que poderiam ser subjugados por fatores tradicionais de poder - como a força militar de um Estado (Cohen, 1994). Esta é uma importante razão que explica a popularidade das abordagens geopolíticas tradicionais no campo da política externa ao longo da História, principalmente em momentos em que a energia e segurança estiverem fortemente atrelados.

Em contraste, uma teorização rival conhecida como abordagem de *governança energética global* baseia-se em conceitos da teoria neoliberal institucionalista das Relações Internacionais para explicar o papel dos recursos energético na dinâmica internacional. Segundo Wilson (2019), essa abordagem concentra-se em observar a energia como um domínio internacional potencialmente cooperativo. Ou seja, a interdependência pode ser considerada uma característica definidora da segurança energética, uma vez que pouquíssimos Estados possuem toda a gama de bens energéticos que suas economias demandam. Tal cenário teria catalisado o fenômeno conhecido como "globalização da energia". Segundo essa literatura, a cooperação em matéria energética tem o potencial de gerar benefícios mútuos e atenuar os riscos associados à insegurança energética em escala global (Wilson, 2019).

De um lado, os Estados importadores temem que uma oferta restrita e que preços altos impactem negativamente sua segurança energética. Por outro lado, a volatilidade do mercado dificulta o planejamento de investimentos em projetos de energia e em toda infraestrutura relacionada nos países exportadores (Wilson, 2019). Para ambas as partes, as crescentes inquietações acerca da escassez de recursos e das mudanças climáticas servem como catalisadores para a "transição energética", que visa mitigar a dependência de hidrocarbonetos convencionais por meio do fomento de fontes renováveis (Graaf & Sovacool, 2020). Esta abordagem, ao conceber as relações energéticas como potencialmente cooperativas, reenquadra a insegurança e o conflito não como elementos intrínsecos, mas como consequências contingentes de "falhas de mercado" (Wilson, 2019). Tais falhas poderiam ser corrigidas através de ações coletivas, culminando na instauração de uma governança energética global.

Apesar de apresentarem preceitos radicalmente diferentes, as abordagens *geopolítica* e de *governança global* convergem quanto ao ponto de vista sistêmico da teorização. Elas conceituam a política energética como um jogo de coordenação internacional primariamente

jogado entre governos, destacando que o comportamento estatal é explicado pela inferência ao “jogo da interdependência energética”. Neste sentido, o debate propõe explicar se essa dinâmica é de soma zero – securitizado e conflitante (visão geopolítica); ou de soma positiva – não-securitizado e cooperativo (governança global). Dessa forma, as teorizações de RI sobre política energética reproduzem os termos do chamado “debate Neo-Neo”, que promove o embate entre a realismo estrutural e o institucionalismo neoliberal (Baldwin, 1993).

Teoricamente, tal teorização coloca a literatura de Relações Internacionais (RI) sobre política energética em tensão com avanços mais contemporâneos no campo. Durante os anos 1980, no contexto do "segundo debate do Estado", teóricos de RI questionaram o enfoque sistêmico de teorização adotado tanto pelo realismo estrutural quanto pelo institucionalismo neoliberal (Hobson, 2000). Segundo essa crítica, as teorias sistêmicas falham em capturar adequadamente o impacto das políticas domésticas sobre as políticas externas, tratando as preferências estatais como variáveis exógenas e não explicadas. Consequentemente, essas teorias sistêmicas seriam insuficientes em considerar as particularidades institucionais específicas inerentes a cada Estado (Hobson, 2000).

Nesse sentido, percebe-se que as abordagens tradicionais das RI, particularmente no estudo de política energética, carecem de um olhar mais cuidadoso e aprofundado que utilize a combinação de fatores sistêmicos e domésticos em sua lente de análise. Contudo, essa limitação não deve ser vista como um obstáculo insuperável. Na seção subsequente, exploraremos qual teoria das Relações Internacionais pode ser eficaz em preencher essa lacuna analítica, abordando fatores sistêmicos e domésticos sem sacrificar a parcimônia teórica.

2.2 Realismo Neoclássico e a Conversão de Capacidades

Como os Estados, ou mais especificamente os tomadores de decisão e instituições que agem em seu nome, avaliam as ameaças e oportunidades internacionais? Como os Estados procedem para extrair e mobilizar os recursos necessários para implementar as políticas externas e de segurança? Qual a função dos recursos energéticos nesse processo? Nesta seção buscaremos responder esses questionamentos à luz do Realismo Neoclássico das Relações Internacionais (RI), teoria escolhida como modelo analítico para explicar a instrumentalização do setor energético, por parte dos líderes russos, com objetivo de alcançar interesses de política externa - neste caso o reposicionamento da Rússia na distribuição de poder global.

O realismo neoclássico é o reflexo da tendência, entre os analistas de RI, de buscar maneiras de combinar categorias explicativas de natureza materiais/objetivas, com as subjetiva

- de natureza externa e interna. É uma abordagem de política internacional que enfatiza que o escopo e a ambição da política externa de um país são impulsionados primeiro e principalmente por seu lugar no sistema internacional e, especificamente, por suas capacidades de poder material relativo; mas que também reconhece a importância das variáveis intervenientes no nível da unidade (Burchill, 2001). Percepções, memórias históricas, cultura e outros fatores subjetivos, por exemplo, desempenham um papel importante na seleção e implementação de respostas políticas ao ambiente internacional (Lobell, Ripsman, & Taliaferro, 2009).

Olhando um pouco de volta ao passado, uma das principais premissas realistas é que os Estados visam a provisão de segurança, manutenção e/ou maximização de poder, influência e soberania (Burchill, 2001). No entanto, os realistas clássicos também notaram que não apenas fatores materiais (como a disponibilidade de recursos naturais, o estado de desenvolvimento militar-industrial e socioeconômico, tamanho das forças armadas etc.), mas também subjetivos ou sociopsicológicos (por exemplo, competência da elite política, caráter nacional, moral etc.) importam (Baumann, Rittberger, & Wagne, 2001). Além disso, eles notaram que nem todas as políticas externas seguiram sempre um curso tão racional, objetivo e não emocional.

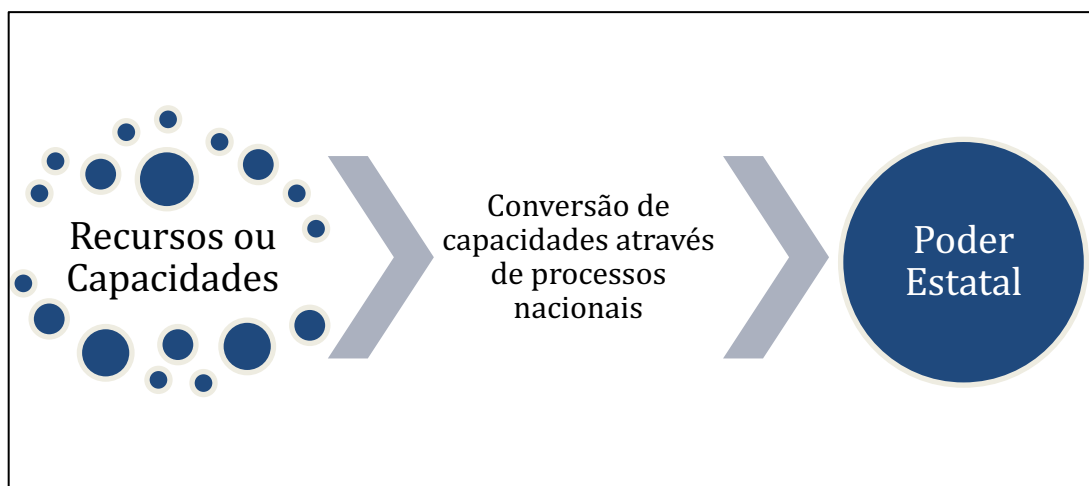
No realismo neoclássico, os principais atores do sistema internacional não são os Estados, mas aqueles que os lideram. Os estadistas, não as nações, são os que enfrentam e constroem a arquitetura do sistema internacional. Para os teóricos desse pensamento, os tomadores de decisão são incapazes de utilizar todo o poder que um Estado tem - entendido como capacidade militar, econômica e/ou energética. Os estadistas conseguem usar apenas parte do poder nacional que o aparelho de Estado pode extrair. Zakaria (1998) sugere a seguinte hipótese acerca do realismo neoclássico: as nações tentam expandir seus interesses nacionais no exterior quando os decisores centrais percebem um aumento relativo no poder dos outros Estados (Zakaria, 1998).

Sendo assim, para a teoria realista neoclássica das Relações Internacionais a variável independente com a qual a política externa é explicada é a preocupação dos Estados pela posição relativa que ocupam na distribuição de poder internacional. Concomitantemente, o realismo neoclássico busca (re)introduzir de maneira sistemática importantes fatores domésticos em suas explicações de política externa. Geralmente esses fatores traduzem-se em recursos (aqui podemos encaixar a energia), capacidade de mobilização, influência dos atores sociais domésticos e grupos de interesse, nível de coesão das elites internas, entre outros. Esses elementos não são considerados os principais determinantes do comportamento internacional dos Estados, e sim variáveis intervenientes, presentes em modelos que priorizam a explicação por meios dos fatores sistêmicos.

Nesse contexto, o Realismo Neoclássico emerge como uma abordagem teórica apta a elucidar o problema de pesquisa em questão. Assim, o declínio da Rússia no sistema internacional e sua subsequente percepção de ameaça frente às potências ocidentais seriam, de acordo com esta teoria, fatores influentes na formulação da política externa do Kremlin. Embora as Relações Internacionais comportem uma pluralidade de dimensões analíticas, optamos por concentrar nossa atenção no Realismo Neoclássico, dada sua capacidade de fornecer explicações robustas acerca das aspirações dos líderes russos.

Para solidificar tal argumentação, é pertinente invocar uma obra seminal na literatura de estudos internacionais da década de 1970: *Three Approaches to the Measurement of Power in International Relations*, de Jeffrey Hart. Neste escrito, Hart postula que o poder estatal pode ser categorizado em três estratos distintos: (1) recursos ou capacidades; (2) conversão dessas capacidades por meio de processos nacionais; e (3) eficácia dos resultados (Hart, 1976). O ponto de partida para pensar o desenvolvimento de métricas para o poder nacional é ver os Estados como "contêineres de capacidade"², que só conseguem transformar seus recursos em poder (de fato) através de um processo de conversão. Assim, este processo de conversão torna-se necessário e fundamental para que os Estados alcancem seus objetivos no âmbito externo.

Figura 2 - Níveis de Poder Estatal



Fonte: Elaborado pelo autor.

O poder obtido através da conversão dos recursos mobilizados por um Estado é fungível, segundo Hart. Ou seja, pode ser facilmente convertido de um tipo de poder para outro - o poder econômico pode ser convertido em poder em militar, por exemplo. No entanto, existem certas limitações, nem todo poder pode ser convertido para um outro tipo. O poder do Estado é descrito

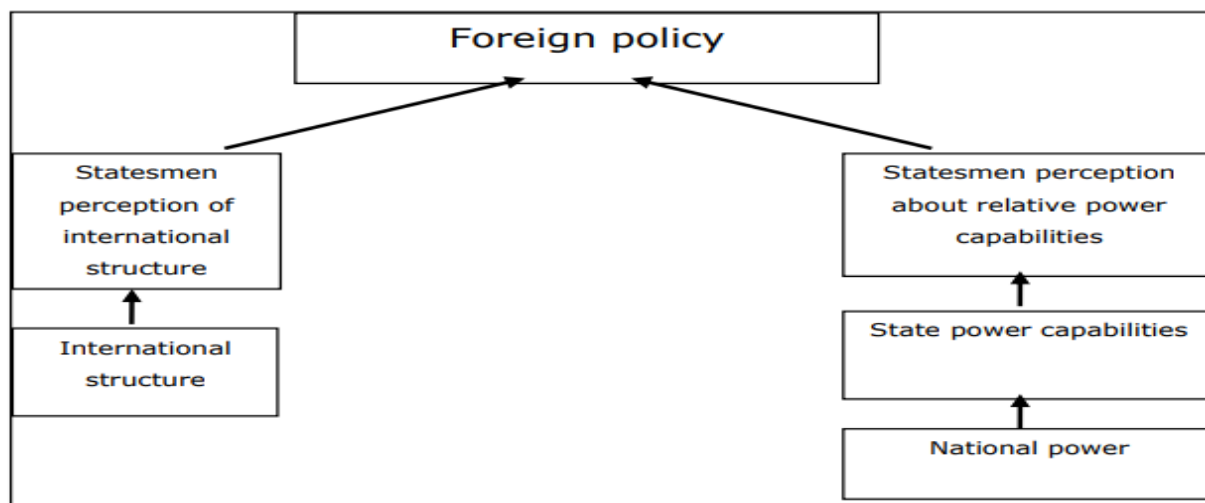
² Por capacidade entenda-se demografia, economia, tecnologia e recursos naturais.

como a capacidade do aparato estatal de extrair poder nacional para alcançar seus fins. O Estado aqui é entendido como: uma organização composta por várias agências lideradas e coordenadas por seus líderes. A liderança (autoridade executiva) é que tem a capacidade ou autoridade de fazer e implementar as regras vinculativas para todas as pessoas, formular e executar regras para as organizações sociais em um determinado território, usando a força quando e se necessário (Zakaria, 1998).

Naturalmente, diferentes Estados têm diferentes capacidades e, portanto, diferentes posições na hierarquia da distribuição de poder global. Para ter maiores possibilidades de expandir seus interesses para o exterior, um Estado precisa de instituições estatais capazes de extrair poder nacional de suas riquezas e recursos. A abordagem do realismo neoclássico do poder do Estado é racional e objetiva, pois os governos, e não as nações, moldam a política externa e selecionam ferramentas para a implementação de seus interesses (Hart, 1976). Nesse sentido, os recursos energéticos não fazem parte da política externa de um país até que seja possível convertê-los em ferramenta de poder por meio de processos estatais.

De acordo Zakaria (1998), os Estados se expandem como consequência dos recursos materiais. O realismo neoclássico oferece bons caminhos para a análise dos recursos energéticos na política externa, uma vez que a teoria se concentra no poder material e destaca a importância da estrutura doméstica do Estado, bem como a percepção dos estadistas acerca do sistema internacional. Esses aspectos criam a oportunidade de explicar as diferentes posições dos recursos energéticos na política externa de diferentes Estados. Permitem inclusive analisar mudanças na atuação da política externa em determinados períodos em que o poder energético nacional não tenha mudado (Dannreuther, 2013). Os exemplos da Rússia ou da Venezuela ilustram bem esse argumento, uma vez que os recursos energéticos se tornaram mais importantes na agenda de política externa após mudanças de governo (quando Vladimir Putin e Hugo Chávez assumiram os cargos). Ademais, os aspectos apresentados pelo realismo neoclássico permitem a análise da relação entre recursos energéticos e política externa não apenas nos Estados exportadores, mas também nos importadores e nos países de trânsito.

Figura 3 - Política Externa com base na Teoria do Realismo Neoclássico



Fonte: Baumann, Rittberger, & Wagne (2001).

Dito isto, o realismo neoclássico sugere uma abordagem analítica mais simples, sem a necessidade de observar a política interna de um país em pleno detalhes. Quando mudanças nos governos ou na percepção dos governos são encontradas, elas podem ser usadas para explicar alterações nos interesses dos Estados no sistema internacional, e consequentemente, mudanças na política externa. Isso evita uma análise doméstica muito profunda que provavelmente distorceria o foco e daria atenção a outros objetos, ao invés daquele desejado. Tanto o realismo neoclássico quanto o neorrealismo acentuam as restrições do sistema internacional, mas sem deixar de considerar as restrições domésticas para a análise do comportamento externo. Isso é especialmente importante para o estudo dos recursos energéticos na pauta de política externa, pois possibilita explicações a respeito das principais diferenças entre os Estados pertencentes a um mesmo grupo (exportadores, consumidores e Estados de trânsito).

Outro ponto observável nas lentes da teoria realista neoclássica é que utilização dos recursos energéticos para fins de política externa são usados mais comumente em Estados onde o setor de energia está mais próximo ao governo, em comparação com Estados onde o setor de energia é predominantemente privado (Ghaleb, 2011). Ou seja, é mais difícil transferir recursos de energia do poder nacional (capacidades) para o poder estatal (poder dos resultados), onde o setor de energia é mais independente em relação às estruturas governamentais. Isso explica o porquê de os Estados menos democráticos usarem os recursos energéticos para projetar seus interesses no exterior de forma mais comum e eficiente (Moran & Russell, 2009).

Em resumo, o realismo neoclássico é uma teoria em que variáveis domésticas interagem com forças sistêmicas para manter a parcimônia. É uma teoria que permite analisar o papel que

a segurança energética desempenha na política externa dos Estados. Por este ângulo de análise, as interações e variáveis estão intimamente interligadas, sugerindo amplas explicações e previsões. Assim, o “nacionalismo energético russo”, que veremos nos capítulos posteriores, pode ser entendido como um esforço da Rússia de converter a imensa capacidade energética do país em poder e influência na ordem internacional. Esse processo é apontado como uma das engrenagens do ressurgimento russo nos últimos anos. O aumento do protagonismo da Rússia nas relações internacionais é considerado um resultante da estratégia de instrumentalizar o controle sobre sua capacidade energética para alavancar sua economia e usar a exportação de gás e petróleo como arma política no plano internacional. O petróleo e o gás natural são meio para se chegar a outro patamar, o de reforçar as bases para que o país tenha condições de exercer uma política exterior de maior envergadura. Ou seja, a energia tem sido um elemento central dentro da grande estratégia russa.

2.3 Energia e Grande Estratégia

A interação entre energia, segurança e grande estratégia parece ser um ambiente apropriado para investigar, através de uma perspectiva mais ampla, a estreita relação entre recursos energéticos e segurança. Um atento olhar sobre uma estrutura estratégica pode nos revelar como a energia influencia um conjunto de interações entre países, atores e instituições globais.

Antes de tudo, é importante destacar que o conceito de grande estratégia é bastante abrangente. Deste modo, nos deteremos a três definições operacionais amplamente aceitas pela literatura das Relações Internacionais, da História e dos Estudos Estratégicos. Feaver (2009), por exemplo, define a grande estratégia como um conjunto de planos e políticas mobilizadas para alcançar interesses nacionais estratégicos. Já para o historiador John Lewis Gaddis, a grande estratégia é um processo pelo qual um Estado relaciona fins estratégicos de longo prazo aos meios, sob a perspectiva geral e duradoura, objetivando promover o interesse nacional (Jeffrey W. Taliaferro, 2012). Por outro lado, Biddle (2016) argumenta que a grande estratégia identifica e articula os objetivos de segurança de um determinado ator político em um determinado momento, e delineia como eles serão alcançados através da combinação de instrumentos de poder - incluindo instrumentos militares, diplomáticos e econômicos. Percebe-se, desta forma, que as definições de grande estratégia acima apresentadas enfatizam três elementos-chave:

1. Fins/objetivos;
2. Meios/recursos disponíveis para alcançar seus objetivos;
3. Formas/instrumentos/ferramentas para execução.

A grande estratégia dos países importadores de energia frequentemente visa garantir os suprimentos necessários para o consumo doméstico ao custo de preços acessíveis. No entanto, a maioria desses países possuem poucas ferramentas geopolíticas e acabam dependendo do mercado global para obter sua energia. Nesse caso, suas estratégias priorizam a criação de reservas de moeda estrangeira com o objetivo de adquirir esses suprimentos no mercado internacional. Países exportadores, no entanto, podem empregar estratégias políticas, diplomáticas, econômicas e militares para alcançar seus objetivos energéticos e políticos. Isto é, garantir recursos financeiros e influência através da venda de seus hidrocarbonetos.

Neste sentido, a busca por segurança energética pode criar tensões que levam a conflitos indiretos. Em outros casos, a necessidade de energia de um determinado país pode gerar tensões que antecedem conflitos violentos. Embora a guerra não seja a estratégia adotada para obter recursos energéticos, o confronto armado pode ser um subproduto de outras estratégias usadas para garantir o acesso a energia. Em termos atuais, conflitos ou guerras podem surgir de uma competição global por recursos, especialmente se os países acreditarem que o mundo está atingindo seus limites energéticos. Este assunto é exaustivamente tratado por Klare (2004).

Geralmente, a energia é vista somente como sendo um fim/objetivo final de um país. No entanto, ela também tem um importante papel, tanto nos *meios* de uma grande estratégia, como pode ser a *forma* pela qual um país alcança seus objetivos não energéticos (Goldthau, 2013). Os países usam sua produção de energia ou sua demanda de energia para tentar moldar a arena internacional de uma forma que seja mais favorável aos seus interesses nacionais mais amplos. E a energia também pode fornecer as receitas (os meios) para os países seguirem uma política externa específica, ou agendas domésticas que podem ter implicações na segurança internacional.

Devido à importância estratégica dos recursos energéticos, eles são capazes de provocar impactos e consequências geoestratégicas, tornando-se instrumentos de poder no tabuleiro geopolítico global. Eles permitem influenciar tanto o sistema de forma abrangente, como seus atores individuais, que podem mobilizar o setor de energia como um recurso de poder nacional. Conforme apontado por Česnakas (2016), para que se extraia poder nacional do setor de energia três elementos precisam ser considerados: determinismo geográfico e tecnológico, capacidade econômicas e decisões políticas do Estado. Portanto:

- O Estado deve possuir recursos energéticos em seu território;
- O Estado deve ser capaz de extraí-los de forma econômica e racional, utilizando as tecnologias disponíveis;
- O Estado deve dispor de recursos econômicos para desenvolver a extração, produção, refino e exportação;
- Os tomadores de decisão responsáveis pelo Estado devem exercer uma vontade política de explorar e exportar estes recursos.

O determinismo geográfico divide os Estados entre consumidores e fornecedores. Deve-se ressaltar que o determinismo geográfico, tecnológico e econômico impacta as posições dos Estados na distribuição de poder global e permite seu trânsito de um grupo para outro. Ou seja, fornecedores podem se tornar importadores e/ou vice-versa. Tal dualismo pressupõe que para os países-importadores os recursos energéticos são os objetivos de uma grande estratégia, para ganhá-los transferem seu poder econômico por meio do comércio (pagando em moeda, bens ou serviços). Outras transferências de poder em troca de recursos energéticos são possíveis através de cooperação política, econômica, militar, tecnológica etc. Em outros casos, um país-importador pode tentar adquirir recursos utilizando formas de poder com as quais os fornecedores não concordam, e que são consideradas ilegítimas: ameaças, chantagens e ações militares (como será abordado na próxima seção).

Em decorrência da dicotomia dos Estados no sistema energético global é natural que para os países-fornecedores os recursos energéticos se transformem em instrumentos que permitam converter o poder do setor energético em poder econômico ou de qualquer outra natureza para ganhar/aumentar sua influência sobre outros atores do sistema internacional. A importância dos recursos energéticos como instrumentos de política externa está aumentando à medida em que instrumentos militares de política externa não são considerados pelos tomadores de decisão.

Deste modo, como base para o crescimento econômico, a energia estará no centro das avaliações de praticamente todos os países. De acordo com Goldthau (2013), um dos impulsionadores da grande estratégia japonesa seria a dependência quase completa do país de fontes externas de energia. Assim, qualquer estratégia política e militar seria elaborada, pelo menos em parte, para garantir um acesso confiável e o menos dispendioso possível a recursos externos. Em contraste, a Rússia – um país rico em energia- consideraria esses recursos como um enorme ativo estratégico, e naturalmente desenvolve uma grande estratégia baseada em sua energia para o avanço de outros objetivos não energéticos nas esferas internacional e regional.

Em outras palavras, a energia tem um grande papel na formulação de estratégias nacionais, uma vez que ela é base para o crescimento econômico e é um fator chave no cenário internacional.

2.4 Arma política

Existe uma “arma energética”? Os produtores podem bloquear o fornecimento de energia a um Estado ou grupo de Estados para atingir objetivos políticos ou para enfraquecer um oponente? Como os recursos energéticos podem ser manipulados para fins políticos? Existem pelo menos três aspectos do comércio e investimento internacional de energia que os Estados podem tentar "manipular" para fins geopolíticos: (1) fluxos de energia, (2) preços e (3) infraestrutura (Graaf & Sovacool, 2020). Essas diferentes técnicas de política energética podem servir a objetivos que são benignos - por exemplo, fomentar a paz e a interdependência entre países - ou menos benigna - para exercer influência geopolítica sobre outros Estados. Em ambos os aspectos, o ator geopolítico que usa a energia como arma deve cumprir três condições: (1) exportar em escala global ou regional - para estar em posição de impactar os preços de mercado; (2) precisa possuir uma multidimensionalidade estratégica que permita resistir a ameaças e pressões externas; e (3) finalmente, deve gozar de uma economia estável o suficiente para acomodar internamente as perdas econômicas acarretadas por seu jogo geopolítico (Fernandes & Rodrigues, 2017).

Tabela 3 - Aspectos e Condições da Arma Energética

	Aspectos da Arma Energética	Condições para o Ator Geopolítico
1	Interrupções dos fluxos de energia	Ser exportador em escala global ou regional
2	Manipulação dos preços	Possuir multidimensionalidade estratégica
3	Manipulação da infraestrutura	Economia estável

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.4.1 Manipulação dos fluxos

Os Estados podem utilizar a arma energética ao tentar manipular os fluxos transfronteiriços de energia. Isso pode ser feito por meio de sanções ou boicotes, como no famoso caso do embargo do petróleo árabe de 1973 (Graaf & Sovacool, 2020). No início da década de 1970, havia uma grande insatisfação dos países árabes para com os Estados Unidos. Este quadro era alimentado pelo comportamento da Casa Branca em relação ao conflito árabe-israelense. Em 1972, o rei saudita chegou a alertar o presidente Nixon de que se caso não mudasse sua política em relação à Palestina, os Estados Unidos iriam sofrer retaliações de ordem econômica. Os exportadores árabes, pela primeira vez, passaram a reconhecer o petróleo como um importante instrumento de poder. Deste modo, em 1973, “de posse da ‘arma do petróleo’, embargaram o produto para os países ocidentais em resposta ao apressado reabastecimento de armas, pelos Estados Unidos, a um Israel sitiado [e] abalado por um ataque-surpresa durante o Yom Kippur” (Yergin, 2014, p. 279). A intenção era forçar a Casa Branca a reduzir seu apoio político, econômico e militar a Israel. Nem mesmo o bom relacionamento de Washington com Riad foi suficiente para evitar o apoio dos xeiques sauditas ao embargo árabe. Naquele momento a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) representava 50% da produção de petróleo mundial, o que colocava muita pressão sobre as empresas petrolíferas. Em consequência, o preço do barril de petróleo disparou e chegou a quadruplicar no início de 1974. O fornecimento internacional de petróleo entrou em choque.

Economicamente, o efeito do embargo da OPEP foi devastador. A estagnação econômica e o sentimento de insegurança começaram a assolar não só a economia americana como a mundial (Jentleson, 2010). No entanto, as consequências do embargo foram muito além de fatores econômicos, foram também políticas. A grande dependência europeia do petróleo árabe induziu os líderes do continente a pressionar Washington para que mudasse sua política em relação ao Oriente Médio. Os Estados Unidos decidiram não negociar com os árabes produtores de petróleo. Ao invés disso, dirigiu seus esforços diplomáticos em prol de um acordo entre Egito, Síria e Israel. Esta iniciativa diplomática resultou, em 1974, nos acordos de *Camp David*³. Embora esse choque econômico tenha levado os Estados Unidos a negociar um cessar-fogo, o tiro acabou saindo pela culatra da OPEP. O embargo do petróleo desencadeou um movimento em direção a uma maior eficiência energética: países consumidores de petróleo

³ Os Tratados de Camp David, formalizados em 1978 sob a mediação dos Estados Unidos, inauguraram uma era de paz entre Israel e Egito. No âmbito desse acordo, o Egito reivindicou com sucesso a restituição da Península do Sinai, ao passo que concedeu reconhecimento diplomático a Israel, marcando um precedente ao se tornar o primeiro Estado árabe a tomar tal iniciativa.

como o Japão começaram a se afastar das indústrias intensivas em petróleo, e nos Estados Unidos, a demanda por carros maiores e menos eficientes em combustível foi reduzida. A crise alimentou um programa nos Estados Unidos para buscar a independência energética, e os preços mais altos do petróleo desencadearam uma busca por fontes alternativas de suprimento de energia não-OPEP, principalmente as localizadas no Mar do Norte, Alasca e na bacia do Cáspio.

Há evidências que a manipulação de fluxo transfronteiriço também foi utilizada no caso do gás natural. As polêmicas guerras do gás russo-ucranianas (elementos que serão melhor analisados nos próximos capítulos) têm sido frequentemente interpretadas como exemplos da chamada "arma energética" russa (Graaf & Sovacool, 2020). O envio de gás natural da Rússia para a Ucrânia foi, de fato, cortado em janeiro de 2006, em janeiro de 2009 e em junho de 2014 (Kirby, 2014). O fato de a estatal Gazprom ter o monopólio legal dos fluxos de exportação de gás apenas reforça a visão de que o Kremlin pode decidir abrir ou fechar as torneiras de gás por motivos geopolíticos. Isso gerou vários apelos de políticos europeus no sentido de “desarmar” a arma energética da Rússia (Reuters, 2014). Embora haja poucas dúvidas de que a Rússia, ocasionalmente, utilize sua posição de maior fornecedor de gás do seu “entorno estratégico” como uma ferramenta para ganhar influência política, o exemplo é menos explícito do que o embargo do petróleo árabe (Grigas, 2012). As ameaças de gás da Rússia sempre foram embrulhadas em um discurso de obrigações comerciais e legais - conforme veremos em mais detalhes nos próximos capítulos.

Outra oportunidade para interromper os fluxos físicos de energia está no segmento intermediário - isto é, no transporte (Collins, 2017). Os fluxos de energia baseados em rede, como oleodutos e gasodutos, ou linhas de transmissão de eletricidade, oferecem oportunidades para sabotagem ou ataques. Dutos de longa distância, que atravessam outros países, podem ser bloqueados pelos países de trânsito. Embora na maioria das vezes esses dutos operem sem nenhum problema notável, há registros de interrupções por motivos políticos. Um caso em questão é a exportação de gás do Turcomenistão para Europa, via Rússia. Em meados da década de 1990, a Gazprom, como única proprietária dos gasodutos que levam o gás turcomano para a Europa, suspendeu as exportações do país e exigiu um aumento nas taxas de trânsito. Na ocasião o Turcomenistão estava vulnerável e não teve como resistir, visto que não havia alternativas de exportação viáveis na época (Vasánczki, 2011).

Em relação ao petróleo, os riscos de transporte estão principalmente associados aos chamados “pontos de estrangulamento” - ou seja, vias navegáveis estreitas por onde passa um número significativo de petroleiros diariamente. As apreensões recentes de petroleiros internacionais pelo Irã, no verão de 2019, revelam a importância estratégica destes pontos. O

Estreito de Ormuz, que liga os produtores de petróleo do Oriente Médio aos principais mercados globais é a artéria de petróleo mais importante do mundo. Em seu ponto mais estreito, tem apenas 21 milhas de largura e a faixa de navegação tem tão somente 2 milhas de largura em todas as direções (Ver Figura 4). A cada dia, cerca de 30 por cento de todo o petróleo bruto comercializado por via marítima passa por ele, bem como um volume significativo de GNL (Friedman, 2012). O Irã ameaçou várias vezes interromper o fluxo de energia através de Ormuz, muitas vezes em resposta às sanções dos Estados Unidos. No verão de 2019, por exemplo, vários petroleiros foram apreendidos pelo Irã em Ormuz, levando vários países ocidentais a enviar navios de guerra para a região (BBC, 2019). Em Pequim, os estrategistas chineses estão preocupados com o domínio naval dos Estados Unidos no Golfo Pérsico, no qual poderia ser explorado para bloquear as exportações de petróleo para o Leste, em caso de um potencial conflito entre Washington e Pequim (Carr, 2020).

Figura 4 - Estreito De Ormuz



Fonte: Marimón (2019).

Não são apenas os exportadores ou os países de trânsito que conseguem empunhar a "arma da energia". Os importadores também podem fazer uso dessa ferramenta através do embargo. Em meados da década de 1980, por exemplo, a Europa e os Estados Unidos uniram-se aos esforços de vários países em desenvolvimento para embargar o envio de petróleo à África do Sul, em um sinal de repúdio ao *Apartheid* (Crawford, 1999). Outro caso que merece destaque são as sanções sobre a indústria de petróleo do Irã. Há décadas o país sofre restrições por parte dos Estados Unidos e da União Europeia, que pune severamente empresas que investem e negociam com agentes do setor energético iraniano. Em 2015, Teerã chegou a firmar um acordo

histórico com seis potências mundiais, onde aceitou negociar restrições em seu programa nuclear em troca de alívio dessas sanções. Em 2018, no entanto, os Estados Unidos sob a presidência de Donald Trump, desistiu do acordo e as sanções passaram a vigorar novamente. O impacto dessas restrições sobre as exportações de petróleo é gigantesco. A título de exemplo, entre 2011 e 2013, as exportações de petróleo iranianas despencaram de 2,5 milhões (bpd) para 1,2 milhão de (bpd) (Sharafedin & Nasralla, 2021).

Alguns tipos sanções não objetivam restringir as exportações de energia de um país produtor, afinal, dependendo do peso do país alvo, tal ação elevaria os preços globais do produto e acabaria impactando negativamente também nas receitas do país importador. Em vez disso, algumas sanções têm como função impedir o investimento e o comércio, afetando assim o crescimento futuro da indústria de energia do país alvo (Graaf, Sovacool, et al., 2016). Essa abordagem serviu de base para as sanções impostas sobre a Rússia em 2014 - uma resposta de países ocidentais e do Japão à anexação da Crimeia (Takenaka, 2016). Naquele momento, bloquear as exportações da Rússia significava retirar do mercado mundial de petróleo cerca de 10 milhões (bpd). O cálculo estratégico apontava ser impraticável e perigoso para a economia global. De igual modo, bloquear cerca de 160 bilhões de metros cúbicos de gás natural russo para a Europa prejudicaria as economias europeias, e não só a russa. Portanto, as sanções de energia aplicadas sobre a Rússia após 2014 acabaram se restringindo ao petróleo, e foram projetadas apenas para limitar o crescimento futuro da produção provinda de reservas localizadas no Ártico, em águas profundas ou das reservas de xisto (Kirchner, 2019).

Para além das sanções e embargos visando restringir as exportações de energia de um país rival, às vezes os atores políticos buscam exercer influência geopolítica, não retendo o fornecimento de petróleo e gás, mas fazendo exatamente o oposto: inundando o mercado (Graaf & Sovacool, 2020). Depois que os preços do petróleo caíram drasticamente em 2014, por exemplo, a OPEP decidiu não cortar a sua produção porque preferia manter sua participação de mercado em face da crescente produção de xisto nos Estados Unidos (The Economist, 2014). Não está claro se esse movimento deve ser interpretado como uma estratégia de negócios vinculada à lucratividade ou como um movimento estratégico de política externa, por exemplo, para impor danos ao rival geopolítico da Arábia Saudita - o Irã. Em 1986, a Arábia Saudita já havia aberto as torneiras de petróleo para recuperar a fatia de mercado que havia perdido, em parte, para seus colegas membros da OPEP, muitos dos quais não cumpriram sua cota (The New York Times, 1986).

Mais recentemente, durante os primeiros meses da pandemia de COVID-19, em 2020, houve uma queda abrupta da demanda internacional do petróleo. O preço do barril de Brent,

referência global para preços de petróleo, que se aproximava dos US\$ 70 em janeiro, sofreu uma depreciação acentuada, atingindo cerca de US\$ 50 apenas dois meses depois. Diante deste cenário, a OPEP+, composta pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados, incluindo a Rússia, convocou uma reunião em Viena com o intuito de estabelecer estratégias para estabilizar os preços. Contrariando as expectativas e as orientações sauditas para cortes mais profundos na produção, a Rússia optou pela recusa, desencadeando uma guerra de preços com a Arábia Saudita. Na prática, a recusa russa tinha por objetivo evitar novos cortes na produção, e determinar que as restrições já existentes deixassem de vigorar (Blas, Wardany, & Smith, 2020). Para o Kremlin, a implementação de novos cortes na produção abriria um vácuo de mercado que beneficiaria a indústria de xisto dos Estados Unidos, cuja capacidade produtiva poderia ser incrementada em até 1 milhão de barris por dia. A Rússia estava ciente do alto custo de produção associado ao petróleo de xisto, e sua recusa visava, portanto, mitigar a expansão norte-americana no mercado petrolífero global.

Por outro lado, Riad reagiu com vigor. Em poucas horas, anunciou a redução no preço de venda de petróleo para a China, que passou a ser vendido com descontos de até US\$ 7 por barril. Mais do que isso, a monarquia saudita elevou sua produção diária em 2 milhões de barris, encharcando o mercado internacional (Lemos, 2020). A resposta de Riad à Rússia teve como principal objetivo manter os preços baixos, garantir uma maior participação de mercado, principalmente sobre clientes russos e, assim, dar um forte recado político para Moscou.

2.4.2 Manipulação de Preços

A manipulação dos preços da energia é uma estratégia utilizadas pelos governos quando o objetivo é influenciar indiretamente nos fluxos físicos de energia (Graaf, Sovacool, Ghosh *et al.*, 2016). No início da década de 1970, por exemplo, os países produtores de petróleo conseguiram capturar das grandes empresas privadas o controle sobre o preço do petróleo. Assim, entre outubro e dezembro de 1973, a OPEP aumentou unilateralmente o preço do barril do petróleo leve que custava \$3,65 para \$11,65 (International Monetary Fund, 2000). No entanto, o sistema de preços administrado pela OPEP entrou em colapso em meados da década de 1980, sendo substituído por um novo sistema de preços baseado no mercado. Mesmo assim, os países petrolíferos muitas vezes vendem petróleo a preços subsidiados a países considerados aliados ou aliados em potencial (Graaf & Sovacool, 2020).

Em 2010, membros da Comunidade de Estados Independentes – CEI (grupo formado pela Rússia e pelos Estados pós-soviéticos) podiam comprar petróleo da Rússia por um valor

em média 35 por cento menor do que os demais países. O objetivo de Moscou era manter os Estados da região dentro de sua esfera de influência através de estímulos e parcerias de ordem econômica (Larsson, 2006). Nesse sentido, a Federação Russa oferecia aos países aliados gás natural com preços abaixo dos acordados com a Europa Ocidental (que serve como padrão nas negociações), enquanto países hostis aos interesses de Moscou pagaram mais caro pela mesma energia. Ao longo de toda a década de 1990 e nos primeiros anos deste século, este era um comportamento padrão da Rússia. No entanto, entre 2004-2005, Moscou decidiu acabar com esta prática e começou a elevar os preços para a maioria dos seus clientes se aproximando do padrão europeu. O objetivo oficial era ter um preço padrão para todos os clientes até 2011 (Orttung e Overland, 2011).

Na América Latina, a Venezuela iniciou em 2005 um programa que permitia a venda de derivados de petróleo refinados em condições preferenciais para nações caribenhas. A iniciativa ficou conhecida como *Petrocaribe* (Jácome, 2011). Essa estratégia de política externa almejava transformar o Caribe e a América Central em um bloco de negociação unificado junto a Caracas, que atuaria como uma ponte para o estabelecimento de alianças estratégicas intragrupo e com outros parceiros – como Rússia e China. Devido a problemas econômicos de grande magnitude, o regime de Maduro teve que reduzir significativamente suas contribuições para o programa, reduzindo em muito seu potencial (Graaf & Sovacool, 2020).

Por fim, importante salientar que o comércio de gás natural é mais susceptível à manipulação de preços para fins políticos do que o petróleo. Especialmente no caso de quando ele é enviado por meio de dutos (e não em navios-tanque de GNL) (Graaf & Sovacool, 2020). Os atributos fixos dos dutos transfronteiriços atrelam relacionamentos de forma muito efetivas, criando profunda dependência entre fornecedores, países trânsito e Estados clientes. Desta forma, cria-se oportunidades para a politização do comércio de gás, já que o país consumidor muitas vezes não tem opção, em um curto espaço de tempo, de recorrer a outros fornecedores. A instrumentalização da infraestrutura energética para fins geopolíticos será o tema da próxima seção.

2.4.3 Manipulação de Infraestrutura

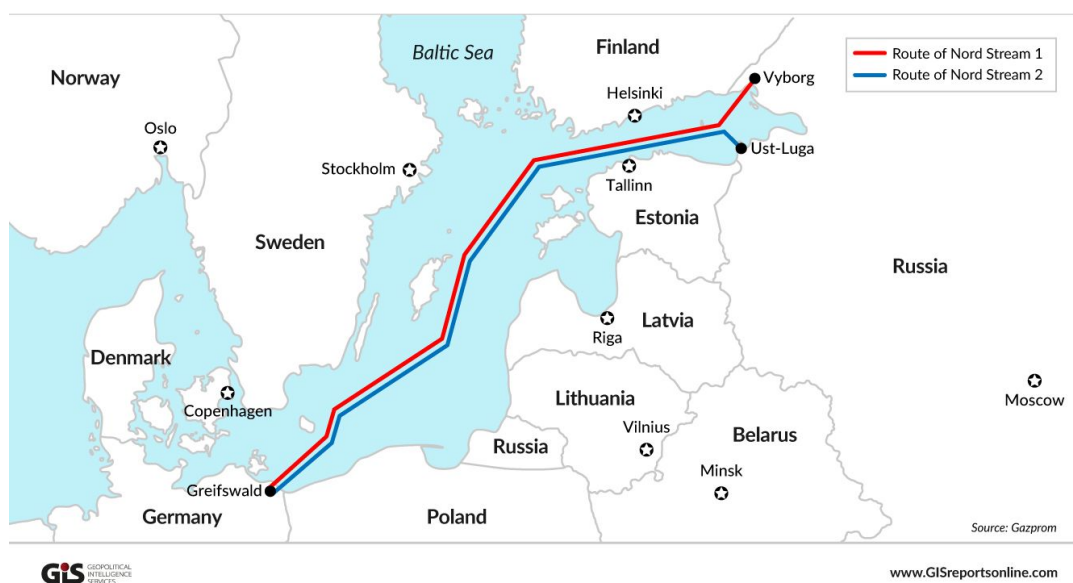
Os sistemas de infraestrutura energética também são alvos de disputas geopolíticas. Afinal, comandar as rotas de transporte por onde esses recursos fluem é requisito valioso para o uso da “arma energética”. O comércio de trânsito é um fator chave para uma vantagem econômica relativa competitiva, especialmente quando rotas alternativas de trânsito não são

viáveis por razões geográficas, técnicas ou contratuais (Grigas, 2017). Ademais, esse tipo de controle é essencial para o uso de interrupções no fornecimento de energia em países alvos da arma energética (Stegen, 2011).

Neste contexto, a geopolítica dos dutos eurásiana merece um importante destaque. Na Ásia Central, a Rússia mantém uma série de vantagens geopolíticas que fortalecem sua posição mesmo após a dissolução da URSS. Sobretudo a infraestrutura física construída durante a era soviética, em especial os gasodutos e oleodutos. No entanto, o fim da URSS e o surgimento de novos Estados independentes acabou por fragmentar o controle político sobre essa infraestrutura, fato que tornou a Rússia dependente de dutos estrangeiros para fazer chegar seus recursos energéticos aos mercados da Europa Central e Ocidental (Orttung e Perovic, 2009). O principal destino da energia russa é o mercado europeu, e as rotas para esse mercado acabam passando por territórios de países que, por vezes, têm posições políticas diferentes dos interesses de Moscou. Uma vez que as receitas de petróleo e gás representam mais da metade do orçamento federal russo e mais de 70% do total das exportações do país, qualquer risco para o seu sistema de transporte de energia é visto pelo Kremlin como uma questão de interesse nacional (Collins, 2017). Essa realidade tem provocado uma interferência política direta do Kremlin nos Estados trânsito – como no caso da Ucrânia (Ghaleb, 2011). Assim, a dependência russa em relação aos países trânsito e a conseguinte busca por autonomia do Kremlin tem fomentado uma relação instável com muitos de seus vizinhos (Balmaceda, 2013).

No entanto, a disputa pelo controle dos dutos eurásianos não se restringe aos países do espaço pós-soviético. Por mais de uma década a União Europeia apoiou a construção de rotas alternativas de gás natural vindas do Sul do continente. O objetivo era reduzir sua dependência do gás russo e romper os laços de vulnerabilidade que os países membros da OTAN possuem com Moscou. Por outro lado, a Rússia tem se aliado a outros países europeus e desenvolvido rotas de gás alternativas, como o *Nord Stream 1* e 2. Objetivo é contornar os territórios de países hostis e assim garantir o monopólio sobre o abastecimento do mercado europeu. Enquanto o gasoduto *Nord Stream 1* ainda era construído, Moscou já avançava para a construção do *Nord Stream 2* (Ver Figura 5), um segundo gasoduto que interligará Rússia e Alemanha através do Mar Báltico. A divulgação deste projeto dividiu a Europa e provocou grande oposição dos Estados Unidos, que temem que o gasoduto possa comprometer a segurança da Europa. Em 2019, o senado dos Estados Unidos aprovou um projeto de lei impondo sanções às empresas envolvidas na construção do *Nord Stream 2* (DW, 2019). Dentre outras coisas, as sanções revogam os vistos e chegam a bloquear a propriedade em território americano de todos aqueles que estejam envolvidos no projeto.

Figura 5 - Rotas dos Gasodutos Nord Stream 1 e 2



Fonte: Umbach (2020).

Nesses termos, o papel estratégico e geopolítico da energia tem se feito presente na competição pelo poder global. No passado, os formuladores políticos e acadêmicos se concentravam principalmente no petróleo, e não no gás natural - que desempenhava um papel apenas secundário no mercado mundial de energia. Afinal, historicamente, o gás tem sido uma *commodity* orientada, principalmente, para o consumidor; enquanto o petróleo para fins militares e industriais (Grigas, 2017).

Contudo, o gás natural é mais suscetível a variáveis políticas do que o petróleo. As dificuldades de transportá-lo por longas distâncias por terra ou através dos mares, tornaram no um combustível regional e não um produto global fungível. Também é importante salientar que transporte de gás natural tem sido frequentemente operacionalizado por monopólios estatais. Consequentemente, os países produtores e importadores precisam firmar vínculos diretos e duradouros, por meio de contratos de longo prazo, e de parcerias na construção de redes de gasodutos. Dentro desse contexto, acreditamos que o gás natural é o instrumento mais aquedado para investigar a relação entre recursos energéticos e a política internacional, especificamente na configuração geopolítica da eurásia.

2.4.4 Interdependência assimétrica: uma fonte de poder?

A interdependência assimétrica pode ser transformada em uma fonte de poder político e econômico. Afinal, são as assimetrias na dependência que fornecem ferramentas de influência sobre outros atores. Em outras palavras, os menos dependentes muitas vezes podem usar uma relação de interdependência como uma fonte de poder (Keohane & Jr, 2001). As considerações sobre o uso da arma energética são, portanto, fortemente influenciadas por expectativas e cálculos racionais sobre o desenvolvimento futuro e sobre o custo do rompimento da relação comercial (Keohane & Jr, 2001). Conforme afirma Axelrod (1984), na interdependência assimétrica “o futuro lança uma sombra sobre o presente e afeta a situação estratégica atual” (Axelrod, 1984, p. 12).

A questão central neste tipo de interdependência são os custos de oportunidade pelo não cumprimento dos acordos. Estes cálculos dependem das características do produto e das opções alternativas que os atores alvo possuem. Por exemplo, uma relação pode ser uma fonte de poder para o exportador (B) se o rompimento do negócio causar grandes prejuízos ao importador (A), e ao mesmo tempo causar pouco ou nenhum dano a si próprio (B). Se (A) puder substituir a escassez ou se (A) pode viver completamente sem o produto embargado, a dependência não constitui uma fonte de poder para (B). Isso vale ao contrário: se o exportador (B) pode prescindir ou substituir facilmente as perdas com as não exportações para importador (A), um embargo de importação não constitui uma fonte de poder.

Nesses termos, a ameaça de um embargo de energia devido a considerações políticas é, portanto, uma função da simetria dos impactos de um cancelamento unilateral do negócio sobre ambos os atores. O ator menos dependente pode exercer seu poder sobre o parceiro mais dependente e levá-lo a fazer coisas que, de outra forma, não o faria. O ator mais dependente, por outro lado, não tem poder sobre o outro ator. Como seus custos são mais altos, ele não conseguirá sustentar a pressão por um tempo suficientemente longo. O ator menos dependente, neste caso, será capaz de suportar a pressão e simplesmente esperar. Uma relação assimétrica, portanto, é uma fonte de poder. Mas isso significa apenas que esse poder *pode* ser utilizado, não necessariamente que *será* utilizado (Keohane & Jr, 2001).

Uma relação comercial interdependente não é estática, muito pelo contrário, pode ser altamente dinâmica. A ameaça de uma interrupção já pode ser motivo suficiente para uma ou ambas as partes se prepararem para conflitos futuros. O ator dependente será especialmente sensível às mudanças no nível de ameaça percebido e pode tomar medidas para reduzir essa dependência (Collins, 2017). Um exemplo típico são já as citadas reservas estratégicas de petróleo dos países da AIE, que representam tanto um impedimento para reduções deliberadas

e politicamente motivadas no fornecimento de petróleo, quanto um poderoso instrumento para responder a tais reduções (Fernandes & Rodrigues, 2017).

Os efeitos durante uma interrupção também não são estáticos. Afinal, ambos os lados tentarão minimizar os seus próprios danos. Normalmente, o importador pode tentar substituir o bem embargado ou encontrar outros fornecedores, ou até mesmo, tentar minimizar a demanda interna do produto (Graaf *et al.*, 2016). De semelhante modo, o exportador pode redirecionar suas exportações para outros mercados, ou utilizá-las para consumo próprio. Assim, as assimetrias iniciais da interdependência, bem como o desenvolvimento da assimetria ao longo do tempo, incluindo possíveis contramedidas, devem ser levadas em consideração ao avaliar a possibilidade da utilização da arma energética como uma fonte de poder e influência política.

2.5 Estratégias de Segurança Energética

Um Estado pode alcançar a segurança energética pelos seguintes meios: diversificação de fontes e fornecedores de energia; estocagem de combustível; criação de infraestrutura redundante e promoção da flexibilidade no uso de combustível (Graaf *et al.*, 2016). Alcançar a segurança energética adequada não exige, necessariamente, que um Estado possa produzir, a longo prazo, todas as suas necessidades de energia por meio de suas fontes doméstica. Aqui faz-se necessário uma importante diferenciação.

Segurança Energética e Independência Energética são dois conceitos distintos. Em novembro de 1973, ~~por exemplo~~, o presidente Richard Nixon lançou o “plano de independência energética” dos Estados Unidos, definindo essa “independência” como uma situação em que a produção de energia doméstica é adequada e suficiente para atender as próprias necessidades de energia, sem depender de quaisquer outras fontes estrangeiras (Homans, 2012). A independência energética, portanto, é um conceito relacionado à segurança energética e envolve o aumento da autossuficiência energética. Consequentemente, um país com um baixo nível de independência precisará de fornecedores externos, ficando exposto a potenciais eventos de instabilidade, ou a futuras tensões no relacionamento com seus parceiros comerciais. A segurança energética refere-se à garantia de acesso contínuo e ininterrupto a fontes de energia a preços acessíveis. Conceitos devidamente distinguidos, direcionemo-nos agora às estratégias frequentemente utilizadas pelo Estados para a persecução da segurança energética, conforme apresentado por Novikau (2019).

1. Eficiência energética

A eficiência energética traduz-se como a realização de um maior número de atividades com o mesmo consumo de energia, e é frequentemente elencada como o primeiro passo para aprimorar a segurança energética. A redução da demanda pode reduzir a dependência de fontes de energia importadas, que é a medida tradicional da segurança de abastecimento. Mudanças tecnológicas e avanços na gestão de energia nos setores de transporte, serviços, manufatura e residencial diminuem a intensidade energética da economia, que é definida como a relação entre a oferta de energia primária e o PIB (Produto Interno Bruto).

2. Armazenamento

O armazenamento de energia, incluindo o armazenamento de recursos energéticos, é frequentemente utilizado para alterar o tempo da entrega destes recursos. Isso permite um alívio temporário das incompatibilidades entre a oferta e a demanda. O armazenamento serve para melhorar a eficiência econômica dos sistemas de energia. Na prática, como isso funciona? Durante um período de baixa demanda, o armazenamento permite que o sistema opere com alta eficiência, e durante um período de alta demanda, o uso da energia armazenada substitui a potência de pico que gera altos custos marginais. No caso de interrupção do fornecimento, o armazenamento atua como um mecanismo de primeira resposta, economizando tempo antes que outros mecanismos e/ou reajustes mais adequados possam ser acionados. O papel do armazenamento de gás natural, a título de exemplo, é especificamente enfatizado como uma medida de segurança energética contra interrupções de curto prazo no abastecimento da Rússia à Europa Oriental (European Commission, 2016). No entanto, os custos de capital inicial para a construção de instalações de armazenamento de gás natural são relativamente elevados. O volume de gás que deve ser mantido em um local de armazenamento pode ser significativo, dependendo do tipo de armazenamento. Finalmente, os custos associados à manutenção do gás armazenado também podem ser bastante altos.

3. Diversificação das fontes e fornecedores

Outra solução comum para a insegurança energética é a diversificação dos riscos por meio da ampliação dos tipos de combustíveis e fornecedores de energia. Alguns tomadores de decisão de política energética, por exemplo, enxergam a energia nuclear como a principal alternativa aos combustíveis fósseis. Afinal, o combustível nuclear pode ser fornecido a partir

de regimes estáveis e, a longo prazo, pode custar menos que os combustíveis fósseis. Além disso, a energia nuclear é frequentemente vista como neutra em carbono. Por outro lado, os altos custos de capital e prazos de entrega, em contraste com os preços relativamente baixos dos combustíveis fósseis, são parcialmente responsáveis pelo crescimento lento no consumo desse tipo de energia (Vlček, 2016). Mais importante ainda, os riscos inerentes de segurança e proteção, associados ao transporte de combustível nuclear, as operações das usinas, ao descarte de lixo radioativo e as preocupações com a sua proliferação, tornam a energia nuclear uma alternativa problemática aos combustíveis fósseis.

Nesses termos, há limitações e riscos atribuídos aos combustíveis fóssil e à energia nuclear como instrumentos de aprimoramento de segurança energética. Assim, as fontes de energia renováveis (ER) são frequentemente vistas como uma das maneiras mais realistas de atingir as metas de segurança. O termo energia renovável é muito abrangente e, de fato, inclui uma variedade de fontes de energia e tecnologias distintas. Temos em seu escopo desde pequenas instalações fotovoltaicas domésticas a grandes barragens hidrelétricas. O fato é que as energias renováveis podem permitir a diversidade máxima de fontes de energia por parte dos Estados (Bang, 2010).

Embora as tecnologias possam ser altamente dependentes de importações na fase inicial de desenvolvimento, uma vez instaladas elas podem ser usadas principalmente sem a necessidade de suprimentos externos; portanto, possibilitam o aumento da energia produzida internamente e a diminuição da dependência de importações (Graaf *et al.*, 2016). Além disso, como acontece com a energia nuclear, a maior parte das energias renováveis é vista como neutra em carbono. Deste modo, muitos países estimulam o uso de fontes de ER para aumentar sua segurança energética e/ou atingir metas ambientais, além de se proteger contra possíveis usos da “arma energética”.

Após a análise do arcabouço conceitual e teórico da pesquisa em tela, é crucial voltar nossa atenção para um ator que desempenha um papel significativo na geopolítica energética global: a Rússia. No próximo capítulo, exploraremos a visão e o posicionamento da Rússia na ordem internacional pós-soviética, um período marcado por transformações significativas e redefinições estratégicas. Além disso, avaliaremos o processo de "conversão de capacidades" implementado por Vladimir Putin, uma estratégia que moldou a trajetória da Rússia no cenário mundial e reforçou sua posição como uma potência influente. Esta análise nos permitirá melhor compreender as motivações e os movimentos da Rússia no tabuleiro geopolítico global nos dias atuais.

3 A RÚSSIA NA ORDEM INTERNACIONAL PÓS-SOVIÉTICA

O colapso da União Soviética, em 1991, teve um impacto significativo na geopolítica global. O mundo bipolar abriu espaço para uma ordem mundial dominada pelos Estados Unidos - que se tornou a única superpotência global. O fim da Guerra Fria também intensificou o processo de globalização e a disseminação da democracia liberal como modelo político dominante. Embora tenha aberto caminho para um mundo mais globalizado e democrático, o fim da URSS deixou também um legado de incertezas e desafios.

Ainda que a Federação Russa tenha emergido como a principal sucessora da URSS e herdado o aparato nuclear e os assentos em fóruns internacionais, sua identidade foi incerta e seu status, prestígio e papel no mundo passaram a declinar. Os objetivos da política externa do Kremlin não foram claramente desenvolvidos e as instituições destinadas a fazer e implementar esses objetivos foram mal gerenciadas. Não obstante, o caos político e econômico levou o país a uma profunda crise financeira e ao enfraquecimento da sua posição na distribuição de poder global (Bushkovitch, 2014).

Esta tese parte da premissa de que a política externa russa é fortemente influenciada por percepções de ameaça e vulnerabilidade. Estas podem incluir preocupações persistentes tanto sobre ameaças externas como internas, possivelmente apoiadas por inimigos externos. A configuração geográfica da Rússia, marcada pela ausência de fronteiras naturais⁴, bem como as lembranças de um passado marcado por invasões estrangeiras, têm fomentado um discurso nacional de vulnerabilidade e preocupação com ameaças exteriores (Mankoff, 2011). Os líderes soviéticos que enfatizaram a ameaça representada pelas forças do capitalismo e seus esforços para exercer controle sobre o Pacto de Varsóvia⁵, foram parcialmente motivados pelo desejo de criar uma barreira entre a União Soviética e o Ocidente (Tsygankov A. P., 2019). A Rússia tem se sentido perenemente vulnerável e muitas vezes exibe um tipo de agressividade defensiva, conforme argumentado por Mearsheimer (2014).

Atualmente, os países menores que fazem fronteiras com a Rússia são vistos menos como amigos e mais como instrumentos vulneráveis e manipuláveis nas mãos dos inimigos do

⁴ Fronteiras que não foram estabelecidos pelo homem: rios, córregos, mares e montanhas.

⁵ Aliança político-militar estabelecida em 14 de maio de 1955 entre oito países socialistas da Europa Central e Oriental. Criado como uma resposta ao ingresso da Alemanha Ocidental na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1955, o pacto foi uma ferramenta essencial para a União Soviética exercer controle sobre seus aliados do bloco oriental durante a Guerra Fria. Os membros fundadores incluíam a Albânia, Bulgária, Checoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Romênia e União Soviética. A Albânia retirou-se em 1968. O pacto dissolveu-se oficialmente em 1 de julho de 1991, após o fim da Guerra Fria e as revoluções democráticas que varreram a Europa Oriental no final dos anos 1980.

Kremlin (McNabb, 2016). Independentemente das reais intenções de seus vizinhos, a Rússia leva a sério a possibilidade de invasão do exterior, que às vezes se manifesta por meio de seus discursos e ações agressivas. A história da Rússia, incluindo a revolução comunista de 1917 e a dissolução da União Soviética em 1991, também levou os líderes russos a se preocuparem com insurreições internas. Gleb Pavlovsky, um ex-assessor de Putin, observa:

No seio do Kremlin, desde o ataque de 1993 [...], há uma convicção absoluta de que assim que o centro do poder muda, ou se houver pressão das massas, ou o surgimento de um líder popular, então todos serão aniquilados. É um sentimento de grande vulnerabilidade (Pavlovsky, 2014, p. 62, tradução nossa).

Por causa da instabilidade e da falta de instituições tradicionalmente fortes, os líderes russos talvez sintam particular incerteza sobre sua posição e segurança. O medo da revolução popular foi agravado pelo recente apoio dos Estados Unidos à Primavera Árabe e às "Revoluções Coloridas" – eventos que potencializaram essa percepção nos líderes russos. Portanto, as preocupações do Kremlin sobre ameaças estrangeiras e domésticas estão frequentemente interligadas. Os decisores russos afirmam com certa frequência que os inimigos estrangeiros buscam fomentar rebeliões internas, e usam essa afirmação como pretexto para atacar os oponentes domésticos. Durante o período soviético, George Kennan, diplomata e historiador estadunidense, observou que as forças de oposição interna na Rússia foram consistentemente retratadas como agentes de forças estrangeiras de reação, que no caso da URSS, tinha por objetivo derrubar o regime no poder (Kennan, 1947). Da mesma forma, o governo Putin adotou recentemente uma legislação que permite ao governo reprimir organizações estrangeiras que representam uma ameaça à capacidade de defesa, à segurança do Estado, à ordem pública, ou à saúde da população (DW, 2015). Na prática, quaisquer que sejam as reais intenções das organizações estrangeiras ou o potencial de revolta liderada por estrangeiros, estas podem ser combatidas pelos líderes russos para fortalecimento e manutenção do regime político vigente.

3.1 O entorno estratégico da Rússia (Near Abroad)

A liderança russa tem promovido uma visão de um mundo multipolar, na qual as grandes potências devem ter suas próprias "zonas de influência" - regiões onde elas possam determinar as regras do jogo. Isso implica na necessidade de outras "grandes potências" reconhecerem a esfera de dominação de Moscou sobre o espaço pós-soviético. Reivindicar essa

esfera de dominação é importante para a legitimidade doméstica e a estabilidade política do Kremlin (Busygina & Filippov, 2020). Embora a reivindicação de ser uma "grande potência" seja significativa para a política doméstica russa, ela torna os Estados vizinhos cada vez mais relutantes em delegar sua soberania a instituições de integração regional lideradas por Moscou. O temor é que elas se tornem instrumentos de dominação russa. A ambição de grande potência produz, portanto, um *trade-off*: para as nações vizinhas menores, ela leva à perda de confiança em seu vizinho assimetricamente poderoso, o que tornam as tentativas de desenvolver processos de integração bastante limitados.

Todo o período pós-soviético foi marcado por inúmeras tentativas de organizar o espaço pós-soviético por meio de projetos ambiciosos de integração regional. Esses projetos não foram capazes de lançar um genuíno processo de integração, mas eventualmente foram úteis para os objetivos políticos domésticos do Kremlin (Bushkovitch, 2014). Na prática, essas estruturas de integração centradas na Rússia serviram, principalmente, como fachada para relações bilaterais assimétricas da Rússia com seus parceiros menores. Esse bilateralismo foi mais importante para as ambições geopolíticas da Rússia do que a própria construção de relações multilaterais em organizações de integração regional - como será abordado posteriormente.

Apesar disso, os líderes da Federação Russa procuraram articular de forma consistente uma política de laços estreitos e influência geopolítica dentro do seu “quintal geográfico” – o chamado espaço pós-soviético (FSU)⁶ ou *near abroad*. Este termo foi forjado após a dissolução da União Soviética como uma tentativa de expressar o peso especial que as ex-repúblicas soviéticas recém-independentes teriam na política externa russa em geral, e na política energética em particular. Esta afirmação está ancorada no documento confidencial de 1992 elaborado pela Comissão Parlamentar de Relações Exteriores. Nele, o diplomata Yevgeny Ambartsumov apresenta a nova atuação de Moscou no espaço pós-soviético como uma espécie de “Doutrina Monroe”⁷ da Rússia (Rumer, 1995). Como sucessora legal, internacionalmente reconhecida da URSS, a Federação Russa, de acordo com este documento, deveria conduzir sua política externa a partir de uma doutrina que proclame todo o espaço geopolítico da ex-URSS como uma esfera de interesse vital - nos moldes da “Doutrina Monroe” dos Estados

⁶ Former Soviet Union (singla em inglês)

⁷ Proclamada em 1823 pelo quinto presidente dos Estados Unidos, James Monroe, a Doutrina Monroe é um princípio fundamental da política externa norte-americana em relação à América Latina. Resumida pelo lema "América para os americanos", a doutrina afirmava que qualquer tentativa de intervenção ou recolonização europeia nas Américas seria vista como um ato de agressão que exigiria a intervenção dos Estados Unidos. Embora inicialmente focada em prevenir o imperialismo europeu no continente americano, ao longo dos anos, a doutrina foi usada para justificar a intervenção dos Estados Unidos em assuntos internos de nações latino-americanas, muitas vezes sob o pretexto de proteger os interesses americanos e promover a estabilidade regional.

Unidos na América Latina. O objetivo era assegurar à comunidade internacional a compreensão e o reconhecimento de seus interesses especiais neste espaço vital (Solchanyk, 2001).

Como resultado, a Rússia buscou, desde os primeiros anos após a desintegração soviética restabelecer sua influência em toda a FSU, buscando uma política externa que alavancasse sua capacidade de manobra e seu poder de barganha. (Tsygankov A. P., 2014). Considerando a relação de interdependência assimétrica no âmbito energético, o foco inicial e prioritário foi dado para os Estados da FSU que carregavam o status de região intermediária entre a Rússia e a UE - os chamados Estados-trânsito.

3.1.1 Comunidade dos Estados Independentes (CEI)

Em 8 de dezembro de 1991, dias antes da desagregação da União Soviética, foi criada a CEI – Comunidade dos Estados Independentes. O acordo de criação foi assinado entre a Rússia, Belarus e a Ucrânia. A Comunidade foi ancorada no princípio da igualdade soberana dos seus Estados-membros. O objetivo era constituir um mecanismo agregador e facilitador de uma transformação pacífica da velha URSS em uma nova forma de organização que perpetuasse o poder da Rússia no antigo espaço soviético (Freire & Kanet, 2012).

No entanto, o estabelecimento da Comunidade de Estados Independentes não impediu as repúblicas de seguirem seu próprio caminho, independentemente de terem aderido à nova organização, exceto para as três Repúblicas Bálticas - Estônia, Letônia e Lituânia - que nunca foram membros da Comunidade. Quanto às outras repúblicas sucessoras da União Soviética, o seu compromisso e participação neste quadro institucional tornou-se variável. Com o passar do tempo e a interpretação instrumental da Federação Russa sobre a organização, sua eficácia e capacidade de ação começaram a diminuir (Freire & Kanet, 2012). Não há dúvida de que a CEI, hoje muito frágil em termos de coesão interna, é essencialmente um fórum de diálogo. Além disso, verifica-se que a Comunidade é institucionalmente disfuncional, o que significa que a influência e os objetivos de controle da Rússia provaram ser limitados, apesar de seu poder e influência na região.

É importante ressaltar que o espaço CEI, apesar de muitas vezes rotulado como área homogênea, apresenta níveis de diferenciação consideráveis e o seu grau de heterogeneidade é sobressalente a diferentes níveis - seja quanto a recursos materiais e humanos, governança interna, ou opções de política externa. Sendo assim, a própria influência da Federação Russa encontra condicionantes que dificultam uma abordagem estratégica única (Stronski, 2020). Esta pluralidade constitui obstáculos à formulação política e estratégica da Rússia para a região o

que acaba gerando políticas contraditórias quem nem sempre são direcionadas numa lógica de reciprocidade e com efeitos positivos para Moscou (Freire & Kanet, 2012).

Desde o início da sua presidência, em 2000, Vladimir Putin tem enfatizado a relevância do espaço CEI na política externa do Kremlin, mantendo-a como área de primazia e interesse estratégico. Em sucessivos discursos e documentos oficiais esta formulação se torna evidente. Todavia, Putin também reconhece que práticas homogêneas, aplicadas a um espaço tão heterogêneo, acaba tendo implicações limitadas. Esta realidade o levou o presidente russo, em um primeiro momento, a repensar estratégias e criar caminhos alternativos de cooperação dentro da organização. Neste sentido, ele se concentrou no desenvolvimento de relações amigáveis e parcerias estratégicas com todos os Estados membros da CEI. As relações práticas com cada um deles passaram a ser estruturadas de acordo com abertura recíproca à cooperação e com a atenção aos interesses da Federação Russa, incluindo o respeito das garantias de direitos dos compatriotas russos que vivem no exterior (The Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000).

3.1.2 Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC)

Após o declínio da União Soviética, as nações recém-independentes se viram diante do imperativo de conceber estruturas de segurança autóctones. A Convenção sobre as Forças Armadas e as Tropas de Guarda de Fronteira, ratificada em 30 de dezembro de 1991 pelos líderes da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), endossou o direito dessas entidades políticas de instituir suas próprias forças militares e coordenar forças conjuntas durante um período de reestruturação (Vasilyeva & Lagutina, 2016). Países como Estônia, Letônia e Lituânia optaram pela adesão à organização ocidental OTAN, enquanto Azerbaijão, Moldávia e Geórgia estabeleceram suas próprias estruturas armadas nacionais. Em contrapartida, países como Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Turcomenistão se manifestaram a favor de forças armadas integradas como um instrumento de segurança coletiva. Este consenso culminou na assinatura do Tratado de Segurança Coletiva (TSC) em maio de 1992. O Tratado entraria em vigência oficialmente em 20 de abril de 1994 (Vasilyeva & Lagutina, 2016).

Este novo instrumento de segurança coletiva delineou um conjunto de obrigações para os Estados signatários, incluindo a renúncia ao uso ou ameaça de força em suas interações bilaterais e a resolução de conflitos por métodos pacíficos. De acordo com o Artigo 51 do

Estatuto das Nações Unidas⁸, em circunstâncias de agressão contra um Estado-membro, as demais nações signatárias são compelidas a fornecer assistência adequada. Nos seus estágios iniciais, o Tratado possuía uma função mais simbólica do que efetiva. (Vasilyeva & Lagutina, 2016). Contudo, a adesão ao Tratado expandiu-se em 1993, quando Azerbaijão, Geórgia e Belarus se juntaram, enquanto Moldávia e Ucrânia escolheram um status de país observador. Em 1999, o pacto foi renovado, com exceção de Azerbaijão, Geórgia e Uzbequistão, que optaram pelo seus desligamentos (Dorjpalam, 2023).

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o Tratado de Segurança Coletiva (TSC) experimentou diversas etapas de transformação. No ano de 2000, um marco importante foi alcançado quando os líderes dos Estados-membros optaram por uma profunda revisão da colaboração militar. Essa decisão culminou na institucionalização em 2002 do TSC, que transformou-se em OTSC – Organização do Tratado de Segurança Coletiva. Os membros vigentes dessa organização incluíam Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão (Dorjpalam, 2023).

Figura 6 - Países Membros da OTSC (2023)



Fonte: Elabora pelo Autor.

⁸ Este artigo estabelece o direito inerente de autodefesa individual ou coletiva em caso de um ataque armado contra um Estado-membro das Nações Unidas. Este direito não é prejudicado pela Carta e permite que os Estados tomem medidas de defesa até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para manter a paz e a segurança internacionais. O artigo serve como uma base jurídica para ações militares empreendidas em defesa contra agressões, e é frequentemente citado em discussões relativas à legitimidade do uso da força em relações internacionais.

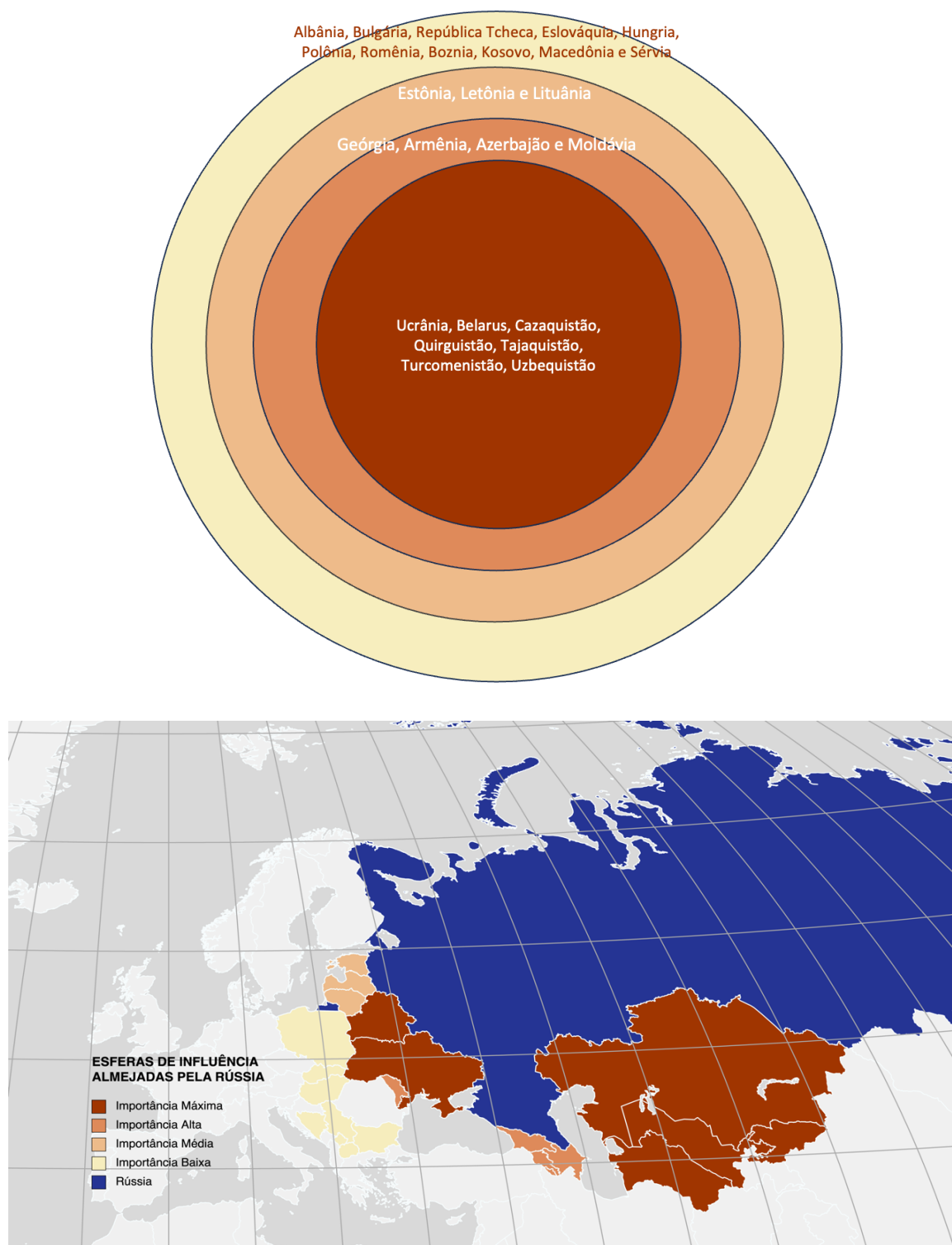
Nesses termos, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) emergiu como um elemento crucial na estratégia de segurança militar da Rússia para a Ásia Central. Com o objetivo de consolidar a integridade territorial e a coesão econômica dos Estados-membros, a OTSC atua como uma barreira contra agressões externas e outras contingências de risco. A política russa é direcionada para restringir a intervenção militar de nações externas na região, fortalecendo, assim, o papel da OTSC. Embora não tenha ainda alcançado sua plenitude como mecanismo de segurança coletiva, a OTSC permanece como a entidade mais viável para assegurar a estabilidade e a integridade territorial dos seus Estados-membros (Dorjpalam, 2023). A eficácia da organização se manifesta em exercícios militares periódicos e na adoção de medidas contra atividades ilícitas.

3.2 Limites e Alcance da Influência da Rússia no seu Near Abroad

Decifrar os contornos e ambições da Rússia em sua esfera de influência estratégica constitui um desafio complexo. Analistas russos costumam caracterizar este “estrangeiro próximo” como países que antes faziam parte da União Soviética, com exceção do Báltico, observando que a Rússia não tem mais influência ou interesses significativos nessa região (Nygren, 2018). Concomitantemente, a Rússia é ativa nos Estados Bálticos, especialmente através do seu envolvimento com a minoria russa que habita na região. Ademais, a influência russa estende-se para além do escopo dos antigos Estados soviéticos, abarcando nações de matriz eslava como Bulgária e Sérvia.

Deste modo, faz mais sentido descrever a extensão geográfica da Rússia e a influência desejada pelo Kremlin como um conjunto de círculos concêntricos, com maiores interesses desejados (embora não necessariamente alcançados) nos círculos mais centrais. A Figura 7, oferece um mapeamento potencial da influência desejada pela Rússia, com Belarus, Ásia Central e Ucrânia no centro. Depois, de forma decrescente, vem o Cáucaso e a Moldávia, nos Estados Bálticos e, em seguida, os Balcãs Ocidentais com a Bósnia e Herzegovina, Kosovo e Sérvia; por fim, os países do antigo Pacto de Varsóvia - Bulgária, Hungria, Polônia e Romênia.

Figura 7 - Esferas de Influência Almejadas pela Rússia



Fonte: Elaborado pelo autor (baseado em Freire & Kanet, 2012).

A autopercepção da Rússia como uma grande potência, aliada ao imperativo defensivo de se proteger contra ameaças externas, influencia profundamente sua postura estratégica no que considera seu quintal geopolítico. No entanto, essa aspiração à dominância regional parece

ir além de meras considerações táticas ou estratégicas. O conceito de uma identidade "imperial" russa, sublinhada tanto por analistas russos como ocidentais, remonta às fases expansivas do Império Russo entre os séculos XVI e XIX e à trajetória geopolítica da União Soviética no século XX (Suny, 1997). Igor Zevelev, antigo diretor do escritório da Fundação MacArthur na Rússia, vai além, argumentando que a identidade nacional russa engloba os "pequenos russos" (ucranianos), "russos brancos" (bielorrussos), e os "grandes russos" (Zevelev, s/d).

A identidade russa também está ligada a outros Estados pós-soviéticos, incluindo a Ásia Central, devido à sua estreita ligação durante a era soviética e por conta da língua russa. O vínculo, a responsabilidade e a liderança da Rússia sobre sua região são politicamente articuladas por meio do termo *Russkiy Mir*, ou mundo russo, que significa apoio aos "compatriotas" da Rússia que vivem no exterior. Ainda assim, há uma grande diversidade de países e populações que pode cair sob o *Russkiy Mir*, e não há uma única definição que defina o limite ou os vínculos desejados da Rússia com países ou indivíduos.

Figura 8 - População que se identifica como Etnia Russa (%)



Fonte: Sencerman (2018).

Os atributos que potencialmente vinculam a Rússia ao seu ambiente geopolítico são múltiplos e complexos, abrangendo desde etnicidade e língua até religião e legados históricos. O conceito do *Russkiy Mir* serve como um paradigma flexível que pode ser adaptado para se alinhar com variados objetivos políticos do Kremlin (Tsygankov, 2019). Esta visão

supranacionalista de identidade oferece um mecanismo pelo qual Moscou pode contestar a independência de ex-repúblicas soviéticas, argumentando implicitamente que tais entidades permanecem integradas a um espaço cultural e político russo. Tal perspectiva é corroborada pelo fato de que as relações da Rússia com essas nações ainda são predominantemente orquestradas pelo chefe de gabinete do Kremlin, e não pelo Ministério das Relações Exteriores, conforme apontado por Suny (1997).

Para muitos dos novos Estados e antigos Estados satélites da União Soviética, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) representa não tanto uma associação de iguais, mas um vestígio de estruturas imperiais nas quais são relegados a um status subordinado em relação à Rússia, seu antigo “hegemon”. Esta dinâmica reflete o desafio contínuo enfrentado por esses Estados em reivindicar e manter sua soberania em um contexto geopolítico onde a influência da Rússia é tanto uma constante histórica quanto uma realidade contemporânea.

3.2 O Retorno ao Palco das Grandes Potências

A Rússia manifesta enfaticamente sua identidade como uma grande potência, procurando não apenas um papel determinante em questões globais, mas também o reconhecimento internacional de sua esfera de influência. Essa aspiração não se limita a declarações retóricas, mas permeia a visão russa de um mundo "multipolar," um paradigma no qual a Rússia é imaginada como um dos vários polos de poder " (Russian Federation, 2016). Essa ênfase na multipolaridade contrasta fortemente com a ordem internacional dominada pelos Estados Unidos, revelando o desejo do Kremlin de estabelecer um equilíbrio de poder alternativo.

É ilustrativo que, mesmo em momentos de dificuldades financeiras, como em 1992, a Rússia rejeite a subordinação à ajuda estrangeira. A resposta de Boris Yeltsin à oferta de ajuda do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, foi categórica: “Não estamos pedindo esmolas. A Rússia é uma grande potência” (Yeltsin *apud* Talbott, 2003). Este episódio exemplifica a profunda necessidade russa de ser percebida como uma entidade soberana e poderosa no cenário mundial. Em 2008, Dmitry Medvedev solidificou ainda mais essa perspectiva, inserindo a multipolaridade entre os princípios fundamentais da política externa da Rússia. Esse posicionamento pode ser interpretado não apenas como uma declaração de intenções, mas também como um indicativo do imperativo estratégico da Rússia em moldar uma ordem internacional que não seja unipolar e, conseqüentemente, mais condizente com seus interesses geopolíticos e sua autoimagem enquanto grande potência:

O mundo deve ser multipolar. A unipolaridade é inaceitável; dominação é inadmissível. Não podemos aceitar uma ordem mundial em que todas as decisões sejam tomadas por um só país, mesmo um país tão sério e autoritário como os Estados Unidos da América (Medvedev *apud* Reynolds, 2008).

Em vários outros documentos oficiais esses princípios são repercutidos. O *Russian National Security Strategy*, publicado em 2009, proclamou o intento da Rússia de participar ativamente no desenvolvimento do modelo multipolar do sistema internacional (Russia Federation, 2009). O *Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation* de 2013, elencou o objetivo de garantir a alta posição da Rússia na comunidade internacional sob o argumento do país ser um dos mais influentes e competitivos polos de poder do mundo moderno (Russia Federation, 2013). Analistas russos dão razão à esta autoproclamação da Rússia como uma potência internacional. Fyodor Lukyanov - editor da *Russia in Global Affairs* e diretor de pesquisa do *Valdai International Discussion Club*⁹ - escreveu que a Rússia não pode ser tratada com um país qualquer, como os Estados Unidos e Europa aparentemente fazem:

Para todos os efeitos e propósitos práticos, um grande país com a mentalidade e história de uma grande potência independente, simplesmente não poderia se transformar da noite para o dia em uma "grande Polônia" e seguir os passos dos Estados que buscam admissão à UE e à OTAN - instituições que, em qualquer caso, nunca ofereceram adesão à Rússia. (Lukyanov, 2016, tradução nossa).

Os argumentos acima revelados denunciam que a Rússia não deve, e não quer ser tratada como qualquer outro membro da comunidade internacional, mas sim como uma entidade de status superior, com direitos iguais aos das outras grandes potências, incluindo os Estados Unidos (Lukyanov, 2016). Esse status de grande potência, da perspectiva russa, implica em:

1. Direitos específicos dentro de seu entorno estratégico;
2. Papel especial na decisão de disputas internacionais;
3. Cooperação com outras grandes potências
4. Maior grau de autonomia e soberania.

⁹ Fundado em 2004, o Valdai International Discussion Club é uma plataforma que reúne acadêmicos, jornalistas, políticos e especialistas internacionais em uma série de conferências e debates anuais na Rússia. Ao longo dos anos, o clube Valdai tornou-se uma das principais plataformas para o diálogo entre especialistas russos e internacionais. O presidente russo, Vladimir Putin, bem como outros altos funcionários do governo russo, frequentemente participam das reuniões do clube, o que destaca sua importância no cenário político e acadêmico russo.

O ex-presidente e atual primeiro-ministro russo, Dimitri Medvedev, justificou a esfera de influência da Rússia com base em seu status de potência internacional: "a Rússia, assim como outros países no mundo, tem regiões onde possui interesses privilegiados" (Medvedev apud Tsygankov, 2011, p.122, tradução nossa). Esta declaração confirma que o Kremlin vê determinadas regiões como domínios onde seus interesses e relações históricas conferem um certo grau de prerrogativa na política e segurança. Quanto ao segundo ponto, a Rússia aspira a um papel ativo e significativo na resolução de conflitos internacionais. A percepção do diplomata americano Richard Holbrooke durante as negociações na Bósnia nos anos 1990 é esclarecedora. Segundo Holbrooke, o objetivo principal da Rússia não era necessariamente direcionar ou sabotar as negociações, mas sim restaurar um senso, embora simbólico, de que a Rússia ainda era importante no mundo (Holbrooke, 2011). Este entendimento revela a dualidade da estratégia russa: por um lado, a projeção de poder e influência em zonas geopolíticas específicas; por outro, a busca por um reconhecimento mais amplo, que vá além dessas regiões, afirmando sua importância no cenário internacional.

Na guerra civil síria ainda em curso, a Rússia ajudou a negociar o desarmamento das armas químicas da Síria, reforçou sua presença militar, conduziu extensos ataques aéreos em apoio ao regime de Bashar al-Assad e participou de negociações ostensivas sobre um cessar-fogo (Charap, Treyger, & Geist, 2019). Moscou também buscou fortalecer sua posição como grande potência por meio de seu apoio às instituições da ONU, na sua ativa participação no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e em outros fóruns de discursão mundiais e regionais. A cooperação da Rússia com a China também tem sido significativa, já que ambos os países buscam uma voz mais ativa no mundo e um papel protagonista típico das grandes potências. Ademais, ambos têm realizado exercícios navais conjuntos em regiões como o Mar da China Meridional (Gady, 2019), além de cooperarem por meio da Organização de Cooperação de Xangai, objetivando limitar a presença militar dos Estados Unidos na Ásia Central (Doucet, 2014). O esforço na busca por uma convenção internacional sobre segurança da informação, também vale ser destacado (Farnsworth, 2011).

Alguns analistas escrevem que a Rússia busca por soberania e autonomia (plena ou absoluta), e se vê como parte de uma pequena categoria de grandes potências detentoras desses atributos – como a China e os Estados Unidos (Stent, 2015). Outros países, incluindo as potências europeias, seriam menos soberanos, na perspectiva dos russos. Especialmente, porque precisam consultar os Estados Unidos para desenvolver ou executar suas políticas externas. Na visão dos líderes russos, o Kremlin pode almejar uma maior autonomia evitando alianças ou

acordos vinculantes com outras potências, bem como, mantendo a sua força econômica e o seu poder militar (Stent, 2015).

3.2.1 A visão dos líderes russos sobre a ordem internacional

Além dos princípios descritos na seção anterior, a visão atual dos russos da ordem liderada pelos Estados Unidos é significativamente influenciada por sua visão do período pós-Guerra Fria. Em particular, líderes e analistas afirmam que Moscou buscou uma cooperação estreita com o Ocidente no início da década de 1990 e que essa cooperação foi maléfica para os russos. Quando a Rússia buscou se integrar às instituições ocidentais (OTAN, a União Europeia e a Organização Mundial do Comércio – OMC), não encontrou no Ocidente o esforço necessário para adaptar essas instituições aos interesses e necessidades do Kremlin (Tsygankov A. P., 2019). O resultado frustrante dessas tratativas contribuiu para a percepção russa de que não seria viável ao país tentar aderir à UE ou à OTAN novamente no futuro, sendo necessário assim, buscar e/ou desenvolver instituições equivalentes alternativas.

Oficiais e analistas russos também começaram a ver a ordem liderada pelos Estados Unidos como ameaçadora ao invés de simplesmente equivocada. Isso se deu após intervenções militares dos Estados Unidos realizadas sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, e percepções crescentes de uma intromissão da UE e da OTAN na esfera de influência da Kremlin (Zevelev, S/D). Para entendermos a narrativa sobre as mudanças na visão da Rússia sobre a ordem liderada pelos Estados Unidos, é necessário voltarmos um pouco no tempo e apresentarmos alguns fatos históricos de crucial importância.

3.2.2 Do otimismo ao medo

Imediatamente após a Guerra Fria, houve um breve período em que a administração pró-Ocidente de Boris Yeltsin buscou não apenas integrar a Rússia ao Ocidente, mas também modelar o Estado à imagem das instituições ocidentais. Por volta de 1992-93 o primeiro-ministro em exercício, Yegor Gaidar, seguiu uma política de liberalização rápida – a chamada "terapia de choque" - uma série de medidas recomendadas pela cartilha econômica ocidental (Pecequillo & Luque, 2016). Concomitantemente, o então ministro das Relações Exteriores, Andrei Kozyrev, adotou uma importante aproximação entre a Rússia e as potências ocidentais. A política externa do Kremlin durante este período estava parcialmente conectada à visão proposta pelo ex-líder soviético Mikhail Gorbachev, onde uma nova ordem mundial emergiria

por meio da integração entre Oriente e o Ocidente, em um relacionamento de base simétrica (Lukyanov, 2016).

No entanto, ao perceber que havia um descompasso entre as promessas e ações vindas de Washington no período pós-Guerra Fria, a confiança inicial dos líderes e analistas da Rússia a respeito dos possíveis benefícios que a integração com o Ocidente poderia trazer foi enfraquecendo. Em 1993, as políticas defendidas pelo Ocidente, especialmente as políticas econômicas domésticas, foram vistas como um verdadeiro fracasso dentro da Federação russa (Tsygankov A. P., 2019). Esse cenário levou à renúncia de Gaidar do posto de primeiro-ministro em 1992. Em 1996, com a ascensão de Yevgeny Primakov ao cargo, emergiu uma visão mais realista da política internacional, na qual ele enfatizava e reafirmava a posição da Rússia como uma potência global preeminente.

Embora os tomadores de decisão russos não mais procurassem adotar os modelos liberais e democrático do Ocidente, eles ainda buscavam adesão, ou pelo menos ter uma voz ativa nas principais instituições ocidentais (Suny, 1997). Yeltsin apoiou, por exemplo, a candidatura potencial da Rússia à OTAN e melhorou as medidas formais de consulta com a organização através da adesão ao *NATO-Russia Permanent Joint Council*¹⁰, estabelecido pelo *NATO Russia Founding Act* (Calvocaressi, 2011). Ao mesmo tempo, as autoridades russas se opuseram veementemente ao que consideraram atitudes unilaterais dos Estados Unidos, principalmente em relação à expansão da OTAN e à intervenção de Washington no Kosovo (Bushkovitch, 2014). A frustração do Kremlin com o Ocidente também começou a crescer no âmbito econômico, à medida que o fracasso na assistência econômica ocidental se tornou evidente na esteira da crise financeira de 1998¹¹. Ainda assim, ao longo de sua presidência, Yeltsin não abandonou o princípio de parceria e a integração com o Ocidente, apesar de toda e crescente frustração em relação ao comportamento dos líderes estadunidenses (Ascher, 2009).

Neste contexto, Vladimir Putin ascendeu ao poder na Rússia em (1999), a princípio no cargo de primeiro-ministro. O ex-agente da KGB logo iria expressar sua percepção de que as políticas de Yeltsin, especialmente aquelas voltadas para o Ocidente, estavam minando a

¹⁰ Estabelecido em 1997, o Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia (PJC) foi criado como um mecanismo para consulta, cooperação, diálogo conjunto e coordenação entre a OTAN e a Rússia. O PJC foi concebido como um fórum para abordar questões de segurança e promover a transparência nas relações entre as duas partes.

¹¹ Em agosto de 1998, a Rússia foi atingida por uma grave crise financeira, frequentemente referida como a "Crise do Rublo de 1998". Esta crise foi caracterizada por uma rápida desvalorização do rublo, default da dívida pública e um colapso dos mercados de ações. Vários fatores contribuíram para esta crise, incluindo a queda dos preços do petróleo e dos metais no mercado mundial, problemas estruturais na economia russa e a falta de confiança dos investidores internacionais. A situação foi agravada pela crise financeira asiática de 1997.

posição da Rússia no sistema internacional. Em 1999, ainda como primeiro-ministro, Putin fez a seguinte declaração:

A Rússia acabou de passar por um dos períodos mais difíceis em seus muitos séculos de história. Talvez pela primeira vez em 200-300 anos ela enfrenta o perigo real de se tornar não apenas um país do segundo mundo, mas até mesmo um do terceiro (Hill e Gaddy, 2013, tradução nossa).

A percepção de Putin parece refletir a frustração amplamente crescente nas elites russas com o enfraquecimento da posição da Rússia no mundo, bem como a conjectura de que a decisão de se aproximar ao Ocidente não era necessariamente benéfica para a Rússia. Apesar da retórica áspera de Putin em relação ao Ocidente, o início de seu primeiro mandato como presidente foi marcado por certo grau de continuação. Putin prosseguiu a buscar cooperação e integração, inclusive por meio de relações mais estreitas com a OTAN e a UE (Hill & Gaddy, 2013). Em março de 2000 Putin até estava otimista quanto ao potencial de a Rússia ingressar na OTAN, uma vez que os interesses do Kremlin fossem reconhecidos e o país começasse a ser tratado como um parceiro igual entre as grandes potências (Hoffman, 2000). Ademais, Moscou também galvanizou um assento na Organização Mundial do Comércio – OMC, fato este que só foi alcançado mais de dez anos depois (G1, 2012).

Entretanto, a política externa da Rússia nos primeiros anos da era Putin não era tão próxima ao Ocidente como no governo de Yeltsin. Do ponto de vista russo, uma virada crítica nessa relação ocorreu quando a OTAN interveio na guerra de Kosovo em 1999. Muitos russos, mesmo os fortes defensores da reforma liberal, ficaram chocados com os bombardeios da OTAN contra a Sérvia - um país europeu e que possuía laços estreitos com Moscou (Lukyanov, Putin's Foreign Policy, 2016). Deste modo, em meados dos anos 2000, vários fatores estavam alimentando o crescente ceticismo nos líderes russos de que os interesses do país, conforme delineados anteriormente, poderiam ser alcançados por meio da integração da Federação russa às instituições ocidentais. Conforme já posto em tela, a Rússia ficou desapontada com sua incapacidade de influenciar a tomada de decisão da OTAN e surpresa com a resistência à sua oferta de adesão à OMC. Além disso, sentiu muito a ausência de um tratamento especial por parte União Europeia (Hill & Gaddy, 2013).

Um fator chave, no entanto, se deu pela percepção de que os movimentos geopolíticos dos Estados Unidos no referido período, representavam uma ameaça à segurança e aos interesses da Rússia no exterior (Tsygankov A. P., 2011). As revoluções coloridas na Geórgia (2003) e na Ucrânia (2004), os planos dos Estados Unidos de instalar baterias de defesas

antimísseis próximo de suas fronteiras e a invasão do Iraque sem a anuência da ONU, merecem aqui um importante destaque (Mearsheimer, 2014).

Não obstante, o aumento nos preços do petróleo e gás e a consequente turbinada nas receitas de exportação de Moscou, permitiram ao governo russo pagar boa parte dos seus empréstimos recebidos por meio do Ocidente na década de 1990. Provavelmente este fato desempenhou um papel importante no comportamento internacional de Moscou. Trenin, escrevendo em 2006, resume bem essas mudanças:

Até recentemente, a Rússia se via como Plutão no sistema solar ocidental, muito longe do centro, mas ainda fundamentalmente uma parte dele. Agora saiu totalmente dessa órbita: os líderes da Rússia desistiram de se tornar parte do Ocidente e começaram a criar seu próprio sistema centrado em Moscou (Trenin, 2006, tradução nossa).

Embora tenha havido períodos de maior cooperação com os Estados Unidos nos anos anteriores, após 2007 as relações entre Moscou e Washington iniciaram uma clara trajetória de declínio, com a Rússia expressando crescente preocupação com a ordem internacional e apoiando instituições alternativas à liderança estadunidense. No discurso de Putin durante a Conferência de Munique (2007) sobre política de segurança, o líder russo criticou fortemente a ordem liderada pelos Estados Unidos, observando que o modelo unipolar nada tem em comum com a democracia e não é apenas inaceitável, mas também impossível (Putin, 2007). Esta linha de retórica e visão cada vez mais negativa da ordem internacional liderada por Washington tem continuado até os dias atuais.

Da perspectiva do presidente Putin e de membros da elite próxima ao Kremlin, vários eventos que ocorreram após 2007 reforçaram a interpretação de que as atividades do Ocidente estavam, mesmo que involuntariamente, minando a segurança e os interesses nacionais da Rússia (Tsygankov A. P., 2011). Mais tarde, entre 2012 e 2013, conforme afirma Hill e Gaddy (2013), vários eventos cristalizaram a percepção que estes movimentos dos Estados Unidos e do Ocidente representavam uma ameaça ativa e intencional contra Moscou. O convite da OTAN para que a Ucrânia e a Geórgia se tornassem membros da organização provavelmente contribuiu para a decisão da Rússia de empreender uma ação militar na Geórgia. Se Geórgia e Ucrânia se juntarem à OTAN, os Estados Unidos estarão comprometidos em desempenhar um papel militar fundamental na proteção de Estados com recursos militares escassos e com localização que oferecem vantagens claras ao exército russo. Além disso, o apoio americano à Primavera Árabe e à ação militar contra a Líbia, colaboraram para a percepção de que os Estados Unidos e o Ocidente poderiam fomentar uma mudança violenta de regime também na própria Rússia

(Vysotsky, 2011). Ademais, o apoio dos Estados Unidos aos movimentos pró-Occidente na Ucrânia (2014), um país de grande importância geopolítica para a Moscou, representou um claro sinal de que o Ocidente estava violando a segurança e as prerrogativas da Rússia como grande potência dentro de sua esfera de influência (Hill & Gaddy, 2013).

Nesses termos, no período imediato após a Guerra Fria, a Rússia buscou relações mais estreitas com o Ocidente e até uma integração ao sistema ocidental. No entanto, a relutância do Ocidente em aceitar as demandas do Kremlin e as várias ações dos Estados Unidos e das potências europeias contrárias aos interesses de Moscou, progressivamente, tensionaram as relações diplomáticas da Rússia com o Ocidente. As revoluções coloridas foram variáveis importantíssimas nesse processo de tensionamento que acabou contribuindo para uma mudança no comportamento internacional do Kremlin.

3.2.3 As revoluções coloridas

Desde o fim da Guerra Fria, uma série de protestos pró-democracia e pró-Occidente levaram a mudanças em governos no espaço pós-soviético. Estes episódios ficaram conhecidos como revoluções coloridas. Enquanto os governos ocidentais têm uma visão positiva desses eventos (tratando-os como a expressão da livre escolha dos cidadãos), analistas e líderes da Rússia descrevem os episódios como golpes organizados pelo Ocidente destinados a subverter as autoridades legítimas de países aliados ao Kremlin. Como escreve Trenin,

(...) o alargamento da OTAN, as revoluções coloridas na Geórgia (2003), Ucrânia (2004) e Quirguistão (2005) desempenharam a tarefa, na visão ocidental, de expandir os ideais da democracia e da liberdade no antigo mundo comunista. Para o Kremlin, em contraste, os levantes constituíram um desafio político de mudança de regime em casa, no topo do desafio geopolítico de reduzir a influência da Rússia além de suas fronteiras (Trenin, 2014, tradução nossa).

O mais recente desses episódios pró-Occidente ocorreu na Ucrânia e ficou conhecido como revolução Euromaidan (2013-2014). Os protestos estudantis organizados para forçar o presidente Viktor Yanukovych e o primeiro-ministro Mykola Azarov a assinarem um acordo de associação com a UE se transformaram em uma revolução que derrubou o governo e desencadeou uma contrarrevolução na região de Donbass, no leste da Ucrânia. A *Euromaidan* aumentou significativamente a percepção, dentro da Rússia, de que o Ocidente estava por trás das revoluções coloridas e que tais eventos poderiam representar uma ameaça à segurança

nacional. Na ocasião, um oficial russo chegou a fazer à seguinte declaração: "[...] o regime político legítimo de Viktor Yanukovych foi varrido pelo caos controlado e foi substituído por um novo regime que se adapta a certas potências mundiais (Trenin, 2014).

Figura 9 - Revoluções Coloridas



Fonte: Bandeira (2013).

É claro que os eventos da revolução *Euromaidan* levaram a uma mudança significativa no pensamento e no comportamento russo. Uma das principais consequências deste novo pensamento foi a anexação da Crimeia e o apoio ao separatismo no Leste da Ucrânia. Algumas explicações para a maior preocupação da Rússia com a revolução *Euromaidan* (em comparação com as demais revoluções coloridas) incluem a proximidade cultural e histórica da Rússia com a Ucrânia; a existência de forças russas e bases militares na Crimeia; e a presença da mais importante rota de gasodutos que liga a Rússia ao continente europeu no território ucraniano.

O peso geoestratégico da Ucrânia fez com que a *Euromaidan* se tornasse uma demonstração clara de que a cooperação com o Ocidente não seria mais possível (Treisman, 2016). Após os acontecimentos na Ucrânia em 2014, as autoridades e analistas do Kremlin reformularam a conceitualização das atividades ocidentais na região como uma ameaça militar à Rússia. De fato, a Estratégia de Segurança Nacional Russa de 2015 incluiu as revoluções coloridas apoiadas por “organizações não governamentais estrangeiras e internacionais” em uma lista de ameaças ao país (Russian Federation, 2015). Pensadores militares russos passaram a conectar a Ucrânia a um conjunto maior de movimentos geopolíticos ocidentais. Conforme

Vladimir Mukhin escreveu: “os eventos na Ucrânia estão fazendo a Rússia alterar os documentos que definem a estratégia de segurança nacional” (Mukhin *apud* Treisman, 2016, tradução nossa). Da mesma forma, Nikolai Patrushev, Secretário do Conselho de Segurança da Rússia, observou: “a administração dos Estados Unidos espera que suas recentes medidas anti-russas diminuam a qualidade de vida da população, deem origem a protestos em massa e pressionem os cidadãos russos a derrubar o atual governo usando o cenário das revoluções coloridas” (Patrushev *apud* Sonne, 2015, tradução nossa).

Isso posto, há evidências que demonstram que as autoridades e analistas da Rússia veem as revoluções coloridas como movimentos coordenados pelos Estados Unidos, com o interesse de minar os objetivos securitários da Rússia, particularmente no seu entorno estratégico. Deste ponto de vista, a ênfase dos Estados Unidos na expansão da “liberdade” e da “democracia”, e a declaração de uma política de “portas abertas”, oferece um conflito claro com os interesses russos em manter seu controle e influência no exterior próximo. Dito de outro forma, as autoridades russas culpam o Ocidente de tentar afastar a Ucrânia e outras ex-repúblicas soviéticas de sua esfera de influência. A Rússia, portanto, busca desenvolver capacidades para resistir à futuras ingerências de opositores em seu entorno estratégico, o que poderia minar ainda mais a sua segurança. Como veremos posteriormente, o Kremlin entende que uma dessas capacidades de resistência é através de sua política energética (Ghaleb, 2011).

Pode-se dizer, portanto, que o aspecto mais marcante da Rússia no início do século XXI tem sido a busca pela recuperação de seu status de grande potência. A política de cooperação – quando não de alinhamento – com as potências ocidentais, que marcaram os anos 1990, vem dando lugar a uma postura mais assertiva, menos preocupada em obter reconhecimento da comunidade internacional e focada na defesa dos interesses geopolíticos e econômicos do país.

Afinal, as condições de segurança do Kremlin começaram a se deteriorar. Organizações tradicionalmente agressivas, como a OTAN e a União Europeia, começaram a se expandir e a tensionar os interesses geopolíticos do Ocidente para o limiar de suas fronteiras. A zona de influência russa – o espaço pós-soviético – moveu-se para cada vez mais próximo dos interesses geopolíticos das potências ocidentais (Mearsheimer, 2014).

Nesse sentido, a chegada de Putin à presidência marcou o lançamento de vários compromissos da Rússia no âmbito externo. Para Putin, a recuperação da influência global da Rússia não passava por uma grande guerra convencional contra os Estados Unidos (Maness & Valeriano, 2015). Em vez disso, Moscou precisaria desenvolver uma estratégia mais complexa e bem elaborada, que envolvesse uma série de diferentes ferramentas, tais como: diplomacia tradicional, força militar, capacidade cibernética, um ativo serviço de inteligência, e,

principalmente, a política energética. Os atores, os objetivos e as estratégias mobilizados nessa dinâmica, serão abordados no próximo capítulo.

3.3 A Grande Estratégia da Rússia

Quais os principais objetivos da política externa e de segurança da Rússia? Alguns estudos argumentam que a Rússia não tem uma estratégia abrangente e que apenas reage em resposta aos eventos internacionais (Marsh, 2019). Applebaum (2018) vai além e argumenta que a estratégia por trás da liderança de Vladimir Putin é centrada, prioritariamente, na sobrevivência do regime político. Outros, no entanto, afirmam que há sim elementos de pensamento estratégico na política do Kremlin. Segundo estes estudos, as principais metas da política externa e de segurança da Rússia seriam: a estabilização de suas fronteiras, garantia de condições favoráveis para o crescimento econômico, unificação dos territórios russos e participação em sistemas de aliança e instituições internacionais (Black, 1962).

De forma mais específica, os principais objetivos da grande estratégia russa, de acordo com Light (2015), incluem:

- Defesa da nação e do regime político;
- Aumento do nível de influência em seu *near abroad*;
- Limitação da capacidade de interferência de outros países nos assuntos domésticos da Rússia;
- Fortalecimento da percepção da Rússia como uma grande potência;
- Cooperação política e econômica, em igualdade de tratamento, com outras grandes potências globais.

O interesse nacional da Federação Russa, sob o prisma da grande estratégia, é, portanto, o de manter sua existência como uma entidade política coesa, preservando cinco características estruturais: território, povo, identidade, soberania e independência¹² (Tata, 2022). A estratégia

¹² Território: refere-se à extensão geográfica sobre a qual um Estado exerce sua autoridade. É uma dimensão espacial que inclui terra, águas interiores e, em alguns casos, espaço aéreo e recursos marítimos. Povo: Denota o conjunto de indivíduos que compõem uma nação ou Estado. Este termo pode ser entendido tanto em um sentido demográfico quanto em um sentido mais abstrato que envolve laços culturais, étnicos e linguísticos. Identidade: Trata-se de um conjunto de características, crenças e valores que distinguem um grupo ou nação. A identidade pode ser cultural, étnica, religiosa ou nacional e frequentemente serve como um fator unificador ou divisor em relações políticas. Soberania: É o princípio que estabelece a autoridade suprema de um Estado sobre seu território e povo, livre de interferência externa. A soberania é um conceito-chave no direito internacional e é muitas vezes invocada para justificar ações e políticas estatais. Independência: Refere-se à condição de um Estado ser autônomo

Cazaquistão e Turcomenistão; e pelos Estados centro-asiáticos adjacentes do Uzbequistão, Quirguistão e Tajiquistão. Como já visto, Moscou não tolerará nenhum governo considerado hostil aos seus interesses nacionais nesses Estados.

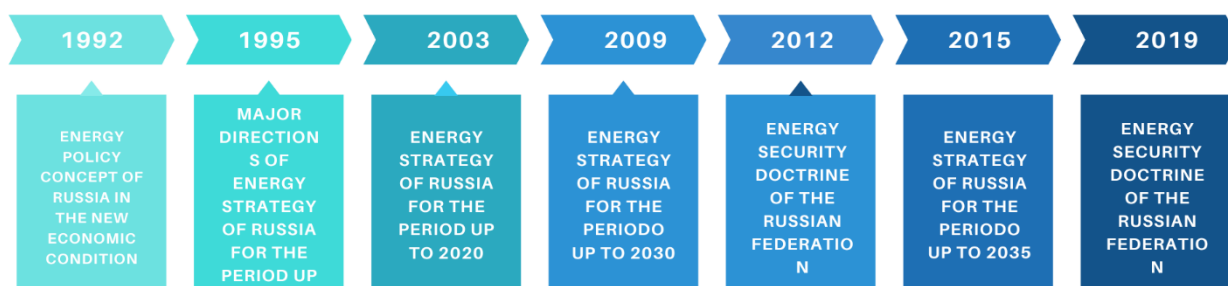
No entanto, a Rússia tem lutado para estabelecer um cordão sanitário efetivo ao longo de sua região europeia do flanco sudoeste, considerado altamente vulnerável. A região tem sido a rota histórica de invasões e ataques hostis durante várias guerras. O precário cordão sanitário do sudoeste europeu é composto por cinco ex-repúblicas soviéticas: Belarus, Ucrânia, Moldávia, Geórgia e Armênia. A região tem sido alvo prioritário dos estrategistas russos nas últimas décadas.

3.3.1 O papel da Energia na Grande Estratégia da Rússia

Os recursos energéticos podem ser vistos tanto como um meio de uma grande estratégia, como um instrumento na realização de objetivos estratégicos importantes. Esta hipótese é claramente visível no papel que a energia desempenhou na relação da Rússia com o mundo exterior ao longo de décadas. Além de gerar receita, os recursos energéticos russos servem como instrumentos de influência política sobre a Europa Ocidental e sobre o espaço pós-soviético (Kanet & Moulioukova, 2022).

A importância estratégica dos recursos energéticos para o governo russo é bem compreendida nos documentos oficiais divulgados pelo Kremlin. No interregno subsequente à desintegração da União Soviética, os formuladores de políticas russos divulgaram, pelo menos, sete documentos oficiais deste gênero (Ver Figura 11). Estes documentos delineiam metas de curto, médio e longo prazo a serem conquistadas pelo setor energético nacional, as estratégias para atingi-las e os desafios que devem ser superados para lograr êxito. Tais documentos também trazem reflexões acerca da importância estratégica do setor no cenário mais amplo da segurança nacional e da política externa de Moscou (Godzimirski, 2021).

Figura 11 - Doutrinas russas relacionadas à energia (1993 e 2019)



Fonte: Elaborado pelo Autor. Baseado em Godzimirski (2021).

A estratégia energética da Rússia, delineada de forma abrangente em 2003, marcou uma guinada significativa na política energética do Kremlin, com uma ênfase renovada no uso do setor energético para fortalecer o Estado. A nova estratégia identificou as indústrias energéticas como um "elemento central da diplomacia russa", e um instrumento para favorecer Estados alinhados com os interesses russos (Russian Federation, 2003). O texto trouxe o seguinte ressaltado:

A Rússia tem recursos energéticos abundantes e um poderoso setor de combustível e energia que forma a base do desenvolvimento econômico, e é um instrumento na realização da política nacional e estrangeira. O papel do país no mercado global de energia, em muitos aspectos, define a nossa influência geopolítica (Russian Federation, 2003, tradução nossa).

Neste contexto, a Rússia adota uma política externa assertiva com o objetivo duplo de reafirmar sua influência na região pós-soviética e posicionar-se como um baluarte geopolítico em contraponto aos Estados Unidos. A Rússia tem reservado o direito de intervenção militar na Comunidade dos Estados Independentes (CEI) para arbitrar disputas e assegurar a integridade das infraestruturas de oleodutos e gasodutos que abastecem o Ocidente. Este é um claro indicativo de uma proteção proativa dos interesses russos, até mesmo além de suas fronteiras nacionais (Česnakas, 2016). Este posicionamento é sustentado pelas interconexões energéticas, fazendo da região pós-soviética um epicentro persistente em sua estratégia de política externa (Freire & Kanet, 2012).

Ademais, a amplificação do poder das corporações russas no cenário internacional tem sido estrategicamente fomentada pelo Estado, que em troca espera que essas entidades contribuam para a execução da política externa do país. Isso se materializa de forma exemplar na política de "preços líquidos europeus" endossada pelo governo à Gazprom. Tal abordagem, mais orientada para o mercado, não apenas reduziu o fardo dos subsídios da Gazprom, mas também possibilitou que a empresa mantivesse a utilização tática de incentivos e sanções no comércio de gás com nações da região pós-soviética¹³ (Wenger, Perovic, & Orttung, 2006).

Os primeiros documentos divulgados pelo governo russo após a chegada de Vladimir Putin ao poder postulavam que as receitas oriundas da exportação de petróleo seriam designadas para quitar dívidas remanescentes do período soviético e estabelecer um Fundo de Estabilização, posteriormente subdividido em Fundo de Reserva e Fundo Nacional de Bem-Estar – como será visto posteriormente (Opdahl, 2020). Este capital energético não somente

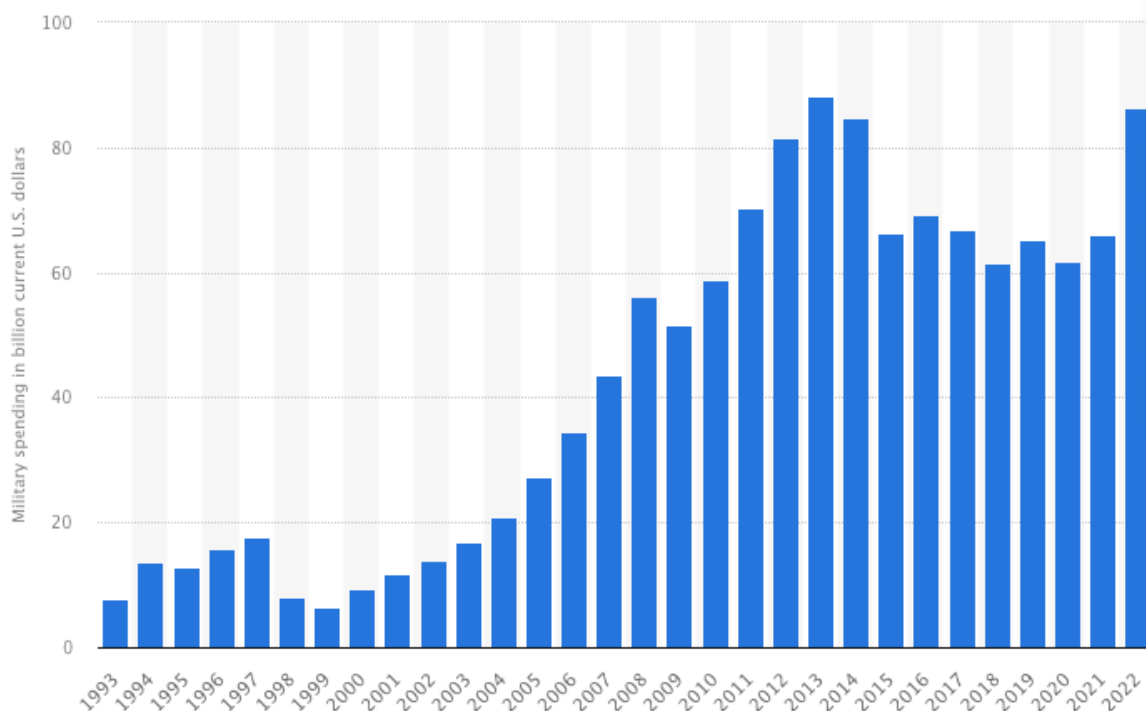
¹³ Detalhes desta dinâmica se farão presentes no capítulo 4.

serviria apenas para modernizar e expandir a infraestrutura energética, mas também para sustentar outros setores econômicos e o aparato estatal, ampliando assim a proeminência das indústrias energéticas no espaço pós-soviético. Em resumo, os ativos energéticos emergem como um recurso polivalente que a Rússia pode empregar para aumentar sua influência, acumular reservas financeiras e consolidar sua pretensão de ser uma potência global relevante (Opdahl, 2020).

Embora o país tenha conseguido se tornar menos dependente de recursos energéticos em sua busca por objetivos estratégicos, em 2018 o setor de petróleo e gás ainda representava 20% do PIB e gerava 45% da receita do orçamento do Estado, bem como 60% da receita de toda a exportação do país (Tsygankov A. P., 2011). Deste modo, os recursos energéticos não são importantes apenas como ferramenta na política externa e de segurança para Rússia, mas também no contexto interno, ajudando na estabilização econômica e política doméstica.

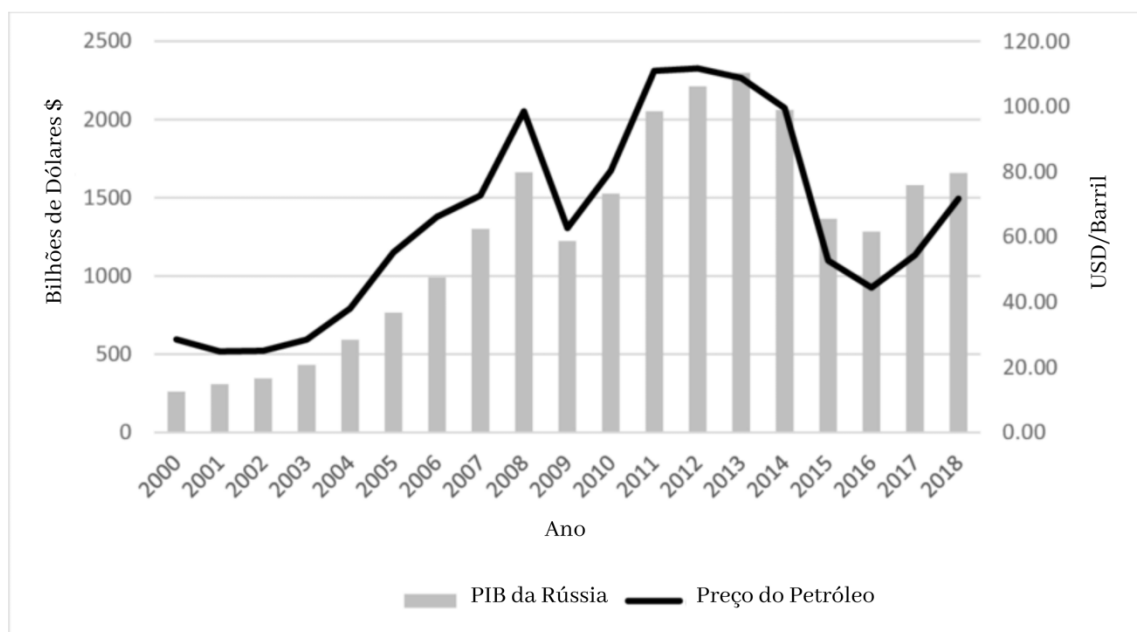
A receita relacionada ao petróleo permitiu que o atual regime político seguisse uma estratégia de duplo caminho. Em um dos eixos, houve um investimento robusto em capacidades de defesa e segurança, alinhado com os compromissos articulados por Putin em sua campanha presidencial de 2012, conforme percebido na Figura 12 (Putin, 2012). Essa alocação de recursos permitiu um reforço significativo da capacidade militar russa e da sua habilidade de projetar poder militar além de suas fronteiras. De forma paralela, a Rússia empregou sua posição monopolista como fornecedor de hidrocarbonetos para exercer pressão coercitiva sobre os Estados situados em sua periferia estratégica, buscando assegurar a congruência desses Estados com os interesses geopolíticos de Moscou. Ou seja, a através da utilização da arma energética (Balmaceda, 2013).

Figura 12 - Gastos Militares da Rússia entre 1993 e 2022



Fonte: Statista (2023).

Figura 13 - Produção de Petróleo e PIB da Rússia entre 2000-2018
(% de variação)



Fonte: Wu (2020).

Tsygankov (2011) articula que a influência energética da Rússia opera como um mecanismo chave para a restauração do seu estatuto de grande potência, possibilitando ao país a reivindicação do seu prestígio internacional através de canais econômicos, militares e diplomáticos. Este argumento ganha relevância particular no contexto de um período histórico onde a Rússia se apresentava como uma entidade geopolítica enfraquecida e introspectiva. Segundo Tsygankov, a energia constitui uma das cinco alavancas estratégicas que a Rússia mobiliza para expandir sua projeção geopolítica. As outras quatro esferas de influência são a diplomacia, o poderio militar, o capital cultural, e a competência tecnológica (Tsygankov A. P., 2011).

3.3.1.1 Estratégia Energética da Rússia para o período até 2035

Ampliar a presença da Rússia nos mercados globais de energia constitui talvez o elemento crucial da aspiração russa de estender sua influência econômica na esfera global não-ocidental. Essa orientação pode se apresentar como incongruente para os que enxergam metas ambiciosas de descarbonização e a consequente diminuição do consumo de hidrocarbonetos. No entanto, a visão oficial russa contrapõe-se a tais projeções pessimistas acerca do futuro consumo desses combustíveis (Cannolly, 2022). Em contraste com líderes de outros Estados petrolíferos, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, que destacam a iminência de um mundo pós-hidrocarbonetos, a Estratégia Energética da Rússia para 2035 é voltada para a escalada da produção e exportação de petróleo e gás, particularmente para as economias asiáticas em ascensão (Russian Federation, 2021).

Consoante ao documento estratégico, a Rússia pretende redobrar esforços para assegurar e perpetuar sua posição como uma proeminente potência energética global, um feito que detém importância crítica na salvaguarda de sua estabilidade, no fomento do desenvolvimento socioeconômico e no reforço de sua posição no cenário internacional. Embora o documento reconheça as mudanças nos padrões de produção de energia em curso (com ênfase na expansão da produção petrolífera nos Estados Unidos) e consumo (destacando-se o crescimento da energia renovável), a estratégia defende que a Rússia continue a investir na sua produção de hidrocarbonetos.

A estratégia admite que uma diminuição gradual na demanda global por petróleo é provável, contudo, prevê-se que a oferta também recuará, principalmente à medida que as reservas mais acessíveis se esgotem. Ademais, o documento identifica que a situação se altera conforme a região. Enquanto a demanda tende a declinar nas economias europeias de alta renda,

prevê-se que ela crescerá exponencialmente na China, Índia e outras partes do mundo não-Occidental. Isso, sugere-se, provocará um novo ciclo de crescimento de preços. Prevê-se também um robusto crescimento global na demanda por gás, impulsionado pela transição global de países de média e alta renda, para geração de energia não baseada em carvão, em uma tentativa de reduzir as emissões de carbono (Russian Federation, 2021).

Crucialmente, a estratégia deixa explícito que qualquer transição significativa para as energias renováveis se dará principalmente entre os países da OCDE, sobretudo na Europa. O crescimento na demanda por petróleo deve persistir na região da Ásia-Pacífico e ampliar-se na África, o que leva ao documento a asseverar que a Rússia deveria explorar estas fontes de crescimento da demanda. A estratégia foi desenhada para incentivar a Rússia a atender a esta demanda, estabelecendo um objetivo ambicioso de garantir que, até 2035, as exportações de energia para a Ásia representem no mínimo metade de todas as exportações energéticas russas (Russian Federation, 2021).

A posição da Rússia em relação ao futuro dos hidrocarbonetos é, portanto, inegavelmente clara: os padrões de demanda sofrerão alterações, mas o consumo persistirá em altos patamares nos próximos anos. Diante de um cenário de oferta cada vez mais restrito, a comercialização de petróleo, conforme o documento, permanecerá uma atividade lucrativa. Os interesses nacionais da Rússia e sua posição na ordem global serão mais eficientemente atendidos ao assegurar que a nação esteja adequadamente posicionada para se beneficiar destas mudanças.

4 RÚSSIA: UMA SUPERPOTÊNCIA ENERGÉTICA?

A designação da Rússia como "superpotência energética" tornou-se comumente aceita, particularmente, a partir da primeira década do século XXI. Inegavelmente, os hidrocarbonetos (petróleo e gás) têm sido pilares fundamentais na restauração da estatura internacional da Rússia. Este reconhecimento é partilhado nos discursos do Kremlin e nas análises provenientes do exterior. A ressurgência da Rússia como uma potência de relevo tem sido frequentemente atribuída a uma conjunção de fatores: por um lado, o aumento nos preços internacionais de energia e, por outro, a assertividade cada vez mais pronunciada da Rússia no domínio da política externa (Mackinno, 2008). Ressalto, no entanto, que consenso deve ser contextualizado e analisado em sua complexidade, uma vez que a narrativa da superpotência energética pode ser tanto explicativa quanto redutiva em sua função de explicar as aspirações e capacidades russas no cenário global.

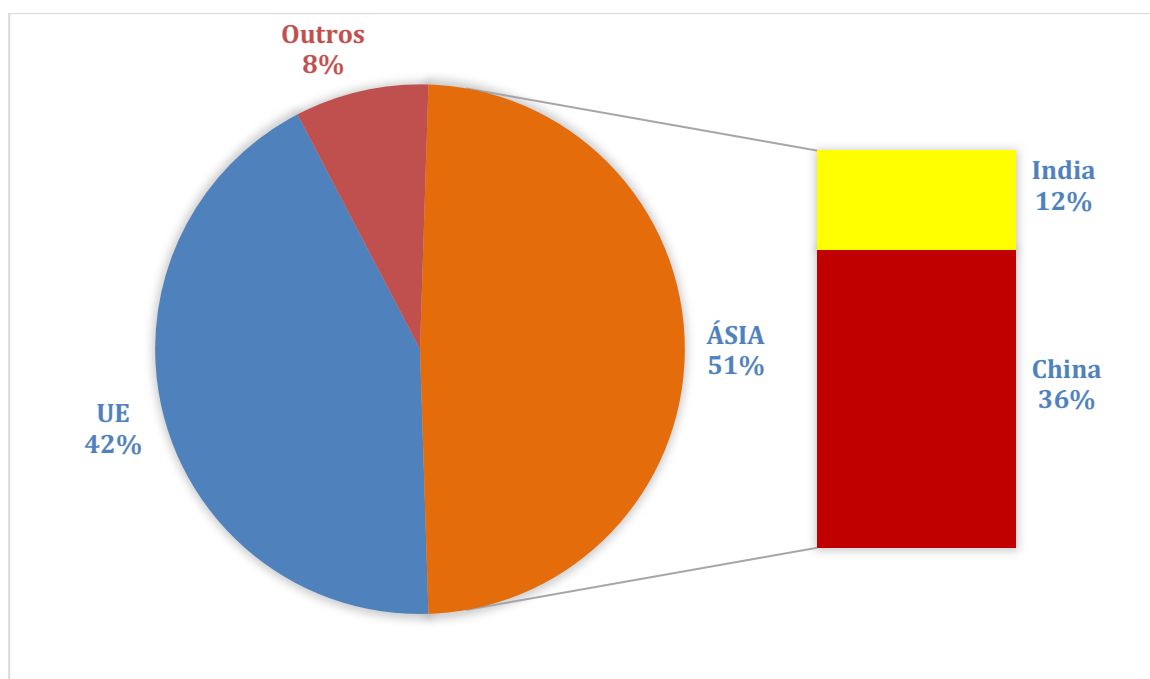
Neste sentido, o capítulo em tela postula que o ressurgimento da Rússia no palco internacional transcende a mera confluência do aumento dos preços globais de energia e da assertividade diplomática do Kremlin. Insiste-se aqui na necessidade de incorporar o planejamento estratégico da "conversão de capacidades" liderado por Vladimir Putin como uma terceira variável crítica nesta equação. Dessa forma, a primeira parte desta investigação se debruçará sobre a análise da potência energética do Estado russo, abordando sua capacidade energética e de infraestrutura de exportação. A segunda seção focalizará na "Tese de Putin," um termo que encapsula a visão de Putin sobre o emprego de recursos energéticos como instrumentos para assegurar a autonomia russa e consolidar sua projeção geopolítica. O segmento final do capítulo examinará a reestruturação do setor energético russo, com uma ênfase discriminada nas indústrias de petróleo e gás. Este exame pretende esclarecer como tais rearranjos têm reverberações significativas tanto no equilíbrio de poder interno quanto nas relações internacionais da Rússia atualmente.

4.1 Posicionamento da Rússia nos mercados globais de energia

A Federação Russa se consolida como o terceiro maior produtor mundial de petróleo, superada apenas por Estados Unidos e Arábia Saudita. Segundo estatísticas da Agência Internacional de Energia de 2023, no ano de 2021, a Rússia produziu cerca de 10,5 milhões de barris de petróleo bruto e condensado por dia, equivalente a 14% da produção global. No mesmo período, o país exportou aproximadamente 4,7 milhões de barris diários, com a China figurando

como o principal importador, recebendo em torno de 1,6 milhões de barris por dia. Adicionalmente, o fornecimento para o continente europeu atingiu cerca de 2,4 milhões de barris diários. Estes dados ratificam a posição da Rússia como um ator central no mercado mundial de petróleo (International Energy Agency, 2023).

Gráfico 1 - Exportações de Petróleo Cru e Condensado da Rússia por Destino (2021)

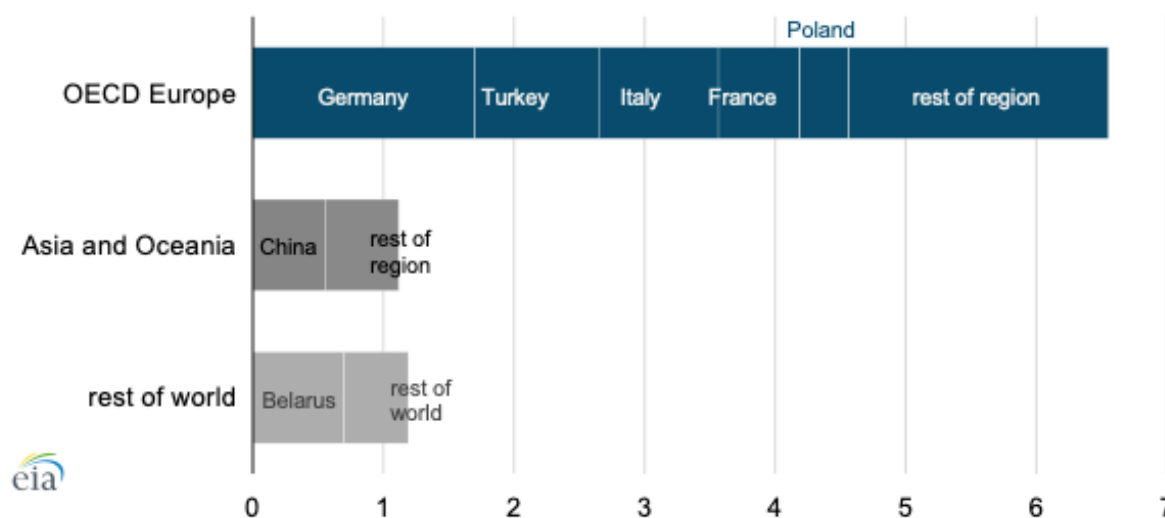


Fonte: Elaborado pelo Autor. Baseado em EIA (2023).

Em relação ao domínio do gás natural, a Federação Russa também se estabelece como um ator de destaque. Com reservas avaliadas em 38 trilhões de metros cúbicos (tmc), a Rússia concentra cerca de 20% das reservas globais deste recurso, conforme dados da *Energy Information Administration* (EIA, 2023). O país contribui com um expressivo 17% da produção mundial de gás.

A Gazprom, como entidade proeminente no setor energético nacional, detém uma responsabilidade significativa na produção e logística de gás natural. Com efeito, o gás configura uma alavanca estratégica na política de exportações russa, em especial no fornecimento ao mercado europeu. Segundo dados de 2021, aproximadamente 40% do gás consumido na Europa foi originado em território russo. Destarte, a Rússia não somente cimenta sua posição como produtor de primeira linha, mas também se posiciona como um vetor geopolítico de relevância na dinâmica energética global. Entre 2017 e 2018, os produtos ligados ao petróleo e ao gás natural representaram mais de metade do total das exportações russas.

Figura 14 - Exportações de Gás Russo por Destino em Trilhões de Pés cúbicos (2021)



Fonte: EIA (2023).

A Federação Russa sobressai-se na esfera global não apenas pelas suas consideráveis reservas energéticas, mas também pelo seu controle sobre uma infraestrutura de dutos extensa e estratégica. Conforme relatório do Global Energy Monitor de 2023, em 2020 existiam aproximadamente 2.381 gasodutos e oleodutos em operação, espalhados por 162 nações (Global Energy Monitor, 2023). A extensão cumulativa dessas redes alcança cerca de 1,18 milhões de km, o que equivale a circunavegar o globo terrestre aproximadamente 30 vezes.

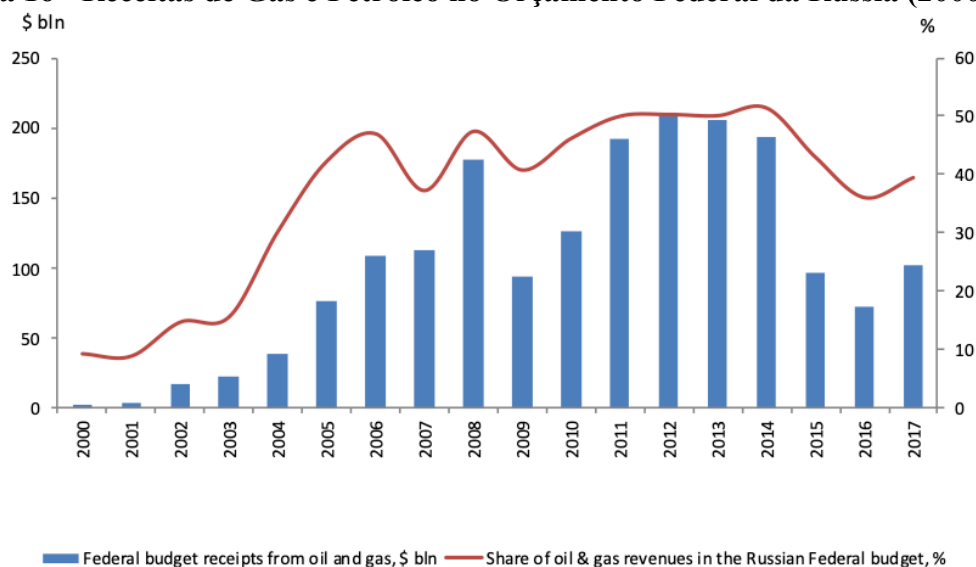
Neste contexto, a Rússia se destaca como detentora da segunda maior rede de dutos globais, conferindo-lhe uma posição geopolítica de inegável relevância. Ademais, é pertinente destacar que as maiores estruturas de transporte de hidrocarbonetos do mundo estão sob a égide de corporações russas proeminentes: Transneft, no que concerne ao petróleo, e Gazprom, no segmento de gás natural. Este controle de infraestrutura não apenas amplifica a capacidade de manobra da Rússia no cenário energético internacional, mas também confere ao país uma influência geopolítica significativa. Detalhes adicionais sobre o potencial energético russo pode ser vista na figura abaixo.

Figura 15 - O que torna a Rússia importante em termos energéticos

Category	Amount
Energy consumption, mtoe ⁱ	720.7
Energy production, mtoe ⁱⁱ	1373.7
Net energy exports, mtoe ⁱⁱ	624.4
Energy export value, US\$ billion ⁱⁱ	307
Share of fuels in export in % ^{iv}	65.7
Share of global fuel exports in % ^{iv}	12
Oil reserves, billion tons/share of global/RPR ratio ⁱ	14.7/6.1/25.4
Oil production, mtoe/share in %/rank ⁱ	566.3/12.6/3
Oil crude exports, mtoe/share in %/rank ⁱ	275.9/12.8/2
Natural gas reserves, tcm/share/RPR ratio ⁱ	38.9/19.8/58.2
Gas production, bcm/share in %/rank ⁱ	669.5/17.3/2
Gas export piped, bcm/share in %/rank ⁱ	223/23.6/1
Gas export LNG, bcm/share in % ⁱ	24.9/5.8
Share of petroleum sector in state revenue in % 2014/2018 ^v	51/46
Share of oil, oil products and natural gas in export 2000–18 (highest/2018) ^{vi}	66.9/57.9
Value of oil, oil products and natural gas export 2000–18/share in total exports ^{vi}	3, 807, 106/62.1

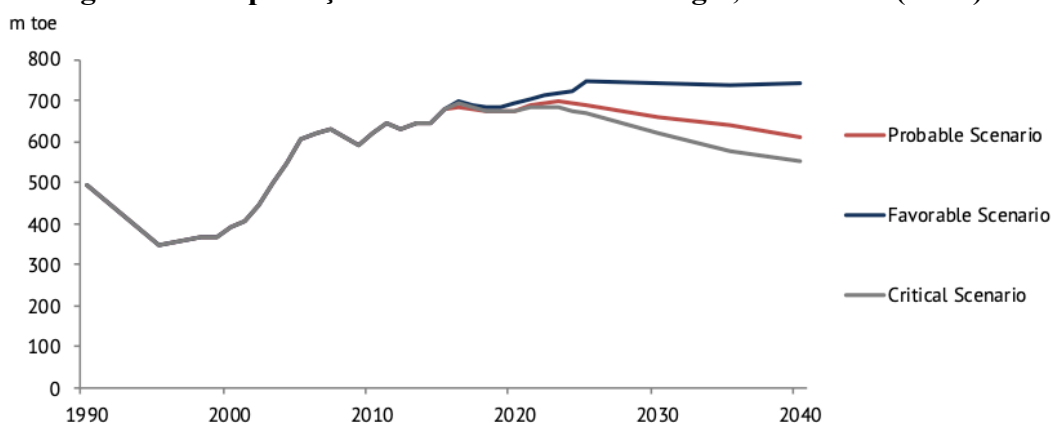
Fonte: Godzimirski (2021).

Assim sendo, embora a Rússia represente apenas 3% do Produto Interno Bruto (PIB) global e 2% de sua população, o país se destaca como o terceiro maior produtor de recursos energéticos do mundo, antecedido apenas pela China e pelos Estados Unidos. Além disso, figura como o quarto maior consumidor, atrás da China, Estados Unidos e Índia (ERI RAS, 2016). Até 2021 o domínio russo é especialmente notável na exportação de gás, na qual mantém consistentemente a primeira posição mundial, e na exportação de petróleo e carvão, onde ocupa respectivamente a primeira e terceira posições. A preeminência destas atividades na política energética da Rússia decorre de um simples fato: a significativa dependência do país das receitas provenientes dos hidrocarbonetos. Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, esses rendimentos corresponderam a 29% das receitas do orçamento federal, uma proporção inferior aos quase 50% registrados entre 2011 e 2014, mas substancialmente superior ao percentual inferior a 10% observado no início dos anos 2000, conforme demonstrado na Figura 16. Além disso, o setor energético ainda representava quase 8% do PIB do país em 2020 (Russian Ministry of Finance, 2020).

Figura 16 - Receitas de Gás e Petróleo no Orçamento Federal da Rússia (2000-2017)

Fonte: Russian Ministry of Finance (2018).

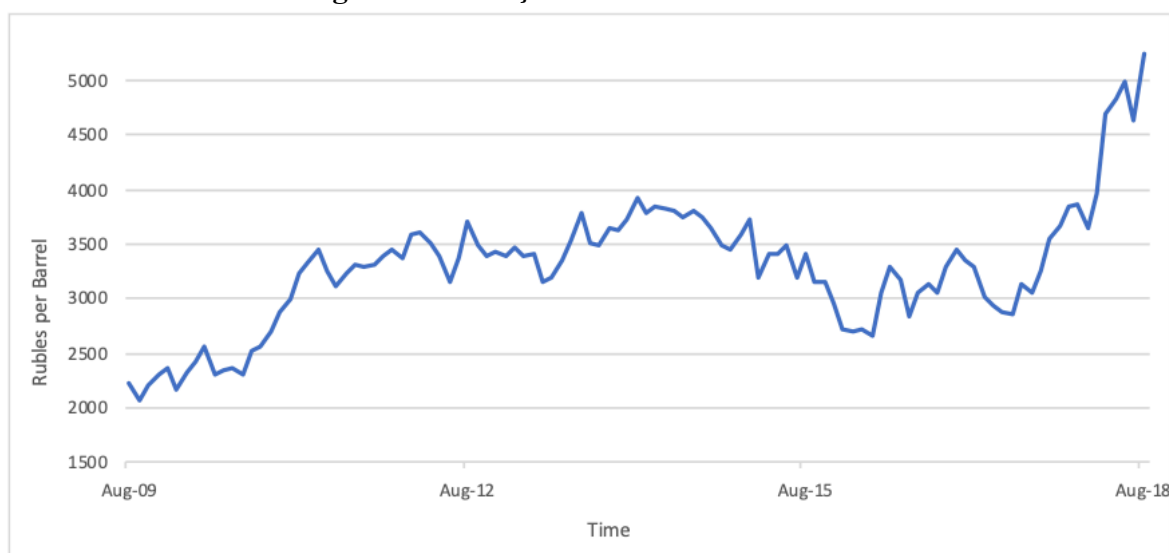
No início do século XXI, a Rússia conseguiu incrementar de forma significativa suas exportações de energia. Tal avanço foi fomentado pela crescente demanda global, alimentada pelo consumo energético chinês, pelo aumento dos preços de petróleo e gás, e pela capacidade da Rússia de ampliar a oferta devido aos investimentos realizados no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 por empresas privadas nos setores de petróleo e gás do país, bem como pela disponibilidade de novas tecnologias. Entre 2000 e 2005, as exportações de petróleo e gás aumentaram em uma taxa incomparável de 56%, ultrapassando as exportações totais de energia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que propiciou um estímulo considerável à economia nacional e fortaleceu a posição da Rússia no cenário internacional como uma "superpotência energética".

Figura 17 - Exportações Russas Totais de Energia, 1991-2030 (mtoe)

Fonte: International Energy Agency (2016).

Em 2014, a Rússia se deparou com uma conjunção de desafios significativos: o declínio nos preços do petróleo, as sanções impostas pelo Ocidente e uma prolongada estagnação no volume de exportações energéticas. A gravidade da situação levou o estado a adotar uma estratégia temerária de desvalorização do rublo. Esta decisão possibilitou ao governo não apenas balancear o orçamento, mas também incrementar a competitividade dos exportadores energéticos russos, uma vez que a maioria dos seus custos são expressos em rublos. Esta abrupta diminuição, em termos de dólar, das commodities de exportação russas propiciou uma nova onda de robusto crescimento das exportações de energia no período de 2015 a 2017.

Figura 18 – Preços do Petróleo em Rublos



Fonte: Kursvoy Monitor (2022).

A utilidade da energia como meio de alcançar os imperativos da Rússia tem mudado ao longo do tempo. A capacidade de Moscou em administrar o setor energético com flexibilidade permitiu que adaptassem suas estratégias de acordo com as transformações internas e globais. Sob a presidência de Putin, a influência energética da Rússia atingiu níveis sem precedentes. Vários fatores se combinaram para alcançar esse importante resultado. Primeiramente, entre os anos de 2000 e 2008, o mercado mundial de petróleo e gás favoreceu amplamente os países produtores de hidrocarbonetos. Esses produtos se tornaram valiosos e escassos, condições ideais para o aumento de preços internacionais e a consequente ampliação das receitas provindas do comércio internacional. Embora os preços tenham se estabilizado após a pandemia de covid-19, é improvável que se volte à era do “petróleo barato” dos anos 1990.

Em segundo lugar, o governo de Putin buscou tomar controle do setor de petróleo e gás do país. Afinal, um dos principais resultados das reformas econômicas dos anos 1990, foi

surgimento de um poderoso grupo de interesse – os oligarcas, um punhado de indivíduos extremamente ricos, que assumiram o controle de grande parte da economia e passaram a ter influência sobre as principais decisões da Rússia. Ao chegar ao poder, Vladimir Putin revelou sua crença de que o governo russo deveria controlar os seus recursos vitais, e assim, garantir sua capacidade estratégica, prosperidade econômica, e recuperar o seu status de grande potência. Para Putin, esses objetivos não poderiam ser confiados aos tradicionais oligarcas russos nem a investidores estrangeiros, frequentemente acusados de drenarem os recursos com a venda de energia em investimento no exterior (Collins, 2017). Assim, logo em seu primeiro mandato (2000-2004), Putin empenhou-se em centralizar e verticalizar as esferas de poder da Rússia. O foco do seu governo foi direcionado por uma tendência centrípeta, emancipando o Kremlin da influência dos oligarcas que há tempos interferiam nas decisões políticas do governo (Hashim, 2010). Isso permitiu que a Rússia aproveitasse seu potencial econômico para fins estatais, uma condição crucial que faltava em grande parte durante os últimos anos do governo de Yeltsin.

Em terceiro lugar, a Federação Russa ampliou de forma agressiva seu domínio sobre recursos de petróleo e gás além de suas fronteiras nacionais, com foco particular na infraestrutura de dutos que viabilizam as exportações. Este aumento de controle permitiu à Rússia uma maior flexibilidade estratégica na utilização de seus ativos energéticos como ferramentas tanto de coerção quanto de indução, dependendo do Estado-alvo e dos objetivos geopolíticos envolvidos. Portanto, a centralidade dos recursos energéticos na articulação estratégica internacional do Kremlin materializou-se apenas mediante uma meticulosa conversão de capacidades estatais. Os formuladores de políticas tiveram a tarefa de recuperar a soberania sobre os ativos energéticos russos e transformá-los em capital político-econômico.

Dito isto, na próxima seção verificaremos a primeira etapa da implementação da *energy weapon*, que requer que o Estado fornecedor tenha o controle substancial das fontes de recursos. À luz do realismo neoclássico, colocaremos sob escrutínio a conversão de capacidades da Federação Russa no setor de energia, visando crescimento econômico e uma política externa de maior envergadura.

4.2 A Tese de Putin

A preocupação de Vladimir Putin acerca do declínio econômico e da erosão do prestígio internacional da Rússia remonta a um período prévio à sua ascensão presidencial no ano 2000. Em um trabalho acadêmico apresentado em junho de 1997 no Instituto de Mineração de São

Petersburgo, e posteriormente destilado por Harley Balzer em um artigo intitulado "*Mineral'no-syr'evye resursy v strategii razvitiia Rossiiskoi ekonomiki*"¹⁴, Putin apresenta uma espécie de "manual de recuperação" para Rússia pós-soviética (Balzer, 2005). Em sua obra, Putin enfatiza o papel crítico da indústria energética como um mecanismo de estabilização econômica na era pós-soviética e como um vetor para a reafirmação da influência geopolítica do Kremlin.

Fundamentalmente, Putin sustenta que, para erradicar o hiato existente entre o PIB per capita da Rússia e o dos países desenvolvidos, Moscou deveria almejar uma taxa de crescimento econômico na ordem de 4% a 6%. Isso ocorre no contexto em que, durante a década de 1990, as nações desenvolvidas registraram uma média de crescimento anual variando entre 2% e 3% (World Bank, 2022). Na visão de Putin, elevados patamares de crescimento poderiam ser viabilizados por meio da exploração intensiva, beneficiamento e comercialização de recursos minerais e matérias-primas (The Atlantic, 2008).

Putin identificou na formação de conglomerados financeiro-industriais, integrados verticalmente, uma estratégia essencial para competir com as corporações multinacionais do Ocidente. Argumentou que o processo de reestruturação da economia nacional deveria visar a criação de empresas mais eficientes e competitivas nos mercados interno e internacional (Balzer, 2005, p. 218). Ele propôs, portanto, uma mudança de paradigma: em vez de permitir que as corporações controladas pelos oligarcas da era Yeltsin se concentrassem unicamente na maximização dos lucros, sugeriu que essas entidades deveriam ser mobilizadas para avançar os interesses nacionais do Estado (Goldman, 2008). Putin postulou que essa seria a via para a Rússia recuperar seu status de superpotência - especificamente uma superpotência energética (Balzer, 2005, p. 218).

Em 1997, mesmo com indícios de crescimento na economia russa, o cenário apontava para uma carência aguda de capital direcionado ao desenvolvimento dos ativos energéticos (McNabb, 2016). Para atrair esse capital, Putin sugeriu uma abertura inédita da Rússia ao investimento estrangeiro direto. Em outras palavras, a Rússia deveria acolher favoravelmente a entrada de capital estrangeiro. Putin, no entanto, fez questão de enfatizar que, apesar da abertura para o investimento, o controle operacional permaneceria com a Rússia. Ele sublinhou que, independentemente de quem se tornasse o proprietário legal das empresas produtoras de commodities na Rússia - sejam elas entidades privadas ou corporações estrangeiras - o Estado deveria manter a coordenação e a regulamentação de suas atividades (McNabb, 2016).

¹⁴ Em português: Recursos Minerais e Matérias-Primas na Estratégia de Desenvolvimento da Economia Russa

Do ponto de vista de Putin, quando deixados à mercê de seus próprios interesses, os proprietários privados da indústria energética russa tendem a se concentrar excessivamente na busca de seus objetivos pessoais, muitas vezes em detrimento de seus concorrentes e sem trazer benefícios para o Estado. Ele articulou essa visão da seguinte forma: “Os oligarcas se tornam tão autocentrados que negligenciam os interesses legítimos do Estado” (Balzer, 2005, p. 217, tradução nossa). Assim, Putin enfatiza a necessidade de o Estado retomar o controle sobre setores estratégicos, recuperando a capacidade de superar a crise econômica e restaurar a antiga proeminência de Moscou. Nesses termos, a função do complexo de minerais e matérias-primas da Rússia seria crucial para as seguintes funções essenciais do Estado russo, conforme destacado por Balzer (2005, p. 218):

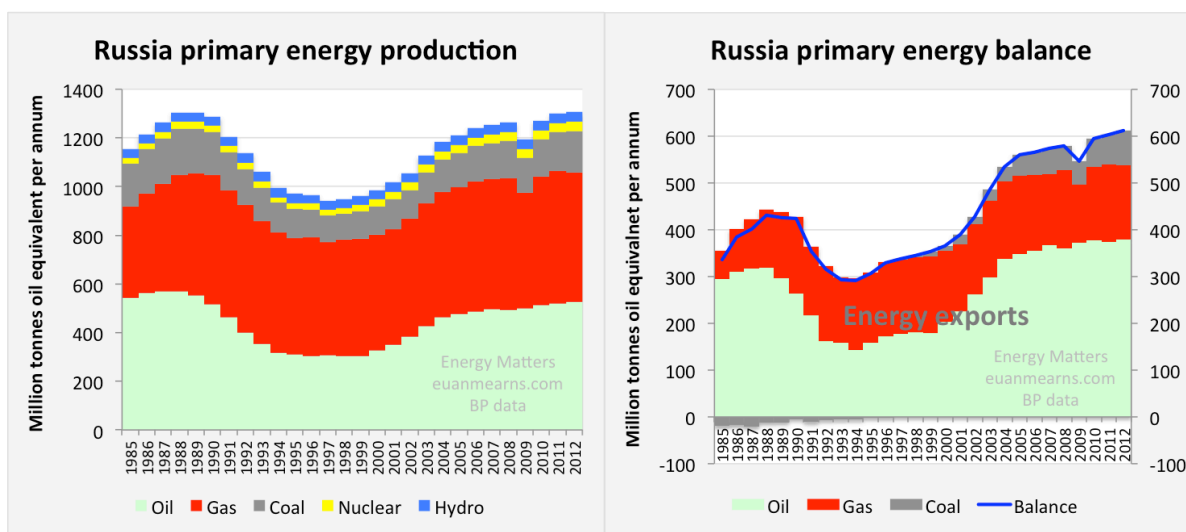
- Garantir o fornecimento confiável de minerais e matérias-primas para os diversos setores da economia: o alto desenvolvimento da indústria de matérias-primas contribuiria para a formação de uma base industrial sólida, capaz de suprir as necessidades da indústria e da agricultura locais;
- Contribuir para a geração de receitas para o Estado: as receitas de exportação provenientes do desenvolvimento da riqueza mineral e de matérias-primas poderiam contribuir direta ou indiretamente com cerca de 70% do orçamento estatal;
- Estabelecer o alicerce para o poderio defensivo nacional: um complexo de matérias-primas altamente desenvolvido é uma condição essencial para a competitividade de todo o complexo militar-industrial do Estado, além de criar reservas e potenciais estratégicos necessários;
- Fomentar a estabilidade social: grande parte das empresas relacionadas ao complexo mineral e de matérias-primas formam a espinha dorsal econômica das cidades em que estão localizadas. Assim, o desenvolvimento desse setor econômico proporcionará um aumento no nível de prosperidade da população e uma redução das tensões sociais.

A Tese de Putin enfatizava que as matérias-primas constituíam a fundação para a Rússia se estabelecer como uma potência econômica no curto prazo. Ele sublinhou a necessidade de uma regulação estatal mais estrita, que funcionasse em paralelo com mecanismos de mercado. Adicionalmente, seu discurso realçou a relevância de formar empresas eficientes e competitivas, diminuir impostos, incrementar a tributação sobre recursos naturais e fomentar a estabilidade social. Esses elementos forneceriam um plano estratégico para a subsequente política econômica do presidente Putin.

4.3 O expurgo dos oligarcas

No período que antecedeu a chegada de Putin ao poder, a indústria energética russa enfrentava muitos problemas. Na década de 1990 houve uma queda significativa na produção de hidrocarbonetos e uma profunda divisão interna entre os grupos pró-Yeltsin e a emergente classe oligárquica ligada a Vladimir Putin. Para corrigir tal disfunção, ao assumir a presidência em 2000, Putin instaurou um regime de controle estatal sobre a indústria energética, representando uma inversão drástica das políticas liberais previamente vigentes (Hill, 2004). Este ato resultou em uma maior participação de Moscou nas decisões do setor. A estratégia de Putin buscou expurgar a influência oligárquica ou estrangeira sobre os recursos energéticos russos.

Figura 19 - Dados sobre produção e exportação de energia da Rússia entre 1985-2012.



Fonte: Euanmearns (2014).

Analogamente à trajetória de Yeltsin nos anos 1990, Vladimir Putin inaugurou seu período presidencial amparado por um significativo suporte popular¹⁵. Tal respaldo proporcionou a ele um ambiente propício para a instauração de reformas econômicas e para a concretização de sua promessa de restaurar da estabilidade nacional. O panorama favorável para a consecução dessa meta intensificou-se no pós-crise de agosto de 1998, momento no qual

¹⁵ Vladimir Putin ascendeu à Presidência da Federação Russa com um mandato conferido por aproximadamente 53% do eleitorado. Ele sucedeu Boris Yeltsin, que optara por uma renúncia em 31 de dezembro de 1999. Seu principal rival na corrida eleitoral, Gennady Zyuganov do Partido Comunista da Federação Russa, angariou cerca de 29,2% dos votos. Destaque para a taxa de participação eleitoral, estimada em 68,9%.

o domínio e a influência exercidos pelos oligarcas da era Yeltsin experimentaram um importante enfraquecimento (Paddock, 1998). Este declínio derivou diretamente do colapso do aparato bancário russo e da consequente retração da economia virtual. Ambos os fenômenos se configuraram como efeitos colaterais imediatos da mencionada crise financeira (Tsygankov A. P., 2014).

No âmbito das estratégias de centralização estatal sob Putin, destacam-se duas principais vertentes de ação. Primeiramente, Putin almejou limitar o poder autônomo dos governadores regionais através de uma reconfiguração da arquitetura federal da Rússia. Esta nova configuração divergia significativamente do modelo anterior sob Yeltsin, que conferia elevados graus de autonomia às 89 regiões distintas do país. Em substituição, Putin introduziu o conceito de "super-regiões", reduzindo seu número total a sete¹⁶. Essas novas unidades administrativas passaram a ser governadas por funcionários com uma lealdade indubitável a Putin, resultando em um fortalecimento do controle central exercido por Moscou sobre a totalidade do território russo (Goldman, 2008).

No verão do ano 2000, Putin engendrou uma manobra estratégica adicional para consolidar seu poder frente à oligarquia russa. Nesse contexto, ocorreu o famoso "acordo do churrasco" (*shashlik agreement*), uma reunião ocorrida nos subúrbios de Moscou e que contou com a participação dos mais proeminentes empresários do país. Segundo Yakovlev (2014), deste encontro surgiu um acordo tácito: os oligarcas se absteriam de atividades políticas em troca de não revisão, por parte do Estado, das privatizações efetuadas durante a década de 1990 (Yakovlev, 2014). Essa nova configuração de relações enfraqueceu ainda mais a posição dos oligarcas alinhados a Yeltsin, que frequentemente se aliavam às elites regionais em oposição à autoridade federal. Como resultado, tanto os oligarcas quanto as elites regionais foram incentivados a colaborar com Putin ou entidades leais a sua administração (Gidadhubli & Sampatkumar, 2000).

No entanto, nem todos aceitaram a proposta de Putin. Os insurgentes oligarcas, Boris Berezovsky e Vladimir Gusinsky, enfrentaram o poderio de Putin e tiveram que encarar pesadas retaliações direcionadas pelo Kremlin. Utilizando-se de mecanismos legais específicos, notadamente a nova lei de falências, o Estado russo orquestrou o confisco de seus principais

¹⁶ Os chamados Distritos Federais da Rússia são uma subdivisão administrativa que agrupa várias subdivisões menores, como oblasts, repúblicas e krais. Atualmente, a Rússia é dividida em oito Distritos Federais: Central, Sul, Noroeste, Extremo Oriente, Sibéria, Ural, Volga e Cáucaso do Norte (criado em 2010 após se separar do Distrito Federal do Sul). Cada distrito tem um centro administrativo e é governado por um representante presidencial. Esses distritos foram criados com o objetivo de facilitar a governança e administração em um país de vastas dimensões geográficas e diversidade cultural.

ativos em solo nacional (Hill & Gaddy, 2013). Isso incluía influentes conglomerados de mídia e outros ativos industriais de importância. Confrontados com essa reconfiguração hostil do ambiente empresarial, ambos se viram compelidos ao exílio. Goldman (2008) destaca que a implementação desta nova legislação marcou um divisor de águas nas relações de poder entre o Estado e a oligarquia. A iniciativa constituiu um realinhamento decisivo do equilíbrio de forças, agora decididamente inclinado a favor do Kremlin.

4.4 Convertendo Recursos em Poder Estatal

Diante do aumento significativo nos preços globais do petróleo e do crescimento da indústria de hidrocarbonetos na Rússia, predominantemente sob gestão privada, as receitas geradas pelas exportações de petróleo e gás natural tornaram-se um pilar político crítico para o Kremlin, mais notavelmente no período inicial da década de 2000. Embora tenha havido um crescimento substancial nas receitas fiscais oriundas de setores não petrolíferos, o segmento de petróleo e gás continuou sendo o mais lucrativo (Henderson & Moe, 2019). Esse cenário serviu como um poderoso incentivo para o Estado russo ampliar sua influência regulatória e fiscal sobre essas indústrias. Já em 2000, Putin havia implementado estratégias para recuperar o controle da Gazprom, gigante da produção de gás que se originou do antigo Ministério do Gás Soviético. Contudo, o setor petrolífero, que permaneceu predominantemente sob controle privado, continuou a ser uma fonte mais significativa de receitas fiscais em comparação com o setor de gás (Perovic, Orttung, & Wenger, 2009). Portanto, o risco de perder o controle sobre os ganhos provenientes da indústria petrolífera era potencialmente elevado.

Em 2006, um relatório divulgado pelo portal de negócios russo Vedomosti, sublinhou a crescente tendência ao nacionalismo de recursos na Rússia, particularmente no setor de petróleo e gás (Vedomosti, 2006). O documento faz referência à reticência do governo russo perante os investimentos estrangeiros nesse domínio. Ademais, o relatório aborda a proposta do presidente Putin de atenuar os critérios responsáveis por classificar os depósitos de energia e minerais como "estratégicos". Como resultado, uma gama mais extensa de reservas energéticas estaria disponível exclusivamente para empresas majoritariamente de propriedade russa, limitando assim as oportunidades para investidores estrangeiros. O relatório também menciona uma pesquisa endossada pelo Ministério de Recursos Naturais da Rússia e realizada pela Academia Russa de Ciências Naturais. Este estudo propôs que empresas russas deveriam manter a maioria

das ações em projetos na Ilha Sakhalin, que era liderado por corporações internacionais como ExxonMobil e Shell¹⁷ (Vedomosti, 2006).

Em síntese, o relatório Vedomosti destacou uma orientação crescente para limitar o capital estrangeiro no domínio energético da Rússia, um reflexo da ascensão do nacionalismo de recursos. Este fenômeno não apenas repercutia nas atividades de corporações internacionais no setor, mas também se alinhava com uma tendência global de fortalecimento estatal na gestão de recursos naturais. Impulsionados por uma alta nos preços de hidrocarbonetos, os Estados exportadores de energia passaram a buscar uma fatia maior dos rendimentos advindos da exploração desses recursos (Opdahl, 2020). A consolidação da Rosneft e da Gazprom refletiu a convicção do Kremlin de que as grandes estatais poderiam suplantiar os investidores estrangeiros no desenvolvimento dos principais projetos de petróleo e gás da Rússia. A escolha de ampliar as reservas estratégicas foi indubitavelmente motivada pelo anseio da Rosneft e da Gazprom de incrementar suas operações e garantir um controle ainda mais robusto sobre a indústria de petróleo e gás do país.

Na sequência do primeiro mandato presidencial de Putin, observaremos uma apropriação de indústrias privadas por figuras proeminentes de seu círculo de confiança. Paralelamente, o Estado russo iniciou o fomento de "campeãs nacionais" - empresas onde o governo detém uma participação acionária de 50% ou mais (Albuquerque, Pacheco *et al.*, 2021). Na visão de Putin, essas entidades empresariais deteriam um papel crucial na reconfiguração e consolidação do poder nacional da Rússia através do setor energético.

4.4.1 Controlando o Petróleo

Ao longo das últimas décadas, a indústria petrolífera russa passou por uma cadeia de transformações marcantes. Incontestavelmente, Vladimir Putin foi um agente determinante nessa reestruturação do setor. As modificações que implementou foram motivadas por objetivos estratégicos, econômicos e políticos, todos voltados para consolidar a posição da Rússia como um ator de destaque no mercado global de petróleo.

Como já visto, na esteira das reformas promulgadas após o término da Guerra Fria, a indústria petrolífera da Rússia mergulhou em uma trajetória de fragmentação e privatização seletiva (Segrillo, 2000). Entidades estatais foram desmanteladas e o precioso ativo energético

¹⁷ A Ilha de Sakhalin emerge como um núcleo vital para o setor energético russo, ostentando significativas reservas de petróleo e gás. Esta região não apenas impacta profundamente a economia local através da exploração e processamento desses recursos, mas também eleva a posição da Rússia no cenário energético internacional.

da Rússia foi transferido para o setor privado (Fuser, 2013). Como resultado, emergiram corporações petrolíferas verticalmente integradas, abarcando a totalidade da cadeia produtiva, desde a fase exploratória até a distribuição e venda ao consumidor final. Corporações de grande envergadura, como a BP, ExxonMobil e Shell, iniciaram operações extensivas no território russo. Simultaneamente, várias empresas ganharam destaque, incluindo Lukoil, Yukos, Sibneft, Sidanko, Onako, East Siberian Company, Tatneft, Rusneft, Bashneft, Surgutneftegaz e TNK (Marshall, 2008).

O ritmo acelerado de privatização permitiu a emergência abrupta de novos protagonistas econômicos, como Mikhail Khodorkovsky, Boris Berezovsky e Roman Abramovich (Vedomosti, 2006). Apesar de sua inexperience anterior no âmbito da indústria petrolífera soviética, esses empresários gozavam de considerável acesso ao capital financeiro por meio de instituições bancárias privadas e tinham estabelecido relações políticas robustas na esfera de poder de Moscou (Hill, 2004).

Na maior parte da década de 1990, os autodenominados oligarcas do setor energético russo estruturaram suas operações de modo a minimizar significativamente as receitas fiscais estatais, favorecendo a transferência maciça de capital para fora do país (Marshall, 2008). Afinal, a produção de petróleo na Rússia não se mostrava altamente rentável naquele período. A demanda por petróleo havia experimentado considerável retração em razão do declínio da indústria manufatureira intensiva em energia e dos altos custos associados à produção de petróleo durante a era soviética. Tal amalgama de fatores gerou um excesso de oferta no mercado interno (Perović, 2017). Paralelamente, o acesso ao mercado internacional estava cerceado por deficiências no sistema de dutos herdados da era soviética (Hashim, 2010). Nesse contexto, os únicos lucros reais do setor energético estavam apenas no processo de refinamento (Balmaceda, 2013).

Durante o primeiro mandato de Vladimir Putin, a reafirmação do controle estatal sobre o setor energético ganhou contornos mais claros, principalmente após o notório caso Yukos, ocorrido entre 2003 e 2004. Esse episódio simbolizou o início de uma transição de propriedades privadas para o domínio estatal. Nesse contexto, a Câmara de Auditoria da Rússia levantou questões sobre a validade legal das privatizações executadas nos anos 1990, catalisando a formulação de um novo marco legal destinado a reestruturar extensivamente o setor energético (Opdahl, 2020).

Em 2004, durante o primeiro processo deste novo sistema regulatório, o governo russo indiciou a Yukos e seu então CEO, Mikhail Khodorkovsky, por “fraudes fiscais de grande escala” (Arvedlund, 2004). Khodorkovsky era o homem mais rico da Rússia e controlava uma

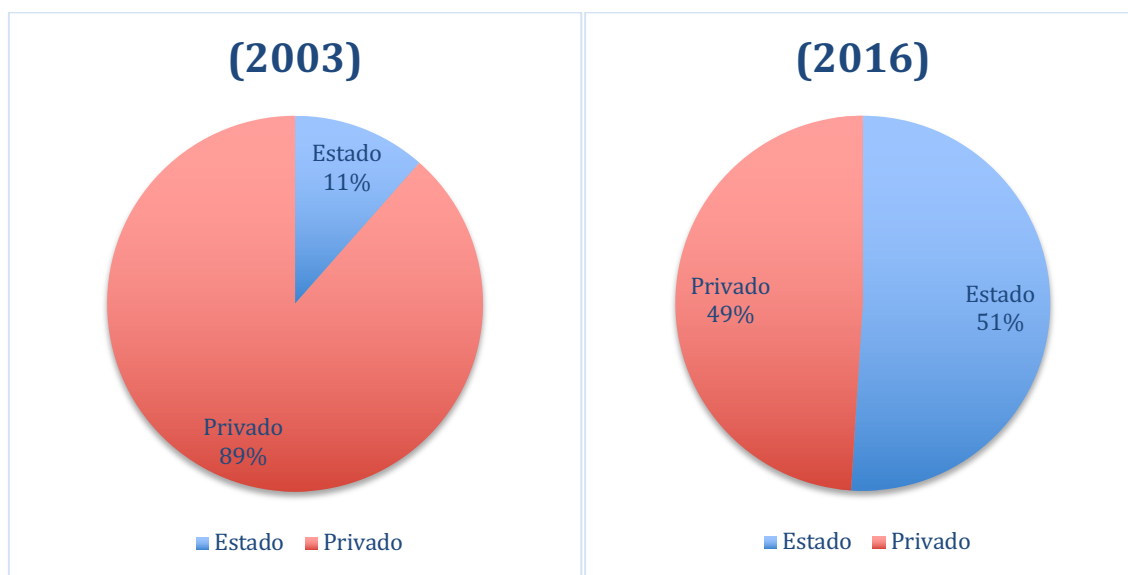
companhia que correspondia a 2% do suprimento mundial de petróleo. O oligarca se tornou alvo do Kremlin devido à suas riquezas, influência e crescentes ambições políticas. Em 2003, mesmo sabendo que sua prisão era uma possibilidade real, optou por permanecer no país financiando partidos políticos de oposição e alertando o público sobre o declínio autoritário do país sob a gestão de Vladimir Putin (Marshall, 2008). A incursão política de Khodorkovsky infringiu as diretrizes informais delineadas por Putin para oligarcas, que consistiam em abster-se de atividades políticas para preservar seus impérios e riquezas. Ao investir em partidos de oposição - como o *Union of Right Forces* - Khodorkovsky desafiou diretamente o poderio do presidente russo (Mackinnon, 2008).

Em resposta à dissidência política de Khodorkovsky, Moscou impôs encargos fiscais à Yukos que excediam sua capacidade financeira. Este ato não apenas precipitou o declínio da petrolífera, mas também elucidou a abordagem de Putin em relação ao setor energético da Rússia: busca pela centralização do controle estatal como fator prioritário e repressão de toda oposição política desafiante. Em consequência, em 2007, a estatal Rosneft anexou a maior parte dos ativos remanescentes da Yukos localizados na Rússia (Star News, 2007). Além disso, mediante leilões de transparência questionável, a Rosneft incorporou cerca de 77% das ações da Yuganskneftgaz, outra empresa que estava em mãos da iniciativa privada. A desagregação da Yukos constituiu um marco na história econômica e política da Rússia pós-soviética. Até o final de 2007, o controle estatal sobre empresas petrolíferas russas escalou de 11,5% para 38,9% (Marshall, 2008).

Não obstante, a Gazprom também ampliou seu domínio no setor de petróleo, incorporando a Sibneft e assumindo a maior fatia acionária no significativo projeto Sakhalin II. Este movimento forçou outros acionistas relevantes - como Shell, Mitsui, e Mitsubishi Corp. - a reduzirem pela metade suas respectivas participações, mediante compensações financeiras. Posteriormente, em 2013, a estatal Rosneft absorveu uma proporção considerável dos ativos da TNK-BP. Mais recentemente, em 2016, a Rosneft adquiriu participação na Bashneft, a sexta maior empresa de petróleo na Rússia (Panicker, 2021).

Desse modo, conglomerados petrolíferos estatalmente controlados, notadamente Rosneft, Gazprom Neft e Gazprom, passaram a responder por aproximadamente 50% da produção total de petróleo na Rússia. Por conseguinte, o Estado russo consolidou seu controle predominante sobre a exploração petrolífera no país. Em 2016, 51% do setor de petróleo da Rússia já estava nas mãos do Estado.

Gráfico 2 - Controle sobre o setor petrolífero russo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em Hashim, (2010) e Josefson e Rotar (2018).

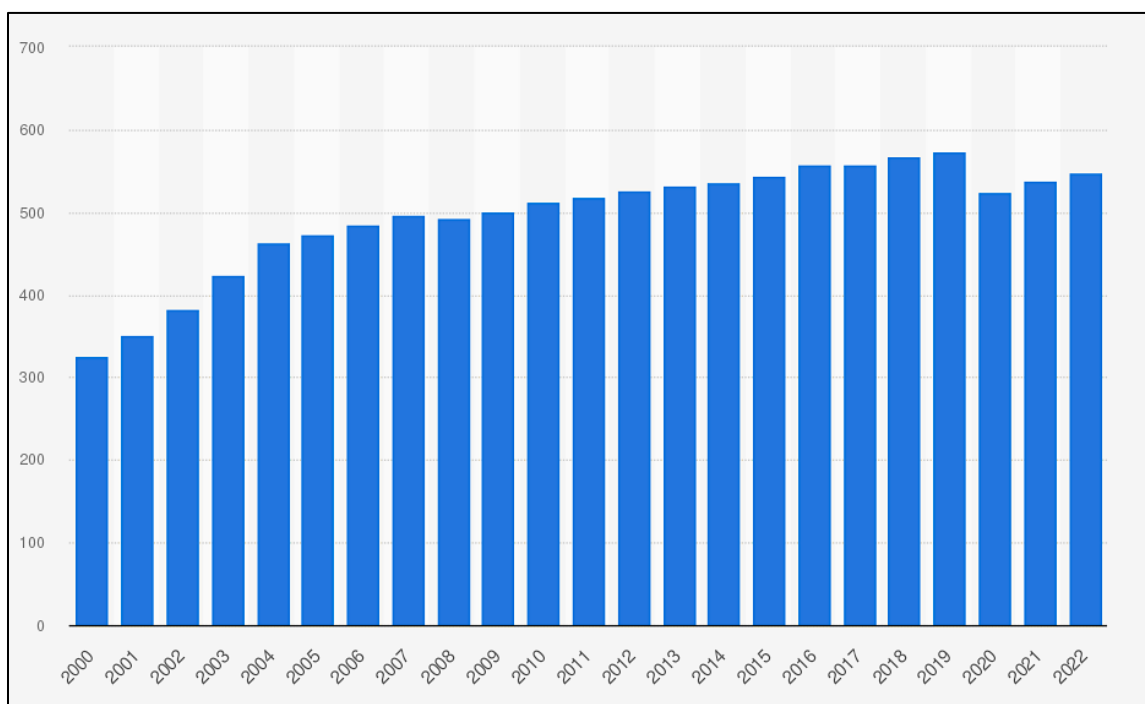
A recuperação econômica pós-crise de 1998, aliada à ascensão dos preços internacionais do petróleo, fomentou a criação de um ambiente favorável para a estratégia de Putin. O aumento nos preços do petróleo resultou em maiores receitas para as empresas do setor, mesmo sem haver uma expansão significativa na produção. A desvalorização do rublo em 1998 também reduziu os custos operacionais na moeda local, otimizando ainda mais as margens. Essa sinergia entre preços elevados e custos controlados permitiu que os produtores de petróleo russos investissem em melhorias de eficiência, o que diminuiu a necessidade de capital estrangeiro (Yakovlev, 2014).

Como resultado, houve uma notável eficiência na gestão de ativos. Poços anteriormente inativos foram reativados, equipamentos de última geração foram adquiridos e tecnologias avançadas foram implementadas para potencializar a extração de petróleo. O governo russo, adicionalmente, investiu em infraestrutura de exportação, como a inauguração do Sistema de Oleoduto do Báltico (BPS) e um novo terminal petrolífero em Primorsk. Tais medidas incrementaram a capacidade exportadora russa em cerca de 12%, solidificando a posição do país no mercado global de petróleo (Goldman, 2008). Tal ampliação foi impulsionada também pela demanda doméstica relativamente menor, devido à estagnação industrial do país.

Em relação à capacidade produtiva de petróleo da Federação Russa, o ano de 2000 registrou um marco inicial com um volume de produção de 326,7 milhões de toneladas. Esta cifra experimentou uma ascensão notável ao longo dos anos, culminando em 573,4 milhões de toneladas em 2019. Contudo, é imperativo destacar uma retração significativa ocorrida em

2020, atribuível em grande medida à pandemia de Covid-19. A figura subsequente proporciona uma visualização gráfica abrangente que delinea a evolução da produção petrolífera russa no período subsequente as reformas no setor.

Figura 20 - Produção de Petróleo da Rússia em MTM (2000-2022)



Fonte: Statista (2023).

Vale destacar, porém, que o marco na campanha de reestatização parcial do setor petrolífero russo foi a aquisição da TNK-BP, com sede no Reino Unido, pela Rosneft, no ano de 2013. Com um valor estimado de 56 bilhões de dólares, essa transação consolidou-se como um triunfo para Igor Sechin, CEO da Rosneft e confidente próximo do presidente Vladimir Putin. A fusão resultou em uma entidade empresarial com uma produção anual estimada em 4,6 milhões de barris de petróleo, superando a Exxon Mobil, líder mundial no seguimento. Este movimento estratégico expandiu a capacidade diária de produção da Rosneft para mais de 4 milhões de barris, representando assim 40% da produção petrolífera total da Federação Russa (Soldatkin & Callus, 2013). Além da incorporação da TNK-BP, a Rosneft assegurou o controle sobre os 50% remanescentes da Slavneft, solidificando a preeminência estatal no setor petrolífero russo (Maness & Valeriano, 2015).

Portanto, nota-se que:

[...] na segunda década do século XXI, a Rússia estava de volta como produtora de petróleo. Sua produção era tão alta quanto fora na época do declínio da União Soviética, duas décadas antes, ainda que em termos bastante diferentes. A indústria petrolífera estava tecnologicamente integrada ao resto do mundo, e não mais nas mãos de um único ministério. Ao contrário, era operada por uma variedade de empresas com muitas diferenças em termos de liderança, cultura e abordagens. No cômputo final, a Rússia estava de volta como o maior produtor e o segundo maior exportador de petróleo do mundo. (Yergin, 2011, p. 84)

Neste cenário, a influência de Vladimir Putin emerge como fator crucial para a transformação da indústria petrolífera russa. Através de uma política assertiva e estratégias bem orquestradas, Putin incentivou investimentos significativos tanto na produção interna de petróleo quanto na infraestrutura de exportação. Este conjunto de medidas não só reforçou o controle estatal sobre um setor de relevância estratégica, mas também posicionou a Rússia como um dos protagonistas indiscutíveis no âmbito energético global.

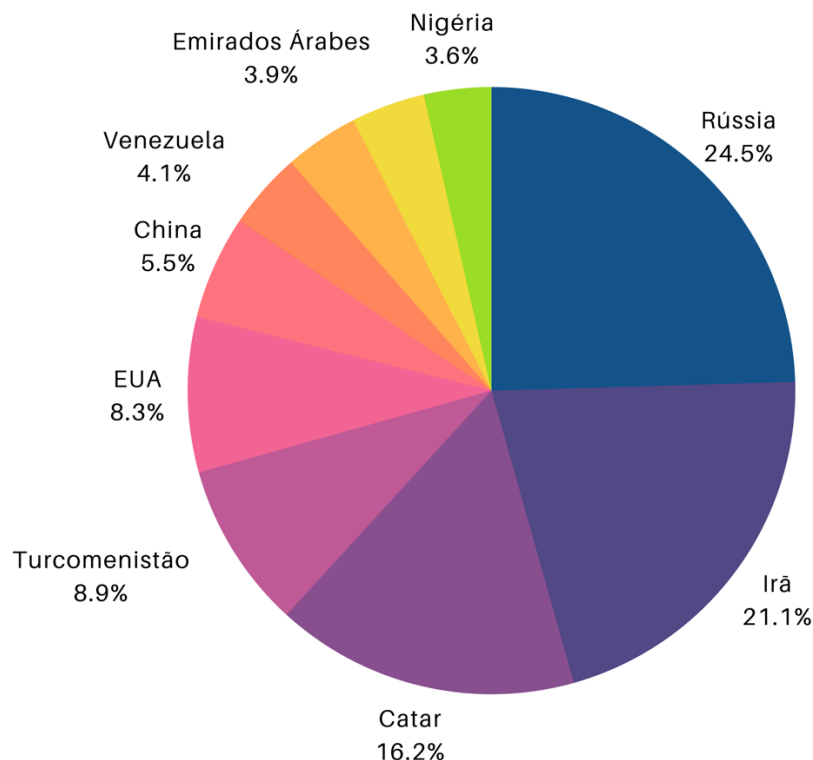
Um indicador importante da eficácia dessas políticas reside no crescimento substancial da parcela estatal na produção total de petróleo do país. Quando Putin assumiu a presidência no ano de 2000, a participação estatal na produção de petróleo bruto era estimada em meros 11%. Contudo, em 2020, essa fatia havia aumentado expressivamente, ultrapassando a marca de 57% (Mitrova, 2022).

4.4.1 Controlando o Gás

Enquanto a Arábia Saudita ostenta as maiores reservas de petróleo bruto, a Rússia se distingue por abrigar as mais vastas reservas de gás natural do planeta, correspondendo a aproximadamente 20% das reservas globais. Neste contexto, a Rússia ultrapassa nações como Irã, Catar e Estados Unidos. Ciente deste colossal potencial energético, Putin elaborou um plano estratégico afim de capitalizar as reservas e os gasodutos russos. O propósito era convertê-los em uma potente ferramenta política e econômica, conforme apontado por Balzer (2005). Putin percebeu que a Gazprom, uma das gigantes globais do gás, seria um adequado instrumento para concretizar este intento. Portanto, o líder russo empreendeu ações para eliminar aqueles que, conforme sua perspectiva, estavam esgotando os ativos da Gazprom, designando gestores afiliados ao Kremlin e que priorizassem os interesses do Estado e do regime ante a administração da empresa. Como resultado, sob o comando de Putin, a Gazprom sofreu uma

transformação significativa, saindo de uma posição debilitada durante o governo Yeltsin para assumir um protagonismo global

Gráfico 3 - Os 10 principais países com as maiores reservas de gás natural (2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Population Review (2023).

A origem da Gazprom remete à reestruturação do Ministério da Indústria de Gás da URSS durante o período Gorbachev. Viktor Chernomyrdin foi nomeado o primeiro CEO da empresa, concebida inicialmente como uma entidade estatal. No entanto, logo após a dissolução da URSS em 1991, a empresa foi atingida pelo plano nacional de privatização, levando a uma diminuição na participação estatal na empresa para cerca de 40% (Perovic, Orttung, & Wenger, 2009).

Progressivamente, a Gazprom foi sendo dominada por um grupo de oligarcas influentes, que a transformara em uma espécie de "Estado dentro do Estado" (Henderson & Moe, 2019). A companhia gozava de uma autonomia significativa perante o Kremlin, evadindo-se da efetiva fiscalização governamental. O Ministério do Combustível e Energia, responsável por regular o setor, mostrava fidelidade aos interesses dos oligarcas, empenhando-se minimamente para modificar a dinâmica operacional da empresa (Opdahl, 2020). A ausência de supervisão externa habilitou a administração da Gazprom a esvaziar recursos e ativos da empresa, deslocando subsidiárias rentáveis para os descendentes dos principais administradores ou políticos ligados

à instituição. Essas práticas teriam provocado um prejuízo na ordem de 5 bilhões de dólares entre 1997 e 2001 (Perovic, Orttung, Wenger, 2009).

Adicionalmente, a Gazprom obteve do governo russo a exclusividade das exportações de gás do país, juntamente com a retenção de 45% dos lucros desses contratos, bem como isenções fiscais em suas operações internacionais (Ronser, 2006). A empresa também acumulou fundos de estabilização isentos de impostos e receitas de exportação em moeda estrangeira, redirecionando recursos para fora, em vez de alocá-los para as necessidades do Estado, conforme destacado por Opdahl (2020).

Convém salientar que a empresa consolidou substancial poder político, sobretudo através da concessão de subsídios aos consumidores domésticos russos. Tal dinâmica permitiu à Gazprom, em inúmeras situações, elidir suas obrigações perante o governo e fornecedores sem enfrentar consequências. O Estado russo, sentindo-se cativo aos subsídios da empresa, pouco agia para reaver esses recursos (Goldman, 2008).

Porém, quando Putin assumiu a presidência em 2000, ele reiterou o controle do Estado russo sobre a Gazprom. Despediu Chernomydrin, substituindo-o por Dmitri Medvedev, aliado político de São Petersburgo e futuro presidente da Rússia. Para ele, a falta de influência do Kremlin sobre a empresa reduzia significativamente a capacidade estatal (Kremlin, 2001). Putin claramente ambicionava que a Gazprom se tornasse um instrumento para o Estado e para o regime. Assim, nomeou colaboradores leais de São Petersburgo, com quem trabalhara nos tempos da KGB e no gabinete do prefeito, para assumir postos-chave na empresa. Ele e seus aliados perseveraram na empreitada de retomar o controle efetivo da gigante do gás.

O evento que formalizou a conexão entre a política externa e energética da Rússia foi a recompra, pelo governo, da participação majoritária nas ações da Gazprom. Em 2005, o governo adquiriu 10,7399% do capital social estatutário, correspondente a 203,5 bilhões de rublos. As transações foram ratificadas pelos acionistas da Rosneftgaz e pelo Conselho de Administração da Gazprom em junho de 2005. A transferência das ações ocorreu em três parcelas distintas, sendo a primeira delas, no montante de 16,2 bilhões de rublos, efetivada em julho de 2005. Os pagamentos subsequentes foram efetuados em outubro e dezembro do mesmo ano. Considerando as taxas de câmbio de 2006, a transação foi avaliada em cerca de US\$ 7,1 bilhões de dólares, valor notavelmente inferior às estimativas de US\$ 8,39 - 9,92 bilhões feitas pelo Morgan Stanley ou de US\$ 10,2 - 11,5 bilhões propostas pelo Dresdner Kleinwort Wassertstein¹⁸ (Ronser, 2006),

18- Morgan Stanley e Dresdner Kleinwort Wassertstein são instituições financeiras globalmente reconhecidas.

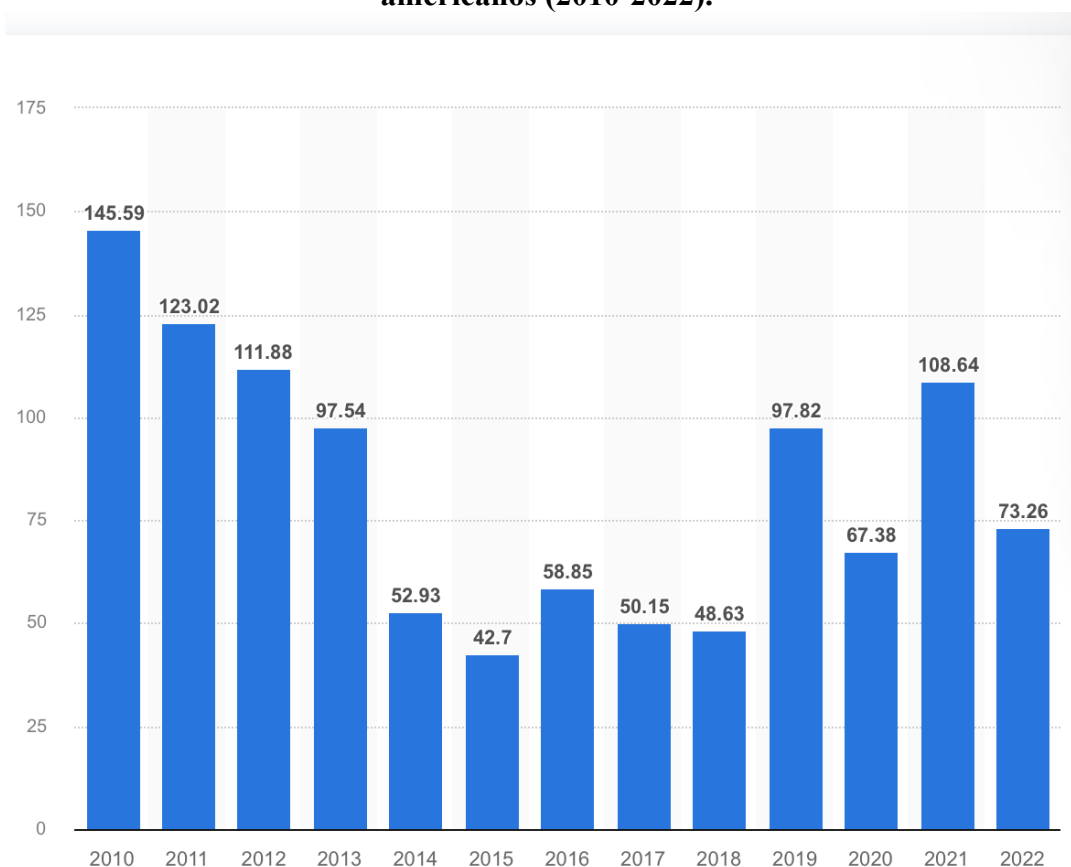
Até o ano de 2005, as metas estabelecidas pelo Kremlin foram efetivamente alcançadas. Um dos objetivos estratégicos da recuperação da participação estatal na Gazprom direcionou-se à ITERA - uma empresa que desempenhava o papel de intermediária em transações de gás natural. Mediante negociações incisivas, a Gazprom conseguiu recomprar a ITERA, consolidando, assim, seu controle sobre as operações de gás. A influência estatal na indústria de gás russa foi restituída e o primeiro impacto direto desta ação foi a diminuição das dívidas da Gazprom perante o Estado, que passaram a representar menos de 5% (Gazprom, 2003).

Ademais, a empresa readquiriu grande parte dos ativos anteriormente desviados por intermédio de processos judiciais e imposição estatal. Ilustrativamente, um relatório divulgado pela Hermitage Capital Management em 2003 denunciou que, no ano 2000, a Gazprom viu esvaírem-se mais de US\$ 2 bilhões em decorrência de administração ineficiente e de uma gestão corrupta (Hermitage Capital Management, 2003). Os desafios preponderantes envolviam a prática de preços inflacionados em serviços contratados e a falta de transparência nos fluxos financeiros, sobretudo nas subsidiárias que funcionavam como interlocutores nas exportações de gás para a Ucrânia (Perovic, Orttung, & Wenger, 2009).

Nessa conjuntura, em 2005 a Gazprom encontrava-se sob um majoritário controle estatal e liderada por colaboradores fiéis à ao Kremlin. Com as reformas implementadas pelo presidente russo, a Gazprom adquiriu uma relevante dimensão política e consolidou-se como a maior corporação russa. O estreitamento das relações entre o Kremlin e a companhia evidenciou-se quando Dmitri Medvedev, presidente do conselho da Gazprom, assumiu a chefia da Administração do Kremlin, sendo posteriormente indicado por Putin para sucedê-lo na presidência russa em 2008. Consequentemente,

[...] a Gazprom recuperou sua solidez, o que resultou em um acesso aprimorado a financiamentos internacionais. Internamente, a empresa expandiu sua atuação para o setor financeiro ao estabelecer o Gazprombank, atualmente o terceiro maior banco do país. Com um balanço financeiro melhorado, a Gazprom pôde adquirir mais ativos de recursos, modernizar instalações antigas e construir novas. Em 2005, mais da metade da propriedade da empresa pertencia ao Estado russo (Katusa, 2015, p. 116).

Figura 21 - Aumento da capitalização de mercado da Gazprom em bilhões de dólares americanos (2010-2022).



Fonte: Czarny, Menkes, & Toporowski (2009).

Mediante tais ações, Putin logrou em consolidar o domínio estatal sobre a Gazprom, viabilizando a utilização da corporação como instrumento de política externa e uma significativa fonte de renda para o Estado russo. Na atualidade, a Gazprom praticamente configura um monopólio russo de gás natural, destacando-se também como o quinto maior produtor de petróleo do país. A empresa é responsável por mais de 83% da produção de gás russa, detém o controle sobre o sistema de gasodutos domésticos e as exportações de gás da Rússia, além de possuir participação na infraestrutura de gasodutos em diversas ex-nações soviéticas (Vavilov, 2016). A corporação é profundamente integrada à elite estatal federal. Em virtude de a Gazprom deter o controle sobre os mecanismos de produção e transporte, além de ser gerida pela elite da política externa russa, a Rússia tem a capacidade singular de utilizar os recursos naturais como ferramenta de política externa. Isso lhe confere um considerável poder de barganha sobre os consumidores, em especial aqueles que são totalmente dependentes do gás russo (Balmaceda, 2015).

A empresa emergiu como um instrumento chave na ampliação do alcance econômico da Rússia sobre outros países. Esta característica é patentemente visível nas transações de fusões e aquisições realizadas pela empresa, tanto internamente quanto além de suas fronteiras. A Gazprom vem adquirindo participações em várias empresas internacionais, estendendo a influência econômica da Rússia globalmente. Essas aquisições não só potencializam a projeção econômica de Moscou, mas também capacitam a Gazprom a controlar uma proporção relevante do suprimento de gás natural para tais países (Balmaceda, 2015).

A seguir, delineiam-se algumas observações que sublinham o papel da Gazprom na política externa da Rússia:

- A Gazprom controla uma vasta rede de gasodutos que se estendem por toda a Rússia e além, fornecendo gás natural para uma série de países na Europa e na Ásia.

Tabela 4 - Empresas Detentoras dos Maiores Dutos do Mundo (Petróleo e Gás)

	Nome	País	Extensão (km)	% (Participação Mundial)
	<i>Gasoduto</i>			
1	Gazprom	Rússia	103.212	11.2%
2	TC Energy	Canadá	99.440	10.8%
3	Kinder Morgan	ESTADOS UNIDOS	82.075	9%
	<i>Oleoduto</i>			
1	Transneft	Rússia	42.383	15%
2	Enbridge	Canadá	33.750	12%
1	PipeChina	China	15.947	5%

Fonte: Aljazeera (2021).

- A Gazprom detém participações relevantes em diversas companhias de gás nacionais em países tais como Belarus, Moldova, Armênia, Letônia, Lituânia e Estônia. Tal condição concede à Gazprom uma influência substancial sobre a infraestrutura gasífera desses países.

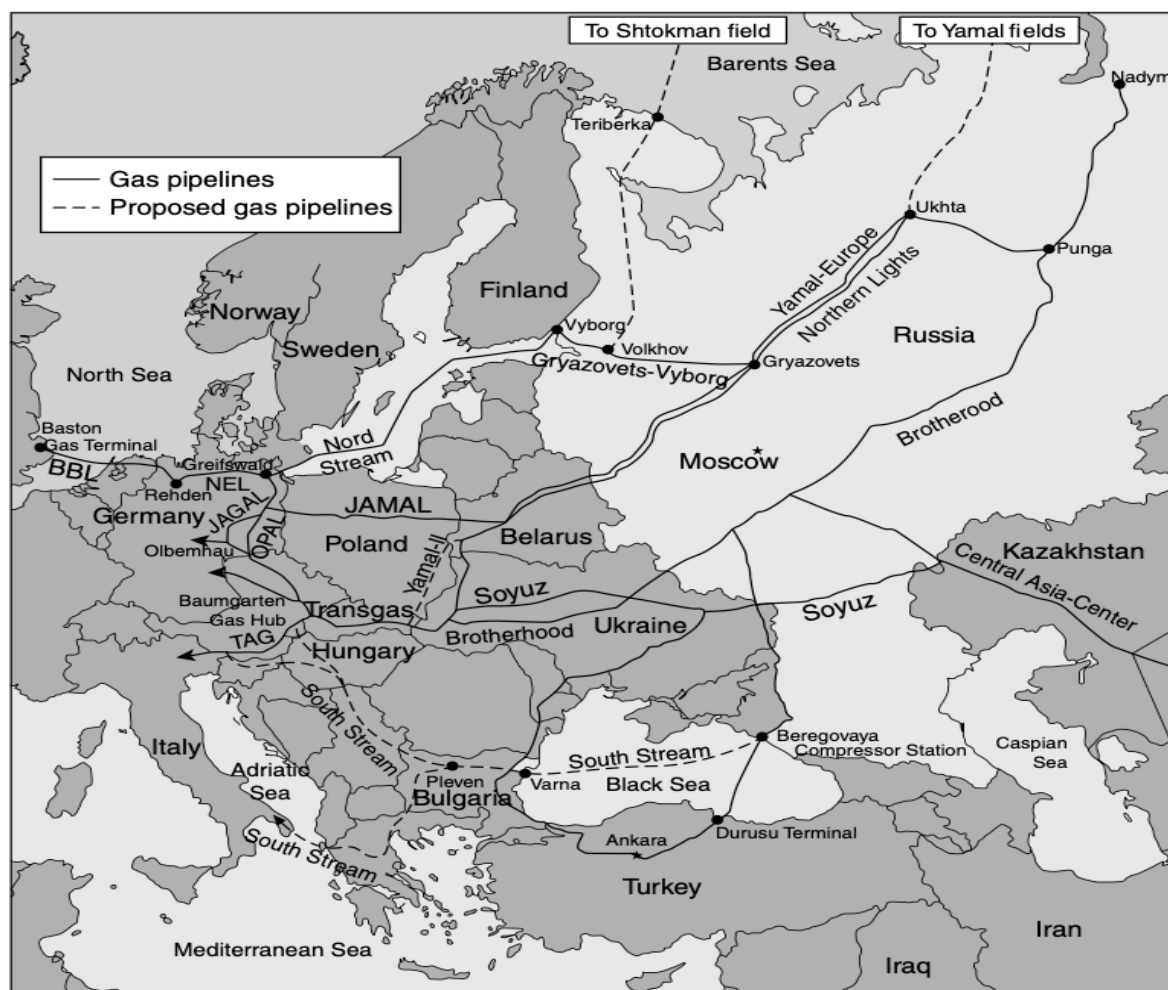
Tabela 5 – Participação da Gazprom em empresas nacionais do FSU

País	Companhia	Participação da Gazprom (%)
Ucrânia	Ukrtransgaz	0
Belarus	Beltransgaz	100
Geórgia	Gruztransgazprom	0
Moldova	Moldovatransgaz	50+1
Armênia	ArmRosGazProm	100
Lituânia	Lietuvos Dujos	37
Estônia	Eesti Gaaz	37
Turcomenistão	Turkmentransgaz	0
Uzbequistão	Uztransgaz	0
Cazaquistão	KazRosGaz	0

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em Gazprom (2020).

- A Gazprom tem investido em novas rotas de exportação para a Europa, como o Nord Stream, que complementa seus investimentos anteriores na infraestrutura de gás da Europa Ocidental.

Figura 22 – Gasodutos Russos (existentes e propostos)



Fonte: Henderson & Moe (2019).

Deste modo, conclui-se que Gazprom, uma das principais entidades energéticas da Rússia, tem sido decisiva na formulação da política energética do país, atuando em consonância estreita com o governo (Vavilov, 2016). Em diversos aspectos, a Gazprom se comporta de maneira semelhante a uma empresa estatal. Afinal, o Estado recebe 8% do seu PIB por meio de sua participação de 51% na empresa e mantém o direito, já exercido em diversas ocasiões, de intervir na administração da empresa (Stegen, 2011). Ademais, a circulação frequente de executivos entre o Kremlin e a liderança da Gazprom (Dmitry Medvedev, por exemplo, ocupou a presidência do conselho da Gazprom antes de se tornar Presidente da Rússia) sinaliza que os responsáveis pela tomada de decisões na Gazprom estão plenamente conscientes dos objetivos de política externa do Kremlin (Vavilov, 2016).

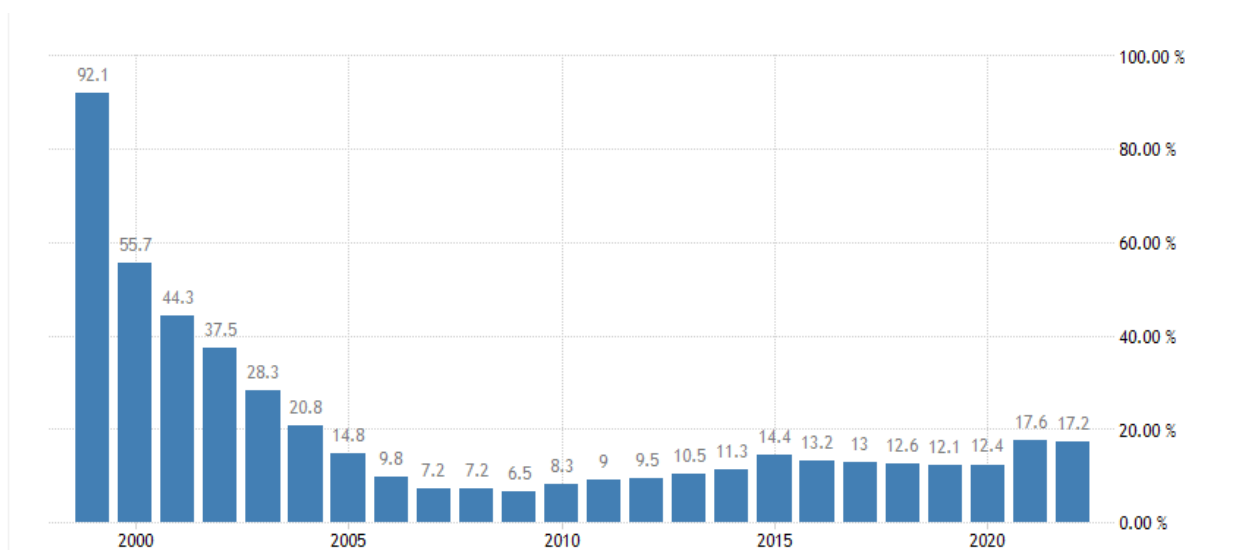
A consolidação estrutural da Gazprom pelo Estado russo fortaleceu o controle governamental sobre a empresa e, consequentemente, sobre o setor energético nacional do país.

A gigante de gás se destaca ainda na diplomacia energética da Rússia, sendo usada para influenciar as decisões de ex-Estados soviéticos como Belarus, Ucrânia e Moldávia, num esforço de reafirmar a influência russa sobre esses setores de energia agora independentes (Balmaceda, 2013). Destaca-se que a Gazprom, além de ampliar a influência econômica da Rússia, tem sido crucial na construção da imagem de superpotência energética do país e na formação da identidade nacional, conjugando narrativas nacionalistas soviéticas e pós-soviéticas com as características materiais e geográficas da indústria do gás (Tynkkynen, 2016).

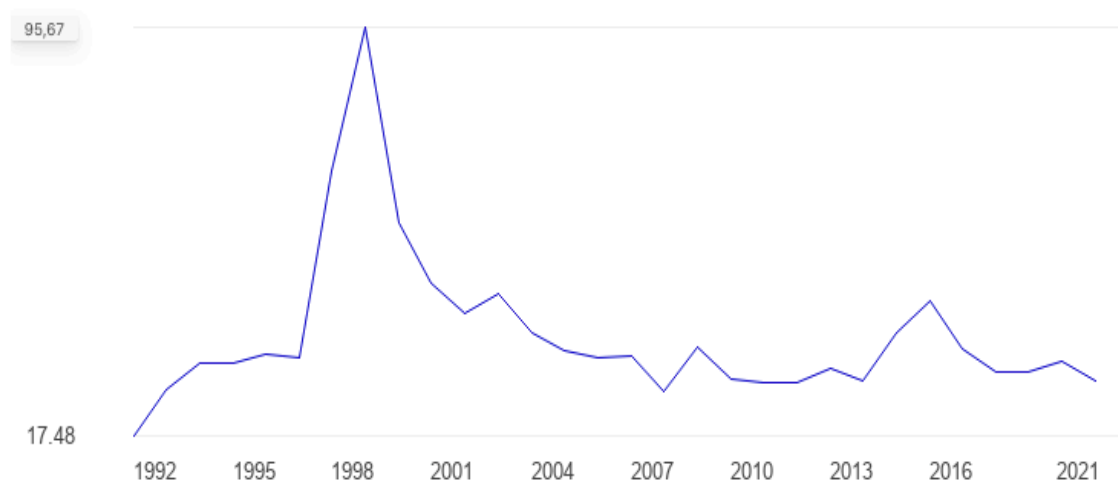
Os temores despertados pelas reações adversas às privatizações da década de 1990, aliados à promessa de Putin de "eliminar os oligarcas enquanto classe", impulsionaram um incremento expressivo nas exportações russas de energia, especialmente de petróleo, após a crise de 1998. Este crescimento, tanto em volume como em valor, gerou consideráveis receitas para o Estado, com os oligarcas demonstrando maior diligência no pagamento de impostos. Esta abundância energética, alimentada por uma demanda crescente e instabilidade política no Oriente Médio, culminou em uma recuperação econômica russa e prosperidade na década de 2000. A alta dos preços do petróleo e o aumento da produção resultaram em crescimento. O aumento da intervenção governamental sob Putin teve alguns resultados positivos, como a estabilização do orçamento do Estado e a acumulação de reservas que poderiam ser usadas para lidar com os ciclos de alta e baixa nos preços do petróleo.

4.5 Putin ou o Petróleo?

Um dos principais objetivos da presidência de Putin foi a busca agressiva por uma estratégia de desenvolvimento econômico que aumentasse a autonomia internacional da Rússia e fortalecesse a soberania russa (Appel, 2013). Essa visão levou-o a focar na capitalização dos lucros petrolíferos para diminuir a dívida interna, blindando a economia russa das oscilações globais dos preços do petróleo. Embora o enriquecimento de aliados próximos a Putin possa atrair a maioria dos holofotes, uma parte significativa da riqueza do petróleo foi direcionada para reduzir a dívida externa da Rússia (Ver Gráficos 4 e 5). Putin destacou que “reduzir a dependência da Rússia de organizações financeiras internacionais foi uma de suas maiores conquistas” (Appel, 2013, p. 319). Portanto, a administração Putin transformou um sistema fiscal disfuncional em uma fonte de receita eficaz, em grande parte graças aos altos preços do petróleo e à consolidação do poder do Kremlin no setor energético do país.

Gráfico 4 - Dívida do Governo russo em relação ao PIB (%)

Fonte: Trading Economics (2023).

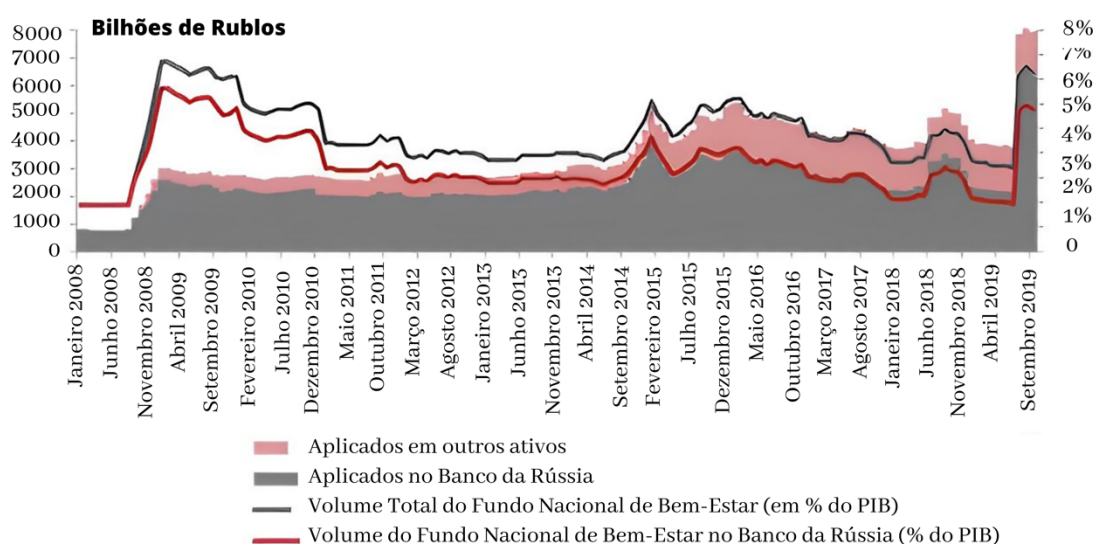
Gráfico 5 - Dívida Externa da Rússia em Relação ao PIB (%)

Fonte: The Global Economy (2023).

Outra iniciativa de grande importância para a estabilidade econômica da Rússia foi a criação de um Fundo de Estabilização em 2004. Em 2008, o fundo foi dividido em dois componentes separados: o Fundo de Reserva e o Fundo Nacional de Bem-Estar. Ao exportar volumes significativos de recursos finitos, a Rússia adotou uma regra fiscal que estipula a alocação de apenas uma fração das receitas para gastos correntes, enquanto o remanescente é poupada para o benefício das gerações futuras. Tal abordagem mitiga os riscos associados às

volatilidades dos preços das *commodities* e atenua os impactos da "doença holandesa"¹⁹ nos demais setores da economia. As reservas governamentais são frequentemente investidas em ativos estrangeiros de baixo risco, como títulos soberanos dos Estados Unidos ou da Europa, protegendo assim o valor da moeda nacional e fornecendo um colchão financeiro em tempos de crise. A aderência rigorosa a uma regra fiscal minimiza a probabilidade de políticas fiscais pró-cíclicas e reduz os riscos financeiros e políticos decorrentes das flutuações dos preços das *commodities*. Esta reserva tem sido fundamental para Moscou resistir às pressões externas, especialmente após as sanções econômicas aplicadas pelo Ocidente em resposta à invasão da Criméia em 2014. O Gráfico abaixo ilustra a evolução do Fundo Nacional de Bem-estar russo entre 2008 e 2019.

Gráfico 6 - Evolução do Fundo Nacional de Bem-Estar da Rússia (2008-2019)²⁰



Fonte: Baseado em ICSS, 2019.

Conclui-se, portanto, que capacidade de governar foi essencial para a habilidade de tributar. A bonança energética experimentada pela Federação Russa na primeira década do século XXI foi primordialmente canalizada para a revitalização da saúde fiscal da nação e para

¹⁹ Fenômeno econômico que ocorre quando um país experimenta um influxo substancial de receitas de exportação, geralmente de um recurso natural como petróleo ou gás, levando à valorização da moeda local. Esta valorização torna outros setores da economia, como manufatura e agricultura, menos competitivos no mercado internacional. O fenômeno pode resultar em uma economia excessivamente especializada, vulnerável a flutuações nos preços das *commodities* e a outros riscos econômicos.

²⁰ De acordo com o Código Orçamentário da Federação Russa, a alocação de recursos do Fundo Nacional de Bem-estar em outros ativos financeiros (além do Banco da Rússia e projetos de infraestrutura previamente aprovados) é permitida se o volume do fundo mantido no Banco da Rússia exceder a marca de 7% do PIB.

o estabelecimento de uma maior autonomia em relação a credores internacionais. A expansão da produção energética, aliada aos preços globais elevados, ampliou exponencialmente a base tributária russa. No entanto, foi a consolidação do poder político sob a égide de Vladimir Putin que incrementou a capacidade extrativa do Estado, possibilitando uma recuperação fiscal substancial. Esta consolidação não apenas reforçou a solidez fiscal da Federação, mas também aguçou sua competência para empregar recursos energéticos como um instrumento estratégico no xadrez geopolítico global. A relevância desta competência é perceptível, uma vez que a efetividade do emprego da energia como mecanismo de coerção política está inexoravelmente vinculada à estabilidade da economia interna, que deve possuir a resiliência necessária para amortecer as consequências econômicas inerentes a tais manobras estratégicas.

5 A ARMA ENERGÉTICA EM AÇÃO

Nesta seção, exploraremos um elemento vital do domínio energético da Rússia – seu uso como instrumentos de “*carrots*” e “*sticks*”. Estes termos retratam duas distintas estratégias de política externa executadas pela Rússia, especialmente no que tange ao emprego de seus recursos energéticos como instrumento de influência geopolítica. *Carrots* refere-se ao uso de incentivos positivos para convencer ou recompensar países alinhados com os interesses russos. Na esfera energética, tal estratégia pode envolver o fornecimento de recursos energéticos a valores reduzidos a países simpatizantes ou aliados. Newnham (2011) observa que a Ucrânia durante a liderança de Kuchma, bem como Belarus e certas regiões separatistas na Moldávia e Geórgia, beneficiou-se de petróleo e gás com tarifas preferenciais. Esta estratégia visa manter líderes pró-Kremlin no poder e nutrir as aspirações russas de se manter como um poderoso player no seu entorno regional.

Por outro lado, os “*sticks*” remetem ao uso de sanções ou ameaças para coagir ou penalizar países que contrariam os interesses de Moscou. No contexto da política energética, os *sticks* podem denotar interrupções no fornecimento de energia e aumentos punitivos de preços para países que se opõem à Rússia. Newnham (2011) menciona que países como Geórgia, Ucrânia e os Estados Bálticos foram sancionados com cortes no fornecimento e passaram a pagar preços exorbitantes após seus governos se orientarem para o Ocidente (Newnham R. , 2011).

Estas estratégias formam um componente essencial da política energética russa e têm implicações profundas para a geopolítica regional e global. A capacidade da Rússia em alternar entre estas duas abordagens, conforme a orientação política de uma nação, sublinha a importância dos seus recursos energéticos como um mecanismo de política externa. Tal como durante o Pacto de Varsóvia, aliados fiéis são recompensados com abastecimentos generosos de energia subsidiada, implicando também em custos elevados para Moscou. Naturalmente, os beneficiários têm mudado, uma vez que grande parte da Europa Central aderiu à UE e à OTAN e já não se alinha mais aos interesses do Kremlin. Embora tal apoio nem sempre tenha tido o efeito desejado (como será evidenciado nos casos da Ucrânia e da Geórgia), ele contribuiu para a manutenção de líderes pró-Kremlin em Belarus, Abecásia, Ossétia do Sul e na região da Transnístria. Esta influência sobre o que Moscou designa como o seu “*near abroad*” tem importância crítica, uma vez que alimenta as ambições russas de permanecer uma potência de grande envergadura geopolítica.

5.1 Geórgia

O Cáucaso do Sul, composto pelas ex-repúblicas soviéticas Armênia, Azerbaijão e Geórgia, ostenta uma posição estratégica singular. Afinal, estão localizadas entre os mares Negro e Cáspio, fazendo fronteira com Irã, Rússia e Turquia. Tal posicionamento, que serve como uma ponte entre a Europa e a Ásia, consolidou a região como um corredor de transporte essencial, principalmente no âmbito energético. Com a desintegração da União Soviética, a importância do Cáucaso do Sul para o Ocidente foi amplificada, pois passou a atuar como fonte e via de trânsito para os valiosos hidrocarbonetos do Mar Cáspio.

Em 1994, o Departamento de Energia dos Estados Unidos identificou um potencial significativo para as reservas de petróleo na região do Mar Cáspio, prevendo uma possibilidade de diversificar as fontes de importação objetivando atenuar a dependência do instável Golfo Pérsico. Neste contexto, a estratégia dos Estados Unidos foi voltada para a expansão de sua esfera de influência sobre a Ásia Central - uma região que abrange mais de 1,6 milhão de quilômetros quadrados, incluindo o Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, todos providos de vastos recursos naturais e situados estrategicamente entre a China, Rússia, Sul da Ásia e Oriente Médio (Bandeira, 2013). A primordial meta geopolítica dos Estados Unidos consistia em integrar as nações do espaço Cáucaso/Ásia Central à esfera euro-atlântica, implementando políticas de *regime change*²¹ e *nation-building*²². Isto é, promovendo a instalação de governos simpáticos ao modelo de livre mercado e aberto aos investimentos ocidentais. Washington acreditava que tal ação viabilizaria a apropriação e controle dos recursos energéticos e rotas de transporte de gás e petróleo (Mackinno, 2008).

Assim, conforme destacado por Bandeira (2013), durante a década de 1990, os Estados Unidos empreenderam incursões significativas no *Heartland* da Eurásia, estabelecendo presença dominante em países como Uzbequistão, Turcomenistão, Tajiquistão e Cazaquistão. Esses países, outrora pertencentes ao Bloco Socialista, não-capitalistas e ainda à margem do sistema capitalista mundial, estavam situados na extremidade oriental da bacia do Mar Cáspio. Apesar de serem as repúblicas mais desprovidas de riqueza da extinta União Soviética,

²¹ Refere-se à substituição de um governo ou regime político por outro, frequentemente através de intervenções externas. Este termo é comumente associado a ações militares ou sanções econômicas com o objetivo de remover um governo considerado hostil.

²² Processo de construção ou reconstrução das infraestruturas institucional, política e social de um país, visando criar ou reforçar a unidade e estabilidade nacionais. Este conceito é frequentemente associado à reconstrução após conflitos ou períodos de instabilidade, envolvendo reformas políticas, institucionais e sociais.

possuíam reservas de petróleo comparáveis, se não superiores, às da Arábia Saudita, além de abrigarem as maiores reservas comprovadas de gás natural do mundo (Yergin, 2014).

Neste contexto, a Geórgia, em sua posição de destaque geoestratégica e geoeconômica, passou a ser um epicentro de tensões geopolíticas relevantes, amplamente atribuídas ao seu papel de Estado-trânsito e ao oleoduto Baku-Tibilis-Ceyhan (BTC). Em novembro de 1999, o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, dirigiu-se a Istambul para encontrar-se com três proeminentes líderes regionais: o presidente georgiano, Eduard Shevardnadze, o presidente turco, Süleyman Demirel, e o presidente do Azerbaijão, Heydar Aliiev. Este encontro, discretamente noticiado na época, deu origem a um acordo que redefiniria o panorama geopolítico da região nas décadas subsequentes. Eles decidiram em favor da construção de um oleoduto para transportar petróleo bruto do Mar Cáspio, transpassando os territórios do Azerbaijão, Geórgia e Turquia, até o porto de Ceyhan no Mar Mediterrâneo (Mackinno, 2008). Inaugurado em 2005, o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) rapidamente ganhou destaque como o mais longo e dispendioso de sua época, desafiando diretamente os interesses russos no entorno do Mar Cáspio. Com um investimento de 3,6 bilhões de dólares, o projeto traçou um curso de colisão inelutável entre os interesses de Washington e Moscou.

Com seus 1.768 quilômetros de extensão, o BTC foi projetado para escoar o petróleo oriundo do campo Azeri-Chirag-Guneshli (ACG), situado nas águas do Mar Cáspio, evitando territórios russos e iranianos. Situado na costa do Azerbaijão, o campo ACG possuía um expressivo volume de reservas petrolíferas e passou a estar sob a administração de um consórcio de gigantes do setor, incluindo empresas renomadas como British Petroleum e Chevron/Texaco. (Bandeira, 2013).

Figura 23 - Mapa da Geórgia



Fonte: BBC News (2023).

Figura 24 - Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC)



Fonte: Wikipedia (2022).

Apesar da proposta de receber escassos 0,43 centavos por cada barril de petróleo que cruzasse seu território (o governo turco receberia 1,50 dólares), o governo georgiano manifestou satisfação com o acordo (Mackinno, 2008). Tbilisi enxergava os Estados Unidos como o único fiador de sua soberania perante a Rússia, e o oleoduto garantia que a questão georgiana jamais estaria completamente ausente da agenda do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Tal orientação ocidental aguçou o antagonismo de Moscou, que externou insatisfação com as tendências europeístas da Geórgia e com a ascendente influência dos Estados Unidos no espaço pós-soviético (CSIS, 2021). A construção do oleoduto foi a manifestação tangível do anseio de Tbilisi em integrar-se ao Ocidente, ainda que isso representasse confrontar os interesses russos.

Neste contexto, a Geórgia passou a desempenhar um papel fundamental nas políticas estadunidenses de “neo-contenção”²³, cujo propósito era barrar a dominação russa sobre a região do Cáucaso, conforme destacado por Bandeira (2013). Tensões começaram a escalar na

²³ Refere-se à estratégia adotada pelos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria para conter a influência e expansão da Rússia, inspirada na política de contenção originalmente usada contra a União Soviética durante a Guerra Fria. Diferentemente da estratégia original, a neo-contenção não se baseia apenas em confronto militar direto, mas também em medidas econômicas, diplomáticas e de informação para limitar a influência russa em regiões estratégicas.

sequência dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, quando a Geórgia, sob o comando do presidente reeleito Eduard Shevardnadze, engendrou uma aliança estratégica com a OTAN e juntou-se ao presidente estadunidense George W. Bush em sua "*war on terror*"²⁴. Em litígios com Moscou, a situação econômica da Geórgia deteriorou-se nos meses subsequentes, resultando no enfraquecimento da administração Shevardnadze e em profundas ondas de instabilidade política no país.

5.1.1 Revolução Rosa

No ano de 2003, o cenário político da Geórgia encontrava-se em notável instabilidade. Tensões elevadas com a Rússia, juntamente à questão separatista da Abecásia, conduziam o governo a um quadro crítico (Bandeira, 2013). A queda da popularidade de Shevardnadze, somada a alegações de fraude eleitoral, fomentaram o surgimento de novos líderes opositores, como Mikheil Saakashvili, Nino Burjanadze e Zurab Zhvania. Estes organizaram uma série de protestos que culminaram na Revolução Rosa, levando à renúncia de Shevardnadze em 23 de novembro de 2003. Saakashvili, um jurista formado em instituições americanas, ascendeu à presidência georgiana nas eleições de janeiro de 2004 (Mackinno, 2008).

Com a chegada de Saakashvili ao poder, a administração de George W. Bush intensificou seu engajamento na Geórgia o que culminou em programas militares conjuntos, expandindo assim a influência dos Estados Unidos sobre a região. Neste contexto, a "Revolução Rosa" foi a pioneira de uma série de revoluções ocorridas em ex-repúblicas soviéticas, nas quais ativistas apoiados por organizações não-governamentais dos Estados Unidos e da União Europeia encabeçaram movimentos populares de insurreição (Tsygankov A. P., 2014). Para Moscou, tais intervenções, embora disfarçadas como apoio à sociedade civil, configuraram-se como uma nova modalidade de mudança de regime sob o patrocínio da CIA, com o único objetivo de substituir regimes pró-Rússia por governos simpáticos ao Ocidente (Lukyanov, 2016).

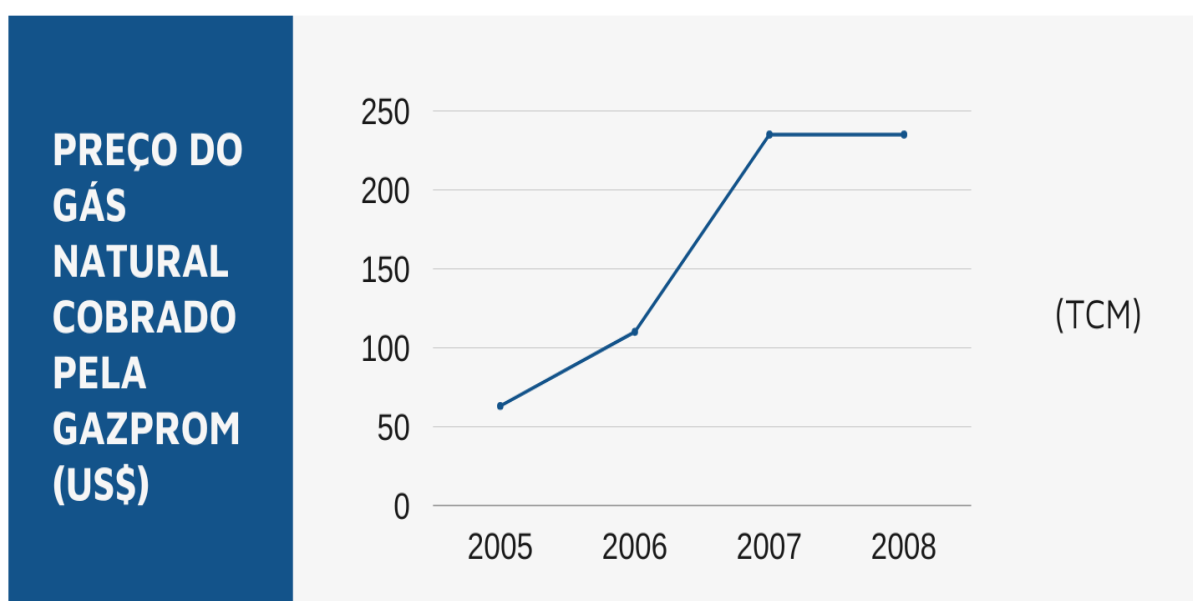
²⁴ A "Guerra ao Terror" é uma campanha militar e política iniciada pelos Estados Unidos em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001. Liderada inicialmente pelo presidente George W. Bush, esta estratégia visava neutralizar redes terroristas globais, particularmente a Al-Qaeda, e seus estados patrocinadores. A campanha resultou em intervenções militares significativas, mais notavelmente no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003).

5.1.2 Rússia utiliza sua arma energética contra a Geórgia

Após a Revolução das Rosas conduzir Saakashvili ao poder em 2004, Moscou não tardou em impor elevados custos ao novo líder recalcitrante. Esta ação seguiu um padrão estabelecido para os Estados pós-soviéticos que desafiaram a influência de Moscou. Entre 2004 e 2007, a Gazprom elevou o preço do gás natural para a Geórgia em quase 500%, passando de \$50 para \$235 por mil metros cúbicos (Newnham R. E., 2015). Moscou tentou retratar este ato como um movimento puramente comercial, destinado a trazer a Geórgia ao patamar de preços cobrados aos compradores do Oeste europeu, descritos pelo Kremlin como o "preço de mercado global".

Contudo, a análise de Newnham (2015) revela uma lógica política incontestável por trás desses aumentos de preço. Primeiramente, os reajustes tarifários foram meticulosamente aplicados aos Estados que desafiaram a influência de Moscou, com a Geórgia sofrendo de forma mais impactante. Este país foi o primeiro a ser submetido aos chamados "preços ocidentais," antecedendo até mesmo a Ucrânia. Em contrapartida, Estados alinhados com a Rússia, como Belarus e Armênia, gozaram de preços bem mais benevolentes. Em segundo lugar, a noção de um "preço de mercado mundial" para o gás natural é questionável. Dado que a maioria dos compradores depende fortemente dos gasodutos para seu fornecimento, os preços podem ser ajustados conforme a tolerância do mercado, ao invés de um padrão global (Graaf *et al.*, 2016).

Gráfico 7 - Preço do Gás Natural Importado pela Geórgia vindo da Rússia (2005-2008)



Fonte: Produzido pelo autor. Baseado em Newnham R. E. (2015).

A inflação provocada pela elevação dos preços do gás exerceu uma pressão significativa sobre o orçamento estatal da Geórgia. Em 2004, o gás natural constituía uma considerável parcela de 14% da matriz energética do país (Grigas, 2012). Face à rigidez da demanda por serviços energéticos essenciais como aquecimento e iluminação, as opções de mitigação no curto prazo eram bastante limitadas para o governo georgiano. Além disso, qualquer esforço para transferir o ônus do aumento de preços para a população corria o risco de engendrar descontentamento social acentuado, uma dinâmica que ameaçava diretamente a estabilidade do novo governo. Consequentemente, o Estado assumiu a responsabilidade direta pelos custos adicionais, intensificando as pressões sobre o orçamento governamental (CBS News, 2006).

Em 2007, no ápice de sua dependência energética em relação à Rússia, a Geórgia desembolsou aproximadamente \$300 milhões para o pagamento de suas importações de gás ante a Gazprom. O valor era bastante significativo, principalmente se tratado de um Estado com porte tão modesto. Estima-se que o valor era equivalente a cerca de 10% de todo o orçamento governamental daquele ano (Fuller, 2007). Não obstante, a intensificação do impacto dos reajustes tarifários pode ser ainda atribuída à nova postura de Moscou, que decidiu eliminar a prática de "empréstimos energéticos". Em regimes anteriores, países como Geórgia e Ucrânia usufruíam de condições favoráveis, podendo adiar os pagamentos por recursos energéticos sem consequências imediatas (Mackinno, 2008). Após a aplicação da “arma energética” russa, tal permissão foi abruptamente revogada. Moscou passou a exigir o pagamento integral e imediato de débitos preexistentes, além de demandar pontualidade nos pagamentos subsequentes (Balmaceda, 2013).

O episódio mais crítico nas relações Rússia-Geórgia, no entanto, transcorreu em 22 de janeiro de 2006. Na ocasião Moscou anunciou a interrupção das principais linhas de gás para a Geórgia, atribuindo este fato a supostas explosões orquestradas por separatistas chechenos. A veracidade dessas alegações foi questionada, dada a posição neutra ou ambígua da Geórgia no conflito russo-checheno (The Washington Post, 2006). Este evento acentuou as tensões já existentes entre os dois Estados, culminando em um confronto militar em 2008. Em julho desse ano, a visita da Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, à Geórgia reiterou o apoio americano a uma futura adesão à OTAN e apelou para uma resolução pacífica de conflitos com Abkházia e Ossétia do Sul. Este pronunciamento intensificou as hostilidades entre Moscou e Tbilisi, culminando com o ataque georgiano a posições ossetianas em 7 de agosto, o que desencadeou um conflito direto com as forças de paz russas (Gvosdev, 2013). A guerra resultou na perda total das forças aéreas e navais da Geórgia e em uma significativa

destruição de seu arsenal. Nenhum poder ocidental interveio em defesa da Geórgia, e os planos de expansão da OTAN para o Leste estagnaram.

A intervenção militar surpreendeu o mundo, desafiando expectativas consolidadas desde o término da Guerra Fria. As grandes potências responderam com veemência, sugerindo fortes sanções contra a Rússia. Contudo, sob mediação do presidente francês Nicolas Sarkozy, um acordo foi estabelecido até o final de agosto, reestabelecendo o status quo e dissipando temores de uma reescalada da Guerra Fria (Cruz, 2021). O conflito persistiu durante cinco dias, terminando em 12 de agosto, quando o presidente russo, Dmitry Medvedev, proclamou o encerramento das operações militares da Rússia (Calvocoressi, 2011).

Subsequentemente ao término dos embates, a Rússia reconheceu unilateralmente a independência da Abkházia e da Ossétia do Sul, atitude que suscitou críticas por parte da comunidade internacional e da própria Geórgia (Gahrton, 2010). Além de um número considerável de mortos e deslocados, o conflito teve extensas reverberações geopolíticas, não apenas confinadas à região do Cáucaso. Essas ramificações continuam a ser materializadas, particularmente, no fato de que 20% do território da Geórgia, reconhecido internacionalmente como parte integrante do país, permanece sob ocupação militar russa.

5.1.3 Resposta Georgiana

Em uma perspectiva ampla, ainda que tenham causado prejuízos, as sanções energéticas russas não aparentaram possuir eficácia política no curto prazo. Elas até impuseram custos significativos sob diferentes aspectos: 1) o custo direto resultante do aumento de preços imposto por Moscou; 2) os custos de oportunidade oriundos da produção perdida em função dos cortes de eletricidade e gás; e finalmente, 3) os custos associados ao estabelecimento de suprimentos de energia alternativos. Conforme Baldwin (2020) ressalta, mesmo que as sanções não consigam forçar a imediata conformidade do Estado-alvo, infligir custos a um oponente configura-se um resultado. Estes custos têm o potencial de corroer o apoio interno ao regime adversário e circunscrever recursos antes alocados a outras agendas, inclusive capacidades militares (Baldwin, 2020). No entanto, esses encargos econômicos não lograram em desviar o governo de Saakashvili de seu curso pró-Occidente.

As reformas orquestradas por Saakashvili, na sequência da Revolução das Rosas, fortaleceram tanto a resiliência interna da Geórgia quanto seu apelo geopolítico para o Ocidente. Esta dualidade solidificou a percepção dos Estados Unidos e da OTAN de que a Geórgia era um parceiro valioso e alinhado com seus interesses. O modo como a Geórgia foi vista pelas

elites dos Estados Unidos e da OTAN evoluiu significativamente ao longo do tempo, cristalizando-se em três imagens distintas, conforme destacado por Spetschinsky & Bolgova (2014):

- Inicialmente, a Geórgia foi vista como um Estado à beira do colapso, contudo um parceiro confiável na região para a OTAN e os Estados Unidos (2003).
- Posteriormente, a Geórgia foi reconhecida como um amigo e colaborador dos Estados Unidos e da OTAN (2005).
- Por fim, a Geórgia ascendeu ao status de um aliado benéfico e estratégico para os Estados Unidos e a OTAN (2009).

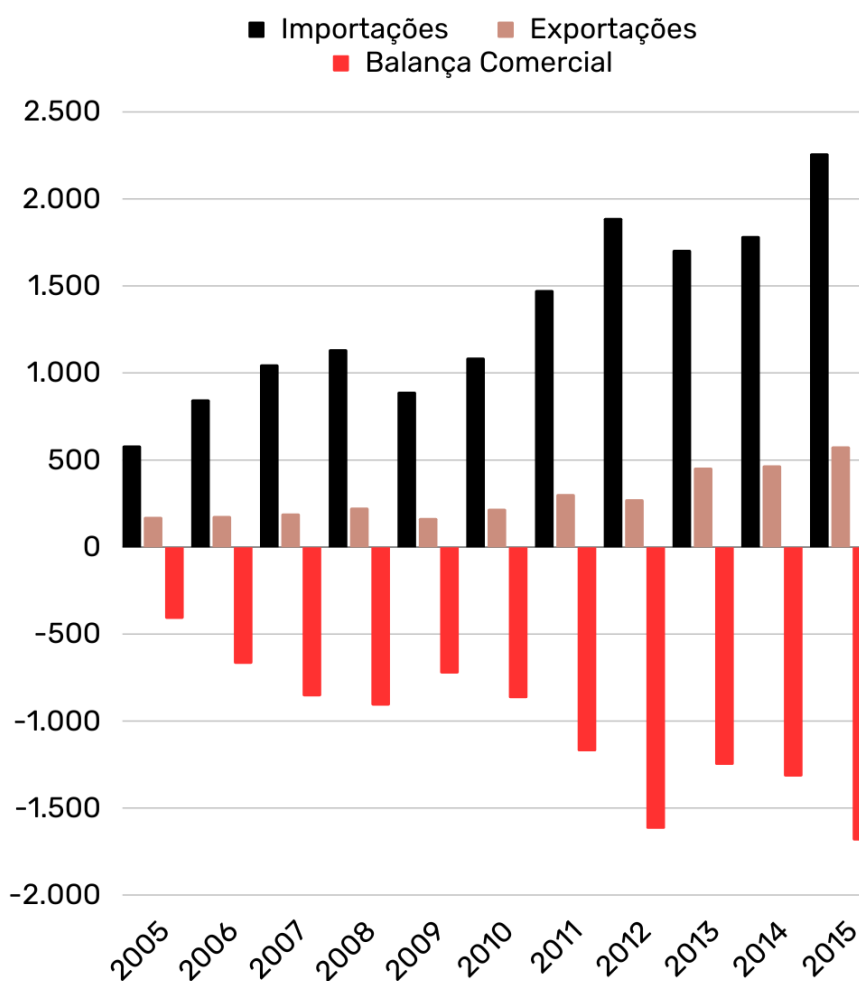
A primeira imagem (2003) foi influenciada por preocupações relativas à sobrevivência interna da Geórgia durante a crise econômica e social. Porém, o anseio público da Geórgia pela integração euro-atlântica caracterizou o país como um parceiro promissor para o Ocidente.

Após a intervenção militar da Rússia na Geórgia em 2008, Tbilisi tem mantido uma postura de cautela e distância em relação a Moscou, evidenciada pela interrupção das relações diplomáticas e da suspensão de voos diretos entre os dois países. Tanto o governo georgiano quanto seus opositores veem-se como as primeiras vítimas das “ambições imperiais” russas no espaço pós-soviético (Spetschinsky & Bolgova, 2014). A inquietude diante de Moscou se intensifica quando se observa que toda vez que a Geórgia se alinha fortemente ao Ocidente, as relações com Moscou se deterioram, culminando em iniciativas russas de alimentar o separatismo local ou lançar ataques militares contra a Geórgia (Bandeira, 2013). De fato, a direção pró-União Europeia e OTAN foi originalmente estabelecida pelo ex-presidente Mikheil Saakashvili, cujo mandato foi marcado por tensões entre a Geórgia e suas regiões separatistas da Abkházia e da Ossétia do Sul, que resultaram em guerra com a Rússia. Contudo, mesmo após a saída de Saakashvili em 2013, a Geórgia manteve sua orientação pró-Ocidente.

Em 2014, um acordo de associação foi firmado com a UE, e no ano seguinte, inaugurou-se um centro de treinamento da OTAN na Geórgia (Official Journal of the European Union, 2014). Em 2017, os cidadãos georgianos foram agraciados com o direito de viajar para a UE sem necessidade de visto, e no ano subsequente, o Sonho Georgiano, partido no poder, cristalizou em sua constituição a orientação Euro-Atlântica do país. Nesse ínterim, nenhuma das propostas concretas de Moscou, como a retomada dos voos diretos, foi de fato implementada. Em uma demonstração final de sua orientação ocidental, em março de 2022, a Geórgia solicitou oficialmente a adesão à UE (DW, 2022).

O relacionamento comercial entre a União Europeia (UE) e a Geórgia tem se fortalecido ao longo do tempo, tornando a UE o maior parceiro comercial da Geórgia. Em 2021, a UE foi responsável por 17,7% das exportações totais da Geórgia, seguida pela China com 16,6%, Rússia com 13,3%, Azerbaijão com 12,7%, e Turquia com 8,7%, de acordo com dados do Escritório Nacional de Estatísticas da Geórgia (Geostat, 2022). No âmbito da UE, o comércio com a Geórgia constituiu uma parcela modesta de 0,1%, equivalente a 2,35 bilhões de euros em 2020 (EEAS, 2021). Em termos de exportações da UE para a Geórgia, o valor atingiu 1,87 bilhões de euros em 2020. Os produtos mais exportados incluem bens industriais, como produtos químicos, máquinas e eletrodomésticos, além de minerais. Este perfil de exportação sugere uma inclinação para produtos de maior valor agregado, em detrimento de produtos agrícolas. A evolução comercial entre a Geórgia e UE pode ser melhor compreendida no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Comércio de mercadorias entre Geórgia e UE-28 (2005–2015)
(Milhões de Euros)



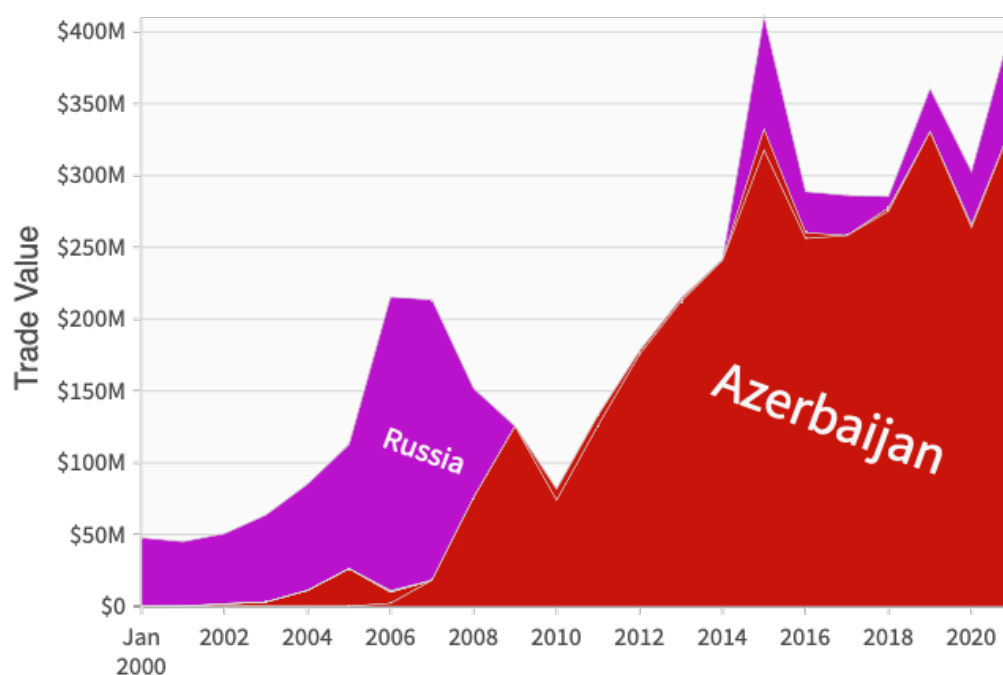
Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em (Arakelyan, 2018).

5.1.4 Diversificando as fontes energéticas

Até 2006 a Geórgia dependia fortemente de fornecedores externos para satisfazer sua crescente demanda por energia. A proporção de importações no mix energético do país saltou de 47% em 2002 para 81,4% em 2020 (International Energy Agency, 2021). Após a crise energética de 2006, o governo começou a explorar todas as vias disponíveis para diversificar as fontes de fornecimento de petróleo e gás natural, ao mesmo tempo em que promoveu agressivamente o desenvolvimento da hidroeletricidade. Além disso, a Geórgia intensificou a cooperação com países vizinhos para fomentar projetos que permitissem o trânsito de energia através de seu território e assim garantir fontes adicionais de fornecimento de gás (International Energy Agency, 2021).

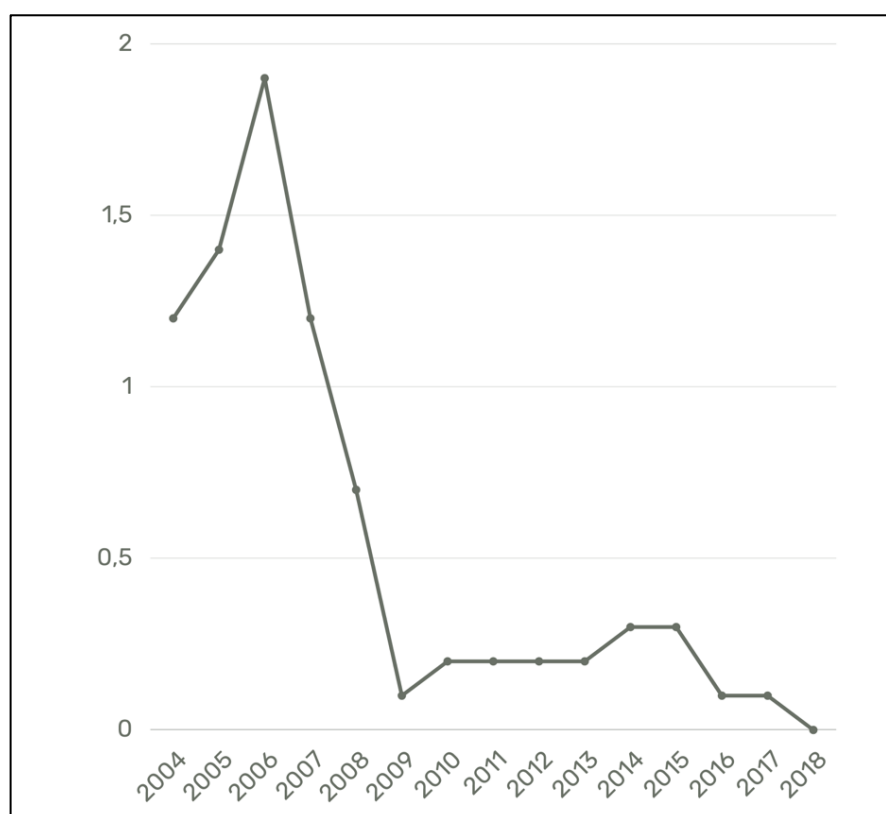
Após ser vítima da “arma energética” o país começou a reduzir consideravelmente suas importações da Rússia, enquanto incrementou significativamente as compras do Azerbaijão, que agora compõem 84,1% do consumo de gás natural e 17,9% do consumo de petróleo georgiano (International Energy Agency, 2021). Além disso, estão em andamento esforços para a construção de instalações de armazenamento de gás em seu território. O objetivo é manter reservas estratégicas para equilibrar variações sazonais na oferta e demanda - diminuindo sua vulnerabilidade a cortes e interrupções externas. Um projeto específico, que visa a construção de um reservatório subterrâneo com capacidade entre 210-280 milhões de metros cúbicos, está em fase avançada de estudo e poderá ser executado nos próximos anos (International Energy Agency, 2021).

Gráfico 9 – De Onde Vem o Gás Natural da Geórgia (2000-2020)



Fonte: OEC (2023).

Gráfico 10 - Vendas de Gás da Gazprom para a Geórgia (Bmc)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Opdahl (2020).

5.1.5 Conclusões (Geórgia)

O emprego da arma energética pela Rússia não logrou êxito em obstar a inclinação da Geórgia em direção à esfera de influência ocidental. Em resposta às interrupções e ameaças energéticas, a Geórgia acelerou a diversificação de suas fontes de energia, buscando maior autonomia política em relação a Moscou. Neste contexto, Estados Unidos e União Europeia preencheram o vácuo estratégico. A Geórgia continuou uma trajetória de alinhamento com a União Europeia e a OTAN, apesar de enfrentar desafios significativos, como a presença militar russa em partes do seu território e campanhas de desinformação dirigidas pela Rússia.

Para atingir suas aspirações Euro-Atlânticas, o país necessita, no entanto, confrontar resquícios do legado soviético, como a preeminência de um partido político único e uma aguda fragilidade institucional. No entanto, a expressiva aceitação pública pela integração com a OTAN e a UE proporciona um capital político valioso para que seus líderes avancem nessa direção. Sendo assim, embora a Rússia tenha se mostrado vitoriosa no conflito armado de 2008, os objetivos geopolíticos anteriores, inclusive o emprego da "arma energética," não se materializaram. Isto é, não houve uma reversão da tendência georgiana de se aproximar do Ocidente. Pelo contrário, ao diversificar seus suprimentos energéticos, a Geórgia mitigou sua vulnerabilidade às manobras do Kremlin, permitindo uma distância maior de sua órbita geopolítica, apesar do alto preço pago pelos cortes no abastecimento de gás e pelo conflito militar de 2008.

Tabela 6 - Linha do Tempo (Geórgia)

Ano	Linha do Tempo
2004	▪ Revolução das Rosas conduz Saakashvili ao poder. ▪ Gazprom começa a elevar o preço do gás natural para a Geórgia.
2005	▪ Aumento de quase 500% no preço do gás natural para a Geórgia
2006	▪ Em janeiro, Moscou interrompe as principais linhas de gás para a Geórgia ▪ Imensa pressão sobre o orçamento estatal da Geórgia.
2007	▪ Geórgia paga aproximadamente \$300 milhões à Gazprom por suas importações de gás. ▪ Moscou elimina a prática de "empréstimos energéticos".
2008	▪ Em julho, visita da Secretária de Estado dos ESTADOS UNIDOS, Condoleezza Rice, à Geórgia. ▪ Em agosto, conflito militar entre Rússia e Geórgia após ataque georgiano a posições ossetianas. ▪ Em agosto, Rússia encerra operações militares após cinco dias de conflito.

	Rússia reconhece unilateralmente a independência da Abkházia e da Ossétia do Sul.
2008-2013	- Tensões entre a Geórgia e suas regiões separatistas, Abkházia e Ossétia do Sul. - Saída de Saakashvili em 2013 - Geórgia mantém sua orientação para o Ocidente.
2014	Acordo de associação entre a Geórgia e a UE.
2015	Inauguração de um centro de treinamento da OTAN na Geórgia.
2017	- Cidadãos georgianos recebem direito de viajar para a UE sem necessidade de visto. - Partido “Sonho Georgiano” cristaliza na sua constituição a orientação Euro-Atlântica da Geórgia.
2021	- A UE torna-se o maior parceiro comercial da Geórgia, responsável por 17,7% das exportações totais. - Aumento significativo das compras de gás e petróleo do Azerbaijão, representando 84,1% do consumo de gás natural e 17,9% do consumo de petróleo.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Resultados Geórgia (2005-2006)

	SIM	NÃO	INCONCLUSIVO
Rússia controla as fontes de recursos energéticos?	✓		
Rússia controla as rotas de exportação?	✓		
Rússia realiza aumentos de preços e/ou interrupções no fornecimento?	✓		
Geórgia aceita/concede às demandas da Rússia?		✓	
Geórgia diversifica fontes de fornecimento após tentativas iniciais de coerção?	✓		

5.2 Ucrânia

Com a desintegração da União Soviética, firmou-se o entendimento de que as fronteiras entre as ex-repúblicas soviéticas seriam invioláveis. No entanto, logo após a Proclamação da Independência ucraniana em 1991, surgiram inquietações acerca de possíveis revisões territoriais. A questão da Crimeia emergiu como fulcral, especialmente devido à contestação por parte de nacionalistas russos de sua cessão à Ucrânia em 1954 (Freire & Kanet, 2012). Adicionalmente, o estatuto de Sebastopol²⁵, sede de uma base naval estratégica, gerou debates acalorados. A questão das armas nucleares na Ucrânia também foi alvo de dilemas diplomáticos. Enquanto Belarus e Cazaquistão optaram pelo desarmamento quase imediato, a Ucrânia enxergava as armas nucleares como um escudo contra possíveis ameaças da Rússia (Freire & Kanet, 2012). No entanto, sob garantias internacionais de segurança, a Ucrânia cedeu ao desarmamento, cristalizado no Memorando de Budapeste de 1994²⁶.

Figura 25 - Mapa da Ucrânia



Fonte: Istock (2022).

²⁵ Sebastopol é uma cidade portuária localizada na península da Crimeia, historicamente conhecida como um importante centro naval russo. Após o colapso da União Soviética, a cidade tornou-se parte da Ucrânia independente, mas continuou a abrigar a Frota do Mar Negro da Rússia por meio de um acordo bilateral.

²⁶ Tratado assinado em 1994 por Ucrânia, Rússia, Estados Unidos e Reino Unido. O documento estipulou que as partes signatárias respeitariam a soberania e as fronteiras existentes da Ucrânia, em troca do desarmamento nuclear do país. O memorando, contudo, não é vinculativo do ponto de vista jurídico, o que tem sido objeto de debates especialmente após a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014.

Neste contexto, as dinâmicas das relações russo-ucranianas no período pós-comunista foram marcadas por um ambiente de tensão, na maioria das vezes amplificadas por questões geopolíticas externas. A marcha expansiva da OTAN e as oscilantes relações entre Washington e Moscou repercutiram diretamente na visão da Ucrânia acerca de sua segurança nacional. A possibilidade da adesão ucraniana à OTAN, mesmo diante de um apoio público vacilante, se posicionou no epicentro do debate. Questões como a demarcação da fronteira russo-ucraniana e o status da Frota do Mar Negro em Sebastopol permaneceram como pontos de inflamação durante os anos subsequentes.

5.2.1 Interesses russos na Ucrânia

A Rússia mantém uma complexa relação com a Ucrânia, profundamente enraizada em conexões culturais, econômicas e políticas que são vitais para a sua autoconcepção no palco mundial. Os laços familiares entre a Rússia e a Ucrânia remontam a séculos, com Kiev, a capital da Ucrânia, sendo frequentemente referida como "a mãe das cidades russas", rivalizando em influência cultural com Moscou e São Petersburgo (Ascher, 2009). Foi em Kiev, nos séculos VIII e IX, que o cristianismo foi introduzido aos povos eslavos a partir de Bizâncio, servindo como alicerce para a *Rus de Kiev*, o primeiro Estado eslavo do qual russos, ucranianos e os bielorrussos modernos traçam sua linhagem (Ascher, 2009).

A diáspora russa na Ucrânia, composta por aproximadamente oito milhões de russos étnicos, principalmente no sul e leste do país, conforme o censo de 2001, tem sido uma preocupação significativa para Moscou (BBC, 2014). A proteção desses indivíduos foi usada como pretexto para as ações da Rússia no território ucraniano. A natureza desta relação bilateral também impacta o status da Rússia como potência global. A eventual alienação da Ucrânia e sua potencial aproximação ao Ocidente são vistas como ameaças à proeminência internacional da Rússia (Trenin, 2011). Em 2022, Putin apresentou a escalada da guerra com a Ucrânia como parte de uma luta mais ampla contra as potências ocidentais que, segundo ele, objetivam destruir a Rússia (Outlookindia, 2022).

Nesta dinâmica, a questão da Crimeia é outro ponto crucial. A península foi transferida da Rússia para a Ucrânia em 1954 pelo líder soviético Nikita Khrushchev, com o intuito de fortalecer laços fraternos entre os dois povos (Ascher, 2009). No entanto, desde a queda da URSS, muitos nacionalistas na Rússia ansiavam por uma reanexação ao território russo. Acrescenta-se a isso a importância estratégica da cidade de Sebastopol, sede da Frota do Mar Negro da Rússia, o que confere à península um significado geopolítico ainda mais pronunciado.

No âmbito econômico, a Rússia foi por muito tempo o maior parceiro comercial da Ucrânia, embora essa ligação tenha se enfraquecido drasticamente nos últimos anos, com a China superando a Rússia em dimensão comercial com Kiev (Statista, 2022). Antes da invasão da Crimeia em 2014, a Rússia esperava atrair a Ucrânia para seu mercado único, a União Econômica Eurasiática²⁷, que hoje inclui Armênia, Belarus, Cazaquistão e Quirguistão. A dependência de Moscou dos gasodutos ucranianos para fornecer gás aos clientes na Europa Central e Oriental é outro aspecto importante, como será visto posteriormente.

No entanto, a influência de Moscou sobre uma das mais importantes ex-repúblicas soviéticas foi marcadamente desafiada em 2004. Na ocasião, Viktor Yanukovych, candidato pró-Moscou, foi derrotado nas eleições presidenciais ucranianas por um rival de inclinações reformistas. Este evento, conhecido com a Revolução Laranja, representou uma clara ameaça aos interesses da Rússia no espaço pós-soviético. Este episódio, dentro de um contexto mais amplo, posicionou-se como um obstáculo palpável aos objetivos geopolíticos da Rússia na região pós-soviética. Importa frisar que este revés ucraniano se insere em uma série de desafios políticos para a Rússia: uma derrota prévia na Geórgia em 2003, conhecida como Revolução das Rosas, e uma subsequente no Quirguistão em 2005, chamada de Revolução das Tulipas (Mackinnon, 2008).

5.2.2 Relações Energéticas

Na primeira década do século XXI, o setor energético da Ucrânia confrontou-se com uma dependência acentuada de gás natural importado. Segundo dados de 2006, o consumo de gás do país variava entre 69 e 78 bcm/ano, enquanto a produção doméstica limitava-se a 18-20 bcm/ano (Grigas, 2012). Este hiato entre a produção doméstica e o consumo evidenciava uma necessidade incontornável de grandes importações, especialmente provenientes da Ásia Central e da Rússia. A raiz desta dinâmica pode ser encontrada ainda na era soviética, período no qual a infraestrutura energética da Ucrânia foi totalmente projetada para se beneficiar de fontes de

²⁷ A Comunidade Econômica Eurasiática (EurAsEC) foi uma organização internacional regional estabelecida em 10 de outubro de 2000, com o objetivo de promover a integração econômica entre seus Estados membros, que incluíam Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão. A EurAsEC visava coordenar políticas econômicas e aduaneiras, facilitar o comércio e o investimento, e promover a cooperação em áreas como energia, transporte e agricultura. A organização também estabeleceu o Fundo Anti-Crise EurAsEC, destinado a fornecer assistência financeira aos Estados membros em situações de crise econômica. Em 2015, a EurAsEC foi sucedida pela União Econômica Eurasiática (UEE), uma união econômica mais profunda que busca coordenar políticas econômicas mais amplas e criar um mercado comum entre seus membros.

gás baratas e abundantes, inicialmente de jazidas nacionais e, posteriormente, das fontes russas na Sibéria.

Neste contexto, ao longo dos anos as negociações de gás entre Moscou e Kiev foram majoritariamente fundamentadas por um contexto de interdependência assimétrica: com a Ucrânia dependendo da Rússia para o seu fornecimento de gás e a Rússia precisando de Kiev para enviar seus hidrocarbonetos para a Europa através de seu território. Estas dimensões não apenas estão interligadas, mas também carregam ramificações tanto econômicas quanto políticas para ambos os atores (Lee, 2017). Após a independência da Ucrânia em 1991, as relações com a Rússia foram traduzidas em acúmulo de dívidas e na instauração de um sistema de troca não mercantil conhecido como "gás por trânsito". Este sistema permitia que a Ucrânia recebesse gás russo a preços subsidiados em compensação por atuar como um corredor de trânsito confiável para o fornecimento de gás russo à Europa Ocidental (Pirani, Stern, & Yafimava, 2009).

As interações entre Moscou e Kiev, no entanto, foram substancialmente reconfiguradas nos anos 2000, influenciadas por variáveis políticas e econômicas. No plano econômico, a ascensão dos preços globais do petróleo levou a Gazprom a revisar suas tarifas preferenciais para os membros da Comunidade dos Estados Independentes (CIS), tornando a cooperação energética menos vantajosa para a Ucrânia. Politicamente, a Revolução Laranja de 2004 produziu uma nova conjuntura, uma vez que a Ucrânia passou a ser liderada por um presidente pró-Occidente, com aspirações de distanciamento da esfera de influência russa.

Essas duas dinâmicas acabaram convergindo, fazendo com que Moscou adotasse uma postura mais integrada em sua abordagem para com a Ucrânia, na qual objetivos políticos e comerciais foram sincronizados, principalmente no tocante à precificação do gás. Neste contexto, Moscou empreendeu uma série de medidas para modernizar e regularizar essas práticas. Entre as metas delineadas estavam: (i) a elevação dos preços do gás ao patamar europeu; (ii) a substituição de permutas e dos acordos intergovernamentais por relações comerciais monetizadas entre entidades corporativas; e (iii) a obtenção de propriedade ou controle sobre o sistema de trânsito ucraniano, bem como uma posição mais estratégica no mercado interno da Ucrânia, conforme apontado por Pirani (2009). Tais medidas tiveram como consequência o acúmulo de dívidas por parte da Ucrânia, disputas sobre a precificação do gás e das taxas de trânsito, além da busca pelo controle da infraestrutura de dutos ucraniana por parte de Moscou.

5.2.3 Ponte entre Rússia e a Europa

A rede de gasodutos da Ucrânia, herdada em 1991, possui uma notável importância estratégica para a Rússia, para a Ucrânia, assim como para o continente europeu. Afinal, essa rede conecta o maior exportador de gás natural do mundo (Rússia) ao maior mercado consumidor mundial do recurso (UE), passando por dentro do território ucraniano. Essa posição concedeu à Ucrânia benefícios importantes, como alavancagem nas negociações com seu fornecedor, receitas de taxas de trânsito e atenção dos Estados europeus devido à capacidade de Kiev de desestabilizar o trânsito de suprimentos através de seu território (Grigas, 2017).

Historicamente, o sistema de gasodutos representou uma peça estratégica fundamental para a Rússia. Em 2008, ilustrativamente, cerca de 80% do gás fornecido à Europa trafegava por esta infraestrutura (Pirani, 2009). No entanto, a ausência de domínio russo sobre esta rota limitava significativamente sua capacidade de influência, particularmente em relação à Ucrânia. Por isso, a Rússia buscava continuamente ganhar pelo menos controle parcial sobre o sistema, propondo a criação de consórcios internacionais para gerenciá-lo. No entanto, esses esforços foram em vão, especialmente após a Ucrânia promulgar uma lei em 2007 que proibia a privatização do sistema de gasodutos (Pirani, 2009).

Para a Ucrânia, o sistema de gasodutos representava um ativo crítico e uma alavanca estratégica em suas negociações com Moscou. Ceder o controle desta infraestrutura acarretaria uma redução drástica da autonomia ucraniana perante a Rússia, colocando em risco questões importantes de soberania. Nesse cenário, qualquer líder político ucraniano que propusesse a venda do sistema à Gazprom provavelmente enfrentaria séria resistência doméstica, possivelmente comprometendo sua permanência no poder (Grigas, 2012).

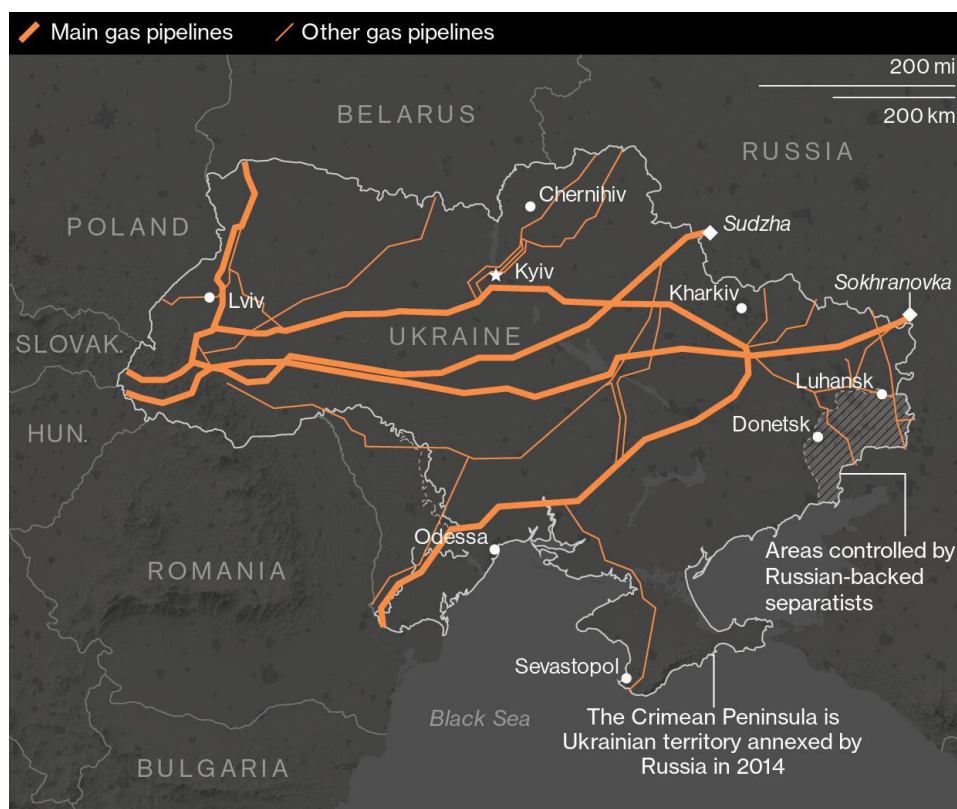
A rede de transporte de gás da Ucrânia é composta por notáveis 37.800 km de gasodutos. Até 2005, a rede era de propriedade do Estado ucraniano e gerida por duas subsidiárias da Naftogaz: Ukrtransgaz e Chernomorneftegaz. Os corredores de trânsito da rede ucraniana de gasodutos são subdivididos em categorias estratégicas:

1. Corredor central, que incorpora as rotas Urengoi-Pomari-Uzhgorod e "Progress";
2. Os gasodutos "Bratstvo" provenientes de Briansk e Tula, direcionados a Kiev;
3. Gasoduto "Soiuz" originário do campo de gás de Orenburg, situado na região dos Urais.

Adicionalmente, destaca-se a existência de outro gasodutos que facilitam o fluxo de gás russo através do sudeste de Belarus em direção à Ucrânia, bem como rotas que cruzam o

território ucraniano do Nordeste ao Sul. Outro corredor de destaque é aquele que liga a Rússia central à Ucrânia oriental, conforme demonstrado na figura abaixo.

Figura 26 - Rede de Gasodutos que passam pela Ucrânia



Fonte: Bloomberg (2022).

No período compreendido entre 2000 e 2006, a Ucrânia desempenhou um papel fundamental no trânsito do gás russo, transportando em média 129 bcm/ano, dos quais 113 bcm/ano destinavam-se à Europa. Essa operação logística rendeu ao país, entre os anos de 2005 e 2008, receitas anuais de taxas de trânsito entre \$1,5 a \$2,2 bilhões de dólares. Tal montante representava entre 25% e 20% de suas despesas de importação de gás, as quais variavam entre \$3,2 a \$8,4 bilhões (Pirani, 2009).

Assim, Rússia e Ucrânia experimentaram um alto nível de interdependência. A Rússia precisa da Ucrânia para alcançar mercados lucrativos da UE, e a Ucrânia precisa da Rússia para satisfazer suas necessidades domésticas de gás. No entanto, essa interdependência provou ser prejudicial para ambos durante os anos 1990. Afinal, o emprego de um mecanismo de subsídio conduziu a significativos desequilíbrios financeiros, afetando desproporcionalmente a Rússia. Entre 1992 e 1995, os subsídios russos à Ucrânia, por intermédio de preços de petróleo e gás inferiores aos valores de mercado, atingiram a cifra de \$10.6 milhões. Simultaneamente, os

subsídios ucranianos à Rússia representaram \$2.4 milhões, culminando em uma perda líquida para a Rússia de \$8.1 milhões (Sotiriou, 2015).

Por outro lado, a Ucrânia, valendo-se da posição estratégica como Estado-trânsito e da natureza profundamente politizada do comércio de gás durante os anos 1990, acumulou débitos consideráveis, atribuíveis em grande parte à inadimplência nos pagamentos. Em resposta, a Rússia empenhou-se em adquirir a propriedade do Sistema de Transmissão de Gás (GTS) ucraniano, visando mitigar essa interdependência financeiramente onerosa. No entanto, essa meta mostrou-se difícil de alcançar devido à forte oposição interna na Ucrânia, que resultou em uma proibição legislativa contra qualquer tentativa de privatização de ativos de petróleo e gás. (Balmaceda, 2015).

Figura 27 - Principais Redes de Gasodutos que ligam Rússia à Europa



Fonte: O Globo (2022).

Com a ascensão de Vladimir Putin à presidência em 2000, observa-se uma inflexão estratégica na política energética de Moscou para com Kiev. Essa mudança visou a alterar a matriz de interdependência para um cenário de dependência unilateral da Ucrânia em relação à Rússia (Sotiriou, 2015). Duas diretrizes estratégicas emergem como fulcrais nesse contexto, conforme sublinhado por Sotiriou (2015, p. 74):

1. Destituir a Ucrânia de sua credibilidade como uma rota de trânsito confiável, forçando uma dependência unilateral de Kiev em relação a Moscou;
2. Subordinar a agenda energética aos objetivos geopolíticos mais amplos da Rússia, o que incluiu, em certas ocasiões, a oferta de concessões políticas a Kiev em troca de fornecimento de gás a preços mais benéficos.

Esta estratégia buscou favorecer os interesses geopolíticos e energéticos da Rússia, mas também relegar a Ucrânia a uma posição de vulnerabilidade em sua relação com Moscou. Principalmente em um contexto de profunda insatisfação do Kremlin com a intromissão das potências ocidentais no seu entorno estratégico.

5.2.4 Revolução Laranja

A "Revolução Laranja" de dezembro de 2004 foi um divisor de águas nas relações entre Moscou e Kiev. O contexto eleitoral daquele ano, permeado de controvérsias, colocou a Ucrânia em uma trajetória que quase levou o país à beira da desintegração e de uma guerra civil (Tsygankov A. P., 2011). Os protagonistas desta acirrada disputa eleitoral foram Viktor Yanukovich, o candidato apoiado pelo Kremlin, e Viktor Yushchenko, que gozava do apoio das potências ocidentais. A divisão flagrante entre o Leste ucraniano, tendente à Rússia, e o Oeste, inclinado à Europa, catalisou as tensões que finalmente deflagraram em onda de protestos em massa de larga escala. No âmbito interno da Ucrânia, emergiram facções políticas em oposição, alinhadas com uma ou outra esfera de influência (Mackinno, 2008).

Em resposta a alegações de fraude eleitoral que teriam favorecido o candidato alinhado com Moscou, e às ondas de protestos que emergiram, a Suprema Corte ucraniana ordenou um novo pleito eleitoral. Viktor Yushchenko, o candidato pró-Occidente saiu vitorioso desta vez (Mackinno, 2008). Seu período inicial na presidência foi marcado por instabilidade, manifesta em mudanças constantes no seu gabinete e acirradas disputas pelo poder. Ademais, uma reforma constitucional de 2006 fortaleceu o papel do primeiro-ministro, enfraquecendo a

posição de Yushchenko, que depois foi forçado a aceitar seu algoz, Viktor Yanukovych, como o novo primeiro-ministro. Em eleições parlamentares posteriores, o partido de Yushchenko conquistou apenas a terceira maior quantidade de assentos, formando uma coalizão instável com o Bloco de Yuliya Tymoshenko para instaurar um governo pró-Occidental. Esta coalizão, entretanto, se desfez em 2008 (Freire & Kanet, 2012).

A "Revolução Laranja" assinalou um momento crítico na configuração política pós-soviética. O papel da Rússia e dos Estados Unidos, atuando como agentes influenciadores nestas eleições, não pode ser negligenciado. Moscou manifestou apoio explícito a Yanukovych, ao passo que:

Washington cria que, na Ucrânia, a ascensão de Viktor Yushchenko, candidato do partido da oposição, poderia modelar a orientação geopolítica do país, possibilitando maior integração nas instituições euro-atlânticas, instituição de uma real democracia, com o predomínio da lei, e uma genuína economia de livre mercado. (Bandeira, 2013, p. 178)

Para a Federação Russa, a implantação da estratégia de “*nation-building*” pelos Estados Unidos representava uma ameaça semelhante ao que já havia sido percebido na Geórgia: um desmantelamento progressivo de sua esfera de influência regional (Trenin, 2014). Diante deste contexto, Moscou recorreu à diplomacia energética, especificamente através do comércio e precificação de gás, como mecanismos estratégicos para influenciar a orientação política de Kiev. O objetivo era dissuadir Viktor Yanukovych e seu governo de prosseguir com uma integração mais estreita com a União Europeia e, por extensão, reverter o movimento da Ucrânia em direção à aliança com o Ocidente (Toal, 2017).

Na década seguinte, marcada por uma crescente polarização política, a Ucrânia inclinou-se progressivamente em direção ao Ocidente. O país manifestou aspirações formais de adesão tanto à União Europeia quanto à OTAN, ações que intensificaram as tensões com Moscou. Em resposta, a Gazprom, corporação russa de energia, sinalizou que qualquer esfriamento nas relações com Moscou resultaria na eliminação de subsídios e de outros benefícios ligados à exportação de gás (Freire, 2015). Estas advertências retóricas, posteriormente, materializaram-se em medidas concretas, exemplificando a aplicação da energia como mecanismo de pressão geopolítica por parte da Rússia.

5.2.5 Implementando a Arma Energética (2006-2013)

O caso ucraniano é um dos mais emblemáticos da chamada “arma energética” russa. Ele gerou impactos nos mercados globais de energia e uma percepção de vulnerabilidade em vários países europeus. Sob o governo de Putin, a ameaça de interromper o fornecimento de gás para seus oponentes se tornou mais que um discurso, gerando preocupações tanto na Ucrânia quanto na Europa Ocidental (Bahgat, 2006).

A gênese das chamadas “crises do gás” russo-ucranianas é datada de 2004, na ocasião da eleição presidencial da Ucrânia. Depois do que ficou conhecido como Revolução Laranja, os resultados das eleições foram considerados ilegítimos e Yushchenko, candidato anti-Moscou, assumiu a presidência. A vitória foi encarada pelo Kremlin como uma interferência direta do Ocidente em sua esfera de influência (Herd, 2005).

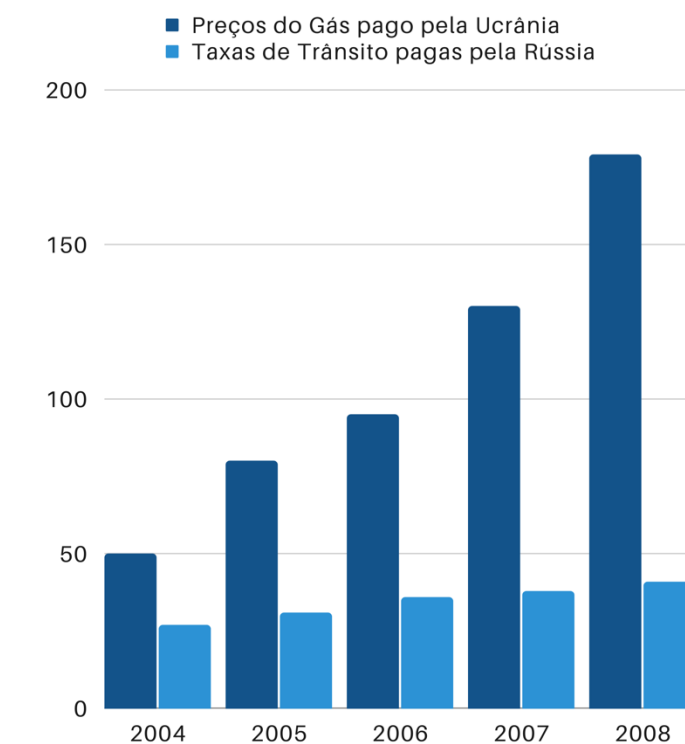
Em consequência, os apoiadores de Yushchenko foram confrontados com o “poder energético” da Rússia, com indicações de que a vitória ocidental poderia resultar em invernos sem aquecimento e o consequente colapso econômico (The Guardian, 2006). Estas advertências logo transicionaram da esfera da retórica para a realidade dos fatos. Segundo o Kremlin, se Yushchenko queria um relacionamento mais próximo com o Ocidente, ele também deveria estar preparado para pagar preços mais próximos daqueles pagos pelos clientes ocidentais (Tardy, 2009).

Consequentemente, no final do ano de 2005, o presidente Putin avançou com uma proposta que visava alinhar os preços do gás ucraniano com os padrões europeus até o ano de 2011, a menos que fosse concedida uma participação russa no sistema de gasodutos ucraniano (GTS). A estratégia, conforme detalhado por Viter, Pavlenko, & Honchar (2006), envolvia concessões e subsídios a países que concordassem em compartilhar a propriedade de seus gasodutos com a Rússia (Viter, Pavlenko, & Honchar, 2006). Como já visto, este é um elemento estratégico, especialmente se tratando de um país-trânsito como a Ucrânia. Afinal, este controle deixaria Moscou menos vulnerável a manipulação do gás russo, por parte de Kiev, enviado para a Europa.

Inicialmente reticente a aceitar um aumento nos preços do gás, Viktor Yushchenko, figura central da "Revolução Laranja," indicou estar disposto a um ajuste tarifário, desde que realizado de maneira gradual. Em resposta, a Gazprom sugeriu uma tarifa ligeiramente inferior à inicialmente proposta, porém manteve a prerrogativa de um ajuste imediato nas condições contratuais. (Stern, 2006). A incapacidade das partes em chegar a um acordo em 2005 levou à notável mudança nas relações energéticas em janeiro de 2006.

Durante três dias, a Gazprom reduziu as importações da Ucrânia, que respondeu desviando volumes de gás destinados à Europa, ocasionando breves interrupções no mercado europeu. (Kramer, 2006). Em 4 de janeiro de 2006, a normalidade foi restaurada. Gazprom e Naftogaz firmaram um novo contrato²⁸ de cinco anos cujos preços foram estabelecidos apenas para um período de seis meses. O gás foi comercializado para a RosUkrEnergo ao valor de US\$ 230 por 1.000 metros cúbicos, e após a combinação com suprimentos de custo inferior provenientes da Ásia Central, foi revendido à Ucrânia pelo montante de US\$ 95 por 1.000 metros cúbicos (Stern, 2006). Em simultâneo, observou-se também um reajuste nas tarifas de trânsito da Ucrânia: o valor subiu de US\$ 1,09 para US\$ 1,60 por 1.000 metros cúbicos a cada trajeto de 100 quilômetros, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 11 - Evolução dos preços de gás e das taxas de trânsito na esteira da crise de 2005-2006 (\$/mmc)



Fonte: Elaborado pelo Autor. Baseado em Pirani (2009).

A crise energética de 2006 não foi um evento isolado, mas sim uma manifestação de um contexto político mais amplo. Influenciada pela eleição presidencial na Ucrânia em 2004 e pela inclinação pró-Occidente de Yushchenko, a crise gerou apreensão em Moscou acerca do estreitamento das relações entre Ucrânia, OTAN e União Europeia. Esta perturbação reverberou

²⁸ Detalhes sobre este contrato podem ser acessados nos anexos.

até as eleições parlamentares ucranianas de 2006. Enquanto os Estados Unidos expressaram críticas diretas à resposta russa, a União Europeia adotou uma postura mais cautelosa.

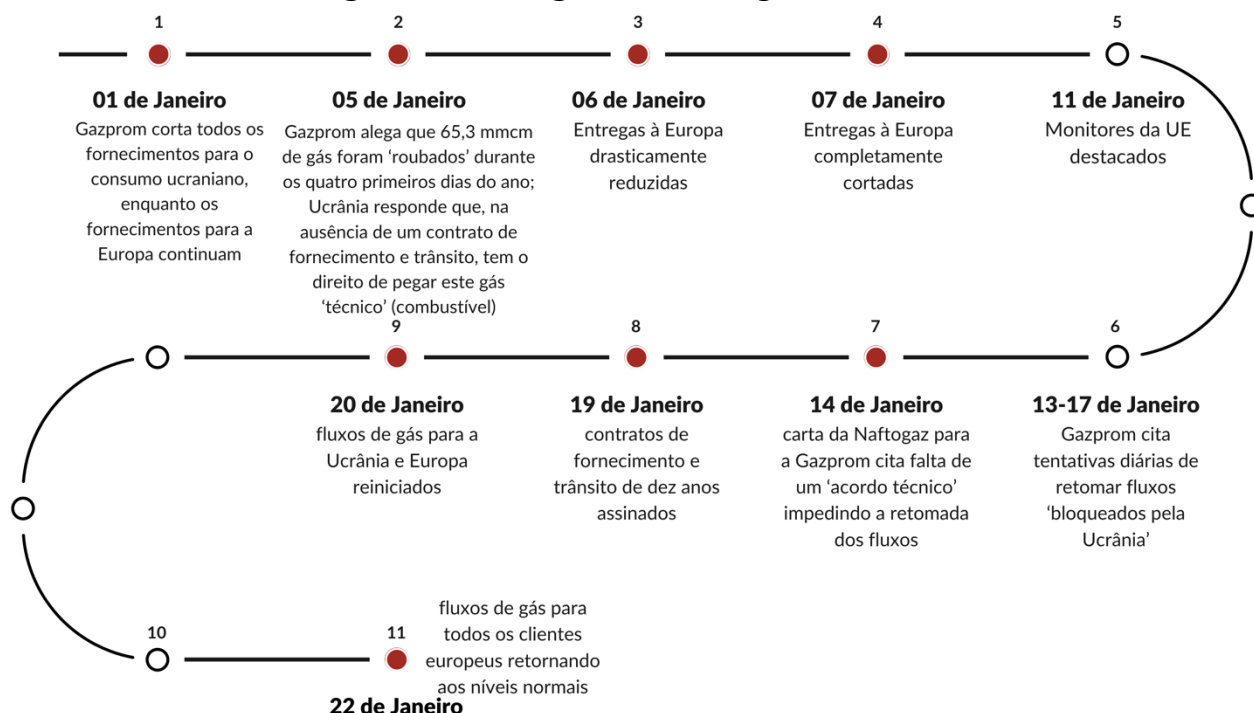
A interrupção na entrega de gás em janeiro de 2006 simbolizou a primeira instância de uma disputa acirrada entre os dois países. Foi um evento sem precedentes que transformou uma cooperação outrora benéfica em uma negociação controversa, prejudicando a reputação de ambos os países de assegurar um fornecimento constante e seguro para o mercado europeu de gás.

5.2.5.1 Crise do gás (2009)

O final do contrato de gás entre a Gazprom e o governo ucraniano expirou em 31 de dezembro de 2009. Após isso, mais um impasse surgiu. Os primeiros quatro dias da crise transcorreram com uma relativa calma. Fato este que marcou uma diferença notável em relação ao conflito de 2006. Esta serenidade foi bruscamente perturbada em 4 de janeiro, quando Gazprom acusou a Ucrânia de "apropriação indevida" de 50 milhões de metros cúbicos de gás (MMC) (Pirani, Stern, & Yafimava, 2009). No dia seguinte, a Gazprom intensificou suas reivindicações, argumentando que o total 65,3 (MMC) de gás haviam sido roubados pela Ucrânia durante os primeiros quatro dias do ano. Além disso, a Gazprom exigiu que a Ucrânia mobilizasse suas reservas próprias de gás e o fornecesse para a Europa. A Ucrânia, por sua vez, negou veementemente as acusações e não cedeu as exigências russas.

Em 7 de janeiro, a crise entrou em sua segunda e mais delicada fase. Neste ponto, a Gazprom impôs um corte total no fornecimento de gás para a Ucrânia (CNN, 2009). Em consequência, a Ucrânia e países no sudeste da Europa, que dependiam inteiramente das importações russas, sofreram cortes totais de gás. Ademais, cortes parciais se estenderam a outros Estados, conforme ilustrado no Gráfico 11. Esta interrupção sustentou-se por um período de 13 dias.

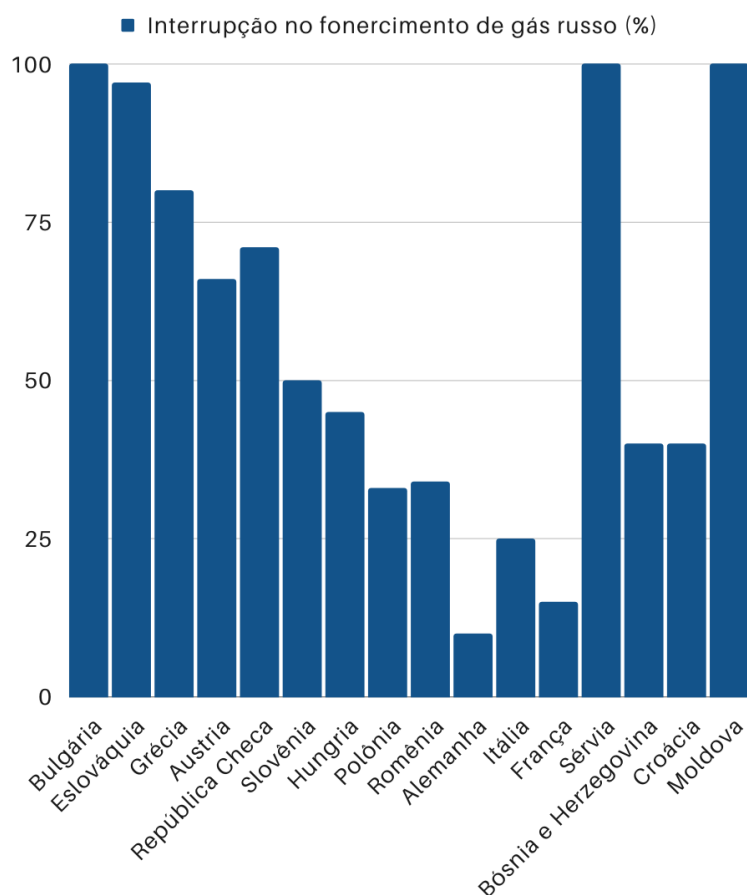
Figura – Cronologia da crise do gás de 2009



Fonte: Elaborado pelo autor.

A crise de 2009 constituiu um evento em escala sem precedentes, dada a histórica confiabilidade do sistema de trânsito de gás ucraniano, que nunca havia sofrido uma interrupção tão prolongada desde os tempos soviéticos. Ambas as partes envolvidas no conflito, tanto a Rússia quanto a Ucrânia, assumiram posturas intransigentes, culpando-se mutuamente pelo impasse, sem demonstrarem urgência em resolver o desacordo. As entregas foram retomadas apenas em 20 de janeiro, após a assinatura de dois novos contratos com validade de dez anos. (Pirani, 2009). As consequências da crise foram notáveis. Os países mais afetados nos Bálcãs enfrentaram uma emergência humanitária, com partes da população incapazes de aquecer suas casas (The Guardian, 2009). Problemas econômicos significativos, mas não de natureza humanitária, também foram causados na Hungria e na Eslováquia. Além disso, a reputação da Rússia como fornecedora para a Europa e a reputação da Ucrânia como país de trânsito foram, mais uma vez, seriamente danificadas.

Gráfico 12 - Parcela do fornecimento de gás interrompida em decorrência da crise do gás de 2009 (% por país)



Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em Pirani, Stern, & Yafimava (2009).

O acordo firmado de 2009 que encerrou a crise energética entre Kiev e Moscou, estabeleceu um esquema de precificação alinhado aos padrões europeus. Conforme Pirani, Stern, & Yafimava (2009), neste acordo, a fixação dos preços para 2009 foi de 80% do benchmark europeu, progredindo para 100% no ano subsequente. Para o início de 2009, o preço do gás foi definido em \$360 por mil metros cúbicos (mcm). O contrato de trânsito estipulou um volume de transporte anual mínimo de 110 bcm, vigorando por um decênio. As tarifas para o trânsito, no ano de 2009, foram estabelecidas em \$1.7 por mcm a cada 100 km, com ajustes previstos para os anos seguintes, influenciados por variáveis específicas. Como cláusula adicional, a Gazprom se prontificou a antecipar um pagamento de \$1.7 bilhões para os serviços de trânsito.

Embora o regime de precificação tenha mudado, Moscou persistiu em sua tática histórica de adquirir influência por meio da manipulação dos preços do gás. A eleição de Victor Yanukovich, em 2010, até inaugurou um período de relações mais cordiais entre Moscou e

Kiev. Como resultado, em 21 de abril daquele ano, um acordo bilateral entre os presidentes Medvedev e Yanukovych estendeu o arrendamento da base naval de Sevastopol à Rússia até 2042, com uma opção de renovação adicional de cinco anos. Em reciprocidade, os "Acordos de Kharkov", como ficou posteriormente conhecido, concedeu à Ucrânia um desconto significativo de 30% no preço do gás natural (Sotiriou, 2015). Esta concessão resultou em benefícios econômicos consideráveis para a Ucrânia e estimulou o aumento das importações de gás russo entre 2010 e 2011 (Orttung & Overland, 2011). Para a Rússia, o tratado assegurou a presença estratégica de sua marinha no Mar Negro, que, composta por aproximadamente 25.000 militares, desempenha o papel estratégico de proteger a região sul da Rússia (Litovkin, 2014).

Do ponto de vista econômico, a vantagem relativa da Rússia neste acordo tornou-se evidente. Embora houvesse uma redução nominal de 30% no preço do gás exportado para a Ucrânia, essa diminuição poderia ser equilibrada pelo crescimento do volume de vendas previsto nos novos contratos. A Ucrânia, por sua vez, focou nos benefícios imediatos e urgentes, motivados pela necessidade de alívio econômico rápido. (Sotiriou, 2015). Observadores críticos viram com ceticismo o acordo, atribuindo a Yanukovych um intento de procurar recursos financeiros imediatos para consolidar seu regime autoritário em detrimento da integridade e autonomia da Ucrânia no longo prazo (Sotiriou, 2015, p. 85).

5.2.5.2 Crise do Gás (2013)

Após um breve período de melhoria nas relações entre Moscou e Kiev, o ano de 2013 marcaria uma reviravolta significativa nesta relação. Quando Kiev se aproximava da ratificação de um acordo de associação com a União Europeia em novembro deste ano, o Kremlin, atuando através da Gazprom, ofertou à Ucrânia uma redução de 33% no custo de importação do gás, diminuindo o valor de \$402 para \$268,5 por mil metros cúbicos (Graafa & Colgan, 2016). Este estímulo econômico atuou como catalisador de uma mudança surpreendente na postura de Kiev. Presidente Yanukovych decidiu refrear o acordo comercial com a Europa, precipitando, assim, uma nova e intensa crise política e social no território ucraniano. Os protestos conhecidos como “Revolução Euromaidan” rapidamente evoluíram para uma manifestação mais ampla contra a corrupção e o autoritarismo. A situação culminou na deposição de Yanukovych e estabeleceu o terreno para a subsequente anexação da Crimeia pela Rússia, bem como o conflito armado na região de Donbas (Tsygankov A. , 2015). Após a fuga de Yanukovich, um governo de transição foi implementando. A Rússia retratou esses eventos como um golpe de Estado inconstitucional, enquanto os Estados Unidos e seus aliados viram como um retorno ao curso democrático

(Biden, 2014). A Rússia, sob o pretexto de proteger a maioria étnica russa na Crimeia, aumentou suas forças militares na região. A resposta dos Estados Unidos foi condenar a ação militar russa e a retórica beligerante de ambos os lados rapidamente se intensificou (Donaldson, 2019)

Com a subsequente queda de Yanukovich e a anexação da Crimeia, a Rússia cancelou os descontos de gás para a Ucrânia em abril de 2014. Consequentemente, os preços sofreram um aumento abrupto de mais de 80%, elevando-se para \$485 por mil metros cúbicos, a tarifa mais onerosa de toda a Europa (Graafa & Colgan, 2016). A Rússia detinha a capacidade de revogar unilateralmente o desconto concedido em 2010 (associado ao arrendamento da base na Crimeia) por ser uma suspensão dos direitos de exportação cobrados pelo Estado russo sobre o gás enviado à Ucrânia. Desta forma, a estratégia da Rússia, “senão por tanques, então por bancos”, começou a se desdobrar. E isso ocorreu em uma escala política-estratégica completa (Orttung & Overland, 2011).

5.2.6 Nord Stream: o início do fim

Apesar de toda tensão que as crises de gás produziram nas relações entre Rússia e Europa, Moscou nunca aparentou a intenção de prejudicar seu lucrativo comércio energético com a Europa. Afinal, os combustíveis fósseis representam 14% da produção econômica do país. A receita do setor é responsável por mais de 40% do orçamento federal (McBride, 2022). Em 2014, 71% do gás russo foi direcionado para Europa (Popovic, 2020). Neste sentido, Moscou dirigiu vários esforços para que a imagem de fornecedor de energia confiável fosse reconstruída perante os europeus. Uma das iniciativas consistiu em criar rotas alternativas de gasodutos que contornassem a Ucrânia. O objetivo duplo dessa manobra era privar Kiev das receitas provenientes do trânsito de gás e reduzir sua alavancagem geopolítica, ao mesmo tempo em que assegura aos países europeus um fornecimento ininterrupto.

O Nord Stream, composto por dois gasodutos no Mar Báltico, conecta Vyborg na Rússia a Lubmin na Alemanha, estendendo-se por 1.224 quilômetros. Esta infraestrutura, operada pela Nord Stream AG, cruza as Zonas Econômicas Exclusivas de países como Rússia, Finlândia, Suécia, Dinamarca e Alemanha. Com uma capacidade de transportar até 55 bcm de gás por ano, o sistema Nord Stream oferece uma conexão direta e segura para o gás russo aos mercados europeus, evitando o trânsito pela Ucrânia (Nord Stream, 2023).

Figura 28 - Projeto Nord Stream

Fonte: Aljazeera (2022).

Tal projeto reveste-se de expressiva significância tanto econômica quanto estratégica para Moscou. Economicamente, ele expande o acesso da Rússia ao maior mercado de gás do mundo, a União Europeia. Estrategicamente, solidifica a Rússia como um fornecedor de energia primordial para a Europa, ao mesmo tempo em que diminui o papel da Ucrânia no trânsito de gás, consequentemente enfraquecendo a posição de Kiev em negociações com a Gazprom e com Moscou (Günther, 2019).

Naturalmente, os Estados Unidos se opuseram veementemente ao projeto Nord Stream. Em primeiro lugar, Washington estava preocupado com a crescente dependência europeia do gás russo, uma vez que isso poderia aumentar a influência do Kremlin sobre os países europeus e, potencialmente, enfraquecer a aliança transatlântica OTAN (U.S Government, 2014). Segundo, Washington viu o Nord Stream como uma ameaça à segurança da Ucrânia e dos países do Leste Europeu, que poderiam potencialmente perder receitas de trânsito e se tornarem mais vulneráveis à pressões russas. Terceiro, os Estados Unidos tinham o interesse econômico de exportar seu próprio gás natural liquefeito (GNL) para a Europa; o Nord Stream poderia diminuir a demanda pelo GNL americano, uma vez que o preço do gás russo é bem mais competitivo que o estadunidense (US Congress, 2022). Por fim, o aumento das exportações de gás para a Europa prejudicaria a eficácia das sanções dos Estados Unidos contra Moscou aplicadas após a anexação da Criméia em 2014. Sendo assim, em resposta ao ambicioso projeto

russo, os Estados Unidos tomaram medidas para tentar impedir a sua conclusão, incluindo a imposição de pesadas sanções sobre empresas envolvidas na construção dos dutos (Reuters, 2021).

Contrariando a oposição dos Estados Unidos, a primeira fase do projeto Nord Stream (NS1) teve sua construção iniciada em abril de 2010, sendo finalizada em junho de 2011. A segunda fase do projeto, desafiando um conjunto mais abrangente de sanções impostas pelos Estados Unidos, foi lançada no verão de 2018 e concluída em setembro de 2021. No entanto, a entrada em operação desta segunda etapa enfrentou obstáculos significativos. Atrasos regulatórios e um renovado escrutínio político, agravados pelo acirramento das relações entre o Ocidente e a Rússia, impediram o seu funcionamento. A Guerra na Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022, de fato, parece ter sepultado politicamente a viabilidade do Nord Stream 2, além de pôr em xeque o comércio de gás entre Rússia e Europa no futuro próximo.

5.2.7 Reação e contramedidas de Kiev

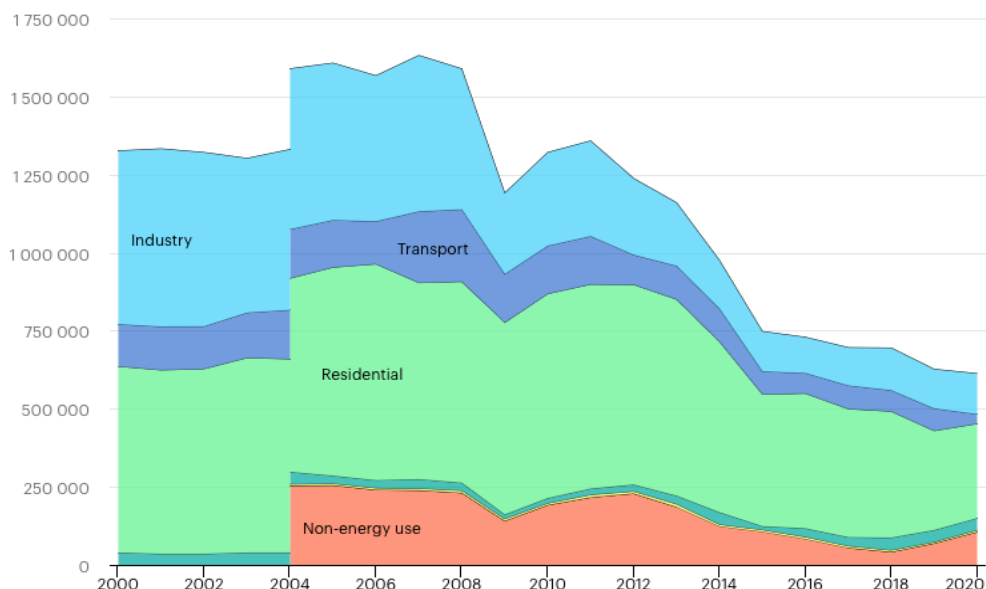
Durante a presidência de Viktor Yanukovich, de janeiro de 2010 a fevereiro de 2014, o cenário energético ucraniano foi notavelmente influenciado pelo contrato de gás firmado em janeiro de 2009 - subsequente às disputas do mesmo ano. Esse acordo elevou consideravelmente os custos de gás para a Ucrânia, gerando um impacto substancial imediato na matriz energética do país (Balmaceda, 2021).

O eclodir dos protestos do Euromaidan e a subsequente deposição do presidente Yanukovich em fevereiro de 2014, constituíram um divisor de águas na história moderna da Ucrânia. Este período assinalou uma nítida inflexão em direção a uma orientação política e econômica mais alinhada com o Ocidente. Embora esses eventos tenham desencadeado a intervenção russa, resultando na anexação da Crimeia e no conflito prolongado em Donbas, também instigou expectativas de possíveis reformas estruturais no Estado e na economia da Ucrânia. Notavelmente, essas expectativas incluíram uma revisão crítica da dependência energética ucraniana em relação à Rússia (Pirani & Yafimava, 2016).

Após a eclosão dos eventos do Euromaidan, a Ucrânia inaugurou um ambicioso programa de reformas no setor energético, estruturado em uma tripla vertente: 1- diminuição do consumo de energia; 2- aumento da participação das energias renováveis em sua matriz energética e; 3- diversificação das importações de gás e petróleo (Dabrowski, Domínguez-Jiménez, & Zachmann, 2020). Não demorou para que os frutos desta iniciativa começassem a aparecer. No intervalo entre 2014 e 2019, a demanda total de gás natural consumido no país

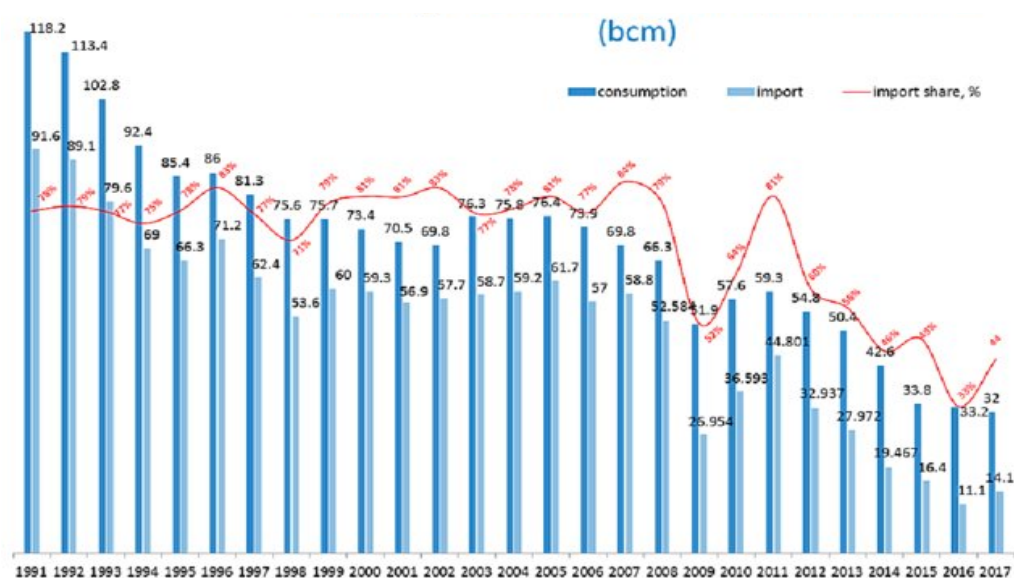
recuou de 42 bilhões (bmc) em 2014 para menos de 30 (bcm) em 2019, conforme percebido nas figuras abaixo (Dabrowski, Domínguez-Jiménez, & Zachmann, 2020).

Figura 29 - Consumo de Gás Natural da Ucrânia por Setor (2000-2020)



Fonte: Statista (2023).

Figura 30 - Consumo e Importação de Gás Natural da Ucrânia (1991-2017)

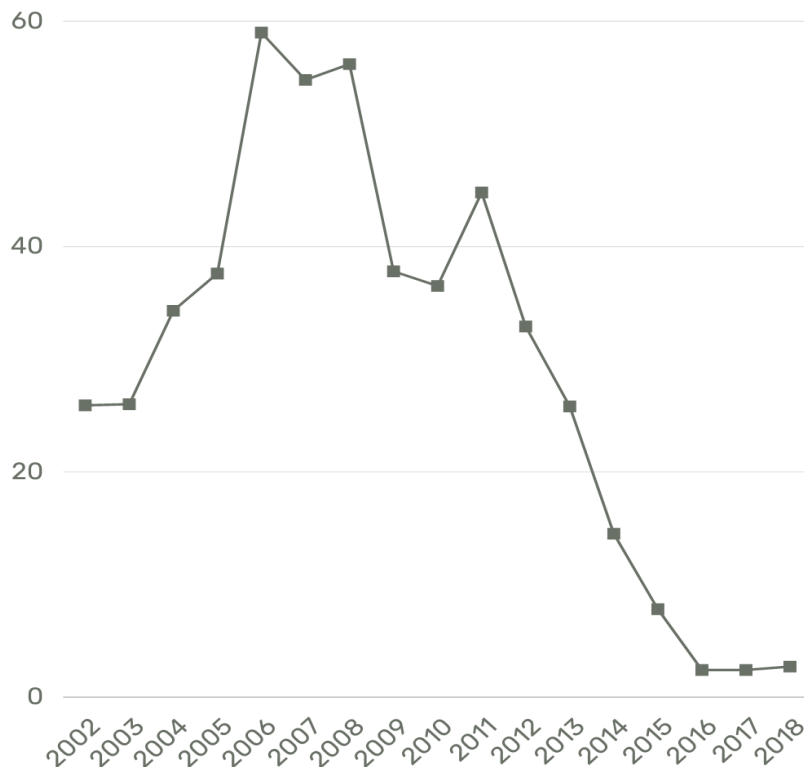


Fonte: Ruszel (2019).

Para diminuir sua vulnerabilidade frente à "arma energética russa", Kiev empreendeu esforços para diversificar suas fontes de importação de gás natural. Em 2011, a Gazprom supria 67% das necessidades de gás da Ucrânia, com importações de 44,8 bilhões de metros cúbicos, o que correspondia a cerca de 21% das exportações da companhia russa. No entanto, até o

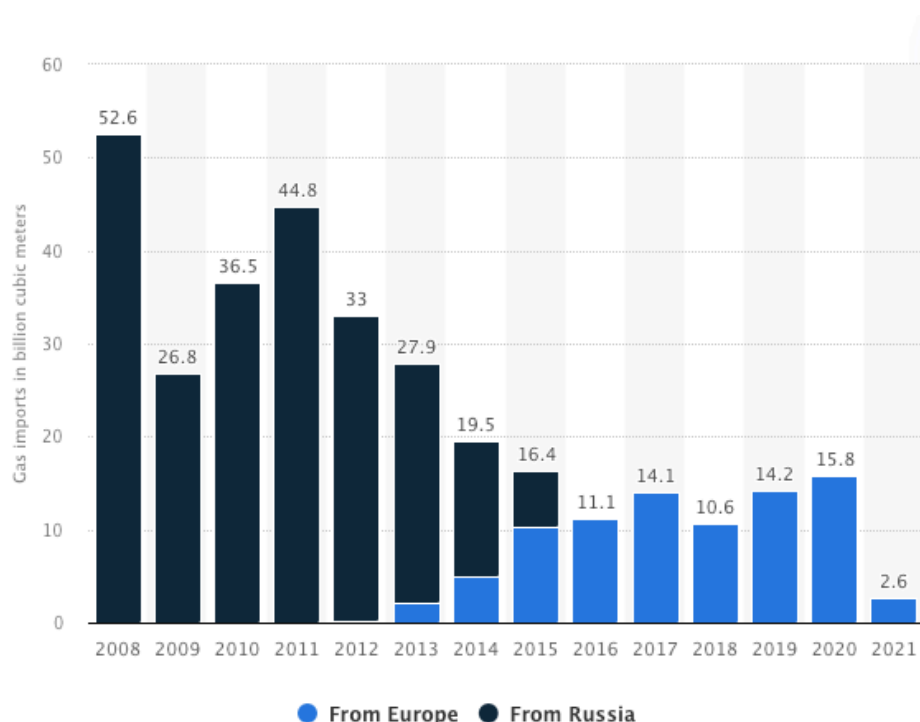
término de 2014, a União Europeia se estabeleceu como uma alternativa mais alinhada com os interesses ucranianos.

Gráfico 13 - Vendas de Gás da Gazprom para Ucrânia (BMC)



Fonte: Elaborado pelo Autor. Baseado em Opdahl (2020).

Em virtude de estratégias focadas na mitigação de desperdícios e no aumento da eficiência energética, Kiev logrou interromper completamente suas importações de gás da Rússia no ano de 2015 (Statista, 2023). Esta reorientação estratégica é ilustrada na Figura 31, a qual destaca a transição do mercado fornecedor de gás natural da Ucrânia em favor da Europa. No ano de 2021, as importações ucranianas de gás da UE alcançaram o patamar de 2,6 bilhões de metros cúbicos (Statista, 2023). O principal ponto de ingresso dessas importações foi a Hungria, com notáveis volumes provenientes também da Eslováquia e da Polônia. Essa reorientação nas fontes de abastecimento representou um marco na política energética da Ucrânia, delineando certo grau (ainda que momentâneo) de autonomia estratégica face às pressões exercidas por Moscou.

Figura 31 - Importações de gás da Ucrânia da UE e da Rússia (2008-2021) (Bmc)

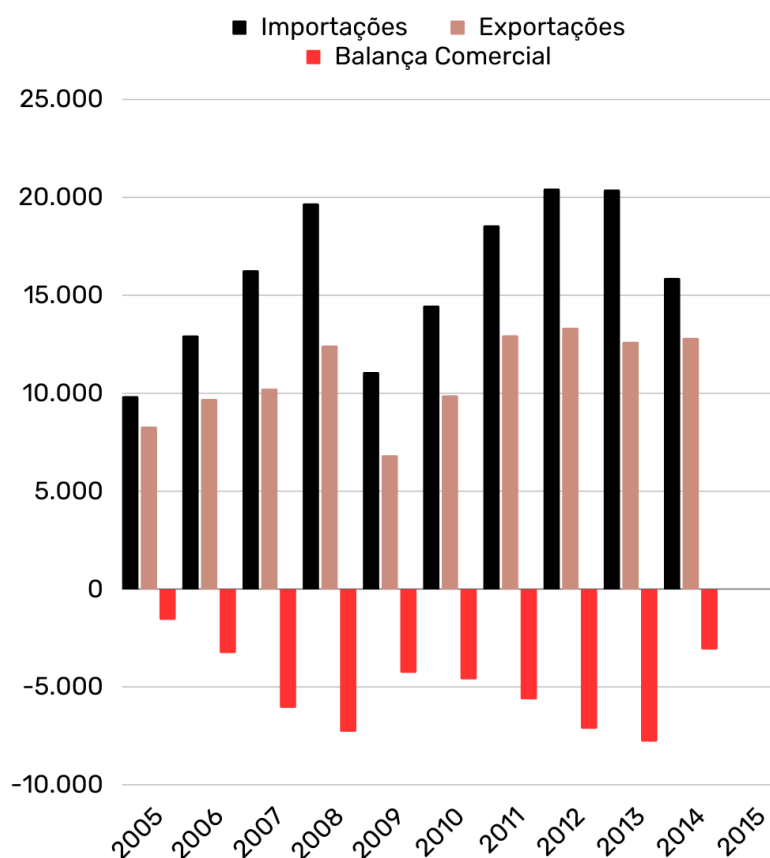
Fonte: Statista (2023).

A orientação da Ucrânia em direção à esfera de influência ocidental, longe da dependência tradicional russa, é igualmente refletida nas estatísticas comerciais que delineiam as relações entre Ucrânia, Rússia e União Europeia. Uma análise desses dados revela uma redução pronunciada nas exportações ucranianas para a Rússia, simultaneamente a um aumento substancial nas exportações para a UE.

Em termos quantitativos, no ano de 2012, a Rússia constituía 25,7% das exportações ucranianas, enquanto a UE compreendia 24,9% do total. Entretanto, no ano de 2018, observa-se uma mudança significativa na composição dessas relações comerciais. A participação da Rússia nas exportações ucranianas diminuiu para 7,7%, ao passo que a participação da UE ascendeu para 42,6% (Dabrowski, Domínguez-Jiménez, & Zachmann, 2020).

Esta transformação nas dinâmicas comerciais, emergente no contexto pós-Euromaidan, ilustra não somente uma reconfiguração econômica, mas também sinaliza uma redefinição estratégica na política externa da Ucrânia. Revela, de fato, um distanciamento calculado de Moscou, acompanhado de um alinhamento crescente com as potências ocidentais – conforme percebido no gráfico abaixo.

Gráfico - Comércio de mercadorias entre Ucrânia e UE-28 (2005–2015) (Milhões de Euros)



Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em Arakelyan (2018).

Um padrão semelhante pode ser visto nas importações ucranianas. Em 2012, a Rússia constituía 32,4% das importações de Kiev, cifra quase equivalente aos 31% provenientes da União Europeia. Contudo, em 2018, a participação russa declinou para menos de 15%, enquanto os suprimentos da UE aumentaram para 41% (Dabrowski, Domínguez-Jiménez, & Zachmann, 2020). A dinâmica do comércio refletiu em mudanças no PIB: uma profunda recessão entre 2014-2015, seguido de uma recuperação moderada, e depois pelo conflito militar e comercial com a Rússia.

5.2.8 Conclusões (Ucrânia)

Os vínculos mais estreitos entre a Rússia e a Ucrânia, em teoria, confeririam a Moscou um acesso mais seguro à rede de gasodutos do seu antigo satélite soviético e ao mercado europeu, bem como permitiriam um controle mais amplo sobre uma região chave em sua esfera

de influência. No entanto, a realidade mostrou-se mais complexa, e a arma energética russa não se traduziu no alcance dos objetivos políticos desejados por Moscou.

A Ucrânia, por sua vez, manobrou-se para reduzir as importações diretas de gás da Rússia nos últimos anos, incrementando suas importações de gás da Eslováquia, Hungria, e Polônia, através da criação de novas interconexões de dutos. Tal movimento, longe de ser meramente econômico, ressoa com significados geopolíticos profundos.

A dependência russa do território ucraniano para o trânsito de suas exportações de gás para a Europa emergiu como um dos catalisadores dos conflitos recentes entre os dois países. Esta situação, em muitos aspectos, é compreensível, considerando que um país cuja economia é profundamente dependente das receitas das exportações de energia, como a Rússia, enfrenta riscos ampliados ao depender de um território estrangeiro, onde não há um mecanismo abrangente para resolver riscos regulatórios, legais e contratuais. A construção do sistema Nord Stream (NS) foi uma tentativa russa de mudar esse contexto. Porém, a complexidade deste cenário tornou-se mais evidente com o início do conflito armado contra a Ucrânia em 2022, evento que culminou politicamente no entrave do NS2 e em incertezas sobre a continuidade do NS1 (Vakulenko, 2022).

A quebra da interdependência energética e o distanciamento político entre Rússia e Ucrânia repercutiram em consequências sísmicas, não somente para essas nações, mas também para a Europa como um todo. As ramificações deste cenário desafiaram e remodelaram a ordem pós-Guerra Fria na Europa, culminando em eventos marcantes como a anexação da Crimeia em 2014 e a invasão ao território ucraniano em fevereiro 2022. Até a data de elaboração desta tese (agosto de 2023), a invasão russa surtiu poucos efeitos positivos e riscos estruturais graves.

Por um lado, Moscou conseguiu ampliar seu controle territorial sobre o Leste ucraniano (Donbas), ampliando sua profundidade estratégica em relação ao seu núcleo territorial. Essa ação militar, no entanto, teve repercussões geopolíticas custosas, talvez um dos custos mais altos da iniciativa militar da Rússia foi o ensejo, rapidamente atendido, de Suécia e Finlândia de aderirem a OTAN. Especificamente, a adesão da Finlândia à OTAN, que compartilha uma fronteira de 1.300 quilômetros com a Rússia, mais que duplicará a extensão da fronteira terrestre entre a OTAN e a Federação Russa. Tal configuração situaria as forças da OTAN a uma proximidade de poucas horas de deslocamento terrestre da periferia norte de São Petersburgo, delineando assim uma possível reestruturação das dinâmicas de segurança regional e ampliando o escopo estratégico do espaço pós-soviético.

Tabela 7 - Linha do Tempo (Ucrânia)

Eventos	
2004	▪ Dezembro: Ocorre a "Revolução Laranja" na Ucrânia, marcando um ponto crítico nas relações entre Moscou e Kiev. ▪ Alegações de fraude eleitoral levam à ordem da Suprema Corte ucraniana para um novo pleito, no qual Yushchenko sai vitorioso.
2005	▪ Início do ano: Viktor Yushchenko assume a presidência da Ucrânia, marcando um período de instabilidade política. ▪ Final do ano: Rússia sinaliza intenção de alinhar preços do gás ucraniano com os padrões europeus.
2006	▪ Janeiro: Primeira crise do gás russo-ucraniana, com interrupções breves no fornecimento de gás para a Europa. ▪ Reforma constitucional na Ucrânia fortalece o papel do Primeiro-Ministro, enfraquecendo Yushchenko.
2008	▪ Coalizão pró-Occidental no governo ucraniano se desfaz.
2009	▪ 31 de dezembro: Expiração do contrato de gás entre Gazprom e governo ucraniano, marcando o início de uma nova e mais grave crise de gás.
2010	▪ Viktor Yanukovych é eleito presidente da Ucrânia, iniciando um período de relações mais cordiais com a Rússia. ▪ 21 de abril: Acordos de Kharkov são firmados, estendendo o arrendamento da base naval de Sevastopol à Rússia e concedendo desconto no preço do gás para a Ucrânia.
2013	▪ Novembro: Ucrânia se aproxima da ratificação de um acordo com a União Europeia, mas recua após oferta de desconto no gás feita pela Rússia. ▪ Final do ano: Início da Revolução Euromaidan, marcada por protestos contra a corrupção e o autoritarismo.
2014	▪ Início do ano: Deposição de Yanukovych e anexação da Criméia pela Rússia, marcando uma escalada significativa nas tensões. ▪ Abril: Rússia cancela descontos de gás para a Ucrânia, aumentando os preços em mais de 80%. ▪ Durante o ano: Início da construção do Nord Stream, visando criar rotas alternativas de gasodutos que contornassem a Ucrânia.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ucrânia (2006-2014)

	SIM	NÃO	INCONCLUSIVO
Rússia controla as fontes de recursos energéticos?	✓		
Rússia controla as rotas de exportação?	✓		
Rússia realiza aumentos de preços e/ou interrupções no fornecimento?	✓		
Ucrânia aceita/concede às demandas da Rússia?		✓	
Ucrânia diversifica fontes de fornecimento após tentativas iniciais de coerção?	✓		

5.3 Belarus

A posição geográfica da Belarus tem uma enorme relevância estratégica para a Rússia. Seu território desempenha funções tanto defensivas como de projeção de poder. Desde a retração geopolítica iniciada na era Gorbachev, a função defensiva de Belarus tornou-se vital para Moscou. As linhas de demarcação entre a Belarus e os membros da OTAN operam, em essência, como as fronteiras estratégicas da Rússia em relação ao Ocidente. Dentro do conjunto de Estados-tampão, compreendendo Belarus, Ucrânia e Moldávia, a Belarus emerge como o único aliado indubitavelmente fiel à Federação Russa, cristalizando assim sua importância crítica no teatro geopolítico regional (Trenin, 2005).

Figura 32 - Mapa de Belarus



Fonte: Britannica (2023).

Aleksander Lukashenko, o único presidente na história de Belarus, mantém essa posição desde a criação do país, após o colapso da União Soviética. No cargo desde 1994, Lukashenko figura entre os líderes globais mais longevos em termos de permanência no poder. Seu governo é comumente descrito como autoritário, dada a sua repressão sistemática a opositores políticos. Esta repressão tem levado Belarus a ser frequentemente classificado como um Estado "não-livre" em rankings globais de democracia (Freedom House, 2022). Em 2005, a então secretária

de Estado dos ESTADOS UNIDOS, Condoleezza Rice, rotulou Belarus como a “última ditadura remanescente no coração da Europa” (The Economist, 2021).

Em termos de direção geopolítica, Belarus tem inclinando-se mais para a Rússia do que para o Ocidente. (Freire, 2015). Lukashenko tem ativamente buscado fortalecer as relações bilaterais com Moscou, inclusive considerando a possibilidade de uma reunificação entre os dois Estados.²⁹ Para a Rússia, a perspectiva de alguma forma de restauração de seu império perdido tinha apelo popular - em 1997, 62% dos russos apoiavam a integração com Belarus (Sakwa, 2004, p. 232).

Em contraste, as relações de Belarus com as potências ocidentais são marcadas por um ambiente de tensão e por políticas de condicionalidade, frequentemente percebidas como intrusivas por Minsk (Sotiriou, 2015). A pressão ocidental é interpretada como uma resposta à recusa de Minsk em alinhar-se com os interesses geopolíticos do Ocidente. A relação com os Estados Unidos ilustra bem esse cenário: Belarus é frequentemente rotulado como um “Estado-pária”³⁰, e enfrenta críticas ferrenhas por sua suposta colaboração com regimes considerados antagônicos aos interesses ocidentais (Freire, 2015).

A limitada influência exercida pela União Europeia e pelos Estados Unidos sobre Belarus pode ser parcialmente explicada pela predominância das empresas russas no confinado mercado bielorrusso. Na estrutura comercial do país, a Rússia se destaca como o principal parceiro, sendo responsável por 48,2% do comércio, seguida pela União Europeia com 25,1%, Ucrânia com 7,2%, China com 3,2% e Venezuela com 1,8% (Leukavets, 2021). A interação do povo bielorrusso com o Ocidente também é baixa; apenas aproximadamente 20% dos bielorrussos já visitaram um país da UE, e o acesso a redes de comunicações estrangeiras é consideravelmente restrito (Balmaceda, 2014).

5.3.1 Alavancagem e Dependência

A desintegração da URSS afetou gravemente a economia de Belarus, especialmente no setor energético, onde a dependência das importações russas aumentou para mais de 97%

²⁹ A proposta de unificação entre Rússia e Belarus, iniciada com o Tratado de União de 1996 e reforçada pelo Estado da União em 1999, visava a integração profunda em áreas como política externa, defesa e economia. Embora ambiciosa, a concretização desta união tem sido gradual e enfrenta obstáculos significativos, incluindo diferenças políticas e econômicas e preocupações com a soberania, particularmente em Belarus. Assim, até o momento a unificação total permanece não realizada.

³⁰ Termo utilizado para descrever nações que são isoladas ou marginalizadas na arena internacional devido a políticas ou ações que são consideradas fora das normas estabelecidas de conduta internacional. Tais Estados frequentemente enfrentam sanções, são excluídos de organizações internacionais e têm relações diplomáticas limitadas com outros países.

(Balmaceda, 2014). O colapso da URSS precipitou Belarus em uma crise econômica aguda, marcada por uma inflação anual de 2.000% e uma contração no PIB que chegou a -9.6% em 1992 (World Bank, 2023). Esta conjuntura de crise energética e econômica acirrou os debates sobre qual orientação política Minsk deveria seguir. A ascensão de Aleksander Lukashenko ao poder, em 1994, foi um reflexo palpável do desejo coletivo de reforçar os laços de Belarus com a Rússia e interromper as reformas econômicas que se mostravam exasperadamente árduas. A relação com Moscou foi vista como crucial para a saída da crise, e a dependência energética não era vista como problema, mas como uma oportunidade.

Com a diminuição da influência russa na região ocidental da ex-União Soviética, perceptível nas revoluções coloridas, Belarus posicionou-se como o "último aliado de Moscou" (Trenin, 2005, p. 68). Lukashenko, plenamente consciente da relevância estratégica de seu país, apresentou-se como o único provedor de profundidade estratégica³¹ para a Rússia e utilizou-se desta posição para negociar termos mais favoráveis com Moscou (Balmaceda, 2009). No entanto, o conflito entre a Geórgia e a Rússia em 2008 gerou inquietação em Lukashenko, uma sensação aprofundada pela crise ucraniana e pelo reconhecimento de que a Rússia tinha o potencial de desestabilizar também seu regime (Bandeira, 2013). Contudo, considerando a dependência de Belarus dos recursos energéticos russos e da assistência de Moscou para a sua modernização militar, quaisquer esforços para aumentar a autonomia de Minsk enfrentariam desafios significativos e seriam de difícil implementação. Estes componentes, juntos, constituem um complexo sistema de relações que continua a definir o delicado equilíbrio entre Minsk e Moscou, particularmente entendido como uma interdependência assimétrica.

Diante deste um contexto, a alavancagem econômica exercida pelo Kremlin sobre o regime de Lukashenko em Belarus durante o período de 2000 a 2020 desvenda um mecanismo robusto, articulado em três componentes fundamentais: comércio bilateral, recursos energéticos e assistência financeira, conforme destacado por Leukavets (2021):

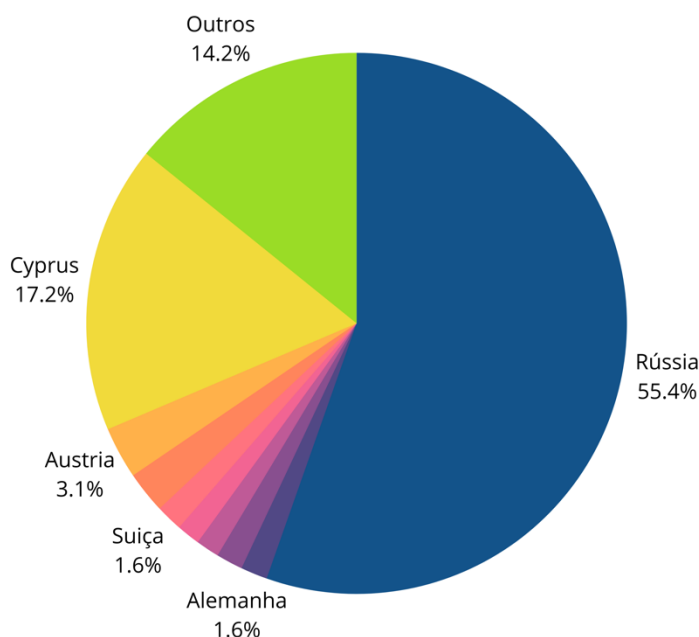
- I. *Comércio Bilateral*: Entre 2000 e 2020, a Rússia emergiu como o principal parceiro comercial de Belarus, correspondendo a quase 50% do comércio externo de Belarus. Em contrapartida, a participação de Belarus no comércio exterior russo manteve-se na faixa de 3-6%. A Rússia empregou essa vantagem comercial repetidas vezes para assegurar o controle sobre a liderança de Belarus.

³¹ Em termos geográficos, a profundidade estratégica pode se referir à distância entre as fronteiras de um país e seus recursos vitais ou centros populacionais. Uma maior profundidade estratégica pode fornecer mais tempo e espaço para mobilizar, preparar ou reorganizar defesas em resposta a uma ameaça.

Apesar dos conflitos comerciais, Belarus nunca diversificou seus mercados de exportação de maneira adequada, mantendo-se vinculada à Rússia como sua parceira comercial preponderante.

- II. *Recursos Energéticos*: A dependência de Belarus em relação ao fornecimento de energia russa constitui outra dimensão significativa da influência econômica do Kremlin. A complexa rede de acordos de fornecimento e preços, combinada com a estratégica posição de Belarus na rota de trânsito, tornou a nação vulnerável às pressões e condicionalidades impostas por Moscou.
- III. *Apoio Financeiro*: A assistência financeira da Rússia à Belarus, instaurada desde o início dos anos 90, representa uma parcela considerável da alavancagem econômica do Kremlin. Belarus se beneficiou de um volume substancial de empréstimos russos sob condições favorecidas, incluindo empréstimos intergovernamentais e créditos originários do Fundo Anti-Crise da Comunidade Econômica Eurasiática (EurAsEC) e do Sberbank. Frequentemente, essa assistência esteve vinculada a diferentes aspectos da proposta de integração da Rússia. As transferências financeiras russas, executadas de maneira *ad hoc*, também serviam para mitigar possíveis perdas decorrentes de aumentos nos preços da energia ou tarifas comerciais.

Essa combinação de fatores ilustra a complexa relação entre Minsk e Moscou, sublinhando a extensa influência que a Rússia mantém sobre Belarus. A assimetria na interdependência econômica, fundamentada em comércio bilateral, provisão de recursos energéticos e assistência financeira, constitui uma estratégia unificada de influência. Tal estrutura permite ao Kremlin um considerável grau de controle, direcionando tanto as políticas domésticas quanto as externas de Belarus.

Gráfico 14 - Passivos de investimentos diretos estrangeiros em Belarus (2018)

Fonte: Alachnovič, 2019

5.3.2 Relações energéticas

Entre os três Estados estudados, Belarus se destaca como o mais vulnerável em termos de dependência energética, posicionando-se entre as nações mais dependentes do mundo neste aspecto. Sua necessidade de importação constitui aproximadamente 86% de seu abastecimento total (OEC, 2023). A estrutura econômica de Belarus é fortemente ancorada no gás, que representa cerca de 65% do total de energia primária fornecida pelo TPES³² do país. As exportações do país, compostas em quase 80% por produtos que demandam intensivo consumo de energia, tornam os baixos custos do gás e da eletricidade componentes essenciais para manter a competitividade em comércio exterior. Este cenário é ainda agravado pela ausência quase completa de instalações para armazenamento subterrâneo de gás, amplificando os efeitos e a vulnerabilidade de lidar com crises energéticas (Balmaceda, 2015). Diferentemente dos outros dois Estados estudados, Belarus nunca abrigou uma usina nuclear em seu território, uma circunstância possivelmente condicionada pelo desastroso evento de Chernobyl em 1986, que gerou trágicos impactos sobre o seu território (Marples, 2023). Esta lacuna na matriz energética

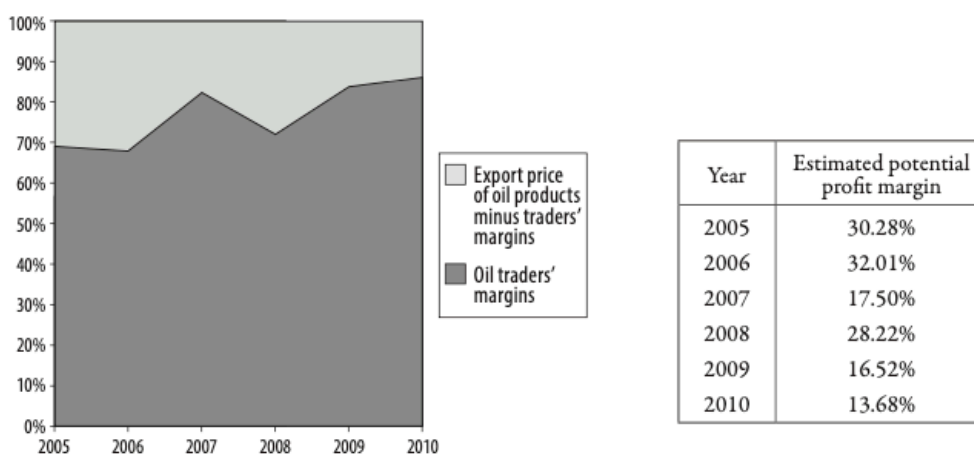
³² Sigla em inglês de Total Primary Energy Supply (TPES).

bielorrussa tem contribuído significativamente na manutenção de uma dependência acentuada dos hidrocarbonetos.

No período entre 1995 e 2015, Belarus manteve uma dependência consistente em relação ao gás natural, importando ao menos 86% de suas necessidades totais. A Rússia forneceu entre 95% e 98% deste montante (Grigas, 2017). Em relação ao setor petrolífero, a dinâmica se configura de forma ímpar: o país hospeda duas refinarias de grande escala em Novopolotsk e Mozyr, que foram uma parte lucrativa do legado soviético no país. Durante aproximadamente três décadas, o presidente Lukashenko refutou obstinadamente as tentativas de empresários russos de apoderar-se dessas instalações, assegurando a manutenção destas sob controle estatal. As referidas refinarias emergem como elementos cruciais para o regime de Lukashenko, configurando mais de um terço das exportações nacionais e contribuindo com até 30% das receitas orçamentárias (Stratfor, 2016).

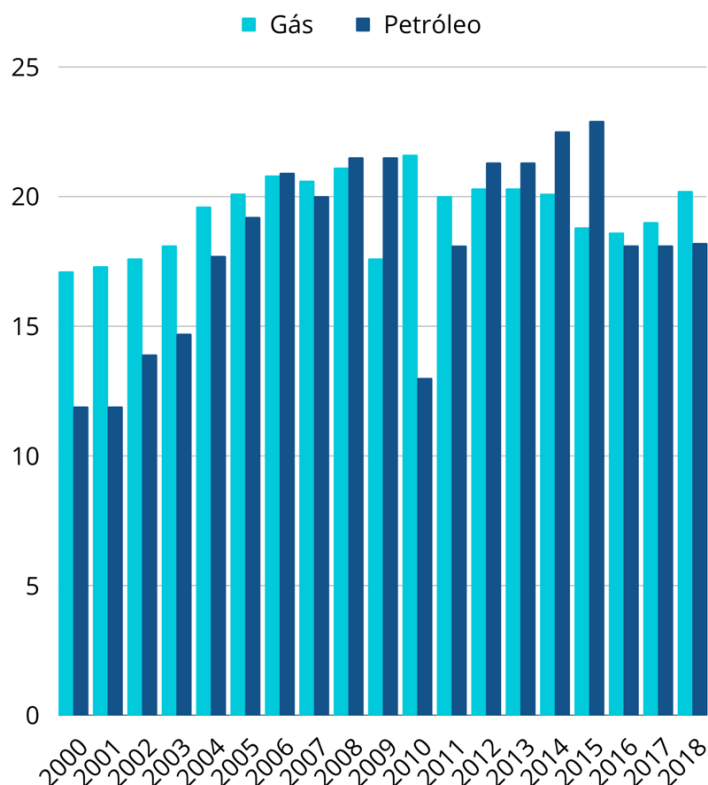
O aspecto lucrativo das refinarias está intrinsecamente vinculado às diferenças nas tarifas sobre as exportações de petróleo russo para a Belarus em comparação com outros Estados europeus. Tal condição habilitou Belarus a revender o petróleo russo refinado a preços elevados para a União Europeia e para a Ucrânia (Balmaceda, 2014). Tais lucros, por sua vez, repercutem significativamente tanto na elite empresarial bielorrussa quanto na sustentação do regime político encabeçado por Lukashenko. Como consequência, a liderança de Belarus encontrava-se em uma posição de total dependência em relação aos suprimentos provenientes da Rússia (Grigas, 2017). As imagens abaixo ilustram o histórico de lucros de Belarus através da revenda de petróleo russo e o volume de gás e petróleo importados por Belarus entre 2000 e 2018.

Figura 33 - Margens de lucro estimadas para operações de refinação e exportação de petróleo na Bielorrússia (2005–2010)



Fonte: Balmaceda, 2014

Gráfico 15 - Importação de Gás (bmc) e Petróleo (millions of tons) de Belarus vindas da Rússia



Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em: Alachnovič (2019).

Não obstante, dados de 2015 revelam que 25% da renda total de exportação da Belarus foi originada pela comercialização de produtos petrolíferos (Alachnovič, 2019). Esta estatística não apenas sublinha a importância estratégica do setor petroquímico, mas também indica seu papel vital e insubstituível na configuração econômica bielorrussa, o que pode potencialmente expor sua economia às volatilidades nos mercados de energia globais e deixá-lo em posição vulnerável diante da arma energética russa (Balmaceda, 2015).

Em contrapartida, Minsk também possui armas que podem ser usadas contra Moscou. Assim como a Ucrânia, Belarus desempenha um papel estratégico como Estado de trânsito, interligando o gás russo ao continente europeu. Sua extensa rede de gasodutos, que totaliza 7.870 km de extensão, constitui uma rota fundamental para o abastecimento de gás dos consumidores europeus, situando-se em importância apenas atrás das redes ucranianas (Grigas, 2017). Controlados pela empresa Gazprom, os sistemas de gasodutos Northern Lights e Yamal-Europe emergem como componentes vitais nessa estrutura, reforçando a posição de Belarus como importante Estado-trânsito na configuração energética regional. Conforme visto na figura abaixo.

Figura 34 - Gasoduto Yamal-Europa



Fonte: Elaborado pelo Autor

Neste amplo quadro geopolítico emergem as contínuas dificuldades de Minsk em dialogar com Moscou sobre fornecimento de energia, preços e tarifas de trânsito. Belarus, assim como a Ucrânia, é notadamente um consumidor de gás ineficiente, frequentemente caracterizado como um país "viciado em gás" (Balmaceda, 2009). Essa relação de dependência energética com Moscou com o tempo se transformou em subordinação econômica, que posteriormente desencadeou ciclos de dívidas de gás³³. Fato este que tornou o país vulnerável a ameaças de aumento de preços por parte de Moscou (*carrots*), como estratégia de punição, juntamente com propostas de empréstimos e assistência (*sticks*), como mecanismos de recompensas.

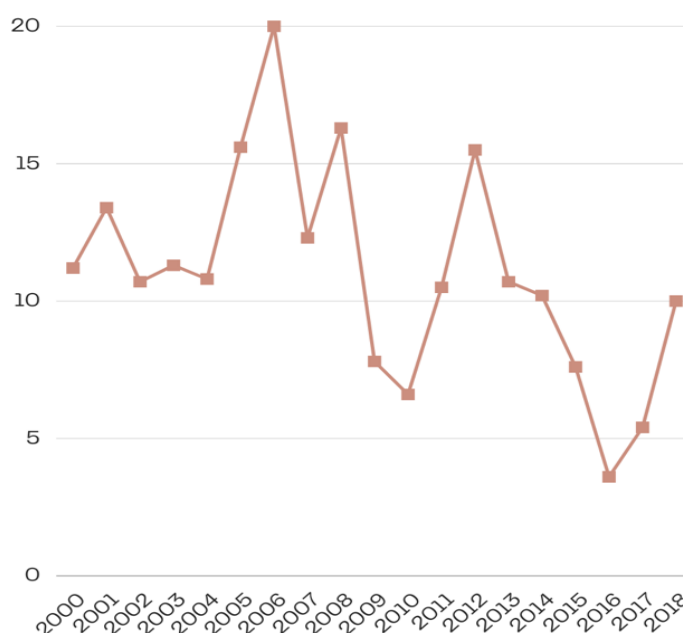
A configuração energética de Belarus, portanto, é demarcada por uma dependência quase integral de gás e petróleo russos, uma rede de gasodutos abrangente e estrategicamente relevante, e uma relação multifacetada e por vezes litigiosa com Moscou, notadamente em questões de fornecimento, preço, e trânsito energético. Assim, o modelo energético/político operado por Rússia e Belarus é marcado por uma interdependência assimétrica, na qual a Belarus se encontra em uma posição mais frágil em comparação com a Ucrânia, por exemplo. A análise dessa relação revela várias dimensões que contribuem para essa assimetria:

³³ Detalhes desse conceito serão fornecidos mais a frente.

- Durante muito tempo Belarus transportou menos gás russo para os mercados da Europa Ocidental, em comparação com Ucrânia. Isso confere à Belarus um poder de negociação significativamente menor em suas relações com a Rússia;
- Belarus possui apenas 50% de participação em um dos dois principais gasodutos de trânsito que cruzam o país (o gasoduto Beltransgaz), enquanto a Gazprom, monopólio estatal de gás natural da Rússia, é a proprietária legal do gasoduto Yamal;
- Belarus é um dos Estados mais dependentes de energia de toda a ex-União Soviética, demandando recursos extenos para 86% de seu consumo de energia. A dependência é particularmente aguda em relação ao gás (100%) e ao petróleo (92%);
- A energia barata, principalmente a eletricidade gerada a gás, é central para a competitividade das exportações da Belarus no comercio internacional.

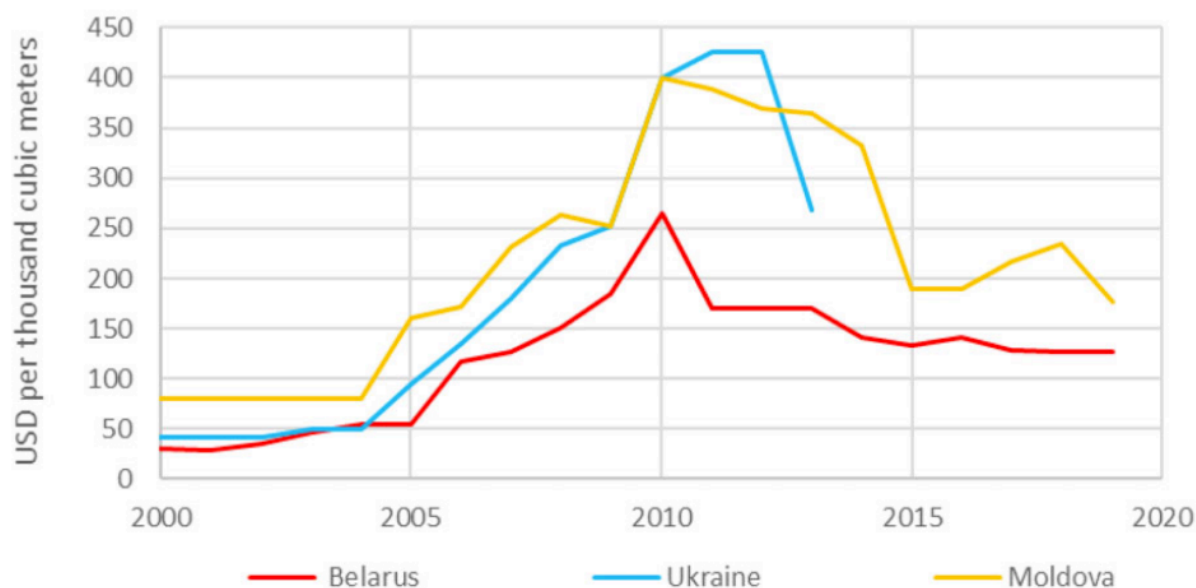
Nesses termos, o fornecimento de petróleo e gás da Rússia coloca Minsk em uma posição singularmente vulnerável, necessitando de preços preferenciais para sustentar seu modelo econômico dependente e assegurar a estabilidade política e social do regime que governa o país (Kardaś & Kłysiński, 2017). A Rússia, ciente dessa dependência, utilizou o mecanismo de subsídios energéticos como uma ferramenta habilidosa para amplificar sua influência política sobre a Belarus, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 16 - Subsídios de energia russos para a Belarus (% do PIB da Belarus por ano)



Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em: Alachnovič (2019).

Figura 35 - Preços comparativos do gás da Gazprom para Belarus, Ucrânia e Moldávia (2000–2020) US\$ por mil metros cúbicos.



*De 2015 a 2020, a Ucrânia não importou gás da Rússia para necessidades domésticas.

Fonte: Leukavets (2021).

Como percebido nos gráficos acima, o montante dos subsídios experimentou reduções significativas em momentos específicos, atuando tanto como um instrumento de pressão política sobre Lukashenko quanto como um mecanismo coercitivo para induzir Belarus a transferir o controle da estatal Beltransgaz para a Gazprom (Leukavets, 2021). Mais detalhes sobre estes eventos serão abordados na próxima seção.

5.3.2 Rússia utiliza sua arma energética

A presidência de Putin, iniciada em 2000, trouxe um resfriamento nas relações entre Minsk e Moscou. Putin, com uma postura mais pragmática do que seu antecessor, anunciou que uma união entre Belarus e Rússia levaria anos para ser implementada e indicou que condições comerciais mais rigorosas seriam aplicadas. Em abril de 2000, os fornecimentos de gás para Belarus foram temporariamente reduzidos em 40% devido ao acúmulo de dívidas (Yafimava & Stern, 2007). Em outubro do mesmo ano, a relação entre os dois países pareceu fortalecer-se quando a Rússia anunciou a construção de uma nova linha de transmissão de gás através de Belarus, contornando a Ucrânia. A Gazprom concordou em continuar fornecendo gás barato a Belarus em troca de taxas de trânsito altamente subsidiadas (Bruce, 2005). As relações entre a Rússia e Belarus prosseguiram sem incidentes significativos até 2004, quando culminaram em

um novo impasse político. Mesmo Belarus, considerado o aliado mais próximo e solidário a Rússia, foi vítima da coerção energética russa nos invernos de 2004 e 2006-07 e em 2010.

5.3.2.1 Beltransgaz ou Subsídio (2004)

A disputa ocorrida em 2004 originou-se de um desentendimento em relação a um acordo estabelecido ainda em 2002. Neste, as partes haviam concordado que Belarus continuaria a beneficiar-se de preços subsidiados do gás natural russo sob a condição de que a Gazprom obtivesse 50% de controle da Beltransgaz - empresa estatal bielorrussa de transporte de gás responsável pela operacionalização da infraestrutura de gasodutos do país. A empresa era um ator relevante nas relações energéticas entre a Rússia e a Belarus, especialmente considerando que os gasodutos bielorrussos são uma rota de trânsito para o gás russo destinado à Europa.

O Presidente Lukashenko, contudo, discordou sobre a quantia que Gazprom deveria desembolsar pela sua participação na Beltransgaz. Esta divergência provocou uma ação imediata da Gazprom, que suspendeu os subsídios tarifários sobre o gás importado por Belarus. Em retaliação, Lukashenko emitiu pronunciamentos vigorosos, ameaçando cessar qualquer iniciativa de unificação entre os dois Estados e alertando a comunidade internacional acerca de uma emergente "guerra fria econômica" (Bruce, 2005). Acusou a Rússia de comportamento "não fraterno" e de exercer táticas de coerção econômica (Leukavets, 2021). Em 1 de janeiro de 2004, a Gazprom suspendeu todas as entregas de gás à Belarus, impactando também os consumidores europeus. A ação culminou em reações internacionais adversas, a restaurar prontamente o fluxo de gás através do território bielorrusso. Todavia, não se alcançou o controle de 50% desejado por Moscou sobre os gasodutos bielorrussos (Grigas, 2012).

5.3.2.2 A Insistência de Moscou pela Beltransgaz (2006-07)

Em março de 2006, a Gazprom anunciou um novo aumento nos preços de gás para Belarus, alinhando-se, desta forma, às aos preços do mercado europeu (Morozov, 2006). Em contraposição, Belarus expressou a possibilidade de elevar as taxas de trânsito tanto para o gás natural quanto para o petróleo bruto vindos da Rússia. Irredutível, no entanto, a gigante russa estabeleceu que Belarus deveria pagar \$200 por mil metros cúbicos (mcm) de gás a partir de 2007. Além disso, voltou a exigir de Minsk uma participação de 50% na estatal Beltransgaz. No entanto, o Presidente de Belarus apresentou uma contestação: argumentou que, caso o preço do gás fosse estabelecido em \$200 por mil metros cúbicos, a Beltransgaz deveria ser avaliada

em \$17 bilhões, uma estimativa que ele sustentava ser justo, desconsiderando o valor proposto pelo ABN Amro (Balmaceda, 2014). Após dias de negociações intensas, um acordo foi finalmente alcançado em 31 de dezembro de 2006. O contrato estabelecia o fornecimento e trânsito de gás com uma validade de cinco. Segundo os termos acordados (Sotiriou, 2015):

- Em 2007, Belarus compraria gás da Gazprom a \$100 por mcm, uma significativa elevação comparada aos \$46,68 anteriores.
- A partir de 2008, o preço do gás seria uma porcentagem escalonada do preço europeu - 67% em 2008, 80% em 2009 e 90% em 2010.
- A partir de 2011, Belarus pagaria o preço europeu total.
- As taxas de trânsito através dos gasodutos Beltransgaz (Northern Lights) aumentariam de \$0,75 para \$1,45 por mcm/100 km.
- A Gazprom compraria 50% dos ativos da Beltransgaz por \$2,5 bilhões, pagos em quatro parcelas iguais de 2007 a 2010.

O Primeiro Vice-Ministro bielorrusso, Semashko, observou que as taxas de trânsito se ajustariam proporcionalmente aos aumentos dos preços do gás, conforme estipulado no contrato. No final, ambos os lados conseguiram o que queriam; Gazprom obteve controle dos gasodutos bielorrussos, e Belarus continuou a receber preços subsidiados em troca de sua lealdade política a Moscou.

Embora o contrato tenha representado um avanço na relação de gás entre Rússia e Belarus, introduzindo uma comercialização que a tornava menos dependente das vicissitudes políticas, o acordo não estava isento de deficiências consideráveis. Essas falhas poderiam potencialmente dar origem a controvérsias e conflitos futuros.

Primeiramente, o contrato era ambíguo quanto ao momento e ao local específico na Europa em que a Gazprom calcularia seu preço europeu – que era a base para aplicação do desconto destinado a Belarus. Tal indefinição abria espaço para interpretações divergentes e, consequentemente, para desentendimentos. Em segundo lugar, o documento não estabelecia um entendimento comum sobre a relação entre os preços do gás e as taxas de trânsito. A falta de clareza nesse aspecto da relação poderia levar a discrepâncias nas expectativas e compromissos de ambas as partes. E foi o que aconteceu.

5.3.2.3 Cortejando o Ocidente (2010)

A tática empregada pelo Kremlin no tratamento com Belarus gerou intensos abalos na relação entre os dois países. Em Minsk, a reação foi de revolta. Surgiram esforços para obter energia, especialmente petróleo, de fontes alternativas como Venezuela de Hugo Chávez e o Irã liderado por Ahmadinejad (Reuters, 2010). Belarus também procurou aproximar-se da China e do Ocidente, em uma tentativa de obter maior autonomia financeira e política em relação a Moscou (RFERL, 2011). A rivalidade intensificou-se em 2009, quando a União Europeia lançou o programa da Parceria Oriental (EaP)³⁴ – um esforço para aprofundar os seus laços políticos e econômicos com os antigos Estados soviéticos (Conselho da União Europeia, 2023). Esta iniciativa, dirigida especificamente a seis nações – Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldávia e Ucrânia – emergiu como uma resposta estratégica de Bruxelas às lacunas identificadas na Política Europeia de Vizinhança (ENP)³⁵. Seu ímpeto foi adicionalmente fomentado pelas ramificações das crises no Cáucaso e do desentendimento no âmbito do gás entre Rússia e Ucrânia.

Conforme discutido no capítulo 2, Moscou frisava, de modo inequívoco, que nenhuma tentativa de cooperação regional nesta área geográfica da Europa seria possível, a menos que envolvesse a Federação Russa – entidade que detém uma posição singular para aglutinar, tanto geográfica como economicamente, todos os seis países mencionados. A exclusão da Rússia na Parceria Oriental (EaP) foi interpretada como um equívoco crítico, pois a distanciamento da Rússia de seus parceiros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) foi percebido como mais uma intrusão indevida do Ocidente em sua esfera de influência. O aceite de Belarus, por outro lado, também foi visto como um gravíssimo ato de rebeldia do presidente Lukashenko (Zagorski, 2011).

Em face dessa conjuntura, Putin considerou a possibilidade de substituir Lukashenko por um líder mais alinhado às perspectivas do Kremlin (BBC, 2010). A subsequente reeleição de Lukashenko em 2010, entretanto, desencadeou descontentamento em Moscou, levando a esforços manifestos para desestabilizar o regime bielorrusso (Balmaceda, 2014). Como resposta, Moscou intensificou a pressão econômica, elevando os preços do gás para \$169 (mcm), um movimento que repercutiu severamente na economia bielorrussa.

³⁴ Iniciais de Eastern Partnership.

³⁵ Mecanismo da União Europeia (UE) que visava fortalecer os laços com os países a leste e sul da Europa. Lançada em 2004, a iniciativa visava promover valores como democracia, Estado de direito e direitos humanos, além de buscar fomentar a integração econômica, estabilidade política e intercâmbio cultural. A iniciativa, no entanto, foi vista como um instrumento propulsor das revoluções coloridas e da degradação da influência da Rússia em sua esfera de influência.

A conduta russa parecia estar vinculada não somente aos interesses econômicos, mas também à percebida falta de confiabilidade de Lukashenko como aliado estratégico. Esta insatisfação foi acentuada pela recusa do presidente bielorrusso em reconhecer a independência da Abkházia e da Ossétia do Norte, o que provocou um resfriamento sem precedentes nas relações entre Minsk e Moscou (Balmaceda, 2014). Em meados de 2010, a dinâmica entre os dois países havia atingido um estágio crítico.

A crise se exacerbou quando Belarus, em flagrante violação das cláusulas contratuais, optou por efetuar à Gazprom um pagamento unilateral de somente \$150 por metro cúbico de gás natural. Esta quantia ficou bem abaixo dos valores previamente acordados para os dois primeiros trimestres do ano de 2010 (\$169,22 e \$184,79), levando ao acúmulo de uma dívida que alcançou os \$192 milhões em junho do mesmo ano (Yafimava, 2010). Em uma ação de retaliação, a Gazprom diminuiu 15% do fornecimento de gás para Belarus em 21 de junho. (BBC News, 2010). Minsk tentou então propor o pagamento de sua dívida através de bens e equipamentos, mas a Gazprom manteve a exigência de pagamento em dinheiro (Grigas, 2012). A situação tornou-se ainda mais tensa quando Belarus ameaçou desviar o gás que estava em trânsito para a Europa.

Em 23 de junho, ocorreu uma mudança significativa no impasse. Nesse dia, Minsk liquidou sua dívida pendente de \$187 milhões, o que culminou no restabelecimento completo do fornecimento de gás no dia seguinte (Reuters, 2010). No entanto, a questão relativa à taxa de trânsito não havia sido resolvida. Belarus exigiu o pagamento de \$260 milhões pela Gazprom, que, em conformidade com o contrato estabelecido, pagou \$228 milhões. Esse desacordo resultou em uma disputa contenciosa pelo valor de \$32 milhões (Grigas, 2012).

Em 2 de julho, um aditivo contratual foi firmado, fixando a taxa de trânsito em \$1,88 (mcm)/00km para o ano de 2010. Esse aditivo codificou o entendimento mútuo entre as partes acerca da taxa de trânsito, representando uma etapa crucial na solução da controvérsia. Contudo, mantiveram-se resquícios de tensão e desconfiança que acabariam gerando repercussões persistentes nas relações entre Minsk e Moscou (Yafimava, 2010).

5.3.2.4 Retorno à Esfera Russa (2011-2012)

Após o pleito eleitoral de 2010, a economia de Belarus estava frágil, o que desencadeou uma série de protestos, exemplificados pela campanha "Stop Benzin"³⁶, manifestando-se contra

³⁶ Movimento social que surgiu como resposta às políticas governamentais relacionadas ao preço e à qualidade do combustível. O termo "Benzin" refere-se à gasolina em russo. A campanha encoraja os cidadãos a boicotar postos

o aumento dos preços da gasolina. A reação imediata do presidente Lukashenko foi ordenar a redução dos preços da gasolina em 20% (Balmaceda, 2014). No entanto, a economia enfrentou desafios adicionais devido à rápida diminuição das reservas de moeda estrangeira, agravada pelas mudanças nas condições comerciais de petróleo, efetivadas a partir de 2011.

Essa fragilidade foi intensificada pela interrupção do fornecimento de petróleo da Rússia durante a maior parte de janeiro, o que resultou em uma diminuição considerável nas exportações de produtos petrolíferos por parte de Belarus e na sua receita correspondente. Paralelamente, os gastos com a aquisição de gás russo aumentaram de forma acelerada, criando uma pressão econômica adicional (Balmaceda, 2014).

Em face dos balanços de conta corrente prejudicados e de uma acentuada depreciação do rublo bielorrusso, Lukashenko foi levado a considerar a venda da empresa de trânsito de gás Beltransgaz à Gazprom - opção que ele havia resistido por quase duas décadas. Com opções limitadas, Belarus acabou concordando com os termos impostos por Moscou, vendendo os 50% restantes da Beltransgaz. Como contrapartida, obteve um empréstimo de \$3 bilhões do Fundo de Estabilização da Comunidade Econômica Eurasiática (EurAsEC) e uma diminuição no preço do gás em 2012 para \$165 por mil metros cúbicos (tcm), o que significou uma economia anual de \$3 bilhões para as finanças nacionais do país (Enerdata, 2011). Embora Lukashenko tenha obtido sucesso em negociar uma redução nos preços do gás mediante a venda da Beltransgaz, tais conquistas não delinearão uma resolução estável para os desafios de médio e longo prazo para o desenvolvimento de Belarus. O alívio econômico obtido no final de 2011, de fato, manifestava-se como uma solução temporária e circunscrita.

Em face da repressão que se seguiu à contestada vitória eleitoral do presidente Lukashenko em 2010, as relações entre Belarus e o Ocidente sofreram uma considerável colisão. A União Europeia e os Estados Unidos reagiram instituindo sanções rigorosas contra Belarus, medidas essas que incluíam a proibição de viagens e o congelamento de ativos de figuras proeminentes no cenário político bielorrusso, incluindo Lukashenko (Stratfor, 2016). Estas ações, embora reflexo da indignação ocidental, tiveram o efeito colateral de empurrar Belarus ainda mais em direção à órbita da Rússia, afastando-a simultaneamente das influências e interesses do Ocidente.

Adicionalmente, um ano após a criação do programa da Parceria Oriental, a Rússia instituiu o seu próprio bloco concorrente. Belarus optou por aliar-se à Rússia e ao Cazaquistão como membros fundadores da União Aduaneira, um passo que marcou o início de uma

de gasolina estatais, como forma de protesto contra o aumento dos preços do combustível e contra o regime político de Lukashenko

intensificação da integração econômica entre Minsk e Moscou (Stratfor, 2016). Tal integração se acentuou com a evolução do bloco para a União Econômica Eurasiática, da qual, além de Rússia, Cazaquistão e Bielorrússia, Armênia e Quirguistão também passaram a integrar (Stratfor, 2014). No cerne da União Econômica Eurasiática encontrava-se a tentativa da Rússia de estabelecer zonas-tampão na extinta União Soviética, áreas nas quais a influência russa seria fortificada, enquanto outras potências - em especial o Ocidente - seriam mantidas à distância.

Concebida com o objetivo de intensificar os vínculos econômicos e ampliar a influência da Rússia na região, a União Econômica Eurasiática converteu-se em um mecanismo estratégico. Paralelamente, Belarus estreitou seus laços militares e de segurança com a Rússia, tanto em termos bilaterais quanto no contexto da Organização do Tratado de Segurança Coletiva liderada por Moscou (Stratfor, 2014).

Figura 36 - União Econômica Eurasiática



Fonte: Stratfor, 2016

5.3.3 O Efeito Ucrânia

Em 2014, o cenário geopolítico da região foi alterado com a revolta *Euromaidan* na Ucrânia, forçando Lukashenko a reexaminar a sua postura tanto em relação à Rússia quanto ao Ocidente. Cresceu nele a preocupação com a possibilidade de encontrar um destino similar ao

do ex-presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, que, a despeito de empregar suas forças de segurança para reprimir os manifestantes, foi posteriormente deposto do poder por agrupamentos de oposição com respaldo político ocidental. Diante deste quadro, Lukashenko adotou uma postura de mediador nas conversações entre a Rússia, a Ucrânia e o Ocidente visando a solução do conflito ucraniano. Os esforços empreendidos mostraram-se frutíferos, permitindo que Belarus participasse ativamente na elaboração dos protocolos de Minsk, enquanto sua capital tornou-se o palco para as negociações contínuas (Center For Russia and Eastern Europe Research, 2022).

No entanto, as eleições presidenciais de 2020 em Belarus revelaram que, não obstante esforços em diversificar e fortalecer relações com o Ocidente, o regime em Belarus continuaria intrinsecamente ligado ao apoio russo. Durante o início da campanha eleitoral, Lukashenko adotou uma postura notoriamente anti-russa, revertendo rapidamente à habitual amistosidade ao emergirem sinais de instabilidade interna. O pleito de 2020 se configurou como um momento crítico para o regime bielorrusso, sendo marcado por protestos públicos contra os resultados anunciados.

A partir de meados de agosto, a administração bielorrussa manteve uma abordagem exclusivamente amigável com a Rússia, cultivando contato regular com Putin e assegurando que a Rússia estaria pronta a intervir em defesa de Belarus contra possíveis ameaças ocidentais. Em setembro do mesmo ano, Lukashenko se beneficiou de um empréstimo de 1,5 bilhão de dólares americanos, que lhe conferiu a possibilidade de se manter no poder e prosseguir com as ações repressivas contra os manifestantes (Reuters, 2020).

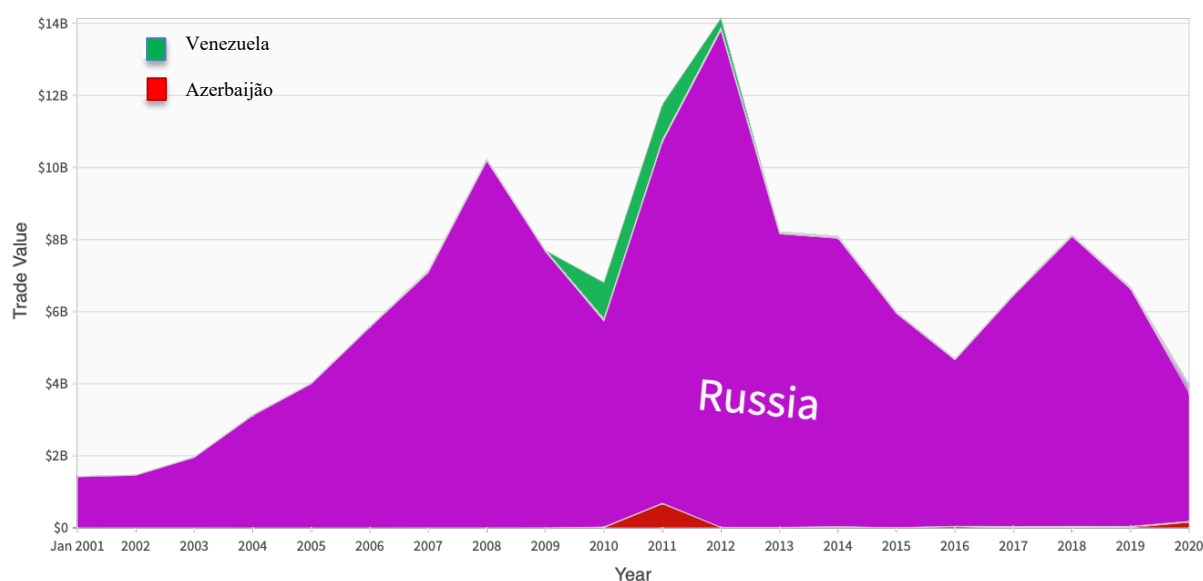
A convulsão pós-eleitoral em Belarus ilustrou vividamente a vulnerabilidade do regime local e sua completa subordinação ao suporte russo. A Rússia viu sua posição de negociação com Lukashenko fortalecida, exercendo alavancagem econômica robusta sobre o regime por meio de três pilares principais: comércio bilateral, recursos energéticos e assistência financeira.

5.3.4 Tentativas de Diversificação

Belarus iniciou as tentativas de diversificar suas fontes de petróleo e gás aproximadamente em 2007, materializando esses esforços em 2010. Esse movimento foi impulsionado pela necessidade de buscar novos parceiros para responder à alteração da sua situação comercial de petróleo. A Venezuela tornou-se um parceiro essencial nesse contexto, estabelecendo uma *joint venture* produtora de petróleo com Belarus em 2007.

No intervalo entre abril e agosto de 2010, Belarus recebeu quatro remessas de petróleo venezuelano, totalizando cerca de 0,32 milhões de toneladas, representando menos de 1,6% das importações anuais de petróleo do país. Em contraste, um acordo em março de 2010 previa o fornecimento anual de quatro milhões de toneladas, correspondendo a cerca de 20% das importações anuais de Belarus. Nos primeiros dez meses de 2011, as importações de petróleo venezuelano atingiram 1,3 milhões de toneladas, como representado na figura abaixo (Balmaceda, 2014). Adicionalmente, é relevante notar que, entre 2009 e 2013, o Azerbaijão concordou em fornecer petróleo bruto à Belarus em nome da Venezuela. Em troca, a Venezuela comprometeu-se a fornecer petróleo para cumprir as obrigações de exportação do Azerbaijão para os Estados Unidos (Reuters, 2010). Mas a Rússia interveio e efetivamente matou esse acordo, oferecendo condições de fornecimento de petróleo mais lucrativas para Belarus (Dobrinsky, 2016).

Figura 37 – De onde Belarus importa petróleo bruto e refinado? (2001-2020)



Fonte: OEC, 2022

A despeito do fato de os preços pagos pelo petróleo venezuelano serem quase 20% superiores aos pagos à Rússia no período, o petróleo venezuelano, por ser mais leve, permitiu um processamento mais simplificado em produtos de petróleo leves de maior valor agregado e rentabilidade. Essa característica atenuou parcialmente o custo elevado. De maior relevância, contudo, foi o papel dessas importações como um novo, ainda que limitado, mecanismo de influência contra Moscou.

No entanto, a estrutura da economia bielorrussa está profundamente entrelaçada com os subsídios fornecidos pela Rússia, dos quais as remessas de petróleo isentas de impostos são um componente central. Essas remessas resultam em uma economia anual de centenas de milhões de dólares para o erário bielorrusso, fortalecendo a posição fiscal do país.

Minsk, ciente da necessidade de diversificação de seus fornecedores de petróleo, tem enfrentado desafios significativos nessa tentativa. A razão fundamental para essa limitação reside no fato de que o petróleo bruto russo, apesar dos subsídios em declínio, ainda se apresenta mais econômico do que alternativas disponíveis no mercado global. Assim, o cenário é caracterizado por uma dependência continuada, ainda que cada vez menos vantajosa, das importações russas.

Diversificar os fornecimentos de gás natural tem sido mais problemático, já que a única rota de fornecimento é o gasoduto de propriedade da Gazprom, e 100% dos fornecimentos de gás natural provêm da Rússia. A dependência do gás, a falta de controle sobre as principais infraestruturas de trânsito e a necessidade de energia barata para manter a competitividade de suas exportações colocam Belarus em uma posição de desvantagem nas negociações com a Rússia. Esses fatores combinados criaram uma dinâmica na qual a Belarus é altamente vulnerável às decisões e pressões da Rússia. A presença da Rússia como um parceiro comercial dominante nesse contexto reflete a continuidade histórica e a interdependência econômica entre os dois países.

Figura 38 – De onde Belarus importa gás natural liquefeito e gasoso? (2001-2020)



Fonte: (OEC, 2023)

Deste modo, a dependência de Belarus em relação à energia russa não sofreu diminuição significativa, mantendo-se em 2020 quase no mesmo patamar observado no início dos anos 90. Tal dependência é agravada pela limitada capacidade de armazenamento energético em Belarus (Balmaceda, 2014).

5.3.3 Conclusões (Belarus)

Embora à primeira vista a relação energética de Belarus com a Rússia possa parecer ser moldada pelo mesmo tipo de interdependência assimétrica que o caso ucraniano, várias diferenças tornam a interdependência assimétrica de Belarus em relação à Rússia mais assimétrica do que a da Ucrânia. Belarus tem menos poder de barganha em relação ao trânsito de gás e a estrutura de propriedade dos principais gasodutos diminui ainda mais seu poder de negociação. Estes elementos destacam o poder de barganha limitado de Belarus em relação à Rússia nas áreas econômica e energética.

Além disso, Belarus beneficiou-se de várias formas de sua relação energética com a Rússia, embora nem sempre em conformidade com os acordos assinados entre os dois países:

- **Renda de Taxas de Trânsito:** As taxas de trânsito de petróleo permaneceram baixas, tornando Belarus uma rota atraente para as empresas russas exportarem petróleo para o Ocidente. Embora a renda direta dessas atividades não fosse significativa, as baixas taxas de trânsito foram cruciais para garantir o acesso a altos lucros através do refino e reexportação de petróleo.
- **Refino e Reexportação de Petróleo:** Belarus importou petróleo bruto da Rússia a preços baixos e sem taxas de exportação, refinou-o e reexportou-o a preços mundiais. Isso gerou lucros substanciais para Belarus, com as exportações de produtos petrolíferos crescendo de 8% em 2000 para 38,8% em 2006.
- **Não Conformidade com Acordos Assinados:** Belarus não cumpriu vários acordos com a Rússia, incluindo a divisão de direitos de exportação e a aplicação de tarifas de exportação semelhantes. Por muitos anos a Rússia permitiu essa não conformidade, possivelmente devido a pressões políticas e a preços baixos do petróleo na época.

Adicionalmente, Belarus tem sua política de defesa indubitavelmente interligada e influenciada pelos desenvolvimentos de suas relações com Moscou. A dependência quase inextricável na assistência da Rússia para a modernização militar, não apenas torna impossível considerar a Belarus como um país neutro, mas também coloca limitações estratégicas substanciais no campo da defesa. Obstáculos adicionais, tais como a falta de recursos financeiros para a modernização militar e uma opinião pública fortemente pró-Rússia³⁷, constituem desafios adicionais para os esforços de Lukashenko em distanciar-se da esfera de influência russa (Vanaga & Rostoks, 2019).

Apesar de possuir um poder de barganha limitado frente à Rússia nas esferas econômica e energética, Belarus encontrou em Lukashenko uma liderança capaz de extrair benefícios e concessões energéticas notavelmente mais significativos do que o equilíbrio de poder provavelmente permitiria. A explicação para tal sucesso encontra-se na confluência de fatores militares, estratégicos e geopolíticos, bem como na habilidade de Lukashenko em infundir aspectos políticos na relação econômica e energética com Moscou. A posição geográfica de Belarus, reconhecida como o Estado mais ocidental da extinta União Soviética, ganhou relevo após a adesão da Estônia, Letônia e Lituânia à OTAN em 2004. Complementarmente, a integração da infraestrutura militar bielorrussa ao planejamento militar russo, amplificou a importância estratégica do país. Essa manobra bem-calibrada não somente assegurou a continuidade no poder de Lukashenko, mas também garantiu a Belarus uma fonte substancial de macro-rendas energéticas durante muitos anos.

Conclui-se, portanto, que Lukashenko efetivamente mitigou a vulnerabilidade geopolítica e energética de Belarus frente à Rússia, capitalizando sobre sua importância estratégico-militar e habilmente politizando as relações energéticas. Ao se posicionar como o “último aliado de Moscou”, Lukashenko explorou as inseguranças da elite russa, ofertando um alinhamento estratégico. Paralelamente, essa relação especial conferiu a Belarus termos comerciais vantajosos com a Rússia, principalmente entre 1994 e 2004, quando o país se beneficiou de preços reduzidos para gás e petróleo, acordos de troca e outras formas de receitas energéticas. Estes ganhos reverberaram em importantes dividendos macroeconômicos, sustentando a economia bielorrussa como um todo, elevando o padrão de vida e adiando reformas estruturais imprescindíveis (Balmaceda, 2015).

³⁷ Embora a Rússia goze de notável prestígio entre os bielorrussos, sendo identificada por 60% dos entrevistados como o país mais amistoso, esse cenário não se traduz em alinhamento automático em eventuais tensões com a OTAN. Surpreendentemente, em face de um potencial escalada entre essas entidades, 58% dos bielorrussos manifestaram preferência por uma postura neutra (Vanaga & Rostoks, 2019).

Contudo, a crise ucraniana de 2014 serviu como um divisor de águas, expondo a potencial ameaça russa à estabilidade do regime de Lukashenko. Este cenário estimulou Belarus a dar passos cautelosos rumo à autonomia, ainda que esses esforços fossem intrinsicamente restringidos pela dependência prolongada de auxílio russo. (Vanaga & Rostoks, 2019). Nos anos mais recentes, a aspiração de Lukashenko em forjar uma estratégia defensiva mais autônoma encontra-se obstaculizada pela carência de recursos financeiros. A capacidade da sociedade bielorrussa de resistir à influência russa é praticamente nula, e o compromisso com a soberania nacional emerge como um conceito permeado por incertezas e ambivalências. Até o momento atual, Lukashenko não articulou nem avançou qualquer estratégia coesa e tangível para abordar este complexo desafio.

No ponto de vista de Moscou, diferentemente dos demais casos analisados, a Rússia tem conseguido extrair os máximos objetivos estratégicos em sua relação com Belarus. Entre tais objetivos destacam-se:

- *Interdependência Assimétrica:* A diplomacia russa tem operacionalizado mecanismos que mantêm Belarus enredada em uma quase integral dependência de recursos energéticos russos, nomeadamente petróleo e gás. Tais arranjos são acentuados pelos descontos tarifários, os quais constituem obstáculos adicionais à diversificação das fontes energéticas por parte de Belarus.
- *Controle Geopolítico:* Com a manutenção de um controle estratégico sobre Belarus, Moscou tem eficazmente inibido qualquer inclinação deste Estado em direção a entidades ocidentais, particularmente a União Europeia e a OTAN. A postura de Lukashenko, notavelmente indiferente às normas políticas ocidentais, atua como um facilitador neste mecanismo de sujeição geopolítica.
- *Estabilidade Doméstica:* Qualquer insurgência ou instabilidade em Belarus é interpretada como uma contingência adversa à estabilidade política interna da Federação Russa. Por conseguinte, o Kremlin demonstra preferência por transições de poder que sejam meticulosamente gerenciadas e formalizadas, o que corrobora o apoio contínuo a Lukashenko, mesmo diante do crescente descontentamento popular em Belarus.
- *Redução de Custos:* A Rússia empenha-se em mitigar os ônus econômicos vinculados ao seu suporte a Belarus. Esse esforço engloba o término de subsídios e o incremento do controle sobre ativos estatais bielorrussos, um foco que ganhou particular realce no contexto da crise sanitária da Covid-19.

A arma energética da Rússia tem sido eficaz na preservação de seu monopólio sobre o fornecimento de energia em Belarus. Essa relação baseada em subsídios e dependência perpetua a ineficiência econômica de Belarus, desincentivando reformas de mercado essenciais para ampliação de sua autonomia econômica. A alocação predominante dos ganhos com o comércio energético para consumo, em detrimento de investimentos produtivos, amplifica a vulnerabilidade e a dependência da economia bielorrussa em relação à Rússia. Assim, qualquer diminuição no suporte russo tem resultado em instabilidade econômica imediata em Belarus. Apesar dessa dependência, as autoridades em Minsk têm mostrado uma inerte estagnação na diversificação de exportações e fontes energéticas. Esse estado de inércia é consequência de um arranjo que se fundamenta mais em compromissos políticos do que em mecanismos de mercado, tornando as relações bilaterais suscetíveis a conflitos futuros.

Tabela 8 - Linha do Tempo (Belarus)

Ano	Evento
2000	▪ Início da presidência de Putin. Redução temporária de 40% no fornecimento de gás para Belarus devido ao acúmulo de dívidas. ▪ Anúncio da construção de uma nova linha de transmissão de gás através de Belarus.
2004	▪ Desentendimento sobre o acordo de 2002. Suspensão dos subsídios tarifários sobre o gás importado por Belarus. ▪ Gazprom suspende todas as entregas de gás à Belarus em 1 de janeiro.
2006	▪ Gazprom anuncia aumento nos preços de gás. ▪ Em 31 de dezembro, acordo estabelecendo o fornecimento e trânsito de gás é alcançado.
2007	▪ Belarus compra gás da Gazprom a \$100 por mcm.
2008-2010	▪ Preço do gás para Belarus é escalonado em relação ao preço europeu. ▪ Gazprom adquire 50% dos ativos da Beltransgaz.
2011	▪ Belarus vende os 50% restantes da Beltransgaz à Gazprom. ▪ Interrupção do fornecimento de petróleo da Rússia durante a maior parte de janeiro.
2020	▪ Eleições presidenciais em Belarus. Protestos públicos contra os resultados anunciados. ▪ Em setembro, Lukashenko recebe empréstimo de 1,5 bilhão de dólares da Rússia.

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Belarus (2000-2020)

	SIM	NÃO	INCONCLUSIVO
Rússia controla as fontes de recursos energéticos?	✓		
Rússia controla as rotas de exportação?	✓		
Rússia realiza aumentos de preços e/ou interrupções no fornecimento?	✓		
Belarus aceita/concede às demandas da Rússia?	✓		
Belarus diversifica fontes de fornecimento após tentativas iniciais de coerção?		✓	

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, constatamos que a trajetória internacional da Rússia nas décadas recentes é notadamente marcada por uma obstinada busca por reconhecimento e proeminência geopolítica. Central para esse objetivo é a ênfase do Kremlin na multipolaridade, sua resistência à subordinação e a percepção de ameaças oriundas do Ocidente. Moscou aspira a uma posição onde seus interesses não sejam apenas reconhecidos, mas também respeitados. Tal postura implica, necessariamente, que potências globais reconheçam a sua influência sobre o espaço pós-soviético. Desde a desintegração da URSS, Moscou tem priorizado a reafirmação de sua influência sobre essa região, com especial atenção aos Estados que desempenham um papel intermediário na interdependência energética entre a Rússia e a União Europeia.

A busca da Rússia por influência no espaço pós-soviético revela uma complexa interação entre aspirações geopolíticas e realidades domésticas. A visão de Moscou de um mundo multipolar, onde grandes potências têm suas próprias "zonas de influência", serve tanto para legitimar o regime interno quanto para estabelecer um quadro geopolítico favorável. No entanto, essa ambição gera um dilema: ela aumenta a relutância dos Estados vizinhos em submeter sua soberania a instituições lideradas pela Rússia, limitando assim o alcance de projetos de integração regional.

Como constatado, os esforços de integração, como criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), têm servido mais como instrumentos de relações bilaterais assimétricas do que como verdadeiras estruturas multilaterais. A CEI, em particular, revela-se mais um fórum de diálogo do que uma organização funcional, refletindo sua fragilidade institucional e a contrastante heterogeneidade de seus membros. A OTSC, embora mais eficaz em termos militares, ainda está longe de ser um mecanismo de segurança coletiva plenamente desenvolvido.

Não obstante, expusemos que o conceito de "*Russkiy Mir*" ou "mundo russo" oferece uma lente através da qual a Rússia vê sua relação com os Estados pós-soviéticos. Este flexível paradigma permite a Moscou adaptar sua influência de acordo com objetivos políticos variáveis, mas também gera tensões com Estados que buscam afirmar sua soberania. Neste contexto a influência da Rússia é modulada por uma série de fatores, incluindo etnicidade, língua, religião e legados históricos, tornando sua extensão e eficácia intrinsecamente variáveis.

A ascensão de Vladimir Putin marcou uma mudança significativa na política externa russa. Embora tenha inicialmente buscado a cooperação, esta foi progressivamente minada pela crescente percepção de que as ações do Ocidente não correspondiam às suas promessas de

cooperação mútua. Eventos cruciais, como a intervenção unilateral da OTAN no Kosovo, a subsequente expansão da aliança e as Revoluções Coloridas, serviram para erodir a confiança inicial e culminaram em um resfriamento palpável das relações diplomáticas entre a Rússia e o Ocidente. Essa percepção não apenas moldou sua retórica, mas também catalisou uma série de ações que culminaram em uma postura crescentemente assertiva e eventualmente antagonista em relação às potências ocidentais. Em um esforço estratégico para reconfigurar o posicionamento da Rússia na hierarquia do poder global, Putin instrumentalizou os recursos energéticos do país como mecanismos de projeção e influência internacional.

No período sob a égide de Putin, a Rússia alcançou um patamar de influência energética sem precedentes, impulsionada por uma confluência de fatores favoráveis. Notavelmente, entre os anos de 2000 e 2008, o ambiente do mercado global de petróleo e gás tornou-se particularmente propício para os Estados produtores de energia. A elevação dos preços internacionais e a suposta eminência do *Peak Oil* tornaram essas mercadorias valiosas e escassas. Essas circunstâncias criaram um terreno fértil para a mobilização desses recursos como instrumentos eficazes de vantagem geopolítica.

Sob a administração de Putin, o Estado russo consolidou seu controle sobre o setor de petróleo e gás, transformando-o em um instrumento estratégico para a realização de objetivos nacionais. Este domínio estatal foi simbolizado pela transição do caso Yukos, que marcou a mudança de um setor predominantemente privado para um controle estatal rigoroso, exemplificando a abordagem de Putin de suprimir qualquer dissidência política no setor energético. Até 2020, mais de 57% do setor petrolífero estava sob controle estatal, um aumento substancial em relação aos 11% no início dos anos 2000.

Empresas como Rosneft e Gazprom emergiram como "campeãs nacionais", atuando como extensões da política estatal. No caso específico da Gazprom, a empresa foi reestruturada para alinhar-se aos interesses geopolíticos e econômicos do Kremlin. Anteriormente debilitada por má gestão e evasão de ativos no período pós-soviético, a Gazprom foi revitalizada e transformada em um ator global de destaque. Sua estrutura acionária, dominada pelo Estado, e a circulação de executivos entre o Kremlin e a empresa, reforçam sua função como um instrumento de política estatal, particularmente na reafirmação da influência russa sobre os ex-Estados soviéticos.

Para consolidar seu "Petro-Poder", a Rússia adotou uma estratégia de manter os países do espaço pós-soviético em um estado de dependência energética, no qual poderia ser manipulado em favor de Moscou. Um componente chave dessa estratégia foi o controle sobre infraestruturas energéticas, incluindo gasodutos em países como Geórgia, Belarus e Ucrânia.

Nos casos em que o controle direto dessas rotas não foi possível, a Rússia buscou alternativas, como o sistema Nord Stream, que liga diretamente a Rússia à Alemanha, reduzindo assim o poder de barganha de países como a Ucrânia.

Com a reestruturação de seu setor energético, a Rússia ganhou maior latitude para utilizar seus recursos de petróleo e gás como instrumentos de influência geopolítica. Durante o período em análise, a escassez global de hidrocarbonetos limitou as opções dos clientes da Rússia, tornando-os mais dependentes dos fornecimentos russos. Além disso, os preços elevados permitiram à Rússia acumular lucros significativos, que foram posteriormente utilizados para liquidar dívidas externas, estabelecer reservas estratégicas e intensificar seus investimentos em defesa.

Conforme discutido nos capítulos iniciais, a noção de "arma energética" refere-se à estratégia de um Estado produtor de energia em empregar seus recursos como instrumentos de política externa, seja para recompensar, punir, coagir ou, em determinadas circunstâncias, uma combinação de ambas as ações, seus Estados-clientes. Constatamos que a Rússia empregou a estratégia de "*carrots*" como incentivos positivos, fornecendo recursos energéticos a preços reduzidos para países alinhados com seus interesses geopolíticos. Esta estratégia tem como objetivo manter regimes pró-Kremlin no poder e reforçar a influência russa em sua esfera de influência regional. Em contrapartida, os "*sticks*" foram empregados como medidas punitivas contra países que desafiam os interesses russos, manifestando-se em cortes no fornecimento de energia e/ou aumentos de preços. Estas táticas coercitivas têm sido particularmente evidentes em relação a países que se orientam em direção ao Ocidente, como nos casos da Geórgia e a Ucrânia. Nesses termos, quais os impactos da política energética russa na configuração geopolítica do espaço pós-soviético? A instrumentalização da energia como ferramenta política por parte da Rússia aproximou ou afastou os países analisados da órbita de influência de Moscou?

O caso da Geórgia serve como um exemplo ilustrativo das limitações da estratégia energética russa. A Geórgia, situada no epicentro de tensões geopolíticas no Cáucaso do Sul, adquiriu relevância adicional a partir da construção do oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC). Este desenvolvimento a posicionou como um ator chave nas estratégias de "neo-contenção" dos Estados Unidos contra a expansão russa. A Revolução Rosa de 2003 e a subsequente ascensão de Mikheil Saakashvili ao poder marcaram uma reorientação geopolítica da Geórgia, consolidando seu alinhamento com o Ocidente. Em resposta, a Rússia empregou táticas de coerção energética e intervenção militar para desencorajar a aproximação georgiana ao Ocidente. O conflito armado de 2008 entre a Rússia e a Geórgia atuou como um catalisador,

expondo as falhas da estratégia ocidental na região e reajustando o equilíbrio de poder. A ausência de uma resposta militar ocidental em apoio à Geórgia revelou as limitações do compromisso euro-atlântico e suscitou dúvidas sobre a eficácia das políticas de "neo-contenção".

Em contrapartida, a Geórgia adotou uma estratégia de diversificação energética, facilitada pelo apoio estratégico dos Estados Unidos e da União Europeia. Este curso de ação conferiu ao país uma maior autonomia política em relação à Rússia, permitindo-lhe manter um alinhamento pró-Occidente, apesar das pressões russas manifestadas pela ocupação contínua da Abkházia e da Ossétia do Sul. Atualmente, a Geórgia enfrenta desafios persistentes, incluindo a presença militar russa em seu território e a fragilidade institucional doméstica. No entanto, o capital político gerado pela aceitação pública da integração com a OTAN e a UE serve como um ativo importante para suas aspirações euro-atlânticas. Notavelmente, a "arma energética" russa não logrou seus objetivos geopolíticos de longo prazo, evidenciando suas limitações quando confrontada com uma estratégia nacional bem-articulada de diversificação energética e de descolamento político.

No caso da Ucrânia, o segundo Estado analisado, a complexidade das relações com Moscou vale ser destacada. Afinal, esta é moldada por uma teia de fatores geopolíticos, culturais e econômicos. A presença substancial de russos étnicos na Ucrânia, especialmente nas regiões Sul e Leste, tem sido habilmente instrumentalizada pelo Kremlin como pretexto para intervenções territoriais. A controvérsia em torno da Crimeia, transferida da jurisdição russa para a ucraniana em 1954, ressurgiu como um epicentro nas ambições nacionalistas de Moscou. A importância estratégica de Sebastopol, sede da Frota do Mar Negro da Rússia, intensifica ainda mais o valor geopolítico da região para a liderança russa.

Além disso, a rede de gasodutos ucraniana, instaurada em 1991, ocupa um papel central nas relações energéticas entre a Rússia, a Ucrânia e a União Europeia. Esta infraestrutura vincula a Rússia, o maior exportador global de gás natural, ao seu principal mercado consumidor, a União Europeia, por meio do território ucraniano. Esta posição estratégica outorgou à Ucrânia uma alavancagem considerável em negociações com a Rússia e outros Estados europeus, além de gerar receitas significativas através de taxas de trânsito. A ausência de domínio russo sobre esta rede restringiu sua influência geopolítica em relação à Ucrânia e produziu crises. Diversas iniciativas para estabelecer consórcios internacionais que gerissem o sistema foram infrutíferas, particularmente após a Ucrânia proibir a privatização da rede em 2007.

Contudo, a influência russa sobre a Ucrânia foi notavelmente desafiada, especialmente durante a Revolução Laranja de 2004, que culminou na eleição de Viktor Yushchenko, um líder notoriamente contrário a Moscou. Esta mudança política foi interpretada pelo Kremlin como uma intromissão ocidental em sua esfera de influência, precipitando uma série de ações coercitivas no setor energético. Sob a égide de Putin, a estratégia russa envolveu a interrupção dos fornecimentos de gás à Ucrânia e tentativas de harmonizar os preços do gás com os padrões europeus, condicionadas à aceitação ucraniana de uma participação russa em seu sistema de gasodutos.

Em resposta, a Ucrânia inaugurou um programa ambicioso de reformas energéticas, ancorado em três pilares fundamentais: a redução do consumo energético, a expansão das fontes renováveis e a diversificação das fontes de importação de gás e petróleo. Estas iniciativas culminaram em uma queda substancial na demanda de gás natural, que passou de 42 bilhões de metros cúbicos em 2014 para menos de 30 bilhões em 2019. Ademais, a Ucrânia logrou em diversificar suas fontes de abastecimento, mitigando sua vulnerabilidade à "arma energética" russa. Em 2015, o país conseguiu cessar todas as suas importações de gás da Rússia, voltando-se para fornecedores europeus. A ruptura dessa interdependência energética, combinada com o subsequente afastamento político entre Rússia e Ucrânia, teve repercussões transformadoras que ultrapassaram as fronteiras nacionais, reconfigurando a geopolítica europeia. Eventos como a anexação da Crimeia em 2014 e a invasão russa na Ucrânia em 2022 são testemunhos dessa mudança na ordem geopolítica pós-Guerra Fria.

Dito isto, a estratégia russa não logrou êxito em redirecionar a orientação geopolítica da Ucrânia e da Geórgia em direção à sua própria esfera de influência, mesmo tendo imposto desafios econômicos e obstáculos imediatos a esses Estados. Paradoxalmente, essa tática estimulou a diversificação das fontes de abastecimento energético no longo prazo, mitigando assim a eficácia da "arma energética" empregada por Moscou. O conflito armado na Ucrânia em 2022 introduziu novas e significativas variáveis, cujo impacto ainda está por ser avaliado.

Contrastando com os cenários ucraniano e georgiano, a dinâmica energética entre Belarus e Rússia apresentou particularidades e resultados distintos. A quase total dependência de Belarus dos insumos energéticos russos delimita severamente seu poder de negociação frente a Moscou. A transferência do controle de sua rede de gasodutos para a Gazprom agravou ainda mais essa vulnerabilidade.

Contudo, Belarus tem empregado um cálculo estratégico com objetivo de extrair benefícios políticos e econômicos de sua relação com Moscou. Além de usufruir de energia a preços subsidiados fornecida pela Rússia, o país tem maximizado suas receitas atuando como

um Estado de trânsito crucial e engajando-se no refino e na subsequente reexportação de petróleo russo. Este arranjo permite a Belarus não apenas mitigar sua posição subalterna, mas também capitalizar sobre ela de maneira estratégica.

Alexander Lukashenko, o líder bielorrusso, tem habilmente manobrado sua relevância estratégico-militar para assegurar concessões energéticas de Moscou, fortalecendo assim a estabilidade de seu regime político. Do ponto de vista russo, Belarus emerge como um caso de sucesso na aplicação de sua "arma energética". Moscou tem efetivamente mantido seu vizinho subordinado à sua matriz energética, exercendo um controle geopolítico significativo, mitigando instabilidades potenciais e otimizando os custos de sua política por meio de superávits em seu comércio bilateral.

A eficácia da estratégia energética russa em Belarus reside, portanto, na habilidade de Moscou em manter o país economicamente e politicamente vinculado, desincentivando reformas estruturais e perpetuando sua dependência econômica. É imperativo notar, contudo, que essa relação está ancorada em acordos políticos que, apesar de eficazes até o momento, são intrinsecamente frágeis e vulneráveis a futuros desentendimentos.

Em conclusão, a estratégia energética da Rússia, que visa neutralizar o avanço da influência ocidental em suas fronteiras, revelou-se limitada em sua eficácia. A recusa da Ucrânia em alinhar-se ao Kremlin constitui um desafio crítico à projeção de poder russo no contexto pós-soviético. Este quadro foi exacerbado pela anexação da Crimeia e pelo conflito armado subsequente em 2022, eventos que repercutiram profundamente no equilíbrio geopolítico global.

Diante da conjuntura atual, emerge a questão crucial: o conflito na Ucrânia simbolizará o declínio ou a consolidação da esfera de influência russa? O resultado militar será o determinante dessa incógnita. Uma vitória das forças de Moscou solidificaria sua influência regional, enquanto uma derrota poderia erodir seu domínio, catalisando novas zonas de instabilidade. Assim, as dinâmicas geopolíticas em andamento indicam que a posição de Moscou no palco internacional está, de fato, em jogo.

Por fim, vale ser destacado a corrente ruptura na relação histórica entre Rússia e Europa no domínio energético, o que tem gerado impactos diretos nos fluxos globais de energia. Conforme a Europa busca alternativas ao gás russo, Moscou se vê forçada a redirecionar seus recursos de petróleo e gás para os mercados asiáticos emergentes. Este reposicionamento não apenas comprometerá a eficácia da "arma energética" russa em seu entorno geográfico, mas também reduzirá substancialmente a relevância dos Estados de trânsito no espaço pós-soviético. O papel da energia na estratégia internacional da Rússia, portanto, está em transformação.

REFERÊNCIAS

ALACHNOVIČ, A. Belarus: economic dependence has its upsides. **Obserwator Finansowy**, 15 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.obserwatorfinansowy.pl/in-english/macroeconomics/belarus-economic-dependence-has-its-upsides/>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ALBUQUERQUE, Fernanda; PACHECO, Cristina; LEITE, Alexandre; FUCCILLE, Alexandre. A instrumentalização do setor energético sob Putin-Medvedev (2000-2018) e o retorno russo ao tabuleiro geopolítico internacional. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 16, 2021.

ALJAZEERA. Mapping the world's oil and gas pipelines. **Aljazeera**, 16 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/12/16/mapping-world-oil-gas-pipelines-interactive>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ALJAZEERA. Nord Stream 2: Why Russia's pipeline to Europe divides the West. **Aljazeera**, 25 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2022/1/25/ukraine-russia-what-is-nord-stream-2-and-why-is-it-contentious>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

APPEL, H. Is It Putin or Is It Oil? Explaining Russia's Fiscal Recovery. **Post-Soviet Affairs**, p. 301-323, 2013.

APPLEBAUM, A. Putin's Grand Strategy. **South Central Review**, v. 35, n. 1, p. 22-34, 2018.

ARAKELYAN, L. A. **Russian Foreign Policy in Eurasia: National Interests and Regional Integration**. New York: Routledge, 2018.

ARVEDLUND, E. E. A New Twist in Russia's Yukos Oil Affair. **The New York Times**, 16 abril 2004. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2004/04/16/business/a-new-twist-in-russia-s-yukos-oil-affair.html>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ASCHER, A. **Russia - A Short History**. London: Oneworld, 2009.

AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. New York: Basic books, 1984.

BAHGAT, G. Europe's Energy Security: Challenges and Opportunities. **International Affairs**, p. 961-975, 2006.

BALDWIN, D. A. **Economic Statecraft**. New York: Princeton University Press, 2020.

BALDWIN, D. A. **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary**. New York: Columbia University Press, 1993.

BALMACEDA, Margarita M. At a crossroads: the Belarusian- Russian energy-political model in crisis. In: **European Union Institute for Security Studies (EUISS)**, p. 79-91, 2009.

BALMACEDA, Margarita M. **Living the High Life in Minsk: Russian Energy Rents, Domestic Populism and Belarus' Impending Crisis**. New York: CEU Press, 2014.

BALMACEDA, Margarita M. **Politics of Energy Dependency: Ukraine, Belarus, and Lithuania between Domestic Oligarchs and Russian Pressure**. Toronto: University of Toronto Press, 2015.

BALMACEDA, Margarita M. **Russian Energy Chains: The Remaking of Technopolitics from Siberia to Ukraine to the European Union**. New York: Columbia University Press, 2021.

BALMACEDA, Margarita M. **The Politics of energy Dependency Ukraine, Belarus, and Lithuania between Domestic oligarchs and russian Pressure**. Toronto: University of Toronto Press, 2013.

BALZER, H. The Putin Thesis and Russian Energy Policy. **Post-Soviet Affairs**, v. 21, n. 3, p. 210-225, 2005.

BANDEIRA, L. A. M. **A segunda guerra fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANG, G. Energy security and climate change concerns: Triggers for energy policy change in the United States? **Energy Policy**, London, v. 38, n. 4, p. 1645-1653, 2010.

BAUMANN, R.; RITTBERGER, V.; WAGNE, W. Neorealist Foreign Policy Theory. In: RITTBERGER, V. **German Foreign Policy Since Unification**. New York: Manchester University Press, p. 37-67, 2001.

BBC NEWS. Apreensão de petroleiro britânico pelo Irã agrava crise no Estreito de Ormuz. **BBC NEWS**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49054097>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BBC NEWS. Belarus 'to suspend Russian gas transit to Europe'. **BBC News**, 22 junho 2010. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/10375853>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BBC NEWS. Georgia country profile. **BBC News**, 22 janeiro 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-17301647>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

BBC. Por que a Crimeia se transformou no foco da tensão na Ucrânia? **BBC**, 27 fevereiro 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140227_crimea_foco_tensao_rb>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BBC. Russia's Medvedev attacks Belarus President Lukashenko. **BBC**, 04 october 2010. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-11469027>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BIDDLE, T. D. **Strategy and Grand Strategy: What Students and Practitioners Need to Know**. London: Department of the Army, 2016.

BIDEN, J. Statements to the Press by Vice President Biden and Ukrainian President Petro Poroshenko. **White House**, 21 nov. 2014. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/11/21/statements-press-vice-president-biden-and-ukrainian-president-petro-poro>>. Acesso em: 03 out. 2022.

BLACK, C. C. The Pattern of Russian Objectives. In: LEDERER, I. **Russian Foreign Policy: Essays in Historical Perspective**. New Haven: Yale University, 1962. p. 3-38.

BLAS, J.; WARDANY, S. E.; SMITH, G. Saudi Arabia and Russia end their oil-price war with output cut agreement. **World Oil**, 2020. Disponível em: <<https://www.worldoil.com/news/2020/4/9/saudi-arabia-and-russia-end-their-oil-price-war-with-output-cut-agreement>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BLOOMBERG. Russian gas transit to Europe remains on Ukrainian territory despite attacks. **Bloomberg**, 27 fevereiro 2022. Disponível em: <<https://www.bloomberglinea.com.br/2022/02/27/transito-de-gas-russo-para-europa-segue-em-territorio-ucraniano-apesar-de-ataques/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRITANNICA. Belarus. **Britannica**, 16 agosto 2023. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Belarus>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRUCE, C. Friction or Fiction? The Gas Factor in Russian–Belarusian Relations. **Chatham House**, 01 maio 2005. 01-14. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Russia%20and%20Eurasia/bp0501gas.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BURCHILL, S. (Ed.). **Theories of International Relations**. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2001.

BUSHKOVITCH, P. **História Concisa da Rússia**. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. 1ª. ed. São Paulo: Edipro, 2014.

BUSYGINA, I.; FILIPPOV, M. Russia, Post-Soviet Integration, and the EAEU: The Balance between Domination and Cooperation. **Problems of Post-Communism**, v. 68, p. 477- 486, 2021.

CALVOCARESSI, P. **Política Mundial a partir de 1945**. Porto Alegre: Penso, 2011.

CANNOLLY, R. Looking to the global economy: Russia's role as a supplier of strategically important goods. In: MONAGHAN, A. **Russian Grand Strategy in the era of global power competition**. Manchester: Manchester University Press, 2022. p. 132-164.

CARR, E. The U.S., Gulf States & China: Oil, Power, and Geo-Strategic Influence. **Forber**, 2020. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/earlcarr/2020/09/25/the-us-gulf-states-and-china-oil-power--geo-strategic-influence/?sh=b47fc7a70d5a>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

CBS NEWS. Russia Hikes Natural Gas Price For Georgia. **CBS News**, 02 nov. 2006. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/news/russia-hikes-natural-gas-price-for-georgia/>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CENTER FOR RUSSIA AND EASTERN EUROPE RESEARCH. Belarus' position in the conflict in Ukraine since 2014. **Center For Russia and Eastern Europe Research**, 20 dezembro 2022. Disponível em: <<https://creergeneva.com/2022/03/04/belarus-position-regarding-the-conflict-in-ukraine-since-2014/>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CENTRE FOR EASTERN STUDIES. Between Brussels and Moscow. Georgia is moving closer to Russia. **Centre for Eastern Studies**, 20 junho 2023. Disponível em: <<https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2023-05-25/between-brussels-and-moscow-georgia-moving-closer-to-russia>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

ČESNAKAS, G. Energy resources as the tools of foreign policy: the case of Russia. **Lithuanian Foreign Policy Review**, p. 9-40, 2016.

CHARAP, S.; TREYGER, E.; GEIST, E. Understanding Russia's Intervention in Syria. **Rand Corporations**, 2019. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR3180.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CNN. Ukraine, Russia cut off gas to Europe. **CNN**, 07 janeiro 2009. Disponível em: <https://money.cnn.com/2009/01/07/news/international/russia_ukraine/index.htm>. Acesso em: 27 out. 2023.

COHEN, S. B. Geopolitics in the new world era. In: DEMKO, G. J.; WOOD, W. B. **Reordering the World: Geopolitical Perspectives on the Twenty-First Century**. Oxford: Westview Press, 1994. p. 15-48.

COLLINS, G. **Russia's Use of the "Energy Weapon" in Europe**. Rice University's Baker Institute For Public Policy. [S.l.], p. 01-08. 2017.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Parceria Oriental. **Conselho da União Europeia**, 22 fevereiro 2023. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CRAWFORD, N. C. Oil Sanctions Against Apartheid. In: (ED), N. C. C. **How Sanctions Work**. London: Palgrave Macmillan, 1999. p. 103-126.

CRUZ, S. C. V. E. **The United States in a Troubled World**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CSIS. Russia's "Hybrid Aggression" against Georgia: The Use of Local and External Tools, 21 setembro 2021. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/russias-hybrid-aggression-against-georgia-use-local-and-external-tools>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CZARNY, E.; MENKES, J.; TOPOROWSKI, P. Gazprom – threat to Europe? **Poznań University of Economics Review**, p. 44-66, 2009.

DABROWSKI, M.; DOMÍNGUEZ-JIMÉNEZ, M.; ZACHMANN, G. Six years after Ukraine's Euromaidan: reforms and challenges ahead. **Policy Contribution**, junho 2020. 1-24.

DANNREUTHER, R. Geopolitics and international relations of the resources. In: **Global Resources: Conflict and Cooperation**. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 79-97.

DOBRINSKY, R. **The Belarus Economy: The Challenges of Stalled Reforms**. Vienna. 2016.

DONALDSON, R. H. **The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests**. New York: Routledge, 2019.

DORJPALAM, E. Valdair. **Russia, Central Asia and the CSTO**, 17 maio 2023. Disponível em: <<https://valdaiclub.com/a/highlights/russia-central-asia-and-the-csto/>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

DOUCET, L. Shanghai Co-operation Council emerges as rival to West. **BBC**, 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-29169248>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

DW. Georgia formally applies for EU membership. **DW**, 03 março 2022. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=2022+georgia+ask+join+EU&ie=UTF-8&oe=UTF-8&safari_group=9>. Acesso em: 08 jun. 2022.

DW. German industry defends Nord Stream 2. **DW**, 29 september 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/german-industry-defends-nord-stream-2-gas-pipeline/a-45611911>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

DW. Rússia amplia cerco a ONGs estrangeiras. **DW**, 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/r%C3%BAssia-amplia-cerco-a-ongs-estrangeiras/a-18464094>>. Acesso em: 22 out. 2021.

DW. US Senate approves Nord Stream 2 Russia-Germany pipeline sanctions. **DW**, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/us-senate-approves-nord-stream-2-russia-germany-pipeline-sanctions/a-51711980>>. Acesso em: 25 mai 2021.

EEAS. The European Union and Georgia. **EEAS**, 26 julho 2021. Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/georgia/european-union-and-georgia_en?s=221>. Acesso em: 30 set. 2021.

EIA. Russia. **EIA**, 17 janeiro 2023. Disponível em: <<https://www.eia.gov/international/analysis/country/RUS>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ENERDATA. Gazprom takes full ownership of Beltransgaz after gas deal. **Enerdata**, 30 novembro 2011. Disponível em: <<https://www.enerdata.net/publications/daily-energy-news/gazprom-takes-full-ownership-beltransgaz-after-gas-deal.html>>.

EUANMEARNS. Russian Power. **Energy Matters**, 17 março 2014. Disponível em: <<http://euanmearns.com/russian-power/>>.

EUROPEAN COMMISSION. Liquefied Natural Gas and gas storage will boost EU's energy security. **Europa**, 2016. Disponível em: <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_16_310>. Acesso em: 29 ago. 2021. Acesso em: 08 nov. 2022.

FARNSWORTH, T. China and Russia Submit Cyber Proposal. **Arms control Association**, 2011. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/act/2011-11/china-russia-submit-cyber-proposal>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

FEAVER, P. What Is Grand Strategy and Why Do We Need It? **Foreign Policy**, Abril 2009. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2009/04/08/what-is-grand-strategy-and-why-do-we-need-it/>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

FERNANDES, C. P.; RODRIGUES, T. F. **Geopolitics of Energy and Energy Security**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, v. 24, 2017.

FREEDOM HOUSE. Belarus. **Freedom House**, 20 novembro 2022. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/country/belarus>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FREEZE, G. L. **História da Rússia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2017.

FREIRE, M. R. **A Rússia de Putin Vectores Estruturantes de Política Externa**. Lisboa: Almedina, 2015.

FREIRE, M. R.; KANET, R. E. (Eds.). **Russia and its Near Neighbours**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

FRIEDMAN, G. **A Próxima Década**. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2012.

FULLER, L. Caucasus: Georgia, Azerbaijan Seek Alternatives To Russian Gas. **Radio Free Europe**, 05 janeiro 2007. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/1073826.html>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

FUSER, I. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

G1. Rússia torna-se o 156º membro da OMC. **G1**, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/08/russia-torna-se-o-156o-membro-da-omc.html>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GADY, F.-S. China, Russia Kick Off Bilateral Naval Exercise ‘Joint Sea’. **The Diplomat**, 2019. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/04/china-russia-kick-off-bilateral-naval-exercise-joint-sea/>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

GAHRTON, P. **Georgia: Pawn in the New Great Game**. London: Pluto Press, 2010.

GAMKRELIDZE, N. From failing state to strategic partner: analyzing US and NATO political elite images of Georgia and policy implications from 1991 to 2020. **Post-Soviet Affairs**, p. 578-599, 2021.

GAZPROM. Annual Report. **Gazprom**, 22 janeiro 2020. Disponível em: <<https://www.gazprom.com/f/posts/44/93335949/gazprom-annual-report-2022-en.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

GAZPROM. Gazprom Annual Report 2002. **Raex**, 2003. Disponível em: <<https://raex-a.ru/annualreport/gazprom2002eng.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GEOSTAT. External Trade. **Geostat**, 23 dezembro 2022. Disponível em: <<https://www.geostat.ge/en/modules/categories/35/external-trade>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GERMAN, T. C. Pipeline politics: Georgia and energy security. **Small Wars & Insurgencies**, p. 344–362, 2009.

GHALEB, A. **Natural Gas as an Instrument of Russian State Power**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2011.

GIDADHUBLI, R. G.; SAMPATKUMAR, R. Putin's Confrontation with Oligarchs. **Economic and Political Weekly**, p. 2512-2514, 2000.

GLOBAL ENERGY MONITOR. Global Oil Infrastructure Tracker. **Global Energy Monitor**, 15 janeiro 2023. Disponível em: <<https://globalenergymonitor.org/projects/global-fossil-infrastructure-tracker/>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GODZIMIRSKI, J. M. Russian Grand Strategy and Energy Resources: The Asian Dimension. In: BUCHANAN, E. **Russian Energy Strategy in the Asia-Pacific: Implications for Australia**. Canberra: ANU Press, 2021. P. 57-83.

GOLDMAN, M. I. **Putin, Power, and the New Russia**. New York: Oxford University Press, 2008.

GOLDTHAU, A. **The Handbook of Global Energy Policy**. London: Wiley-Blackwell, 2013.

GRAAF, T. V. D. et al. **The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy**. London: Palgrave, 2016.

GRAAF, T. V. D. et al. **The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy**. London: Palgrave, 2016.

GRAAF, T. V. D.; SOVACOO, B. K. **Global Energy Politics**. Cambridge: Polity Press, 2020.

GRAAF, T. V. D.; COLGAN, J. D. Russian gas games or well-oiled conflict? Energy security and the 2014 Ukraine crisis. **Energy Research & Social Science**, p. 1-6, 2016.

GRIGAS, A. **Legacies, Coercion and Soft Power: Russian Influence in the Baltic States**. Chatham House. [S.l.], p. 01-16. 2012.

GRIGAS, A. **The New Geopolitics of Natural Gas**. London: Harvard University , 2017.

GRIGAS, A. **The New Geopolitics of Natural Gas**. New York: Harvard University Press, 2017.

GÜNTHER, M. What Nord Stream 2 means for Europe. **Atlantic Council**, 5 november 2019. Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/what-nord-stream-2-means-for-europe/>>. Acesso em: 30 set. 2022.

GVOSDEV, N. K. **Russian Foreign Policy: Interests, Vectors, and Sectors**. New York: CQ Pres, 2013.

HART, J. Three Approaches to the Measurement of Power in International Relations. **International Organization**, London, v. 30, n. 2, p. 289-305, Spring 1976.

HASHIM, S. M. Power-loss or power-transition? Assessing the limits of using the energy sector in reviving Russia's geopolitical stature. **Communist and Post-Communist Studies**, v. 43, n. 3, p. 263-274, setembro 2010.

HENDERSON, J.; MOE, A. **The Globalization of Russian Gas: Political and Commercial Catalysts**. London: Cheltenham, 2019.

HERD, G. P. Russia and the "Orange Revolution": Response, Rhetoric, Reality?. **Jstor**, p. 15-28, 2005.

HERMITAGE CAPITAL MANAGEMENT. **Reforming The Gas Sector in Russia Myths versus Reality**. Carnegie Washington Center. Washington. 2003.

HILL, F. **Energy Empire: Oil, Gas and Russia's Revival**. The Foreign Policy Centre. London, p. 64. 2004.

HILL, F.; GADDY, C. G. **Mr. Putin: Operative in the Kremlin**. 1. ed. London: Brookings Institution Press, 2013.

HOBSON, J. M. **The State and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HOFFMAN, D. Putin Says 'Why Not?' to Russia Joining NATO. **Washington Post**, 2000. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2000/03/06/putin-says-why-not-to-russia-joining-nato/c1973032-c10f-4bff-9174-8cae673790cd/>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

HÖGSELIUS, P. **Energy and Geopolitics**. New York: Routledge, 2019.

HOLBROOKE, R. C. **To End a War: The Conflict in Yugoslavia**. New York: Modern Library, 2011.

HOMANS, C. Energy Independence: A Short History. **Foreign Policy**, 2012. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2012/01/03/energy-independence-a-short-history/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ICSS. Экономическая политика. **ICSS**, 28 outubro 2019. Disponível em: <<https://icss.ru/ekonomicheskaya-politika/byudzheth-i-nalogi/fond-natsionalnogo-blagosostoyaniya>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Belarus Energy Profile**. Paris. 2019.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Georgia Energy Profile, 13 março 2021. Disponível em: <<https://iea.blob.core.windows.net/assets/eb7ac3b7-929b-4360-ac91-ae5b8e02be3e/GeorgiaEnergyProfile.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Russia. **IEA**, 22 March 2023. Disponível em: <<https://www.iea.org/countries/russia>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. World electricity generation mix by fuel, 1971-2019. **INTERNATIONAL ENERGY AGENCY**. Disponível em: <<https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/world-electricity-generation-mix-by-fuel-1971-2019>>. Acesso em: mar. 2023.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook 2016**. Paris. 2016.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook 2020**. Paris. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. The Impact of Higher Oil Prices on the Global Economy. **IMF**, 2000. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/oil/2000/oilrep.PDF>>. Acesso em: 04 Junho 2021.

ISTOCK. Mapa da Ucrânia-Ilustração vetorial. **Istock**, 10 dezembro 2022. Disponível em: <<https://www.istockphoto.com/br/vetor/mapa-da-ucrania-ilustracao-vetorial-gm488102851-39366332>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

JÁCOME, F. Petrocaribe: The Current Phase of Venezuela's Oil Diplomacy in the Caribbean. **Programa de Cooperación en Seguridad Regional**, Bogotá, p. 10, Novembro 2011.

JEFFREI W. TALIAFERRO, N. M. R. S. E. L. **Challenge of Grand Strategy: The Great Powers and the Broken Balance between the World Wars**. New York: Cambridge University Press, 2012.

JENTLESON, B. W. **American Foreign Policy: the dynamics of choice in the 21st**. New York: W.W Norton & Company, 2010.

JONES, S. **Georgia: A Political History Since Independence**. London: I.B. Tauris, 2013.

KANET, R. E.; MOULIOUKOVA, D. **Russia and the World in the Putin Era: From Theory to Reality in Russian Global Strategy**. New York: Routledge, 2022.

KAPLAN, R. D. The Geopolitics of Energy. **Stratfor Worldview**, 2018. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-energy>>. Acesso em: 20 Junho 2021.

KARDAŚ, S.; KŁYSIŃSKI, K. The story that never ends. A new stage in the energy dispute between Russia and Belarus. **OSW Commentary**, 17 maio 2017. 1-6.

KATUSA, M. **The Colder War: How the Global Energy Trade Slipped from America's Grasp**. Vermont: John Wiley & Sons, 2015.

KENNAN, G. F. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign affairs**, Washington, 1947.

KEOHANE, R. O.; JR, J. S. N. **Power and interdependence**. 3ª. ed. New York: Longman, 2001.

KIRBY, P. Russia's gas fight with Ukraine. **BBC News**, 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-29521564>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

KIRCHNER, S. U.S. Sanctions and the Russian Arctic: The Oil and Gas Sector as Russia's Achilles' heel? **SSRN**, 08 Dezembro 2019. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3500044>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

KLARE, M. **Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Dependency on Imported Petroleum**. New York: Penguin Books, 2004.

KLARE, M. **Blood and Oil**. New York: Hamish Hamilton, 2004.

KRAMER, A. E. Russia Cuts Off Gas to Ukraine in Cost Dispute. **The New York Times**, 02 janeiro 2006. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/01/02/world/europe/russia-cuts-off-gas-to-ukraine-in-cost-dispute.html>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

KREMLIN. Vladimir Putin met with newly-appointed Gazprom CEO Alexei Miller. **Presindet of Russia**, 2001. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/41451>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

KURSOVOY MONITOR. Course Monitoring. **Kursovoy**, 23 dezembro 2022. Disponível em: <https://kurs2015.ru/grafik.html?tvwidgetsymbol=UKOIL*USDRUB>. Acesso em: 24 jan. 2023.

LARSSON, R. L. **Russia Energy Policy - security dimenons and Russia's reability as a energy supply**. Stockholm: Swedish Defence Research Agency, 2006.

LEE, Y. Interdependence, issue importance, and the 2009 Russia-Ukraine gas. **Energy Policy**, p. 199-209, 2017.

LEMOS, K. Guerra de preços pode encerrar o boom de petróleo estadunidense. **OPEU**, 2020. Disponível em: <<https://www.opeu.org.br/2020/03/16/guerra-de-precos-pode-encerrar-o-boom-de-petroleo-estadunidense/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

LEUKAVETS, A. Russia's game in Belarus: 2020 presidential elections as a checkmate for Lukashenka? **New Perspectives**, p. 90-101, 2021.

LIGHT, M. Russian Foreign Policy Themes in Official Documents and Speeches: Tracing Continuity and Change. In: CADIER, D.; LIGHT, M. **Russian Foreign Policy Ideas, Domestic Politics and External Relations**. London: Palgrave, 2015. p. 13-29.

LITOVKIN, V. The importance of Sevastopol for Russia. **Russia Beyond**, 04 mar. 2014. Disponível em: <https://www.rbth.com/world/2014/03/04/the_importance_of_sevastapol_for_russia_33479>. Acesso em: 11 jan. 2023>.

LIUHTO, K. **Energy in Russia's foreign policy**. Helsinki. 2010.

LOBELL, S. E.; RIPSAN, N. M.; TALIAFERRO, J. W. **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. London: Cambridge University Press, 2009.

LUKYANOV, F. Putin's Foreign Policy. **Foreign Affairs**, 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2016-04-18/putins-foreign-policy>>. Acesso em: 20 janeiro 2021. Acesso em: 23 ago. 2022.

LUKYANOV, F. The Lost Twenty-Five Years. **Global Brief**, 2016. Disponível em: <<https://globalbrief.ca/2016/02/the-lost-twenty-five-years/>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MACKINNO, M. **The New Cold War: Revolutions, Rigged Elections and Pipelines Politics in the Former Soviet Union**. Toronto: Vintage Canada, 2008.

MANESS, R. C.; VALERIANO, B. **Russia's Coercive Diplomacy: Energy, Cyber, and Maritime Policy as New Sources of Power**. London: Palgrave, 2015.

MANKOFF, J. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics**. 2. ed. London: Rowman & Littlefield Publishers, 2011.

MARIMÓN, A. C. A Importância do Estreito de Ormuz. **Velho General**, 2019. Disponível em: <<https://velhogeneral.com.br/2019/07/10/a-importancia-do-estreito-de-ormuz/>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

MARPLES, D. R. 7 The Chernobyl disasters Its effect on Belarus and Ukraine. **United Nations University**, 22 março 2023. Disponível em: <<https://archive.unu.edu/unupress/unupbooks/uu211e/uu211e0h.htm>>.

MARSH, C. Russia Sees Its Future in China and Eurasia. **National Interest**, 22 April 2019.

MARSHALL, G. I. **Petrostate - Putin, Power, and the New Russia**. New York: Oxford University Press, 2008.

MCBRIDE, J. Russia's Energy Role in Europe: What's at Stake With the Ukraine Crisis. **Council on Foreign Relations**, 22 february 2022. Disponível em: <<https://www.cfr.org/in-brief/russias-energy-role-europe-whats-stake-ukraine-crisis>>.

MCNABB, D. E. **Vladimir Putin and Russia's Imperial Revival**. New York: Taylor & Francis Group, 2016.

MEARSHEIMER, J. J. **Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault**. New York: Council on Foreign Relations, 2014.

MORAN, D.; RUSSELL, J. A. **Energy Security and Global Politics: The militarization of resource management**. New York: Routledge, 2009.

MOROZOV, E. A new gas war looms, with Belarus the loser. **The New York Times**, 07 abril 2006. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/04/07/opinion/a-new-gas-war-looms-with-belarus-the-loser.html>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

NEWNHAM, R. E. Georgia on my mind? Russian sanctions and the end of the 'Rose Revolution'. **Journal of Eurasian Studies**, p. 161-170, 2015.

NEWNHAM, R. Oil, carrots, and sticks: Russia's energy resources as a foreign policy tool. **Journal of Eurasian Studies**, p. 134-143, 2011.

NORD STREAM. The Pipeline. **Nord Stream**, 22 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.nord-stream.com/the-project/pipeline/>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

NOVIKAU, A. Conceptualizing and achieving energy security: The case of Belarus. **Energy Strategy Reviews**, London, v. 26, p. 2-11, novembro 2019.

NYGREN, B. **The Rebuilding of Greater Russia - Putin's foreign policy towards the CIS countries**. New York: Routledge, 2018.

O GLOBO. Rússia impõe sanções ligadas a abastecimento de gás para a Europa e crise energética no continente se aprofunda. **O globo**, 12 maio 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/russia-impoe-sancoes-ligadas-abastecimento-de-gas-para-europa-crise-energetica-no-continente-se-aprofunda-25507653>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

OECD. Where does Belarus import Crude Petroleum and Refined Petroleum from? (2001-2020). **OECD**, 22 dez. 2022. Disponível em: <<https://oec.world/en/visualize/stacked/hs92/import/blr/show/52709.52710/2001.2020/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

OECD. Where does Belarus import Natural gas, liquefied and Natural gas in gaseous state from? (2001-2020). **OECD**, 12 jan. 2023. Disponível em: <<https://oec.world/en/visualize/stacked/hs92/import/blr/show/5271111.5271121/2001.2020/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

OECD. Where does Georgia import Natural gas in gaseous state from? (2000-2021). **OECD**, 22 junho 2023. Disponível em: <<https://oec.world/en/visualize/stacked/hs92/import/geo/show/5271121/2000.2021/>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION. Association Agreement. **Association Agreement**, 30 ago. 2014. Disponível em: <[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/PDF/?uri=CELEX:22014A0830\(02\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/PDF/?uri=CELEX:22014A0830(02))>. Acesso em: 22 mar. 2023.

OPDAHL, I. M. **The Russian State and Russian Energy Companies (1992–2018)**. New York: Routledge, 2020.

OPDAHL, I. M. **The Russian State and Russian Energy Companies (1992-2018)**. New York: Routledge, 2020.

ORTTUNG, R. W.; OVERLAND, I. A limited toolbox: Explaining the constraints on Russia's foreign energy policy. **Journal of Eurasian Studies**, p. 74-85, 2011.

OSTROWSKI, W.; BUTLER, E. **Understanding Energy Security in Central and Eastern Europe**. New York: Routledge, 2018.

OUTLOOKINDIA. Ukraine War: West Wants To Destroy Russia, Had No Choice, Says Foreign Minister Sergey Lavrov. **Outlookindia**, 25 set. 2022. Disponível em: <<https://www.outlookindia.com/international/ukraine-war-west-wants-to-destroy-russia-had-no-choice-says-foreign-minister-sergey-lavrov-news-225728>>. Acesso em: 06 mai. 2023.

PADDOCK, R. Russia's Financial Crisis Puts Its 'Oligarchs' on the Ropes. **Los Angeles Times**, 29 out. 1998. Disponível em: <<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1998-oct-29-mn-37328-story.html>>. Acesso em: 01 set. 2021.

PANICKER, L. P. Russia's Energy Strategy and Gas Disputes. **E-International Relations**, out. 2021. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2021/10/17/russias-energy-strategy-and-gas-disputes/>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

PASCUAL, C.; ELKIND, J. **Energy Security: Economics, Politics. Strategies and Implications**. Washington: Brookings Institution Press, 2010.

PAVLOVSKY, G. Putin's World Outlook. **New Left Review**, 2014. Disponível em: <<https://newleftreview.org/issues/ii88/articles/gleb-pavlovsky-putin-s-world-outlook>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PECEQUILO, C. S.; LUQUE, A. A. Estados Unidos e Rússia: Convergência e Divergência Geopolítica (1989-2016). **Meridiano** 47, p. 01-17, 2016.

PEROVIC, E.; ORTTUNG, R. W.; WENGER, A. **Russian Energy Power and Foreign Relations - Implications for conflict and cooperation**. New York: Routledge, 2009.

PEROVIĆ, J. **Cold War Energy - A Transnational History of Soviet Oil and Gas**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

PIRANI, S. **Russian and CIS Gas Markets and Their Impact on Europe**. New York: Oxford University press, 2009.

PIRANI, S.; STERN, J.; YAFIMAVA, K. **The Russo-Ukrainian gas dispute of January 2009: a comprehensive assessment**. London. 2009.

PIRANI, S.; YAFIMAVA, K. **Russian Gas Transit Across Ukraine Post-2019: pipeline scenarios, gas flow consequences, and regulatory constraints**. Oxford. 2016.

POPOVIC, N. The Energy Relationship Between Russia and the European Union. **E-International Relations**, 24 february 2020. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2020/02/24/the-energy-relationship-between-russia-and-the-european-union/>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PUTIN, V. Address to the Federal Assembly. **Kremlin**, 12 dez. 2012. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/17118>>. Acesso em: 03 jan. 2023.

PUTIN, V. Putin's famous Munich Speech 2007. **Youtube**, Munich, 10 fev. 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hQ58Yv6kP44>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

REUTERS. Azerbaijan to supply oil to Belarus for Venezuela. **Reuters**, 27 dez. 2010. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/azerbaijan-oil-idAFLDE6BQ0X520101227>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

REUTERS. Belarus says pays Russia \$187 mln gas bill. **Reuters**, 23 jun. 2010. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/idINIndia-49574120100623>>. Acesso em: 13 set. 2023.

REUTERS. G7 to begin reducing Russian energy dependency - Ed Davey. **Reuters**, 06 mai. 2014. Disponivel em: <<https://www.reuters.com/article/uk-g7-russia-energy-idUKKBN0DM0WG20140506>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

REUTERS. Putin throws \$1.5 billion lifeline to Belarus leader. **Reuters**, 14 set. 2020. Disponivel em: <<https://www.reuters.com/article/us-belarus-election-russia-idCAKBN26512O>>. Acesso em: 06 jan. 2022.

REUTERS. TIMELINE-Nord Stream 2: Russia's legal battle to boost gas supplies to Germany. **Reuters**, 5 out. 2021. Disponivel em: <<https://www.reuters.com/article/nordstream-gas-idAFL1N2R10JY>>. Acesso em: 31 dez. 2022.

REUTERS. Venezuela inks oil deal with Belarus-Chavez. **Reuters**, 16 out. 2010. Disponivel em: <<https://www.reuters.com/article/venezuela-belarus-oil-idINLDE69F0C520101016>>.

REYNOLDS, P. New Russian world order: the five principles. **BBC**, 2008. Disponivel em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7591610.stm>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

RFERL. China Gives Belarus \$1 Billion In Trade Credits. **RFERL**, 14 jun. 2011. Disponivel em: <https://www.rferl.org/a/china_belarus_trade_credits/24234521.html>. Acesso em: 30 fev. 2023.

RONSER, K. **Gazprom and the Russian State**. London: GMB Publishing, 2006.

RTS. Organizations Du Traité de Sécurité Collective (OTSC). **RTS**, 22 dez. 2023. Disponivel em: <<https://www.rts.ch/galleries/12834844.html>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

RUMER, E. B. **Russian National Security and Foreign Policy in Transition**. Rand. Washington, p. 1-57. 1995.

RUSSIA FEDERATION. Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. **The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation**, 2013. Disponivel em: <https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186>. Acesso em: 25 mai. 2021.

RUSSIA FEDERATION. Russian National Security Strategy. **mepoforum**, 2009. ISSN https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR1800/RR1826/RAND_RR1826.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

RUSSIAN FEDERATION. Energy Strategy 2035 Russian Federation. **Climate Policy Database**, 20 fev. 2021. Disponivel em: <<https://climatepolicydatabase.org/policies/energy-strategy-2035-0>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

RUSSIAN FEDERATION. **Energy Strategy of the Russian Federation up to 2020**. Russian Federation. Moscou. 2003.

RUSSIAN FEDERATION. Russian National Security Strategy. **IEEE**, 2015. Disponível em: <<http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

RUSSIAN FEDERATION. The Foreign Policy Concept of the Russian Federation 2016. **voltairenet**, 2016. Disponível em: <<https://www.voltairenet.org/article202038.html>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RUSSIAN MINISTRY OF FINANCE. Federal Budget. **Russian Ministry of Finance**, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://www.minfin.ru/ru/statistics/fedbud/?id_65=80041&page_id=3847&popup=Y&area_id=65>. Acesso em: 12 out. 2022.

RUSZEL, M. Natural gas supplies as an instrument of geopolitical conflict between the Russian Federation and Ukraine. **Energy Policy Journal**, p. 33-46, 2019.

SAKWA, R. **Putin: Russia's Choice**. London: Routledge, 2004.

SEGRILLO, A. **O Fim da URSS e a Nova Rússia - De Gorbachev ao pós-Yeltsin**. Petrópoles: Vozes, 2000.

SENCERMAN, Ö. Russian Diaspora as a Means of Russian Foreign Policy. **Army University Press**, 2018. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/March-April-2018/Sencerman-Russian-Diaspora/>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SHAFFER, B. **Energy Politics**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009.

SHARAFEDIN, B.; NASRALLA, S. Factbox: The ebb and flow of sanctions on Iranian oil. **Reuters**, 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/energy/ebb-flow-sanctions-iranian-oil-2021-04-22/>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SLOAN, G.; GRAY, C. S. Why geopolitics? **Journal of Strategic Studies**, London, v. 22, p. 1-11, Janeiro 1999.

SOLCHANYK, R. **Ukraine and Russia: The Post-Soviet Transition**. Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, 2001.

SOLDATKIN, V.; CALLUS, A. Rosneft pays out in historic TNK-BP deal completion. **Reuters**, 21 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-rosneft-tnkbp-deal-idUSBRE92K0IZ20130321>>. Acesso em: 03 set. 2021.

SONNE, P. U.S. Is Trying to Dismember Russia, Says Putin Adviser. **The Wall Street Journal**, 2015. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/u-s-is-trying-to-dismember-russia-says-putin-adviser-1423667319>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SOTIRIOU, S. A. **Russian Energy Strategy in the European Union, the Former Soviet Union Region, and China**. London: Lexington Books, 2015.

SPETSCHINSKY, L.; BOLGOVA, I. V. Post-Soviet or Post-Colonial? The relations between Russia and Georgia after 1991. **European Review of International Studies**, p. 110-122, 2014.

STAR NEWS. From Ashes of Yukos, New Russian Oil Giant Emerges. **Star News**, 27 mar. 2007. Disponivel em: <<https://www.starnewsonline.com/story/news/2007/03/27/from-ashes-of-yukos-new-russian-oil-giant-emerges/30299486007/>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

STATISTA. Military spending in Russia from 1993 to 2022. **Statista**, 22 jan. 2023. Disponivel em: <<https://www.statista.com/statistics/1203160/military-expenditure-russia/>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

STATISTA. Natural gas import volume in Ukraine from 2008 to 2021, by route. **Statista**, 22 mar. 2023. Disponivel em: <<https://www.statista.com/statistics/1006510/ukraine-natural-gas-import-and-consumption/#statisticContainer>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

STATISTA. Trade revenue of Ukraine in 2021, by country and flow. **Statista**, 17 out. 2022. Disponivel em: <<https://www.statista.com/statistics/1297572/ukraine-trade-revenue-by-country/>>. Acesso em: 17 out. 2022.

STEGEN, K. S. Deconstructing the "energy weapon": Russia's threat to Europe as a case study. **The Journal Energy Policy**, v. 39, n. 10, p. 6505-6513, ago. 2011. ISSN <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2011.07.051>.

STENT, A. E. **The Limits of Partnership: U.S.-Russian Relations in the Twenty-First Century**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

STERN, J. **The Russian-Ukrainian gas crisis of January 2006**. London. 2006.

STRATFOR. The Tumultuous Birth of the Eurasian Economic Union. **Worldview**, 31 dezembro 2014. Disponivel em: <<https://worldview.stratfor.com/article/tumultuous-birth-of-eurasian-economic-union>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

STRATFOR. With the East and West, Belarus Plays Both Sides. **World View**, 17 fev. 2016. Disponivel em: <<https://worldview.stratfor.com/article/east-and-west-belarus-plays-both-sides>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

STRONSKI, P. There Goes the Neighborhood: The Limits of Russian Integration in Eurasia. **Carnegie Endowment**, 2020. Disponivel em: <<https://carnegieendowment.org/2020/09/16/there-goes-neighborhood-limits-of-russian-integration-in-eurasia-pub-82693>>. Acesso em: 15 agos. 2021.

SUNY, R. G. The Empire Strikes Out: Imperial Russia, "National" Identity, and Theories of Empire. **Dartmouth**, 24 outubro 1997. Disponivel em: <https://www.dartmouth.edu/~crn/crn_papers/Suny4.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

TAKENAKA, K. Japan says no deals with Russia that undermine sanctions. **Reuters**, 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-japan-trade-russia-idUSKBN1410X9>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

TALBOTT, S. **The Russia Hand: A Memoir of Presidential Diplomacy**. New York: Random House, 2003.

TARDY, T. **European Security in a Global Context: Internal and External Dynamics**. New York: Routledge, 2009.

TATA, S. **Reflections on Grand Strategy: The Great Powers in the Twenty First Century**. Singapore: Palgrave, 2022.

THE ATLANTIC. Putin's Thesis (Raw Text). **The Atlantic**, 2008. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/daily-dish/archive/2008/08/putins-thesis-raw-text/212739/>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

THE ECONOMIST. Sheikhs v shale. **The Economist**, Dezembro 2014. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2014/12/04/sheikhs-v-shale>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

THE ECONOMIST. Why Belarus is called Europe's last dictatorship. **The Economist**, 25 maio 2021. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-economist-explains/2021/05/25/why-belarus-is-called-europes-last-dictatorship>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

THE FOREIGN POLICY CONCEPT OF THE RUSSIAN FEDERATION. The Foreign Policy Concept of the Russian Federation. **NUKE**, Moscou, 2000. Acesso em: 30 julho 2021.

THE GLOBAL ECONOMY. Russia: External debt. **The Global Economy**, 22 mar. 2023. Disponível em: <https://www.theglobaleconomy.com/Russia/External_debt/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

THE GUARDIAN. Deal to resume Russian gas eludes EU as 11 people die in big freeze-up. **The Guardian**, 11 jan. 2009. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2009/jan/11/russia-ukraine-gas-supplies-dispute>>. Acesso em: 06 jan. 2022.

THE GUARDIAN. Russia turns off supplies to Ukraine in payment row, and EU feels the ch. **The Guardian**, 2 jan. 2006. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2006/jan/02/russia.ukraine>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

THE NEW YORK TIMES. Saudi Arabia Plays High-Stakes Game. **The New York Times**, 1986. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1986/01/24/business/saudi-arabia-plays-high-stakes-game.html>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

THE WASHINGTON POST. Explosions in Russia Cut Energy to Georgia Moscow Is Accused Of Sabotage for Political Purposes. **The Washington Post**, 23 jan. 2006.

Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2006/01/23/explosions-in-russia-cut-energy-to-georgia-span-class=bankheadmoscow-is-accused-of-sabotage-for-political-purposes/5273de3e-88e0-441b-b0a8-9c4da5385d9d/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

TOAL, G. **Near Abroad: Putin, the West and the Contest over Ukraine and the Caucasus**. New York: Oxford University Press, 2017.

TRADING ECONOMICS. Russia Government Debt to GDP. **Trading Economics**, 22 jan. 2023. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/russia/government-debt-to-gdp/>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

TREISMAN, D. Why Putin Took Crimea. **Foreign Affairs**, 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2016-04-18/why-russian-president-putin-took-crimea-from-ukraine>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

TRENIN, D. Moscow's relations with Belarus: An awkward ally. **European Union Institute for Security Studies**, p. 67-78, 2005.

TRENIN, D. **Post-Imperium: A Eurasian Story**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2011.

TRENIN, D. **Russia's Breakout from the Post-Cold War System**. Carnegie. Moscou, p. 32. 2014.

TSYGANKOV, A. P. Preserving Influence in a Changing World. **Problems of Post-Communism**, v. 58, n. 2, p. 28-44, Dezembro 2011.

TSYGANKOV, A. P. **Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. London: Rowman & Littlefield Publishers, 2019.

TSYGANKOV, A. P. **The State Strong in Russia - development and crises**. London: Oxford University Press, 2014.

TSYGANKOV, A. Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy. **Post-Soviet Affairs**, p. 01-25, 2015.

TYNKKYNEN, V.-P. Energy as Power—Gazprom, Gas Infrastructure, and Geo-governmentality in Putin's Russia. **Association for Slavic, East European, and Eurasian Studies**, v. 75, n. 2, p. 374-395, 2016.

U.S GOVERNMENT. Nord Stream 2 – A Threat to European Stability and Security. **U.S Embassy in Slovakia**, 22 jan. 2014. Disponível em: <<https://sk.usembassy.gov/nord-stream-2-a-threat-to-european-stability-and-security/>>. Acesso em: 13 set. 2021.

UMBACH, F. Nord Stream 2 divides Germany's allies. **Gisreports**, 2020. Disponível em: <<https://www.gisreportsonline.com/nord-stream-2-divides-germanys-allies,energy,3351,report.html>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

US CONGRESS. **Russia's Nord Stream 2 Natural Gas Pipeline to Germany Halted.** Washington. 2022.

VAKULENKO, S. Shutting Down Nord Stream Marks the Point of No Return for Russian Gas. **Carnegie**, 07 set. 2022. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/politika/87837>>. Acesso em: 07 set. 2023.

VANAGA, N.; ROSTOKS, T. **Deterring Russia in Europe: Defence Strategies for Neighbouring States.** New York: Routledge, 2019.

VASÁNCZKI, L. Z. Gas Exports in Turkmenistan. **IFRI**, novembro 2011. Disponível em: <<https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/noteenergielvasanczki.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

VASILYEVA, N. A.; LAGUTINA, M. L. **The Russian Project of Eurasian Integration.** London: Lexington Books, 2016.

VAVILOV, A. **Gazprom: An Energy Giant and Its Challenges in Europe.** London: Palgrave Macmillan, 2016.

VEDOMOSTI. Resource Nationalism On the Rise as Russia Mulls Changes to Sakhalin Deals, Subsoil Legislation. **SPGLOBAL**, 2006. Disponível em: <<https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/mi/country-industry-forecasting.html?id=106599314>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VITER, O.; PAVLENKO, R.; HONCHAR, M. **Ukraine: Post-revolution Energy Policy and Relations with Russia.** London: GMB, 2006.

VLČEK, T. Critical assessment of diversification of nuclear fuel for the operating VVER reactors in the EU. **Energy Strategy Reviews**, London, v. 13-14, p. 77-85, Novembro 2016.

VYSOTSKY, A. Russia and the Arab Spring. **Connections Journal**, 2011. Disponível em: <<http://connections-qj.org/article/russia-and-arab-spring-0>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

W. OSTROWSKI, E. B. **Understanding Energy Security in Central and Eastern Europe.** 1. ed. New York: Taylor and Francis, 2018.

WENGER, A.; PEROVIC, J.; ORTTUNG, R. W. **Russian Business Power: The role of Russian business in foreign and security relations.** London: Routledge, 2006.

WIKIPEDIA. Baku–Tbilisi–Ceyhan pipeline. **Wikipedia**, 3 dezembro 2022. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Baku–Tbilisi–Ceyhan_pipeline#/media/File:Baku–Tbilisi–Ceyhan_pipeline_\(BTC_Pipeline\).svg](https://en.wikipedia.org/wiki/Baku–Tbilisi–Ceyhan_pipeline#/media/File:Baku–Tbilisi–Ceyhan_pipeline_(BTC_Pipeline).svg)>. Acesso em: 03 jan. 2023.

WIKIPEDIA. Yamal–Europe pipeline. **Wikipedia**, 12 junho 2023. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Yamal–Europe_pipeline>.

WILSON, J. D. A securitisation approach to international energy politics. **Energy Research & Social Science**, p. 114-125, 2019.

WORLD BANK. GDP growth (annual %) - Belarus. **World Bank**, 22 mar. 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BY>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

WORLD BANK. GDP per capita growth (annual %). **World Bank**, 22 dez. 2022. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

WORLD POPULATION REVIEW. Natural Gas by Country. **World Population Review**, 2023. Disponível em: <<https://worldpopulationreview.com/country-rankings/natural-gas-by-country>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

WU, Jiuxia. Research on the Impact of International Oil Prices on the Economy of Russia. **E3S Web of Conferences**, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347420675_Research_on_the_Impact_of_International_Oil_Prices_on_the_Economy_of_Russia>. Acesso em: 30 ago. 2023.

YAFIMAVA, K. **The June 2010 Russian-Belarusian Gas Transit Dispute: a surprise that was to be expected**. London. 2010.

YAFIMAVA, K.; STERN, J. **The 2007 Russia-Belarus Gas Agreement**. London. 2007.

YAKOVLEV, A. Russian modernization: Between the need for new players and the fear of losing control of rent sources. **Journal of Eurasian Studies**, v. 5, n. 1, p. 10-20, Janeiro 2014.

YERGIN, D. **A Busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

YERGIN, D. **A Busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ZAKARIA, F. **From Wealth to Power. The unusual origins of America's world role**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ZEVELEV, I. NATO's Enlargement and Russian Perceptions of Eurasian Political Frontiers. **NATO**, S/D. Disponível em: <<https://www.nato.int/acad/fellow/98-00/zevelev.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

ANEXO A – ACORDO DE FORNECIMENTO DE GÁS ENTRE UCRÂNIA E A GAZPROM (2006)

The agreement of January 4th, 2006	
1.	Gazprom will pay \$1,60/mcm/100km as transit fees to Naftogaz Ukrainy for the shipping of its gas to the European market. This price will last until 01.01.2011
2.	In the sector of supplies, RosUkrEnergo will assume gas deliveries to Ukraine from 01.01.2006. Gazprom will not deliver any Russian gas to Ukraine while Naftogaz Ukrainy will not export via its territory any Russian gas received
3.	For the marketing of gas in Ukraine, RosUkrEnergo and Naftogaz Ukrainy will form a JV, no later than 01.02.2006, which will assume this and other activities
4.	The sides concluded agreements with the purpose of determining the annual gas balance for RosUkrEnergo, which as of 01.01.2006, will consist of:
	<u>Purchases:</u>
a)	41bcm of Turkmen gas, purchased from Gazexport (Gazprom Export) and Naftogaz Ukrainy,
b)	Up to 7bcm of Uzbek gas, purchased from Gazexport (Gazprom Export) with the purpose of being exchanged with Russian gas delivered to the Caucasus states
c)	Up to 8bcm of Kazakh gas, purchased from Gazexport (Gazprom Export) with the purpose of being exchanged with Russian gas delivered to the Caucasus states
d)	Up to 17bcm of Russian gas to be purchased from Gazprom at a price calculated on the base price for gas ($P_o = \$230/\text{mcm}$)
	<u>Sales:</u>
e)	In the first half of 2006, 34 bcm of gas will be sold at the price of \$95/mcm at the Ukrainian domestic market by the JV to be formed according to the Section 3 of the current agreement, without any re-export right
f)	In 2007, up to 58 bcm of gas will be sold by the JV to be formed according to the Section 3 of the current agreement, without any re-export right
g)	15bcm of gas will be exported according to Gazexport (Gazprom Export) program
5.	The stipulated transit fees as well as the price of natural gas are subject to change only after mutual agreement by the parties. (Ukrainskaya Pravda, 2006)

Fonte: Sotiriou, 2015.

ANEXO B - ACORDO DE FORNECIMENTO DE GÁS ENTRE UCRÂNIA E A GAZPROM (2009)

The agreement of January 19th, 2009: core principles

Supply contract:

Article 2.2: The supplier (Gazprom) is obliged to provide the customer (Naftogaz Ukrainy) from January 1st, 2009 till December 31st, 2019 with natural gas, which for 2009 will mount to 40bcm while from 2010 onward will mount to 52bcm for each year, payable according to the provisions of the current contract.

Article 4.1: The contracted price is defined on a quarter basis, January 1st, April 1st, July 1st and October 1st of every year and extends to the agreed periods. The contracted price for the first quarter of 2009 mounts to \$360/mcm. The base price for this calculation is the European price of \$450/mcm, which means that Ukraine gets a 20% discount, with the complete alignment to be brought about by January 2010.

Article 5.1.2: The customer is obliged to pay in full the deliveries of the previous month by the 7th day of the month following that of the deliveries. In case this payment scheme fails, then, according to Article 5.8.2. the customer, no later than the last date of the month preceding that of the deliveries will be obliged to pay in full for the deliveries of the following month (advance payment).

Article 9.7: The customer is obliged to forge with OOO "Gazprom Sbyt Ukraine" (onward 'GSU') a long term contract, according which Gazprom's wholly-owned subsidiary will supply on an annual basis, from 01.01.2009 till 31.12.2019, 25% of the imported gas to the industrial sector of Ukraine.

Transit contract:

Article 8.1: The amount to be paid for the transit of Russian gas via Ukrainian territory is \$1,70/mcm/100km for 2009, while for 2010 \$2,04/mcm/100km.

Arbitration:

Stockholm's International Arbitration court is to rule ultimately possible disputes (Transit contract Article 12, Supply contract Article 8.2) (Ukrainskaya Pravda, 2009)

ANEXO C – ADENDO AO ACORDO DE FORNECIMENTO DE GÁS ENTRE UCRÂNIA E A GAZPROM (2009)

The addenda of April 21st, 2010 to the January 2009 agreement

Supply Contract :

- 1) Naftogaz Ukrainy will pay for gas with the discount equal to the abatement in the export duty set for gas supplies to Ukraine by the Russian government
- 2) The abatement will amount to 30% of the gas price but no more than USD 100 per 1000 cubic meters, applicable to the volumes of 30bcm in 2010 and 40bcm in the following years

Transit Contract:

- 1) The reduction of gas price to Ukraine by 30% will automatically reduce the charge for transit
- 2) 80% of the gas transit fee will be paid by Gazprom before the 6th day and 20% before the 20th day of the month pursuant that of the deliveries.

Following the results of the meeting of the Economic Cooperation Committee, convening within the framework of the bilateral Russo-Ukrainian Inter-governmental Commission, in Sochi on April 30th, 2010, the Prime Minister of the Russian Federation Vladimir Putin suggested the merge of Gazprom and Naftogaz Ukrainy.

Naval Base at Crimea:

- 1) In exchange, Russia secured a discounted deal on rent (30%) for another 25 years for its Black Sea Fleet, stationed at the Naval Base at Crimea, due to expire in 2017 (Gazprom, 2010; Interfax-Ukraine, 2010b).

Fonte: Sotiriou, 2015.

ANEXO D – ACORDO SOBRE O ESTABECIMENTO DE UM ESTADO DA UNIÃO: BREVES COMENTÁRIOS

- I. The rationale behind this project was to institutionalize a political-economic union which, on the grounds of democratic governance, would make use of all market mechanisms to guarantee the socio-economic development of both member-states (Article 2.1b,e).
- II. The Supreme State Council, the Parliament, the Council of Ministers, the Court and the Chamber of the Union State would facilitate the way, initially, toward the drawing up of a Common External Tariff and, later, toward the formation of a monetary union with a single issuing center (Article 13.1 and 22).
- III. The Supreme State Council, being the ultimate supra-state institution of the Union would be administered by either the Russian or the Belarusian president on a rotating basis, unless the governments of the two member-states consented on a single person (Article 36).
- IV. The management of the energy transit infrastructure would fall into the Supreme State Council's jurisdiction (Article 17d),
- V. Finally, *en route* from an economic to a possible political integration, developments would occur within a Confederal political framework, where the two member states would retain their sovereignty, independence, territorial integrity and administrative system (Article 6.1) (Soyuz, 1999).

Fonte: Sotiriou, 2015.

ANEXO D – PRINCIPAIS MUDANÇAS NO SISTEMA DE COMÉRCIO DE PETRÓELO ENTRE RÚSSIA E BELARUS E SEUS EFEITOS DOMÉSTICOS (1999-2011)

Years	1999–2006	2007–2009	2010	2011
Basic framework of Russian–Belarusian oil trade	Belarus imports Russian crude oil duty-free (i.e., without export duties being levied on this oil). All income from the export of oil products stays in Belarus (de-facto).	Belarus imports Russian crude oil and pays a special duty (spetsposhlina) amounting to 29–35% of regular dues. This amounts to Belarus importing around 65% of its oil duty free, a significant amount above the approximately 35% consumed domestically. Export duties on oil products refined in Belarus are divided between both countries, with most of the income going to Russia. Gradual increase in the price of oil (and gas) paid by Belarus, bringing it closer to European prices.	Spetsposhlina replaced by Russia's application of export duties on all crude oil imported by Belarus, except that part used domestically. This amounts to Belarus importing only around 35% of its oil duty free. With the increase in duties, tolling operations become increasingly unprofitable.	Export duties on all oil exported to Belarus canceled. Strong increase in oil products exports ensues; for the first time since 2007, income from their export more than compensates cost of oil and products imports. But gains partially cancelled by higher prices charged by Russian suppliers, and export duties on oil products now accruing to Russia. Refineries see reduced profits. With Russian companies sharing into the export profits by charging higher prices, they lose interest in tolling operations compared to selling oil to Belarusian refineries.
Effects on Belarus' budget	Record income in the form of oil-product export duties and arbitrage gains.	Belarus loses income due to receiving a lower percentage of export duties on oil products while facing higher costs (spetsposhlina). But continues to receive record income due to price differentials and taxes paid by oil sector actors.	Belarus loses income due to a reduction in tolling operations (January–March), the cancellation of most oil export duties accrued by Belarus (starting in March), and a reduction in oil products exports. Price differentials continue, but at a lower level than in 2009.	Belarus saves c. \$4b due to duty-free oil imports. C. \$2b go back to Russia as Belarus turns over to Russia the export duties accrued on exported oil products.
Energy-sector specific palliative measures implemented by Belarus	(No need for palliative measures, as special energy trade conditions with Russia lead to record gains.)	Compensation paid to oil importers from Russia to offset Russian oil export duties (ended in early 2011).	(March) Belarus cancels export duties on oil products made from Russian oil as to remain attractive to tolling operators.	One-year (to June 2012) freeze in refineries' requirement to sell to state 30% of foreign currency income.
Other palliative measures implemented by Belarus	N/A	Foreign loans. Sale of some state assets via privatization. Attempts to improve Belarus' attractiveness for foreign investors.	Foreign loans. Short-term credits to bolster value of BLR. Improved relations with the EU, other international organizations (until December 19, 2010 elections).	Foreign loans (EurAsEC). Limits on domestic oil products prices. Export duties on second export item potash fertilizers increased 50%. Income from sale of Beltransgaz helps counter growing deficit.

Fonte: Balmaceda, 2014

ANEXO E – VISÕES GEOPOLÍTICAS DA RÚSSIA

Geopolitical Vision	Westernizing Russia	Imperial Russia	Strong Russia
Vision of state	Russia as a modern multiethnic federation with stable borders.	Russia as the center of a great imperial civilization in Eurasia.	Russia as the Great Power (<i>Derzhava</i>) in Eurasia.
Cultural identity	Pluralist.	Russians first among equals. Orthodoxy and Russkii central.	Nominally pluralist. Islamic fundamentalism a nascent threat
Master narrative of the national interest	Integration of Russia into the global economy and liberal hegemonic order.	Former imperial lands settled by ethnic Russians and compatriots should "return" to Russia.	Reestablishing state power vertical: territorial integrity and state strengthening.
View of Soviet collapse	Generally positive. Opportunity to create a new modern democratic Russia.	Conspiratorial. Traumatic. Loss of empire, greatness.	Mixed. Recognition of Soviet weaknesses but also of regrettable loss of great power status.
Attitude toward near Russian diaspora	Encourage them to become citizens of country of residence.	Fragmented nation. Russian people now artificially divided.	Encourage dual citizenship and special relationships within common geopolitical space.
Attitude toward post-Soviet states	Acceptance but verbal protest at their nationalizing policies.	Hostility toward their independent policies and orientations.	Acceptance but effort to create a common geopolitical space (Russian sphere of influence).
Attitude toward post-Soviet borders	Acceptance of new legal borders.	Revisionist. These borders are artificial and unjust.	Pragmatic acceptance. Need to accept world as it is.
Attitude toward post-Soviet breakaway territories	Official rejection of separatism.	Support for these "stranded" imperial territories.	Contingent support.
Attitude toward Ukraine	Ukraine is an independent sovereign state.	Ukraine a patched-together artificial country. Mostly a little brother Slavic nation within historic Russian space.	Ukraine a fellow Slavic state that is of vital national security interest to Russia.
Attitude toward Western states	Friendly. Openness to cooperation on multiple fronts.	Hostile toward the United States but less so toward European powers.	Pragmatic but suspicious. Cooperation on some issues of common concern possible.
Threat discourse	Neo-Communism. Anti-liberal nationalism. Extremism. Modernization failures.	Corrupt Westernization. Rival empires. Conspiracies against Russia's restoration of imperial strength and glory.	Separatism, Islamic terrorism, unpatriotic oligarchs, great powers rivals, sponsored subversion.
Internal differences	Neoliberal internationalists. Social Democrats. European developmentalists.	White: Orthodox Tsarist Red: Neo-Soviet Brown: Neo-Fascist Multicolored: Great Russian	Defensive realist narrow nationalism. Offensive realist power projection. Modernizing Eurasianist.
Intellectual proponents	Gennadi Burbulis Valery Tishkov Alexei Arbatov Dmitri Tienin	Alexander Panarin Eduard Limonov Alexander Dugin Alexander Solzhenitsyn	Andranik Migranyan Yevgeny Ambartsumov
Political proponents	Andrei Kozyrev (partial) Boris Nemtsov Vladimir Ryzhkov Gary Kasparov	Yuri Luzhkov Konstantin Zatulin Aleksei Mitrofanov Vladimir Zhirinovskiy Gennadi Zyuganov Dmitri Rogozin Konstantin Malofeev	Yevgeny Primakov Vladimir Putin

Fonte: Toal (2017).

ANEXO F- EVOLUÇÃO DA “DOCTRINA MONROE” DA RÚSSIA

Date	Actor	Source Document	Rhetoric
March–Sept. 1992	Foreign Ministry (Shelov-Kovedyaev)	<i>Russia in the Near Abroad and Strategy and Tactics of Russian Foreign Policy in the New Abroad</i>	Russia should seek international recognition as a “leader [in terms] of stability and military security on the entire territory of the former USSR,” and be acknowledged “as having quite special interests in the region.”
May 1992	Russian Military	Draft Russian Military Doctrine	Violation of rights of Russians “abroad” a serious <i>casus belli</i> .
August 4, 1992	Prof. Andranik Migranyan, adviser Duma Joint Committee on Foreign Affairs	Recommendations on Russian Foreign Policy Concept (interview <i>Rossiiskaya Gazeta</i>)	“Russia should declare entire geopolitical space of the former USSR a sphere of its vital interests (like US’s Monroe Doctrine).”
August 19, 1992	Sergei Karaganov	Council for Foreign & Defense Policy	Russia should return to its traditional (imperial burden) role.
December 1992	Russian Foreign Ministry	Foreign Policy Concept draft	Use force where necessary “to achieve firm good neighborliness.”
February 28, 1993	President Boris Yeltsin	Speech to Civic Union Congress	“Stopping all armed conflicts on the territory of former USSR is Russia’s vital interest. The world community sees more and more clearly Russia’s special responsibility in this difficult undertaking.”
Date	Actor	Source Document	Rhetoric
April 28, 1993	President Boris Yeltsin	National Security Directive: Key Tenets of Concept of Foreign Policy	“Protection of rights of the members of the Russian Federation’s ethnic groups in the Near Abroad” (No. 7)
September 28, 1993	Foreign Minister Kozyrev	Speech to UN General Assembly	Russia had a “special role and influence over the former Soviet republics, including the Muslim countries in the south.”
October 8, 1993	Foreign Minister Kozyrev	Interview with <i>Izvestiya</i>	If Russia did not intervene in conflicts in the “Near Abroad,” it would be in danger of “losing geographical positions that took centuries to conquer.”
October 10, 1993	Foreign Minister Kozyrev	Opinion editorial <i>Washington Post</i>	“Protection of legitimate rights of the millions of Russian-speaking minorities in the former Soviet Republics, the economic reintegration of the republics and peace-making activities in conflict areas: All of these are an <i>objective necessity</i> .”
November 2, 1993	Russian Military	New Military Doctrine	Suppression of Russians in Near Abroad is a military threat to Russia.

Fonte: Toal (2017).